

PAULO RICARDO OPUSZKA

**COOPERATIVISMO POPULAR: OS LIMITES DA ORGANIZAÇÃO  
COLETIVA DO TRABALHO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA PESCA  
ARTESANAL DO EXTREMO SUL DO BRASIL**

CURITIBA

2010

PAULO RICARDO OPUSZKA

**COOPERATIVISMO POPULAR: OS LIMITES DA ORGANIZAÇÃO  
COLETIVA DO TRABALHO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA PESCA  
ARTESANAL DO EXTREMO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada como requisito à obtenção de  
grau de Doutor. Programa de Pós-Graduação em  
Direito da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liana Maria da Frota  
Carleial

CURITIBA

2010

PAULO RICARDO OPUSZKA

**COOPERATIVISMO POPULAR: OS LIMITES DA ORGANIZAÇÃO  
COLETIVA DO TRABALHO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA PESCA  
ARTESANAL DO EXTREMO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada como requisito à obtenção de  
grau de Doutor. Programa de Pós-Graduação em  
Direito da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liana Maria da Frota  
Carleial

De acordo, \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liana Maria da Frota Carleial

CURITIBA

2010

PAULO RICARDO OPUSZKA

**COOPERATIVISMO POPULAR: OS LIMITES DA ORGANIZAÇÃO  
COLETIVA DO TRABALHO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA PESCA  
ARTESANAL DO EXTREMO SUL DO BRASIL**

Tese defendida como requisito à obtenção de grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Liana Maria da Frota Carleial

Setor de Ciências Jurídicas – Universidade Federal do Paraná

Membro: Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> José Antonio Peres Gediel

Setor de Ciências Jurídicas – Universidade Federal do Paraná

Membro: Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Claus Magno Germer

Setor de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal do Paraná

Membro: Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Carlos Machado

Instituto de Educação – Universidade Federal de Rio Grande

Membro: Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Eder Dion de Paula Costa

Faculdade de Direito – Universidade Federal de Rio Grande

Curitiba, fevereiro de 2010.

À Ana Paula, com todo o meu amor.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho não seria possível sem a contribuição de diversas pessoas as quais, neste momento, cabe-nos, enumerar:

À Universidade Federal do Paraná, na pessoa do Diretor do Setor de Ciências Jurídicas, Profº Drº Ricardo Marcelo Fonseca.

Ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito, Profº Drº José Antonio Peres Gediel, por mais uma vez, assim como no mestrado, oportunizar meu aprendizado e qualificação, ciente da dívida que tenho com a sociedade brasileira.

À minha orientadora, Profª Drª Liana Maria da Frota Carleial, pela dedicação, preciosidade e carinho, especialmente quando dos temas mais complexos que envolveram a Economia Política.

Aos professores Drº Claus Magno Germer e Drº Jaime Garcia Ruiz que compuseram a Banca de Qualificação do presente trabalho cujos apontamentos foram fundamentais para conclusão da etapa e as observações acolhidas para que o texto e seus argumentos fossem construídos com a finalidade de alcançar o objetivo pretendido.

À Universidade Federal de Rio Grande – FURG, na pessoa do seu Reitor Profº Drº João Carlos Braim Cosin, pela confiança depositada desde a posse como Professor Assistente daquela casa, no compromisso de aplicar os conhecimentos apreendidos.

À Pro-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná, Msc. Darlene Torrada Pereira, pelo carinho e compromisso, especialmente pela oportunidade de trabalhar junto às comunidades da pesca artesanal de Rio Grande.

Aos professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Rio Grande, Drº João Moreno Pomar e Drº Miguel Ramos, respectivos Diretor e Vice-Diretor, pelo apoio e confiança depositados.

Ao professor Msc. Renato Duro Dias, Coordenador do Curso de Direito, pela compreensão e apoio nas horas de conclusão de créditos e elaboração do texto da tese.

Ao servidor Rubino, pelo companheirismo, amizade e apoio irrestrito em todos os momentos.

Aos servidores da Universidade Federal do Paraná, do setor de Ciências Jurídicas (especialmente Pós-Graduação e Biblioteca – Sandra, Laura, Fátima, Rita e Marcelo), por diversas oportunidades impertinentes em que me atenderam prontamente, na maior demonstração de zelo pela coisa pública.

Aos pescadores artesanais, que difícil tarefa de luta pela sua organização enquanto coletivo oportunizaram-me a experiência da solidariedade.

Aos servidores, consultores e bolsistas do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE/FURG, especialmente aqueles com os quais tive a oportunidade de executar o projeto Rede de Comercialização do Pescado na Região Sul do Rio Grande do Sul, pela dedicação, dignidade e responsabilidade no exercício da atividade de extensão universitária.

Aos alunos da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, Universidade Positivo – Paraná, Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu União da Vitória – Paraná, Curso Prof. Luis Carlos – Paraná, Academia Brasileira de Direito Constitucional, pelo estímulo na busca de solucionar inquietudes.

Aos Professores Jaime Garcia Ruiz da Universidade de Las Villas Cuba e Carlos Roberto da Silva Machado, do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, pela disponibilização de material, correção de textos e discussão de conteúdo.

Aos meus pais, Paulo e Matilde, pela presença nos momentos de perturbação e desassossego.

Aos meus avós, Paulo e Ady, pela vida que se renova.

Aos meus sogros, Luis Antonio e Ana Maria, pela dedicação e carinho com minha família ante minha ausência na produção da tese.

Aos amigos queridos Guilherme Roman Borges e Eder Dion de Paula Costa, pelo companheirismo ao longo da produção da tese, de forma que nunca me senti sozinho.

Aos amigos André Folloni, Anderson Marcos dos Santos, Carlos André Brinsfield, Carlos Eduardo Mattioli Kockanny, Celso Nunes, Daniele Pontes, Eduardo Faria da Silva, Eduardo Harder, Eneida Desireé Salgado, Erika de Oliveira Hartmann, Eros Belin de Moura Cordeiro, Francisco Quintanilha Veras Neto, Heloisa Krol, Jaime



John, Ligia Melo de Casimiro, Luis Eduardo Muñoz Soto, Mauricio Galeb, Rafael Zanlorenzi, Sheila Stolz e Vanessa Gonçalves, pelos momentos de aprendizado coletivo ao lado da troca de experiências, angústias e alegrias.

Aos meus irmãos Fabiano, Eliane, Fabio e Marcos, pela cumplicidade da vida.

Por fim e especialmente no fim, as minhas duas bonequinhas, Luiza e Beatriz: pela contribuição na conclusão do trabalho do papai – já que a Lu estava ao meu lado nas horas de preparação para a qualificação e a Bea cantava para o papai nos momentos em que ele achava que não acabaria – na medida do amor e da compreensão do tamanho de seus corações pequeninos.

*Pela memória de  
Iracema Stelzner e Thelmo Domingues Bastos*

*É o ser que determina a consciência,  
embora desejasse o contrário.*

**Theodor Adorno**

## LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativista Internacional

ADS CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

APAAC – Associação dos Pescadores e Aquicultores Artesanais da Praia do Cassino

APACIM – Associação dos Pescadores Artesanais Coreia Ilha dos Marinheiros

APEARTE – Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama

APEPEJA – Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Jaguarão

APESMI – Associação dos Pescadores Artesanais da Vila São Miguel

APEVA – Associação dos Pescadores Artesanais da Vila Anselmi

CECOV – Centro Comunitário dos Pescadores Artesanais da Várzea

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPANORTE – Cooperativa dos Pescadores Artesanais de São José do Norte

COOPEPAC – Cooperativa dos Pescadores Artesanais do Parque Coelho

COOPESCA – Cooperativa dos Pescadores Artesanais de São Lourenço do Sul

COOPESI – Cooperativa dos Pescadores Artesanais de Santa Isabel Arroio Grande

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

EMA – FURG – Estação Marinha de Aquicultura da Universidade Federal de Rio Grande

FURG – Universidade Federal de Rio Grande

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NUDESE – FURG – Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal de Rio Grande

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PLS – Projeto de Lei do Senado Federal

UFPEL – Universidade Católica de Pelotas

## RESUMO

O Cooperativismo Popular Brasileiro enquanto trabalho organizado que pretende a emancipação da classe trabalhadora, encontra seus limites na Ordem Capitalista e no Direito Brasileiro. A Ordem Capitalista, qual seja *individualização* do homem no trabalho, trabalho como *propriedade* do trabalhador, venda da força de trabalho na *firma*, regulação da exploração do trabalho pelo Estado, Estado como *espaço de participação popular* e participação popular no Estado fundamental para implementação de *políticas públicas*. O Direito Moderno Brasileiro como mecanismo de conservação do indivíduo proprietário, que tem nas suas formas jurídicas obstáculos à construção das organizações coletivas populares cria direitos sociais incompletos ante ao sistema proprietário porque o *individualismo* e a *propriedade privada* compõem seu código genético. Tal afirmação se comprova a partir da ilustração realizada no estudo de caso da pesca artesanal do extremo sul do Brasil, objetivamente na observação da legislação federal (Lei 5.764/71, Lei 8.949/94 e PLS denominado Nova Lei de Cooperativismo) e subjetivamente a partir da organização interna dos pescadores, em seus estatutos e regimentos internos e relações políticas e sociais dela decorrentes. Ainda que, a partir dos empreendimentos observados se encontrem elementos da potencialidade do Cooperativismo Popular na contribuição à construção da identidade do grupo, luta pelo reconhecimento social enquanto coletivo e novo processo dialético que se trava nas relações sociais, há um limitador de difícil superação: interpretação jurídica do Liberalismo no Brasil que cria a *pessoa jurídica*, representação formal da coletividade que na sua constituição abandona a complexidade das relações coletivas e sua autonomia. O Governo Lula propõe um novo modelo de política pública no setor a partir da criação do programa de desenvolvimento sustentável dos setores pesqueiro e aquícola no Brasil visando à geração de trabalho e renda aos pescadores artesanais. Todavia, os compromissos governamentais assumidos com a manutenção da propriedade privada e interesses contrários à classe trabalhadora ainda não foram rompidos e podem contribuir na limitação das pretensões do movimento cooperativista mantendo os empreendimentos sob um mecanismo de controle social.

## RESUMEN

El Cooperativismo Popular Brasileño, en cuanto trabajo organizado que pretende la emancipación de la clase trabajadora, encuentra sus límites en la Ordem Capitalista y en lo Derecho Brasileño. La Ordem Capitalista, cuál seya *individualización* del hombre en su trabajo, aquél encunto *propriedad* del trabajador, cambio de su fuerza de trabajo en la *firma*, regulación de la exploración del trabajo por el Estado, Estado encunto *espacio de participación popular* y la misma fundamental para la implementación de las *políticas públicas*. El Derecho Moderno Brasileño encunto mecanismo de conservación del individuo propietario, que tiene em las formas juridicas obstaculos para la construcción de las organizaciones colectivas populares creando los derechos sociales incompletos ante el sistema propietario porque el *individualismo* y la *propriedad privada* componem su codigo genetico. Tal afirmacion se comprueba a partir de la ilustración empezada por el estudio del caso de la pesca artesanal en el extremo sur del Brasil, objetivamente en la observación de la legislación federal (Lei 5.764/71, Lei 8.949/94 e PLS asi denominado *Nueva Lei del Cooperativismo*) y subjectivamente a partir de la organización interna de los pescadores, en sus estatutos, regimentos internos, sus relaciones políticas y sociales. Aunque a partir de los emprendimientos observados se encuentran elementos de la potencialidad del Cooperativismo Popular en la contribución para una construcción de la identidad del grupo, lucha por el reconocimiento social, colectivo y nuevo proceso dialéctico que se trava em las relaciones sociales, hay un limitador de difícil superación: la interpretación jurídica del Liberalismo en el Brasil que crea la *persona jurídica*, representación formal de la colectividad que em su constitución abandona la complejidad de las relaciones colectivas y su autonomia. El Gobierno Federal propone um nuevo modelo de política pública en el sector a partir de la creación del programa de desarrollo sustentable de los sectores pesqueiro e aquícola visando la geración de trabajo y renda a los pescadores artesanales. Mientras, los compromisos gubernamentales asumidos com la manutención de la *propriedad privada* y intereses contrarios a la clase trabajadora no fueron quebrados y pueden contribuir en la limitación de las pretensiones del movimiento cooperativista, quedando la manutención de los emprendimientos sob mecanismos de control social.

## ABSTRACT

The Brazilian Popular Cooperative, while organized labor collective that seeks the emancipation of the diligent classroom finds its limits in the Capitalism Production Mode and Brazilian Modern Law. The Capitalism as individualization of labor works as the worker's property, workforce exchange firm, regulating the exploitation of the work by the State, State as popular participation and participation in key State for the implementation of *public polices*. The Brazilian Modern Law as a mechanism for conservation of the individual owner, who has the legal form obstacles to the construction of collective organizations create popular social rights incomplete compared to the system owner as individualism and private property make up their genetic code. This statement is proved from the stock held in the case study of artisanal fisheries of extreme southern Brazil, objectively on the observation of federal legislation (Act 5.764/71, Act 8.949/94 and PLS new law called the cooperative) and subjectively from the internal organization of fishermen in their statutes and internal regulations and political and social costs. Although, from the observed developments are elements of the capability of Cooperative People's contribution to the construction of group identity, the struggle for social recognition as a collective and new dialectical process that takes place in social relations, there is a limitation difficult to overcome: the legal interpretation of liberalism in Brazil that creates the legal, formal representation of the community in its constitution that leaves the complexity of relations collective and autonomy. The Lula government is proposing a new model of public policy in the industry from the creation of the sustainable development of fisheries and aquaculture sectors in Brazil aimed at generating employment and income to fishermen. However, the government's promises made to the maintenance of property rights and interests against the diligent classroom has not been broken and can help in limiting the claims of cooperative movement keeping the project under a mechanism of social control.



## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	ix
RESUMO.....	xi
RESUMEN.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	1

<b>I PARTE – HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO POPULAR E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COOPERADO POPULAR BRASILEIRO NA PESCA ARTESANAL DO EXTREMO SUL DO BRASIL.....</b>	<b>8</b>
--	----------

<b>CAPÍTULO 1. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COOPERADO POPULAR BRASILEIRO: MÃO VISÍVEL DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A PRETENSÃO DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>8</b>
--	----------

Seção 1. Cooperativismo Popular: reflexões do cooperativismo popular nas experiências capitalistas e não capitalistas e suas vertentes do modelo no Brasil.....	10
---	----

<i>Subseção 1. Formação do Cooperativismo Histórico e a transformação em Cooperativismo Empresarial.....</i>	<i>14</i>
--	-----------

<i>Subseção 2. A rearticulação do Cooperativismo e a tentativas de implementação de um projeto popular ao movimento.....</i>	<i>32</i>
--	-----------

Seção 2. Economia Solidária: apresentação do conceito, as potencialidades e os limites econômicos e políticos da denominada <i>outra economia</i> .....	37
---	----

Seção 3. O Direito Cooperativo e a difícil organização dos trabalhadores ante a Lei e o Estatuto.....	48
---	----

## **CAPÍTULO 2. TATEANDO O REAL CONCRETO – COOPERATIVISMO POPULAR E PESCA ARTESANAL NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL..... 59**

Seção 1. A pesca artesanal no extremo sul do Brasil.....	61
--	----

Seção 2. Cooperativismo Popular na região sul do Rio Grande do Sul.....	70
---	----

Seção 3. A observação prática da potencialidade do cooperativismo popular: identidade, reconhecimento social e a configuração do novo processo dialético de organização.....	84
--	----

## **II PARTE – INDIVIDUALISMO E ARQUITETURA DA ECONOMIA POLÍTICA OU SOBRE A IGUALDADE DOS MODERNOS.....90**

### **CAPÍTULO 1. SOCIEDADE DE PROPRIETÁRIOS E SEUS MECANISMOS JURÍDICOS DE CONSERVAÇÃO: AS BASES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DA ORDEM CAPITALISTA.....90**

Seção 1. A formação da Ordem Capitalista e o conceito de indivíduo.....	96
---	----

Seção 2. Economia Política, classicismo liberal e sua crítica: perspectivas de Adam Smith à Karl Marx.....	110
--	-----

Seção 3. Da antevisão do Estado de Bem Estar em Max Weber ao intervencionismo keynesiano: crise e reconstrução da Ordem Capitalista.....	132
--	-----

<b>CAPÍTULO 2. ELEMENTOS DE UMA INTERPRETAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DO OUTRO LADO DO OCIDENTE: DESENVOLVIMENTISMO E DIREITOS SOCIAIS.....</b>	<b>154</b>
--	------------

Seção 1. As bases do Direito Liberal Brasileiro: humanismo cristão, positivismos das Escolas de Direito e as conseqüências da Ordem Capitalista na outra margem do Oceano.....	158
--	-----

Seção 2. Uma <i>certa idéia</i> de Brasil: o desenvolvimentismo e o direito social brasileiro .....	165
---	-----

Seção 3. A Constituição Federal de 1988 e os direitos sociais a partir do referido marco jurídico.....	177
--	-----

<b>III PARTE – OS LIMITES DO COOPERATIVISMO POPULAR BRASILEIRO.....</b>	<b>191</b>
---	------------

<b>CAPÍTULO 1. ELEMENTOS DA ECONOMIA POLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>191</b>
--	------------

Seção 1. As ações políticas do Governo Lula, compromissos ministeriais e elementos de uma crítica.....	191
--	-----

Seção 2. Pressupostos metodológicos do estudo de caso como ilustração para caracterização do impasse.....	206
---	-----

<b>CAPÍTULO 2. ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO E OS LIMITES DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO NA PESCA ARTESANAL NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>214</b>
--	------------

Seção 1. Pesquisa de campo 1: os elementos caracterizadores dos limites na organização do Cooperativismo Popular e Economia Solidária.....	214
--	-----

Seção 2. Pesquisa de campo 2: análise das entrevistas com os atores da pesca artesanal: registros dos técnicos, consultores, liderança política da região, pescadores artesanais e lideranças de cooperativas e associações.....	218
--	-----

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>234</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>241</b>
--	------------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>250</b>
--------------------	------------

## INTRODUÇÃO

O Cooperativismo Popular Brasileiro, realidade apreendida da experiência da organização coletiva do trabalho no Brasil, especialmente no final da década de 80 e início da década de 90 do século XX, a partir dos discursos da maioria dos seus pensadores, pretende fundamentar seu projeto de instauração com o objetivo de superação do modo de produção capitalista organizando coletivamente o trabalho com vistas na emancipação da classe trabalhadora.

O objetivo da presente tese é apresentar os limites desse Cooperativismo Popular em aspectos da Ordem Capitalista e do Direito Moderno Brasileiro a partir de estudo de caso que ilustra os impasses apresentados na experiência da organização coletiva de trabalho dos pescadores artesanais da região sul do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil.

O método da pesquisa jurídica é um modo de trabalho que envolve o denominado *silogismo*, caracterizado pela apresentação de uma *premissa maior*, no presente caso um problema que envolve uma questão jurídica, qual seja, a realidade do Cooperativismo Popular; seguida de uma *premissa menor*, presente nas afirmações oriundas da Lei do Cooperativismo e a política pública que lhe é afeta; ambos sintetizados numa conseqüente *afirmação sintética*, que vale para comprovação das teses apresentadas, quais sejam as conseqüências, na versão jurídica dos efeitos, no mundo da vida, daquilo que se analisa, a partir do referido método.

Nossa premissa parte do seguinte pressuposto teórico: os instrumentos jurídicos de conservação da sociedade dos proprietários na Ordem Capitalista dificultam a afirmação das coletividades – no presente caso, das coletividades representadas pela organização coletiva de trabalhadores (cooperativas e associações) fundamentalmente porque a natureza dos direitos das referidas coletividades são os direitos sociais e estes têm no seu código genético a propriedade privada e o individualismo, na sua fase moderna, qual seja individualismo burguês.

Entretanto, são estes direitos sociais as conquistas possíveis no Estado de Direito, limites do que pode ser alcançado na sociedade capitalista, bem como exigido no atual

sistema jurídico. Do contrário, necessário rompimento total com o sistema a começar pelo fim da propriedade privada.

A Ordem Capitalista – representada pela *individualização* do homem no trabalho; *trabalho* esse que pode ser considerado propriedade do trabalhador, a partir da possibilidade da sua *individualização* após rompimento com o paradigma do modelo medieval entre o pluralismo jurídico e determinismo cristão; propriedade que será posta à *venda* no espaço de intermediação de câmbio reconhecido enquanto *firma*; firma que será regulada para exploração do trabalho pelo aparelho burocrático moderno entendido como Estado; *Estado*, signo reconhecido como espaço de exercício de participação popular e esta fundamental para implementação de *políticas públicas* – aprimorada e consagrada no real concreto e na teoria econômica através das teorizações dos principais clássicos da Economia Política.

Essa afirmação é preponderantemente teórica, baseada nos estudos de Adam Smith e suas interpretações por autores que serão apresentados no decurso do texto no que tange a questão da individualização do trabalho e sua especialização; venda da força de trabalho, especialmente na teoria marxista; papel do Estado e da participação popular na sua decisão, fundamentalmente na teoria weberiana e seus intérpretes, e as políticas públicas que surgem no real concreto nas sugestões que advieram da teoria intervencionista, dentre outras vertentes, a keynesiana. O presente trabalho poderia escolher uma das três teorias para afirmar o que se pretende no texto e nas considerações finais da tese, quais sejam as teorias clássica, marxista, weberiana ou keynesiana, mas opta por discutir as referidas premissas, utilizando-as para apresentar o problema, tarefa em que se poderá correr o risco de ser considerada um programa de leitura em substituição a uma tese fundada em um marco teórico determinado. Entretanto, esta será a opção do autor.

O Direito Moderno Brasileiro enquanto mecanismo de conservação do indivíduo proprietário, que tem nas suas formas jurídicas obstáculos à construção das organizações coletivas populares, cria direitos sociais incompletos ante ao sistema proprietário porque o individualismo e a propriedade privada compõem seu código genético.

Os três eixos, Cooperativismo, Economia Política e Direito já haviam sido problematizados na dissertação de Mestrado, pesquisa da qual partem as principais *inquietações*, num primeiro momento na condição de advogado de cooperativas, quando já

se percebeu o distanciamento do Direito – representado pela Lei do Cooperativismo, de um lado, e pelo Estatuto e Regimentos Internos, de outro com a realidade apresentada nas práticas dos grupos e coletividades e, num segundo momento a partir do levantamento dos elementos que dificultavam a organização coletiva do trabalho em cooperativas de trabalhadores.

Assim, optou-se, além da análise bibliográfica a respeito do tema e busca de elementos da teoria econômica e do Direito, pela visualização dos impasses apresentados no Capitalismo e Direito Moderno, especificamente nos elementos do Capitalismo Periférico e Direito Brasileiro, a partir da ilustração realizada no estudo de caso da pesca artesanal do extremo sul do Brasil, que configuram os limites do Cooperativismo Popular.

O estudo realizado envolve e observa empreendimentos organizados em torno da denominada *Rede de comercialização do pescado da região sul do Rio Grande do Sul*, especificamente algumas entidades que serão apresentadas ao longo da tese, entre elas Cooperativas e Associações de Pescadores Artesanais nos Municípios de Rio Grande e Pelotas, além de outros situados na região tais como os Municípios de São José do Norte, São Lourenço do Sul, Arroio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

No decurso da análise percebeu-se que Cooperativismo Popular, objetivamente na observação da legislação federal (Lei 5.764/71, Lei 8.949/94 e PLS denominado Nova Lei de Cooperativismo) e subjetivamente a partir da organização interna dos trabalhadores, em seus estatutos e regimentos internos, embora se aponte como meta fundamental, não supera a atual condição do trabalhador, quais sejam a condição de pobreza e desemprego, ou ainda, na realidade observada, dependência de políticas sociais das esferas governamentais, seja municipal, estadual ou federal.

Ainda que, a partir dos empreendimentos observados e da organização da *rede* coletiva de comercialização encontrem-se elementos da potencialidade do Cooperativismo Popular, especialmente na contribuição à construção da identidade do grupo, luta pelo reconhecimento social enquanto coletivo e novo processo dialético que se trava nas suas relações sociais, há um limitador de difícil superação: sua constituição essencial alicerçada na propriedade privada e no sujeito individual, materializada no Direito Brasileiro, ou ainda, a interpretação jurídica do Liberalismo no Brasil que cria a *pessoa jurídica*,

representação formal da coletividade que, na sua constituição, abandona a complexidade das relações coletivas e sua autonomia.

Convém destacar que as políticas públicas voltadas para pesca artesanal dos Governos anteriores, num primeiro momento, caracterizadas pela ocupação do território e instalação da pesca como proteção e delimitação de fronteiras; num segundo momento funda-se no desenvolvimento de um setor econômico; contemporaneamente se afirma centrada na disponibilidade de subsídios que acabaram por gerar aumento do esforço de pesca e diminuição da produção do pescado, além de grave degradação ambiental, especialmente a partir do Decreto Lei 221/67.

O Governo Lula procura apresentar uma solução para a pesca artesanal a partir da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e do programa de desenvolvimento sustentável dos setores pesqueiro e aquícola no Brasil que dentre outros objetivos, incentiva o desenvolvimento do cooperativismo e associativismo como formas de gestão que possam superar a pobreza e miséria gerando trabalho renda aos pescadores artesanais.

Todavia, para alguns autores que compõem uma teoria crítica ao Governo Federal, os compromissos anteriores deste mesmo Governo, assumidos com a manutenção da propriedade privada e dos interesses contrários à classe trabalhadora ainda não foram rompidos e podem contribuir na limitação das pretensões do movimento cooperativista, apropriando-se da espontaneidade do movimento social surgindo no real concreto e executando uma política social que poderá manter as coletividades sob um mecanismo de controle social.

A primeira parte da tese é composta de dois capítulos.

O primeiro capítulo conceitua as categorias a serem analisadas, desde o Cooperativismo Histórico, e suas raízes populares; o problema brasileiro do Cooperativismo Empresarial e a elaboração de suas leis e políticas e os limites normativos que dirigem os modelos nacionais da organização. Especificamente, cuidará da apresentação da principal tese do Cooperativismo Popular e Economia Solidária enquanto proposta de *superação do modo de produção de capitalista ou instrumento de transformação e autonomia da classe trabalhadora superando o capital* e a captura de elementos de uma crítica aos seus pressupostos, baseada na própria discussão econômica a respeito do tema.



No primeiro capítulo ainda, o Direito Cooperativo contrastando Estado e Sujeito, o *Contrato Social* e o pequeno empreendimento. Ambos reconhecidos pelo Direito como *indivíduos*, entretanto, personificados como duas das denominadas *pessoas jurídicas* do Código Civil Brasileiro.

O segundo capítulo cuidará da apresentação da realidade da pesca artesanal da região sul do Rio Grande do Sul, do Cooperativismo Popular existente e os métodos de sua reprodução bem como das potencialidades do referido movimento de pescadores a partir da organização coletiva do trabalho, especialmente na formação da identidade de grupo, na luta pelo reconhecimento social e na observação de um novo processo dialético na organização do coletivo.

A segunda parte da tese é dividida em dois outros capítulos.

O primeiro capítulo tem por finalidade demonstrar que os argumentos da tese se fundam na Economia Política e no Direito Moderno, especialmente nas bases das principais categorias dos clássicos escolhidos (Smith, Marx e Keynes), ao lado de outras categorias fundamentais para entender o processo de construção normativa a partir da determinação da Economia e o Direito como seu principal mecanismo de conservação.

Ainda, a problematização do Direito Moderno e sua capacidade de construir e isolar, ignorar qualquer manifestação de coletividade, qual seja o indivíduo, especialmente o denominado *indivíduo proprietário*. Neste momento será traçado o *fio condutor* da análise como um todo, qual seja *indivíduo* constituído a partir do *trabalho*, que por sua vez apresenta a sua *propriedade* que é vendida como *força de trabalho* na *firma*. O *Estado* como regulador do trabalho na *firma* e meio de *participação popular* na construção de *políticas públicas*.

Tudo isso mediado pelos autores da Economia Política escolhidos, nos diversos momentos da constituição da referida trajetória da construção da Ordem Capitalista.

No segundo capítulo, se busca reconhecer essa realidade na Economia Política do Capitalismo Periférico, na medida da compreensão necessária de elementos da Economia Brasileira, especialmente a contemporânea, dialogando com elementos do Direito do Trabalho, Sindical do Trabalho e Direito Constitucional e as suas conformações no Estado Brasileiro, como resultados de políticas públicas.

Uma análise importante é a constituição do conceito de *social*, mediando pelo Direito e Economia, fruto de um humanismo cristão a partir da contra-reforma na imposição da opção pelos pobres da proposta da Igreja Católica e seus representantes na colonização.

Ainda, entendida a Economia Política como *uma ciência social que se originou e desenvolveu tendo como objetos sociedade de classe, em que se contrapõem não somente os interesses econômicos das diferentes classes, mas também, e, sobretudo, o modo de cada uma encarar a própria realidade social e econômica*<sup>1</sup> se observa o a interpretação do Liberalismo pelo Direito Brasileiro, a construção de uma *certa idéia* de Brasil pelo desenvolvimentismo a partir dos anos 30 do séc. XX, a interrupção do projeto nacional pelo golpe militar e sua reconstituição a partir da Constituição Federal de 1988 e os direitos sociais dela decorrentes.

Entretanto, a partir da crise do emprego dos anos 90 do séc. XX, o fortalecimento de uma das correntes do movimento social aponta para organização coletiva do trabalho no desenvolvimento de uma nova forma de Economia, a qual se denominou Economia Solidária, baseada num misto entre as soluções oferecidas pelo séc. XIX, mais precisamente as experiências inglesas de Rochdale e alguns teóricos socialistas utópicos e do *solidarismo* francês, além de fundamentos de diversas Escolas Humanistas, alinhados a proteção à dignidade da pessoa humana.

Mas, rapidamente, na constitucionalização de direitos a *autonomia coletiva* é problematizada por reflexões que aqui se apresentam e se compreende que a *pessoa jurídica*, a ficção inventada pelos juristas para apreensão das coletividades, é limitada violentamente pelo Direito porque o sujeito de direito e a pessoa humana tem tempo, história e território determinado.

A terceira parte também é dividida em dois capítulos.

O primeiro capítulo cuidará da observação das políticas do Governo Lula, suas potencialidades e limites, especialmente nos projetos governamentais e as ações ministeriais para o desenvolvimento do setor pesqueiro e do Cooperativismo Popular como proposta de organização dos pescadores artesanais em suas comunidades.

---

<sup>1</sup> SINGER, Paul Israel. Apresentação dos conceitos e história do pensamento econômico in RICARDO, David. *Princípios da Economia Política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

O impasse fica evidente quando comparado o montante do recurso público destinado à pesca artesanal ou sua organização e manutenção em relação ao recurso público destinado a atividades da pesca industrial, que atingem a sustentabilidade da pesca artesanal como a remissão de dívidas da indústria pesqueira ou o financiamento de projetos que visam o progresso da atividade voltada para uma espécie de desenvolvimento que contribui para extinção definitiva da atividade laboral na costa brasileira e suas lagoas.

Ainda, a segunda seção do primeiro capítulo cuidará da apresentação dos pressupostos metodológicos do estudo de caso realizado.

O segundo capítulo procura realizar seu objetivo através do estudo de caso, no Cooperativismo Popular e Economia Solidária da região mencionada, extremo sul do Brasil, território onde se experimentou as políticas oriundas das referidas políticas no Governo de Olívio Dutra (1999-2002), que serviram de base ao projeto federalizado pelo Governo Lula e reaplicado através de políticas sociais e projetos financiados pelo Ministério da Pesca e Agricultura e executados pela Universidade Federal de Rio Grande - FURG e outras Universidades como A Universidade Católica de Pelotas – UCPEL.

O estudo de caso se baseia em entrevistas com lideranças, técnicos, consultores, administradores e pescadores artesanais, no sentido de ilustrar os impasses que apontam para uma interpretação dos limites do Cooperativismo Popular Brasileiro.

Para realizá-lo procurou-se utilizar uma metodologia própria, que será caracterizada no capítulo da presente pesquisa, baseado em autores que já realizaram pesquisas anteriores no setor pesqueiro, bem como opções de análise de dados, ainda que a presente ilustração não se configure como uma pesquisa que possua amostra suficiente para eficácia de todas as conclusões almejadas, mas apontamentos para considerações finais que possam ser utilizadas no sentido de nortear os trabalhos posteriores que envolvam argumentos, categorias e até mesmo implementação de políticas que componham necessária análise jurídica, econômica e social no campo da Economia Solidária e Cooperativismo Popular na pesca artesanal.

## **PARTE I – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COOPERADO POPULAR BRASILEIRO. HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO POPULAR. FENÔMENO NA ATIVIDADE DA PESCA ARTESANAL DO EXTREMO SUL DO BRASIL**

### **CAPÍTULO 1. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COOPERADO POPULAR BRASILEIRO: A MÃO VISÍVEL DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A PRETENSÃO DE DESENVOLVIMENTO**

A presente tese tem o objetivo de apresentar os limites do denominado Cooperativismo Popular e Economia Solidária na Ordem Capitalista e no Direito Moderno, especialmente na Economia Brasileira ou o denominado Capitalismo Periférico, ou ainda, a interpretação do Liberalismo no Brasil e Direito Moderno Brasileiro, ou os mecanismos jurídicos de conservação da Economia.

Neste sentido, o Cooperativismo Popular e Economia Solidária surgem como iniciativas espontâneas no movimento social<sup>2</sup> e são capturadas por políticas sociais emergenciais implementadas especialmente pelo Governo Lula, mas que tiveram suas raízes em outros governos regionais, especialmente no Governo Estadual do Rio Grande do Sul, entre os anos 1999-2002, administração do então Governador Olívio Dutra.

Durante o ano de 2009 foi oportunizada a possibilidade de conhecer parte relevante da política desenvolvida pelo Governo Federal no setor pesqueiro, especialmente no que tange a pesca artesanal, numa região que tradicionalmente desenvolve atividade econômica voltada para o setor, seja industrial e artesanal, que é a região sul do Rio Grande do Sul, ou seja, o extremo sul do Brasil, no espaço territorial que envolve os Municípios de São

---

<sup>2</sup>O Cooperativismo Popular e a Economia Solidária, conforme conceitos a serem problematizados posteriormente, nascem da reunião de várias iniciativas populares, algumas desenvolvidas na atividade assistenciais das Igrejas Católica e Protestante, outras a partir de trabalhos sociais desenvolvidas por Organizações não Governamentais, algumas no seio do movimento sindical, mas que, de forma alguma, representam uma ação ordenada dos trabalhadores frente ao Capitalismo ou possibilidade de constituição de um novo modo de produção, especialmente nos anos 80 e 90 do séc. XX.

Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Jaguarão, Arroio Grande e Santa Vitória do Palmar.

O principal foco de observação é o território que ocupa o centro das atenções do Governo Federal, os Municípios de Rio Grande e Pelotas, maiores pólos industriais e populacionais da região, onde no passado a pesca foi principal fonte de riqueza e exploração do trabalho, realidade diversa nos dias atuais.

Dadas às condições estruturais, atualmente o Governo Federal media as relações entre capital e trabalho mantendo os compromissos assumidos com a pesca industrial nacional e internacional ao mesmo tempo em que apresenta alternativas à pesca artesanal a organização nos modelos e métodos experimentados anteriormente de Cooperativismo Popular e prática da denominada Economia Solidária.

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar a formação do cooperativismo denominado *histórico* para que, comparado ao Cooperativismo Popular capturado e realizado pelo Governo Federal se evidenciem seus limites.

Ainda, na conformação das relações econômicas e jurídicas do Cooperativismo, sob a Ordem Capitalista, este foi adequado a um modelo que já no início do trabalho será apresentado, qual seja o modelo empresarial, que possui *forma*, mas não *prática* do Cooperativismo Internacionalista<sup>3</sup>.

Também será analisado o surgimento da Economia Solidária ante a crise do emprego na década de 90 do séc. XX e os principais motivos de sua força enquanto discurso nos programas populares de governo, e as principais teses de sua potencialidade por seus defensores.

Serão analisados os equívocos e as principais críticas direcionadas aos pressupostos teóricos apresentados especialmente pelo por Paul Israel Singer bem como qual a sua real potencialidade, especialmente sob o ponto de vista do *solidarismo*<sup>4</sup> e organização política dos trabalhadores e seu entrosamento com os movimentos sociais.

---

<sup>3</sup> Cooperativismo Internacionalista no sentido de representar uma visão internacional, calcada nos princípios da Aliança Cooperativista Internacional – ACI e utilizado pelos signatários da referida organização.

<sup>4</sup> O conceito remete ao solidarismo francês e alemão do séc. XIX, utilizado por autores da denominada Economia Social como Charles Dunoyer, Léon Walras, Marcel Mauss, Jean Jaurès, entre outros. O Direito Brasileiro também sofre influência do referido inclusive no conceito de dignidade da pessoa humana.

## Seção 1. Cooperativismo Popular: reflexões do cooperativismo popular nas experiências capitalistas e não-capitalistas e as suas vertentes no Brasil

O conceito de cooperativismo pode partir de diversos referenciais, sendo ele político, econômico, de gestão, sociológico ou mesmo filosófico já que o movimento cooperativista apresenta uma filosofia de fundamentação, dada sua raiz histórica de formação, nos movimentos operários do séc. XIX, especialmente o socialismo utópico.

Nossa escolha inicial para conceituar o Cooperativismo abordará o ponto de vista da gestão, nos termos desenvolvidos ao longo do texto.

José Henrique de Faria conceitua o Cooperativismo a partir da denominada gestão cooperativista ou cooperativa como a união de trabalhadores, com significativo ou relevante grau de gestão de controle dos seus elementos constitutivos, em que estes trabalhadores cooperam na realização das atividades laborais<sup>5</sup>.

O autor considera que nas cooperativas podem ser considerados elementos constitutivos da gestão, ou seja, os denominados elementos econômicos, político-ideológicos e psicossociais. A gestão poderá ser limitada (nos casos das organizações cooperativas de produção, de crédito, de serviços que operam como empresas de sócios), coletivista de produtores associados como foi o caso da Iugoslávia ou comunitária de trabalho associado como no caso do Kibutz<sup>6</sup>.

A gestão cooperativa se dá em níveis de institucionalização do controle, pelo conjunto dos trabalhadores, da gestão do trabalho que podem ser designados: nível de Estado – regulado por Lei ou pela Constituição Federal; nível de sindicato ou categoria de trabalhadores – deficiência nacional do modelo cooperativista já que no Brasil a organização de classe se limita aos sindicatos que organizam apenas a mão-de-obra assalariada; nível de unidade produtiva – onde ocorre a organização solidária da produção,

---

<sup>5</sup> FARIA, José Henrique de. *A autogestão e a heterogestão em sociedades complexas*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Direito Cooperativo – “Organização Popular e Cooperativismo na América Latina”. Universidade Federal do Paraná, 18 a 20 de novembro de 2009.

<sup>6</sup> As duas últimas formas de gestão não serão objeto da presente análise embora o tema possa ser encontrado em VERAS NETO, Francisco Quintanilha. *Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2002, p. 79-81.

através de comitês de representantes e dirigentes ou, no presente caso a ser analisado, em comitê gestor de Rede de Atividades Laborais dos grupos cooperados<sup>7</sup>.

Surgem no Brasil Cooperativas que, embora não apresentem nenhuma das características acima definidas – a prática da heterogestão, trabalho assalariado, precarizado fortemente hierarquizado e centralizado – juridicamente ou formalmente se apresentem sobre a referida nomenclatura, as quais será atribuída à nomenclatura Cooperativismo Empresarial, tendo como convenção ao signo **empresarial**, a forma de organização capitalista do trabalho, a partir do conceito de firma.

Na pesquisa será aprofundado o estudo do Cooperativismo Popular vez que o Cooperativismo Empresarial, embora seja relevante a forma com que se estabelece através da política governamental brasileira, não é o objeto principal da presente tese.

Portanto, cabe-nos definir o Cooperativismo Popular, em primeiro lugar.

A principal fonte teórica do denominado Cooperativismo Popular é o Prof. Paul Israel Singer, em diversas obras como *Uma utopia militante*<sup>8</sup>, *Introdução à Economia Solidária*<sup>9</sup>, *A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil*<sup>10</sup> e *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*<sup>11</sup> além de outros artigos publicados e palestras ministradas.

Pode-se afirmar que o referido Cooperativismo Popular nasce de uma demanda *popular*, com raízes no movimento sindical, setores da Igreja Católica, de Organizações não Governamentais e Movimentos Sociais, e afirmar-se em especial na década de 90 do séc. XX, como resposta ao desemprego estrutural que caracteriza especialmente à época.

Entretanto, sobre a fragilidade da consolidação do pretenso movimento – sendo assim denominado já que a problematização sobre sua natureza social é objeto transversal

---

<sup>7</sup>No referido modelo todas as ações das cooperativas e associações são avaliadas por um comitê gestor formado por pescadores artesanais representantes de empreendimentos no espaço territorial da Rede que não tem poder deliberativo, cabendo este à Assembléia Geral que se reúne, nas reuniões denominadas Encontros Regionais.

<sup>8</sup> SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

<sup>9</sup> SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>10</sup> SINGER, Paul. *A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil* in SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 81-129.

<sup>11</sup> SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

da presente tese – serão abordados os argumentos que vão sendo construídos ao longo do seu percurso teórico e prático.

O Cooperativismo Popular, embora com a pretensão de responder às demandas populares, especialmente de trabalhadores desempregados e em estado de miséria, é do real concreto e refletido posteriormente, com adaptações de fenômenos e realidades de outros países e experiências capitalistas e não-capitalistas, mas ainda não encontrou aderência na cultura popular pois sua experimentação emerge práticas ainda não observadas a ponto de afirmar uma nova ordem social, um novo modo de produção, uma organização de trabalho com resultados econômicos que possam trazer autonomia para classe trabalhadora.

Por outro lado, o Cooperativismo Popular é uma espécie cada vez mais forte no Brasil de política social e segundo alguns autores (como é o caso de Liana Maria da Frota Carleial, Luis Filgueiras e Reinaldo Gonçalves – todos analisados posteriormente inclusive na natureza de seus argumentos), funcionado como mecanismo de controle da população pobre, pois sua volta a atenção do trabalhador para o sucesso ou insucesso do seu empreendimento e organização do trabalho tirando o foco da luta de classes.

Quanto ao Cooperativismo Empresarial, é fruto da deturpação do Cooperativismo experimentado em outros países e com princípios internacionalistas, surgido a partir da política pública do Governo Federal na década de 70 do séc. XX.

A política pública do Regime Militar contribuiu, a partir da forma do referido instrumento de organização social, com a *precarização* de direitos dos trabalhadores e possibilitou o controle, por parte do empresariado e elite do setor rural, do sistema de organização cooperativista - OCB, órgão esse que dirige as políticas do setor, sendo praticamente reconhecido definitivamente pelo projeto de Lei em trâmite no Congresso Nacional denominado *Nova Lei de Cooperativismo*<sup>12</sup>.

Aliado ao conceito de cooperativismo popular, Paul Israel Singer Economia Solidária enquanto conjunto de experiências populares para organização da economia, que

---

<sup>12</sup> A Nova Lei de Cooperativismo foi apresentada por setores de esquerda, mas teve diversos substitutivos protocolados pelo Senador Osmar Dias do PDT paranaense, arregimentando forças para substituir o projeto inicial por uma proposta que praticamente oficializa o controle total da Organização das Cooperativas do Brasil no que tange a política empresarial voltada para o agronegócio que o setor já possui para todos os empreendimentos cooperativos. Sobre o tema SILVA, Eduardo Faria da. *Legislação e Direito Cooperativo: uma discussão sobre a Nova Lei do Cooperativismo*. Revista Estudos de Direito Cooperativo. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.



podem realizar a comercialização entre si, sob forma de rede de comércio justo e trocas solidárias garantindo as produções alternativas ao capitalismo e comprometidas com a sustentabilidade.

A pretensão da presente tese é, a partir do conceito de Economia Solidária elaborado por Liana Maria da Frota Carleial, enquanto *inovação organizacional que se estabelece através da apropriação coletiva de resultados* e do diálogo entre Economia Política e Direito problematizar o referido conceito ao lado do Cooperativismo Popular e o denominado Direito Cooperativo.

O Direito Cooperativo é apresentado como conjunto de leis, princípios e instituições que tem lugar no Direito Tradicional Privado, especialmente no denominado Direito Empresarial e sua especialização em Direito Societário.

Entretanto, constituiu-se no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná a partir de um recorte teórico do Direito Crítico, do ponto de vista da própria teoria crítica, como espaço de reflexão, dentro do Direito que une Direito Civil (no que tange a organização das cooperativas, pessoa jurídica, contratos entre cooperativas, estatutos); Direito do Trabalho (quando discute o trabalho cooperado e a organização dos coletivos dos trabalhadores trazendo elementos do Direito Sindical); Teoria do Direito (na reflexão dos sujeitos e da formação do individualismo e recuperação do *solidarismo* ou a construção de novas coletividades, mais especificamente as práticas de cooperação); Direito Constitucional (no que tange o acesso à Justiça e à Cidadania, na construção ou efetivação de novos e velhos direitos sociais) e por fim na Filosofia do Direito quando se problematiza a autonomia, identidade e os demais temas que *lançam o olhar* para as categorias do Direito, mas sob o viés do que se pode denominar *Filosofia sobre o Direito* e não advinda do Direito enquanto Ciência, exclusivamente.

Insiste-se na expressão *política de Governo* porque se tornou política de Estado somente a partir de 26 de Junho de 2009, na forma da Lei 11.959/09 – denominada *Nova Lei da Pesca e Aquicultura* e da Conferência Nacional da Pesca em setembro do corrente ano, quando o Cooperativismo Popular foi definido como política pública no setor.

Portanto, a transformação do Cooperativismo em política pública ou política de Estado é recente e ainda está por se consolidar, pois atualmente, depende da vontade

política do atual Governo e não tem garantida sua manutenção nos Governos Federais eleitos para as próximas gestões.

Nossos argumentos são reforçados através dos resultados das políticas governamentais dos últimos anos, desde a criação da Secretaria Especial da Pesca no ano de 2003, primeira gestão do Governo Lula, já que as ações mais atuais e as conseqüências da referida Lei só poderão ser avaliadas por intermédio de trabalhos futuros, capazes de avaliar com maior credibilidade a realidade que ora se pretende observar.

A seguir, a formação histórica do Cooperativismo Popular fundado nas propostas socialistas utópicas de organização.

#### *Subseção 1. Formação do Cooperativismo Histórico e a transformação em Cooperativismo Empresarial*

Embora o séc. XIX seja reconhecido enquanto momento de consagração de paradigmas presentes e com reflexos até a atualidade, ou seja, tentativa de a consolidação do *projeto da Modernidade* (caracterizado pelo modelo político-jurídico, o *Estado Democrático de Direito* e modo de produção capitalista) também foi palco de acentuação da desigualdade social a partir da diferença de classes, não conhecida anteriormente já que essa coloca formal e institucionalmente os homens em condições iguais (na denominada igualdade dos modernos).

Se antes o ordenamento político previa privilégios entre os estamentos sociais, em especial o primeiro e o segundo estado, em relação ao terceiro, naquele século, a partir da universalidade do princípio da igualdade, no campo do Direito se deu à consolidação das maiores conquistas do homem: os direitos civis e políticos, especialmente nas nações Revolucionárias, França, Inglaterra e Estados Unidos.

O século XIX consolidou a denominada Ordem Capitalista, nas bases do pensamento dos economistas políticos Adam Smith, a partir da preocupação com o

crescimento das grandes nações<sup>13</sup>; David Ricardo, nas inquietações com o juro, lucro, moeda e a nova designação do conceito de valor<sup>14</sup>; Karl Marx, além de outras relevantes contribuições, a percepção da mais-valia, a alienação do trabalhador, a diferença do valor de uso e do valor de troca e o fetichismo da mercadoria<sup>15</sup>.

Mas o trabalho assalariado, embora hegemônico no capitalismo, não foi a única forma de trabalho importante no decurso da civilização ocidental.

Segundo Paul Singer, nos momentos de crise do capitalismo, o trabalho cooperado aparecia como outra forma de organização<sup>16</sup>.

Alguns autores citam a existência de sinais de Cooperativismo nas primeiras organizações do homem em comunidade, entre os Egípcios, nas comunidades judaicas, ou mesmo na Idade Média.

Tais afirmações não são inverídicas, mas estariam corretas tão somente na forma de organização em *cooperação*, o que não significa *cooperativismo*, ainda que aquela possa ter servido de inspiração ao movimento.

José Odelso Scheneider, afirma que Cooperativas, antes da segunda metade do séc. XVIII, não tiveram tanto significado uma vez que não chegaram a ser organizações fortes e sistematizadas.

Assim descreve

Todas as iniciativas de cooperação existentes antes do séc. XIX caracterizaram-se por uma cooperação informal e assistemática, como as formas de ajuda mútua existentes entre a população rural de vários países. Apenas algumas experiências de exploração coletiva rural, levadas a efeito por grupos religiosos, as “guildas dos comerciantes” e as “corporações de ofício” da Idade Média e dos inícios da Idade Moderna, junto à escassa população urbana até então, revestiam-se de um caráter mais formal. A cooperação mais sistemática, que se daria dentro de certos parâmetros axiológicos e metodológicos, com a pretensão de instaurar um novo sistema económico e social fundado na cooperação, teria lugar apenas a partir da segunda metade do séc. XVIII. Esse novo modelo conceitual foi construído e aperfeiçoado na vivência concreta e inspirado nas orientações e doutrinas defendidas pelos “precursores do cooperativismo”, que se situam desde meados do século XVIII até a fundação da cooperativa matriz de Rochdale, em 1844, na Inglaterra<sup>17</sup>.

<sup>13</sup> SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. Vol.1, 4.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, 823 p.

<sup>14</sup> RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, 286 p.

<sup>15</sup> MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro 1 vol. 1 e 2. 20.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 929 p.

<sup>16</sup> SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 2001.

<sup>17</sup> SCHENEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2.<sup>a</sup> edição. São Leopoldo: Unisinos, 1999, p. 33.

Porém, embora o trabalho assalariado tenha sido hegemônico na Modernidade, o trabalho cooperado nasce enquanto espaço de resistência ao capitalismo, mas dentro dele. O paradigma do trabalho cooperado não pode ser outro senão a própria Modernidade.

Sabe-se que a classe operária reagiu ao capitalismo de duas formas: a primeira, organizando os trabalhadores em sindicatos visando à melhoria das condições de trabalho dentro do modo de produção; a segunda, resistindo a implementação do Capitalismo voltando-se para autogestão e cooperação.

O Cooperativismo, portanto, nasce enquanto espaço de resistência ao capitalismo ao mesmo tempo em que está umbilicalmente ligado ao mercado, ou seja, o espaço clássico de trocas, onde a lei não é a reprodução da vida de todos, mas, dos que sobrevivem na competitividade.

Para Francisco Quintanilha Veras Neto, o cooperativismo nasce nos estaleiros de *Woolwich* e *Chathan*, Inglaterra, quando fundados os moinhos de cereais e padarias cooperativas, devido ao encarecimento do trigo, no período de guerra contra a França<sup>18</sup>.

Na mesma época, aparecem as primeiras cooperativas de consumo, a denominada sociedade de tecelões de *Fenwick*, Inglaterra/1769 e a escocesa *Govan Victualling Sociaty*, em 1777<sup>19</sup>.

A Europa do séc. XIX estava envolta aos ares de duas Revoluções: a denominada Revolução Política, mas especificamente a ocorrida na França; a denominada Revolução Econômica, em especial a Industrial, ocorrida na Inglaterra. Essa última apresenta na produção do algodão, e posteriormente do carvão, as grandes indústrias que constroem o novo modelo de trabalho no capitalismo, anteriormente observado.

O carvão, além de gerar o trabalho nas minas, desenvolveu a indústria da construção de ferrovias para transportá-lo até os portos para exportação. Os trabalhadores ingleses ficariam divididos entre trabalhadores das minas e ferrovias; carvão e ferro<sup>20</sup>.

Os *socialistas utópicos* aparecem na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, refletindo as promessas não cumpridas da modernidade. São contemporâneos dos

---

<sup>18</sup>VERAS NETO, Francisco Quintanilha. *O Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2000, p. 50.

<sup>19</sup>VERAS NETO, Francisco Quintanilha. Idem 18.

<sup>20</sup>HOBBSAWM, Eric. *Era das revoluções (The Age of Revolution)*. 19.ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 464 p.

movimentos românticos que vivem o mesmo *mal do século*, buscando no idealismo a fuga da realidade cruel dos primeiros anos após as revoluções e conseqüências das mazelas do capitalismo<sup>21</sup>.

Para Norberto Bobbio, citado por Vilma Dias Bernardes Gil, aproximação entre socialismo e utopismo foi feita provavelmente pela primeira vez em 1839, na História da economia política do economista francês J. A. Blanqui.

A diferença entre socialismo utópico e científico, teria sido estabelecida por Marx e Engels, que, embora criticando os utopistas, reconheceram a função positiva desempenhada pelos socialismo e o comunismo crítico-utópico, especialmente pelo de Saint-Simon, Fourier e Owen, na identificação das contradições fundamentais da sociedade industrial, ao delinear o futuro ordenamento social (eliminação do contraste entre cidade e campo, abolição da família junto com a propriedade privada, transformação do Estado em simples órgão de administração em da produção, unificação da instrução e do trabalho produtivo, etc)<sup>22</sup>.

A partir de J.A. Blanchi, pode-se perceber uma aproximação do socialismo utópico com o Cooperativismo, realidade que se apresentará nos demais precursores da referida escola sócio-política.

*Robert Owen* foi uma das figuras de maior relevo dentre os socialistas utópicos e trouxe grande contribuição ao cooperativismo. Era industrial e tentou implantar, dentro de suas empresas, condições de trabalho, melhores do que aquelas que os trabalhadores tinham em seus antigos postos. Sua tentativa de organização foi frustrada razão pela qual, muda-se para os Estados Unidos e lá cria a denominada *República Ideal*, com mais de dois mil e quinhentos trabalhadores que viviam em propriedades coletivas<sup>23</sup>. Quando retorna à Inglaterra, o pensador publica mais de cem manifestos contra os juros e a intermediação dos empresários nas indústrias, que trabalhavam pouco e ficavam com os resultados do trabalho. Fundou diversos sindicatos e cooperativas<sup>24</sup>.

*Charles Fourier*, francês contemporâneo de *Owen*, segundo Marcelo Mauad, publicou vários livros dos quais se destacava o de 1829, denominado *Novo Mundo*

---

<sup>21</sup> HOBASBAWM, Eric. Idem 24.

<sup>22</sup> GIL, Vilma Maria Bernardes. *As novas relações trabalhistas e o trabalho cooperado*. São Paulo: LTr, 2002, p. 29.

<sup>23</sup> MAUAD, Marcelo José Ladeira. *Cooperativas de trabalho: sua relação com o direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 1997, 357 p.

<sup>24</sup> MAUAD, Marcelo. Idem 23, p. 29.

*Industrial*, um resumo de sua doutrina, através do qual preconizava uma numerosa associação que teria por base a agricultura e que acabaria abarcando nos seus quadros todo o gênero humano (falastério)<sup>25</sup>.

*Saint Simon* defendia a associação universal dos trabalhadores, de forma que cada um ganhasse de acordo com o que trabalhasse. Foi um dos principais defensores do princípio da educação nas cooperativas, única forma do trabalhador conscientizar-se de sua condição de explorado<sup>26</sup>.

*Louis Blanc* (literato e poeta) foi o precursor das denominadas *oficinas sociais*, espécies de associações profissionais por ramo de profissão. É um protótipo das cooperativas, misturando aprendizado com realização de trabalhos voltados para geração de renda<sup>27</sup>.

*Pierre Joseph Proudhon* foi considerado um dos principais idealizadores históricos das cooperativas. Tratado como reformista, inclusive por Marx, recusava as propostas de revolução de sua época. Era partidário da fé absoluta do povo e idealizador dos bancos do povo, através de crédito, sob juros baixos, para que os empreendimentos dos trabalhadores pudessem prosperar<sup>28</sup>.

*Charles Gide* é o primeiro socialista a debruçar-se sob os princípios cooperativistas e a sistematizá-los. Idealiza uma república cooperativista, com a possibilidade de um grande setor agrícola desenvolvido a base deste modelo de organização<sup>29</sup>. É um dos idealistas do modelo que tem formação liberal (teria sido professor de economia e na Faculdade de Direito da França) e precursora das bases teóricas do cooperativismo de consumo. Participou da fundação da ACI, tendo instigado diversos debates nas suas primeiras assembleias, participando ativamente até 1921<sup>30</sup>.

*Beatriz Webb* é considerada uma das precursoras do movimento cooperativista por compilar as idéias a respeito desta forma de organização e divulgar suas vantagens para os operários ingleses<sup>31</sup>.

---

<sup>25</sup> MAUAD, Marcelo. Op. cit. 24, p.29.

<sup>26</sup> MAUAD, Marcelo. Idem 25, p. 29.

<sup>27</sup> MAUAD, Marcelo. Idem 26, p. 30.

<sup>28</sup> MAUAD, Marcelo. Idem 27, p. 30.

<sup>29</sup> MAUAD, Marcelo. Idem 28, p. 30.

<sup>30</sup> CARNEIRO, Palmyos Paixão. *Co-operativismo: princípio co-operativo e força existencial-social do trabalho*. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981, p. 107-109.

<sup>31</sup> MAUAD, Marcelo. Idem 29, p. 31.

Convém destacar que neste período vários movimentos de trabalhadores surgiram: os ludistas, através da quebra das máquinas, para eles as verdadeiras causadoras de suas mazelas<sup>32</sup>; os anarco-sindicalistas, que viam na tomada de poder um equívoco, uma vez que o estado era uma farsa porque as premissas do contrato social eram falsas<sup>33</sup>.

Já os denominados mutualistas propunham resoluções mais imediatas a condição de miséria através da ajuda mútua, prestação de serviços de auxílio aos doentes, auxílio funeral, escola para filhos dos operários, de caráter mais assistencialista<sup>34</sup> enquanto que os socialistas entendiam a discussão institucional, através da formação de partidos políticos e disputa do poder, a saída dos trabalhadores, iniciando a Revolução dentro do espaço conquistado<sup>35</sup>.

Dentre os socialistas utópicos, um deles é o que tem maior destaque para nosso estudo: Robert Owen. Este teórico do cooperativismo foi um pioneiro muito bem sucedido da indústria algodoeira, e extraiu sua confiança na possibilidade de uma sociedade melhor não só de sua firme crença no aperfeiçoamento humano através da sociedade, mas também da visível criação de uma sociedade de potencial abundância através da revolução industrial<sup>36</sup>.

Entre seus escritos, conforme salienta Eric Hobsbawm, consta um esboço acerca da única possibilidade que compreendia para o alcance da felicidade:

O objetivo primordial e necessário de toda existência deve ser a felicidade. Mas a felicidade não pode ser obtida individualmente; é inútil esperar-se pela felicidade isolada; todos devem compartilhar dela ou então a minoria nunca será capaz de gozá-la<sup>37</sup>.

---

<sup>32</sup> HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Paz e Terra, p.17.

<sup>33</sup> Segundo José Antonio Peres Gediell, a palavra *arquê* significa arquétipo, ou seja, um modelo estabelecido. Os anarquistas eram contrários as premissas do referido arquétipo, ou seja, o modelo de Estado, uma vez que as bases do contrato social eram falsas porque ninguém na verdade abriu mão de parte de sua soberania em nome da vontade geral. Esta foi imposta de *cima para baixo*. Anotações de sala de aula. Para os anarquistas os trabalhadores deveriam organizar-se em sindicatos.

<sup>34</sup> Sobre o tema comentários dos professores Ricardo Marcelo Fonseca e Maurício Galeb em *A greve geral de 17 em Curitiba*. Curitiba: IBERT, 1996, p. 26-27. *A greve geral de 17 em Curitiba*. Curitiba: IBERT, 1996, p.27-28.

<sup>35</sup> FONSECA, Ricardo Marcelo e GALEB, Maurício. *A greve geral de 17 em Curitiba: resgate da memória operária*. Curitiba: IBERT, 1996, 107 p.

<sup>36</sup> HOBBSAWM, Eric. Idem 32.

<sup>37</sup> HOBBSAWM, Eric. Idem 36.

O trabalho em cooperativas torna-se periférico no momento em que os socialistas ganham força na disputa interna entre os movimentos dos trabalhadores, posto que, visualizavam a organização dos trabalhadores na própria fábrica, na forma de trabalho subordinado.

Porém, é quase unânime a posição de que o cooperativismo se consagrou com os denominados “pioneiros de Rochdale”.

A história do empreendimento, inspirada em Robert Owen e George Holyoake, advém da iniciativa de treze tecelões ingleses de constituir uma cooperativa de consumo para que os seus associados não fossem privados das necessidades básicas durante os períodos de recessão na Inglaterra do final do séc. XIX. Os artigos disponibilizados na Cooperativa eram desde alimentos até roupas, materiais de construção e no final, uma escola para as famílias dos cooperados<sup>38</sup>.

Arnor Lima Neto destaca que, em 1844, os pioneiros de Rochdale, *a partir do exame das causas de insucesso de associações que os antecederam, e ainda, influenciados pelos ideais reformistas e socialistas, pela primeira vez, formularam um elenco de regras básicas de funcionamento do cooperativismo* que passaria a servir como paradigma para as cooperativas posteriores<sup>39</sup>.

Os primeiros princípios do cooperativismo vieram de Rochdale e eram eles: adesão livre ou porta aberta; gestão democrática; juros módicos ao capital; retorno proporcional às operações; transações a dinheiro ou vendas à vista; neutralidade política ou religiosa; desenvolvimento do ensino.

Os Estados Socialistas, em especial a URSS, estatizaram suas empresas, burocratizaram o Estado (no melhor termo de Burocracia das Ciências Sociais – o *aparelho do Estado Moderno*), unificaram a pluralidade partidária e massificaram a produção em Cooperativas. Todavia, estas cooperativas eram diretamente vinculadas ao Estado, não

---

<sup>38</sup> CARNEIRO, Palmyos Paixão. *Co-operativismo: princípio co-operativo e força existencial-social do trabalho*. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981, p. 31-37. O autor anota que, atualmente, no espaço em que funcionava a cooperativa tem um museu que dentre as peças encontradas está uma placa da Cooperativa da Lapa, datada d 1968, agradecendo a inspiração dos denominado *probos pioneiros de Rochdale*.

<sup>39</sup> LIMA NETO, Arnor. *Cooperativas de Trabalho: intermediação de mão-de-obra e subtração de direitos dos trabalhadores*. Curitiba: Juruá, 2004, p. 127.



tendo qualquer liberdade de organização e gestão para além da decisão coletiva, como ocorrem em algumas cooperativas cubanas<sup>40</sup>.

Francisco Quintanilha Veras Neto destaca ainda outras organizações relevantes para o cooperativismo como os *Kibutz de Israel*, a *MIR*, *Ejidos*, e *Kolkoses russos*, que não serão objetos de nossa apreciação.

No Brasil, o Cooperativismo não se sabe ao certo se nasceu da influência do pensamento europeu, através dos imigrantes do início do séc. XX, ou se surge dos movimentos socialistas e anarco-sindicalistas, já no séc. XX.

Para alguns autores como Vilma Bernardes Gil e Marcelo Mauad, o ideário cooperativista entrou no Brasil pelos imigrantes italianos e alemães, no início do século XX, com a imigração. Porém, tomou conteúdos diversos, na participação de trabalhadores brasileiros, nas experiências e caminhos dos movimentos sociais que aqui se encontravam, desde as comunidades remanescentes de quilombos até outras organizações que aqui já existiam antes da imigração.

Para Vergílio Périus, as reduções jesuítas da colonização foram os fundamentos da autogestão no Brasil<sup>41</sup>, tese que está superada na visão de outros autores, devido as formas com que os jesuítas impunham aos índios a vida em coletividade e a finalidade de domesticação dos *gentis*<sup>42</sup>.

Os movimentos populares de resistência, tais como Quilombo dos Palmares, Canudos e Contestado, provavelmente tiveram experiências que poderiam ser incluídas nas discussões acerca da autogestão ou do cooperativismo. Ainda faltam bases de estudo para tais questões, mas que, no futuro, pretende-se coletar dados para discutir e analisar aqueles momentos históricos.

Vergílio Perius destaca o ano de 1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, fundou, nos sertões do Paraná, a Colônia Teresa Cristina, que teve enraizamento em

---

<sup>40</sup> O fundamento de legitimidade cubano, também utilizado pelas organizações políticas da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é que os *soviets*, unidades de participação popular constituídos ao lado da estrutura estatal como espaço de participação e decisão popular garantem a participação popular muito mais do que ocorrem nas democracias representativas ocidentais, em que dificilmente a vontade popular será realizada.

<sup>41</sup> PERIUS, Vergílio Frederico. *Cooperativismo e Lei*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

<sup>42</sup> Segundo Carlos Frederico Marés, a expressão índio ou gentil é uma invenção dos colonizadores no intuito de generalizar a complexidade das comunidades indígenas. MARÉS, Carlos Frederico. *O renascer dos povos indígenas*. Curitiba: Juruá, 1997.

outras localidades de Santa Catarina. Tal empreendimento tinha inspiração nos falastérios de Charles Fourier<sup>43</sup>.

Em 1891, Limeira/SP, foi fundada a Cooperativa de Empregados da Companhia Telefônica.

Em 1892, na cidade de Antonio Prado e Veranópolis, antiga Alfredo Chaves, Vicente Montegia criou a *Società Cooperativa delle Convezioni Agricoli Industrial*, primeira cooperativa de produtores do país<sup>44</sup>.

Francisco Quintanilha Veras Neto destaca ainda o ano de 1894 quando aparecem a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro e no estado de Pernambuco, em 1895, a Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe<sup>45</sup>.

Já no séc. XX, mais precisamente 1908, nasce a Cooperativa Internacional da Lapa, atualmente denominada Cooperativa de Consumo da Lapa, entidade marco do cooperativismo, com assento no Conselho de Entidades da Economia Solidária da Secretaria Nacional – SENAES, Ministério do Trabalho e Emprego.

A partir da década de 30 do séc. XX, o Cooperativismo sofreu uma grande retração, com a forte intervenção estatal, a partir da Ditadura instalada no Governo do Presidente Getúlio Vargas.

Convém destacar ainda, em relação ao tema da seção anterior, no entendimento de Erni Seibel, citado por Francisco Quintanilha Veras Neto, que *as primeiras cooperativas eram essencialmente de consumo, no intuito de adquirir mantimentos e insumos, na defesa dos interesses das classes que se formavam, em especial, seus interesses de consumo*<sup>46</sup>.

O primeiro marco jurídico das cooperativas é o Decreto n.º 22.239 de 19/12/1932, que define o conceito de cooperativa, elementos que deveriam conter em seus estatutos sociais, as classificações de cooperativas e sua natureza jurídica<sup>47</sup>.

No período que vai de 1838 até 1988, advento da Constituição Federal vigente, o cooperativismo sofrerá forte intervenção estatal.

---

<sup>43</sup> PERIUS, Vergílio Frederico e SCMIDT, Derli. *Cooperativismo e cooperativa* in CATTANI, Antonio David. A outra economia. Veraz, 1999.

<sup>44</sup> PERIUS, Vergílio Frederico e SCMIDT, Derli. Idem 43, p. 24.

<sup>45</sup> VERAS NETO, Francisco Quintanilha. Op. Cit. 19.

<sup>46</sup> VERAS NETO, Francisco Quintanilha. Idem 45.

<sup>47</sup> PERIUS, Vergílio Frederico. *Cooperativismo e Lei*. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p.17-19.

No ano de 1937, o então Presidente Getúlio Vargas, através de um golpe de Estado, estabelece o Estado Novo, derrubando a Constituição de 1934 e outorgando a Carta Magna de 1937, elaborada por Francisco Campos, de inspiração polonesa.

As políticas públicas desenvolvidas serão de centralização do poder nas mãos do Executivo, anulando a autonomia federalista dos Estados-Membros e praticando uma ação intervencionista do Estado nos campos social e político, buscando desarmar as tensões sociais no âmbito das classes dominantes e populares.

Exemplos de legislação da referida intervenção são: Decreto 581, de 01/08/1938, que determina a competência dos Ministérios do Trabalho, Fazenda e Indústria e Comércio para registro obrigatório e fiscalização das cooperativas e o Decreto-Lei 1.386, de 05/12/1939, que admite a entrada de pessoas jurídicas nas cooperativas da indústria extrativista.

A oligarquia agroexportadora, que num primeiro momento era contrária ao golpe de Getúlio Vargas no início de sua gestão ditatorial, recebeu benefícios financeiros – inclusive com a criação dos Institutos do Sal, Açúcar, Mate e Pinho – é tranquilizada uma vez que a política do ditador mantém inalterada a estrutura agrária baseada na grande propriedade, expandindo ainda o crédito agrícola e, principalmente, contendo a ascensão das forças populares.

Neste período, portanto, as raízes operárias e populares do cooperativismo, foram violentamente contidas pelas políticas do governo de Getulio Vargas, abrindo espaço para, num futuro breve, a tomada do movimento pelas elites agrárias, que organizaram um sistema, imposto *de cima para baixo*<sup>48</sup>.

Convém destacar que, no setor da pesca artesanal, este Governo se relaciona com as Colônias de Pescadores, através de políticas clientelistas que serão abordadas no segundo capítulo desta primeira parte.

O final da era Vargas já vive o denominado êxodo rural, intensificado nas décadas de 50 e 60, a partir da dificuldade às importações no período da primeira guerra mundial, e crescimento das indústrias nacionais, quando as ofertas e empregos aumentaram nas cidades.

---

<sup>48</sup> LIMA NETO, Arnor. Op. Cit 39, p. 138.

Sobre o período, a segunda parte da tese, no segundo capítulo, tratará da discussão econômica do referido período.

Getúlio Vargas também iniciou uma política econômica denominada *capitalismo de Estado*, financiando a construção e execução do projeto da Companhia Siderúrgica Nacional e Companhia a Vale do Rio Doce.

A política de intervenção estatal no cooperativismo se manteve, até o final de seu governo e nos próximos, com destaques as legislações a seguir.

Na década de 60, a legislação cooperativista foi alterada pelo Decreto n.º 59 de 21/11/1966, novo diploma legal das cooperativas, mas que não acabou com o intervencionismo.

A organização cooperativista na década de 60 divide-se em duas frentes: a organização do movimento popular rural, através das ligas camponesas e Agricultura Familiar, de um lado, fundando o que se denominou por Paul Singer, cooperativismo popular; trabalhadores rurais arregimentados pelos grandes latifúndios, os quais serão obrigados a trabalharem num regime assalariado simulado por um modelo cooperativista, que logo se tornará núcleo dos empreendimentos em sociedades empresariais, de outro, o que se denominou cooperativismo empresarial.

A definitiva transformação das cooperativas em *empresas cooperativas*, ou *cooperativas empresariais*, ocorre com o advento da Lei 5.764 de 16/12/1971, a partir de uma política desenvolvimentista do regime militar, que contava com o apoio de intelectuais do desenvolvimentismo que se aproximaram do Governo Militar na crise do projeto no fim 1963, antes do Golpe.

O Min. Cirne Lima, na exposição de motivos da Lei de Cooperativismo, enviada ao Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, assim justificou:

Temos a honra de submeter a Vossa Excelência o incluso projeto de Lei que “reafirma a Política Nacional de Cooperativismo, estabelece normas para as sociedades cooperativas, modifica o Conselho Nacional de Cooperativismo e dá outras providências”.

Tal iniciativa, que reputamos de alta relevância, enquadra-se nas metas de Governo e Vossa Excelência, de apoio efetivo à área rural, para incorporá-la ao processo de desenvolvimento nacional.

Dentro dessa linha de atuação, realmente não seria possível desconhecer a importância fundamental do cooperativismo brasileiro, que vem desempenhando transcendente tarefa de

organização de uma estrutura sócio-econômica, que corresponde, plenamente, às múltiplas exigências do desenvolvimento nacional.

A preocupação governamental; de dispensar o necessário apoio às atividades cooperativistas, ressalta do programa “METAS E BASES PARA AÇÃO DO GOVERNO”, onde figura promessa de “concessão de estímulos especiais ao COOPERATIVISMO”.

Em face de todo o exposto, e atendendo aos imperativos reclamados pela nossa realidade, de par com a manutenção dos princípios básicos já consagrados no sistema, algumas alterações de profundidade foram introduzidas no projeto de lei que estamos encaminhando à apreciação de Vossa Excelência<sup>49</sup>.

Dentre as modificações em relação às legislações anteriores, a referida Lei: criou o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, ou seja, um fundo público destinado à educação no cooperativismo; determinou o prazo 60 dias para manifestação acerca de autorização para registro de cooperativas (no silêncio, eram dadas como regulares); oportunizou a diferenciação de tratamento tributário ao *ato cooperativo* e outras ações para que as cooperativas *competissem no mercado*, designações expressas nas exposições do Ministro nos termos *incorporação ao projeto de desenvolvimento nacional*.

Com a criação de estímulos para o cooperativismo, a atividade ficou rentável e, conforme anteriormente anotado pelos economistas já analisados, o que é rentável, interessa para o capital, e, portanto, interessa para o Direito.

Esse denominado cooperativismo (mas do cooperativismo só terá o signo porque a prática será empresarial, da espécie assalariamento, fraudando inclusive a denominada firma por não arcar com os encargos sociais da mesma) comporá as denominadas **Cooperativas Empresariais**, organizadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Com o grande êxodo rural da década de 60 e 70, a inversão populacional no Brasil foi assombrosa. De 80 % da população do campo, a população reduziu-se a 20%. Nas cidades, ao contrário, ao fim dos anos 70, as capitais concentravam tinham 80% da população do país.

Nas cidades, o trabalho assalariado, que estabelecera sua regulação com a Consolidação das Leis do Trabalho, já sofria sua primeira *flexibilização* no advento da Lei

---

<sup>49</sup> BRASIL, Exposição de Motivos da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. A fotocópia do referido documento foi cedida no setor de registros de exposição de motivos das legislações, no próprio gabinete da Presidência da República.

que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (1966) e Lei do contrato temporário (1971).

Durante a ditadura militar, o espaço de organização cooperativista é ocupado pelas elites agrárias e ganha contornos patrimonialistas, que continuam o processo de êxodo rural.

Entretanto, os princípios do Cooperativismo foram formalmente mantidos, a partir dos respectivos dispositivos de Lei que acabaram por se referir ao seu equivalente na Aliança Cooperativista Internacional.

Desde os pioneiros de Rochdale, os princípios eram: porta aberta ou adesão livre; juros limitados ao capital; neutralidade política, religiosa e de raça; um homem, 1 voto; retorno das sobras; limitação dos juros do capital; educação em cooperativas; cooperação entre cooperativas. Estes princípios foram ratificados pela Aliança Cooperativa Internacional, órgão Internacional de Cooperativismo, desde 1895.

Em Manchester, 1966, os princípios foram ratificados e somente em 1995, cem anos depois da fundação da ACI, foram redefinidos, estando vigor atualmente com a seguinte nomenclatura: adesão livre e voluntária; controle democrático dos sócios; participação econômica dos sócios; independência e autonomia; educação, treinamento e formação; cooperação entre cooperativas; interesse pela comunidade.

Rui Namorado<sup>50</sup> justifica o princípio da adesão livre e voluntária por não ser possível impedir a entrada dos membros, devida proeminência da voluntariedade e a inserção da não discriminação e neutralidade político-partidária no mesmo referido princípio. Já a administração deve ser democrática, de acordo com o princípio anterior, 1 homem, 1 voto porque a cooperativa é uma sociedade de pessoas e a participação é desejável sendo a falta dela, um defeito estrutural.

Os juros devem ser diferentes de excedentes para servirem como mecanismos de retorno. A independência é um valor, principalmente nas relações com o Estado de modo que não coloque a soberania da cooperativa *em cheque* pela iniciativa privada.

A valorização da educação é elemento estruturante, principalmente enquanto condição dos cooperados, conscientes de seu espaço de produção.

---

<sup>50</sup> NAMORADO, Rui. *Princípios do Cooperativismo*. Coimbra: Fora Do Texto, 2000.

A intercooperação ou atuação e colaboração em rede, é a garantia de desenvolvimento de um setor cooperativista forte.

O interesse pela comunidade traduz a habitualidade nas cooperativas de encontrarem-se inseridas nas comunidades em que se encontram.

Para Guilherme Krueguer, um dos principais autores que reproduz o modelo empresarial de Cooperativismo, a adequação dos princípios deve ser aquela entendida como a melhor interpretação, de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional – ACI<sup>51</sup>.

Assim, grande parte do denominado Cooperativismo Brasileiro Oficial<sup>52</sup>, embora formado por um conjunto de sociedades cooperativas formalmente regulares em conformidade com a Lei 5.764/71, não corresponde às raízes operárias ou populares de seu próprio termo, qual seja conjunto de organizações de trabalhadores com princípios de funcionamento baseados na solidariedade, respeito mútuo, autonomia, igualdade, divisão de resultados, educação, desenvolvimento sustentável e intercooperação.

Origina-se no espaço das elites conservadoras, enquanto modelo de organização de trabalho empresarial que vise exclusivamente a obtenção de lucro<sup>53</sup>.

O Cooperativismo Brasileiro Oficial serve ao modelo capitalista adepto à fraude (já que pode existir um modelo contenha direitos sociais e cumpra o que se estipula nos contratos de emprego) porque cede a ele espaço à precarização de direitos sociais, flexibilização de conquistas históricas dos trabalhadores, organização do trabalho rural de modelo latifundiário voltado para o *agronegócio*, em detrimento da agricultura familiar e da implementação da tão sonhada e necessária reforma agrária.

A raiz contraditória das cooperativas dá origem ao aprisionamento dos princípios à lógica capitalista, aos moldes do que acontece com os direitos protegidos pelo Código

---

<sup>51</sup> KRUEGUER, Guilherme. *O cooperativismo e o novo código civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003, 223 p.

<sup>52</sup> Entende-se *Cooperativismo Brasileiro Oficial* o conjunto de organizações que, no modelo de Direito que será questionado no presente artigo, estejam regularmente registradas nos órgãos reconhecidos pela Lei 5.764/71 como *oficiais e competentes*, ou seja, as Cooperativas que realizam o processo de registro na OCB, entidade que representa as Cooperativas no Brasil e OCEPAR, no Estado do Paraná.

<sup>53</sup> As características das sociedades cooperativas, elencadas no trecho acima, podem ser retiradas das considerações acerca do conceito de Cooperativismo de MANCIE, Euclides José. Redes de economia solidária. In MEDEIROS, Alzira e MARTINS, Paulo Henrique (Orgs.) *Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos*. Recife: Bagaço, 2003, p. 37-49 e NAMORADO, Rui. *Introdução ao Direito Cooperativo*. Coimbra: Almedina, 2000; SANTOS, Boaventura de Souza (org.) : *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; SINGER, Paul. *Uma utopia militante*. 2.<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

Civil. A positividade arrancada dos princípios é aquela que favorece o interesse do capital, neste caso, do sujeito de direito do cooperativismo, que se afirma a partir das legislações atuais, no agronegócio<sup>54</sup>.

Segundo os manuais da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, a gestão, a administração empresarial, a competitividade devem estar inseridas nas metas das cooperativas. O discurso empresarial está impregnado neste modelo de cooperativismo, de forma que não se vislumbra mais a possibilidade de gestão democrática.

O próprio modelo de gerenciamento, bem como a divisão das funções, baseadas em realização de tarefas hierarquicamente designadas deixam para as assembleias um papel de mera ratificação de decisões de diretoria. Todavia, os vínculos com os princípios internacionais da ACI continuam relevantes porque dão legitimidade ao movimento, ainda que na prática, não se pratique o cooperativismo genuíno ou teoricamente elaborado. É vantajosa ao cooperativismo oficial a *fachada* calcada nos princípios, ainda que sua aplicação, de fato, inexista.

Tal entendimento limita a interpretação dos princípios e remete a centralização das diretrizes do cooperativismo aos órgãos oficiais, diversamente do que pregaram os princípios de Rochdale.

Assim, a denúncia que se faz é a prática do monismo no cooperativismo atual marcada pelo interesse do sistema oficial na exclusividade de representação para habilitar-se na captação de fundos públicos, independentemente da autenticidade da natureza das cooperativas.

Rui Namorado analisa as cooperativas pelo que chama *código genético*. Nele existe uma contradição instigante: a raiz operária e a inserção no mercado<sup>55</sup>.

Para Renato Lopes Becho, a Lei 5.764/71 reproduz os seguintes princípios: livre adesão, administração democrática, juros limitados ao capital, certo destino aos excedentes, promoção da educação e intercooperação<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> UFPR. *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: a experiência da UFPR*. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

<sup>55</sup> RUI NAMORADO vídeo-conferência UFPR, Curitiba, 2005.

<sup>56</sup> BECHO, Renato Lopes. *Elementos de Direito Cooperativo*. São Paulo: Dialética, 2002, p. 23.



Nosso entendimento acerca do Cooperativismo apresentando através dos princípios internacionalistas é de que a adesão voluntária e aberta significa o compromisso dos cooperados em não escolher e não impedir ninguém de sair de uma cooperativa, desde que não seja uma deliberação coletiva, em assembléia, o que torna soberana qualquer decisão. O princípio nasce do caráter autônomo da organização.

A gestão democrática por parte dos sócios tem em vista a participação dos cooperados de todas as discussões e deliberações realizadas na Cooperativa sob pena de não funcionar o empreendimento por ausência de democracia. Ainda que vislumbrada como parte das formas de Governo, a democracia é um exercício que não encontra limites no Estado. É uma forma de vida que leva em conta a existência de outro e um bem estar, ou melhor, o melhor bem estar para todos.

Existem alguns autores que partem da discussão da desigualdade uma vez que na Democracia, nunca existirá igualdade, posto que, se existe uma maioria, existe uma minoria que está sempre em desigualdade com a maioria que determina a sua vontade. Mas esta referência de democracia está inserida nos princípios do Cooperativismo. O Cooperativismo pode ser analisado sob o ponto de vista do Liberalismo tendo em vista a influência do Liberalismo nas raízes teóricas de seus pensadores, ainda que socialistas mas de formação liberal, ainda que em seus conceitos e perspectivas de *conhecer a realidade que observaram*.

Além disso, uma característica bastante peculiar das teorias do Cooperativismo é o fato de que cada homem represente um voto, independente das cotas que possua. Este é um princípio de matiz socialista, visto que não interessa o poder econômico, mas, a pessoa do cooperado, que tem o voto de igual valor do que qualquer outro.

A participação econômica dos sócios diz respeito à divisão dos dividendos e dos lucros da cooperativa. Este princípio faz com que o trabalhador divida tanto os benefícios e os prejuízos da autonomia no mercado.

Autonomia e independência são características liberais, típicas de empresas, mas, para conscientização do trabalhador depois da formação de um contraponto ao modelo econômico vigente, a sua autonomia, bem como a liberdade em relação ao Estado, se faz

necessária, para própria sobrevivência da cooperativa, sem a necessidade submissão institucionalizada.

A Educação, formação e informação são fundamentais para mudança na condição pessoal do trabalhador. Além de ser dono do seu próprio negócio, a condição de formação e informação melhorada devolve a dignidade ao homem trabalhador e faz do seu trabalho novamente uma ação.

Na cooperação entre cooperativas, ou a intercooperação, o cooperativismo se apresenta como possibilidade de superação da relação comercial capitalista generalizando a possibilidade de um mercado comum entre as entidades cooperativas. Estes pressupostos seduzem Paul Israel Singer a ponto de fundamentar a Economia Solidária na *intercooperação* já prevista anteriormente nos princípios do Cooperativismo Internacional<sup>57</sup>.

Rui Namorado salienta que está fixado na proposta da República Cooperativa, ou seja, um modelo de organização baseada em pequenas comunidades produtivas, que é possível o comércio entre pequenos grupos e entre si os mesmos supririam suas necessidades formando uma rede de interesses. Tal pressuposto estava presente no projeto socialista das cooperativas dos denominados *falastérios* de Fourier.

O interesse pela comunidade é um princípio que remete a consciência do cooperado com o espaço em que vive. O local de onde sai e para onde volta. O desenvolvimento e a dignidade do local em que se vive em seus descendentes vivem a preocupação da melhoria com o espaço público.

Para Rui Namorado <sup>58</sup> a idéia de Cooperativismo compreende as dimensões de esperança e futuro. O desenvolvimento do cooperativismo deve ter horizontes abertos e o seu estudo várias matizes. Na análise da formação do Cooperativismo Português, observa que aquilo que denominou *identidade cooperativa* dá autenticidade as suas práticas. O Cooperativismo do futuro deve continuar advindo da idéia de Economia Social.

---

<sup>57</sup> Segundo o modelo de Singer, seria possível que os empreendimentos solidários realizassem suas atividades comerciais, entre si, comercializando os seus produtos a partir das mesmas condições de organização do trabalho e produção, quais sejam, comércio justo, sustentabilidade ambiental, trabalho não explorado pelo pequeno empresário ou produtor, divisão de resultados, interesse na superação do modo de produção capitalista. SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

<sup>58</sup> NAMORADO, Rui. *Introdução ao Cooperativismo*. Coimbra: Almedina, 2000, 349 p.

Por detrás de sua aparente simplicidade, a noção de cooperativa exprime em si própria uma metamorfose. Verdadeiramente, essa noção só ganha corpo, quando uma prática social difusa – a cooperação entre homens – que vinha impregnando a evolução histórica da humanidade, é a autêntica seiva do viver em comum, se materializando numa série de novas entidades, num novo tipo de organizações.

Neste sentido, a cooperativa, para o autor, é um fenômeno organizativo novo, a cristalização de um fluxo solidário vindo de longe. Uma cristalização que produziu um tipo de organizações antes inexistente.

Impregnadas por uma grande ambição utópica, as cooperativas refletiram um pragmatismo quotidiano, indispensável à sobrevivência num contexto político desfavorável.

A expressão do autor é - *sedentas de futuro aprenderam a resistir ao presente, sem renunciarem à ambição de transformar a sociedade, tornando-a mais justa, contagiando-a com os seus valores.*<sup>59</sup>

Ainda, para Rui Namorado, as cooperativas surgem na alvorada do capitalismo, que emergia com o fenômeno capitalista, porém, como resistência, ao lado dos sindicatos e movimentos operários. É associativismo operário original e transforma-se em intervenção empresarial no operariado. Portanto, não tem como estranhar o mercado porque nasce dentro dele<sup>60</sup>.

Para o autor, portanto, sendo a cooperação uma constante da convivência das pessoas, fica constatada que a forma migrou para outro estado social. Caminhou dos artesãos para os agricultores e dos agricultores para os professores, liberais e até mesmo empresários.

---

<sup>59</sup> NAMORADO, Rui. Op. Cit. 58.

<sup>60</sup> Esse foi um dos argumentos que na oportunidade da vídeo-conferência na Universidade Federal do Paraná foi objeto de maiores indagações já que pareciam antagônico uma experiência socialista ou operária não estranhar o mercado e sua competitividade e exclusão.

*Subseção 2. A rearticulação do Cooperativismo e a tentativas de implementação de um projeto popular ao movimento*

O desemprego estrutural da década de 90 do séc. XX resultou numa série de discussões no campo das Ciências Sociais na tentativa de discutir soluções para a crise, mesmo na organização do trabalho, mecanismos de combate à pobreza e luta por condições de trabalho e papel dos sindicatos.

Nas Universidades Federais do Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Belém, São Carlos, Rio Grande do Sul, Pelotas, Rio Grande e do Paraná, um tema de comum preocupação: a *heterogeneidade contemporânea do cooperativismo*: discutir se ainda tem sentido dizer que o código genético das cooperativas tem raiz operária, especialmente no Brasil e se era ou poderia ser um *implante socialista* na sociedade capitalista.

Neste período foi fundada a Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares – denominada Rede de ITCP's, buscando discutir o problema, ante ao fenômeno social anteriormente descrito, oriundo dos Movimentos Sociais e políticas locais.

O novo Cooperativismo se fundava mais uma vez (já existia nas experiências internacionais) na propagação de sete princípios fundamentais, quais sejam a gestão democrática, adesão livre e voluntária, independência econômica, autonomia financeira, educação para o cooperativismo, o interesse pela comunidade e intercooperação, repensados a partir de outras fundamentações.

Percebe-se que no então denominado *Cooperativismo Popular*, enquanto conjunto de Cooperativas formadas essencialmente por trabalhadores, oriundas de Movimentos Sociais no qual eram atores, os empreendimentos organizaram-se em *Redes*, devido à fluidez do mecanismo de organização social, que possibilita a capilaridade e mobilidade necessária para a organização, já que as firmas, na atual fase de organização do capital, utilizam o sistema de redes para se organizar e reagrupar com maior rapidez.

As teses para defender o Cooperativismo que se fundava, mais do que firmar-se nos princípios acima elencados, especialmente *interesse pela comunidade e intercooperação*, já que necessários para a afirmação das realidades locais, desenvolvimentos das comunidades em que vivem os trabalhadores cooperados e formação de uma rede de comercialização de produtos oriundos de uma nova ética do trabalho deveria garantir a democratização dos resultados do trabalho, ação problematizada no mesmo período por Rui Namorado nas lições que trouxe à Curitiba, em sua Conferência na Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFPR.

Para ele, o interesse pela comunidade deve estar aliado à autonomia coletiva, pois ninguém é livre ou autônomo quando não percebe o verdadeiro significado das palavras aqui construídas, eivadas do conteúdo e significação de seu verdadeiro sentido.

A *autonomia coletiva*, no Cooperativismo, significaria interessar-se pelo desenvolvimento de sua comunidade, pois significa a garantia de aprimorar o trabalho em prol do desenvolvimento social dos próprios trabalhadores fazendo com que, inclusive no que tange a nova condição do trabalhador e da forma como se reconhece no mundo, ele possa melhor servir-se da vida.

A educação para o cooperativismo garante ao trabalhador a educação para melhor inserção no trabalho, na ação, na conquista de sua dignidade, no reconhecimento enquanto cidadão, qual seja, componente de uma comunidade em que todos têm acesso ao respeito.

Os trabalhadores com acesso ao conhecimento, não somente com o conhecimento tradicional, mas o popular – reconhecido enquanto conhecimento – passariam a compor o espaço de civilidade fazendo parte da formação da esfera pública porque se sentiriam inseridos nela.

Por outro lado, embora os princípios tivessem um potencial emancipatório relevante, o cooperativismo empresarial utilizou como estratégia de hegemonia, a formalização absoluta das cooperativas para evitar que as mesmas fossem utilizadas pelos movimentos populares, de forma que estes, sempre teriam que se organizar à margem da Lei.

Na doutrina acerca do Cooperativismo, autores como Maurício Godinho Delgado<sup>61</sup> discutiam outros dois princípios relevantes quais sejam o da denomina *dupla qualidade e retribuição pessoal diferenciada*.

A dupla qualidade refere-se questão do resultado satisfatório do trabalho para os contratados bem como o mesmo resultado satisfatório, inclusive econômico, para os cooperados.

A retribuição pessoal diferenciada refere-se a recebimento de benefícios aos trabalhadores cooperados que lhes garanta condição melhor do que a dos trabalhadores empregados.

Assim, os principais teóricos nacionais do Cooperativismo refletem o tema a partir de um conceito de cooperativismo tradicional, enquadrado no modelo jurídico monista – direito que encontra sua única fonte no Estado e entrega a organização das cooperativas para uma entidade institucional – no Brasil a Organização das Cooperativas Brasileiras/OCB – tais como Waldírio Bugarelli<sup>62</sup> e Irani Ferrari<sup>63</sup>.

Já a Organização Internacional do Trabalho – OIT entende como cooperativa:

uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através da criação de uma empresa de propriedade conjunta e gerida de forma democrática", baseada nos "valores cooperativos da auto-ajuda, responsabilidade pessoal, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, uma ética fundada na honestidade, transparência, responsabilidade social e interesse pelos demais, e nos princípios cooperativos internacionalmente reconhecidos elaborados pelo movimento cooperativo internacional: adesão livre e voluntária; gestão democrática por parte dos sócios; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas, e interesse pela comunidade.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, entre seus valores e princípios fundamentais, o valor social do trabalho e a livre iniciativa, uma contradição que parece muito mais uma consequência da luta de forças da Assembléia Nacional Constituinte do

---

<sup>61</sup> DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2001.

<sup>62</sup> BUGARELI, Waldírio. *As Sociedades Cooperativas e a Sua Disciplina Jurídica*. 2.<sup>a</sup> ed. ver. atua. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

<sup>63</sup> FERRARI, Irani e AFFONSO, Georgia Crisitina. *Cooperativas de Trabalho: existência legal*. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo: LTr, 2002, 92 p.

que a intenção do legislador, trazendo à baila outra categoria genérica de nosso ordenamento jurídico.

Para José Joaquim Gomes Canotilho os princípios fundamentais de nossa República, instalados nos primeiros quatro artigos de nossa Constituição Federal, em especial os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa são diretivas, parâmetros, expressões norteadoras de nosso ordenamento jurídico e como tal devem ser consideradas e *representam nosso horizonte, para onde devem estar voltados nossos olhos, nossa direção*<sup>64</sup>.

Nos artigos seguintes, a Constituição estabelece os direitos fundamentais, divididos em fundamentais individuais e fundamentais sociais, respectivamente.

Dentre os primeiros, a inviolabilidade do *livre exercício de qualquer trabalho ou profissão, livre associação e criação de associações e, na forma de lei, cooperativas independente de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento* (arts. 5.º, inciso XIII, XVII e XVIII e seguintes da CF/88).

Já em relação aos direitos fundamentais sociais, os elencados no artigo 6.º (educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, previdência, proteção à maternidade e a infância e assistência aos desamparados) e 7.º, *caput*, direitos dos trabalhadores, urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social. Em seguida, desde o inciso I, a partir do que se entende por *relação de empregabilidade*, relação subordinada, assalariada nos países em que se alcança o assalariamento.

O direito estabelecido no inciso I do art. 7.º é denominado *direito social a relação de emprego, contra despedida arbitrária e sem justa causa, com previsão de indenização*.

Historicamente, a inclusão da segunda parte ao artigo 7.º, inciso I, já foi uma flexibilização, precarização de direito, porque a estabilidade no emprego, além de ser substituída pelo FGTS em lei específica, foi abalada neste artigo pela indenização quando da demissão por justa causa de forma que a referida indenização substitui a possibilidade de garantia de emprego.

Portanto, uma condição diferenciada da própria indenização (multa de grande valor quando de rescisão de contrato, em favor da coletividade – cooperados, por exemplo, ou até

---

<sup>64</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. Coimbra: Almedina, 2002.

mesmo cláusula penal elevada) pode representar direito que vise à melhoria da condição social do trabalhador, conforme o *caput* do artigo 7.º da CF/88.

Todavia, não se construiu um *diapasão* que possa ser utilizado para avaliar a melhor condição ao trabalhador, dividido entre a livre associação e organização em cooperativa e as regras coletivas definidas em assembleias, de um lado, e a relação de emprego, possibilidade hegemônica sob o capital, de outro.

Além dos dispositivos acima citados, no art. 174, § 2.º da mesma CF/88 assegura o constituinte o *estímulo e apoio ao cooperativismo e outras formas de associativismo*, também como forma de organização do trabalho.

Assim, as denominadas *Cooperativas Populares*, alinhadas aos movimentos sociais, como foi o caso do MST, ganharam espaço no movimento cooperativista somente no final da década de 90 e se constituem, em sua maioria, entre 1995 e 2009.

Entretanto, foram frutos de políticas sociais – num primeiro momento regionalizadas em experiências governamentais estaduais e municipais – elaboradas hegemonicamente por intelectuais do Partido dos Trabalhadores e, posteriormente, se desenvolvendo a partir do Governo Lula / 2003 – 2010.



## Seção 2. Economia Solidária: apresentação do conceito, as potencialidades e os limites econômicos e políticos da denominada *outra economia*

Conforme afirmação anterior, um dos principais teóricos da denominada *outra economia* ou mais precisamente Economia Solidária é Paul Israel Singer. Para o autor a Economia Solidária surge com um *novo modo de produção* com potencial de superação do modo de produção capitalista. Representa a resistência dos trabalhadores a um modo de produção que não leva em conta a sua vida, mas a acumulação material e a exacerbação do poder.

Singer afirma que a Economia Solidária

condena no capitalismo, antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude.

Um dos principais argumentos de Para Paul Israel Singer é de que há pistas da Economia Solidária naquela que se denominava *economia social* sistematizada há 150 anos, na Europa.

Já na época, os adeptos da economia social criticavam a ênfase ao reducionismo econômico, que não leva em conta os problemas sociais. Para José Luis Coraggio eram *experiências econômicas sem fins lucrativos, pautadas na ética e nos princípios de solidariedade, como as associações de apoio mútuo e as cooperativas*<sup>65</sup>.

Marcos Arruda denomina Economia Solidária de *socioeconomia solidária*, a partir de um conjunto de experiências econômicas não-capitalistas. Para ele, trata-se de um

Sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária, a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim

---

<sup>65</sup>CORAGGIO, José Luis. Política social & economia del trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad. Buenos Aires/Madrid: Myño & Dávila Editores, Universidad Nacional de General Sarmiento, 1999.

de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho e atividades restritivas a sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável seu desenvolvimento propriamente humano, social e da espécie<sup>66</sup>.

O referido autor traça um recorte entre Economia Solidária e Economia Popular. A primeira, voltada para uma conexão entre os princípios da solidariedade e da cooperação e a segunda, mais ampla Economia que podem estar classificadas em cinco tipos de iniciativas populares: soluções assistencialistas, atividades ilegais e pequenos delitos, atividades informais, microempresas e pequenos negócios familiares, organização de pequenos grupos que se associam para questões emergenciais, próximos normalmente a paróquias, sindicatos, associações de bairros, partidos políticos, entre outros.

Portanto, nem todo popular é solidário.

De outra sorte, no Rio Grande do Sul, a Economia praticada sob a denominação solidária, recebeu imediatamente a nomenclatura Popular Solidária, por vincular-se a um projeto de Governo Popular, no caso de Olívio Dutra (1999-2002).

Lia Vargas Tiriba aponta o denominado fator “C” nas organizações solidárias: cooperação, companheirismo, colaboração, comunidade, coletividade, coordenação.

Para ela, na síntese de seus argumentos

Estes são valores que caracterizam uma ação conjunta e solidária. Do mesmo modo, nem toda economia de solidariedade é economia popular, uma vez que é possível encontrar elementos de solidariedade em outras organizações e em outras atividades econômicas de estratos sociais não populares. Entendendo a economia popular de solidariedade como um ponto de intersecção entre a economia popular e a economia de solidariedade, as OEP seriam concebidas como um modo de fazer a economia tendo como tendência (e não necessariamente como realidade) um modo de produzir, distribuir bens e recursos, e de consumir alternativos ao capital<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> ARRUDA, Marcos. *Humanizar o supra-humano. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis: Vozes, 2003.

<sup>67</sup> TIRIBA, Lia Vargas. *As Organizações Econômicas Populares*. Petrópolis: Vozes, 2000. A autora denomina OEP as organizações econômicas solidárias.

Fernanda de Oliveira Santos e Eloíza Mara da Silva <sup>68</sup> escrevem a respeito das inovações da Economia Popular Solidária, dos empreendimentos populares que, embora se reconheça o seu espaço de organização incipiente em relação ao espaço de organicidade e socialização do capital, seriam lacunas do modelo atual e nas lacunas se encontrariam os sinais dos tempos futuros.

Uma das inovações organizacionais das últimas décadas do séc. XX e primeiras no séc. XXI é a organização em Rede, decorrente de uma nova divisão do trabalho. Segundo Abíli Lazaro Castro de Lima, a globalização econômica gera uma exclusão estrutural, para além dos limites dos direitos garantidos pelas estruturas estatais.

Vejamos

Quando analisamos a globalização econômica, vimos que ela produziu uma nova divisão internacional do trabalho, caracterizada pelo processo de produção sendo realizado em vários países. Este novo processo, que engendra o desemprego, a diminuição progressiva de salários e das condições de trabalho e a perda das garantias sociais, segundo a leitura de *Milton Santos* gerou um tipo de peculiar pobreza, por ele denominada “pobreza estrutural” orquestrada pelas empresas transnacionais e instituições internacionais, globalizando-se por todo mundo e propagando a exclusão social.<sup>69</sup>

Entretanto, independente da questão da exclusão, a nova organização se dá sob a forma de rede. No texto *o império do sentido* François Dosse traz a idéia de *rede* para o campo das ciências sociais

As redes são ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como discurso, coletivas como a sociedade. Ao contrário do seu sentido usual, a utilização do termo redes em antropologia das ciências corresponde à vontade de manipular uma noção que permita evitar toda a visão compartimentada da sociedade. Ela se diferencia assim da idéia de campo, subcampo, instituições que pressupõem conjuntos homogêneos definidos por tipos de ações, regras de jogos particulares.

Também define nosso autor que

---

<sup>68</sup> SANTOS, Fernanda de Oliveira e SILVA, Eloíza Mara da. *A legitimidade da economia solidária: os eixos principiológicos dos grupos populares para legalidade do Estado Democrático de Direito Brasileiro – princípios da economia solidária*. Artigo publicado na Revista “Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania” do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

<sup>69</sup> LIMA, Abili Lázaro Castro de. *Globalização econômica, política e direito: as mazelas causadas no plano político jurídico*. Porto Alegre: Fabris, 2002, p.291-292.

a segunda característica dessas redes é a confusão que implica entre humanos e não-humanos, sujeitos e objetos. São redes sócio-técnicas que envolvem “fluxo de instrumentos, competências, literatura, dinheiro, que alimentam e sustentam laboratórios, empresas ou administrações. As redes assim são marcadas por uma forte heterogeneidade. Levá-las em consideração permite insistir sobre a importância daquilo que parecia até então exterior à ciência.

Mas, se existem as Redes nas empresas, também aparece, no campo das Ciências Sociais, uma proposta de organização que acaba sendo utilizada pelo cooperativismo popular que, de certa forma, combate no campo da organização do trabalho fundamentando a formação e organização do movimento social no formato de redes, tais como prevê François Dosse.

Para Euclides Mance, as Redes de Colaboração Solidária significam *uma estratégia de organização pautada, em especial, no consumo solidário. Sendo a célula (unidade produtiva) a unidade básica da Rede*, para o autor

cada uma se conecta na outra, em movimentos de produção e consumo, articulando-se em laços de realimentação, buscando o fortalecimento mútuo tendo como objetivo gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e construir uma nova sociedade em que não haja a exploração das pessoas ou a destruição da natureza<sup>70</sup>.

O autor apresenta um conjunto de regras que as redes devem seguir para obter sucesso. São elas:

- 1) os participantes se comprometem a comprar produtos e serviços da própria rede;
- 2) o excedente deve ser reinvestido na rede, para aumentar a oferta solidária de produtos e serviços;
- 3) organização de grupos de compras conjuntas: com desconto obtido na compra por atacado, pode-se organizar um fundo para atender as próprias demandas;

---

<sup>70</sup> MANCE, Euclides. *A revolução das redes. a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, Vozes, 2000.

- 4) organização de lojas e armazéns solidários, em diversos bairros, que facilitem o comércio de produtos feitos nas redes solidárias;
- 5) compra de conjunto de insumos, compartilhando equipamentos e instalações o que reduz os custos e aumenta o excedente produtivo;
- 6) criação de cooperativas para atender as demandas, formando cadeias produtivas (exemplo: padarias comunitárias sendo abastecidas por ovos de uma granja criada com o apoio da Rede para atender a essa demanda;
- 7) aumentar a diversidade de produtos e serviços, convidando, para montar uma rede local, clubes de mães, horta comunitárias, cooperativas populares, etc (...) <sup>71</sup>.

E assim seguem as instruções elencando ainda informações sobre não exploração de trabalhadores nos empreendimentos, questões ecológicas, a discussão da sustentabilidade, divisão de excedentes e abominação do lucro, atividades para lazer e afetividade e não para combater o desemprego, tudo no sentido de proteger e reproduzir a dignidade da pessoa humana.

Um momento importante, levantado por Paul Singer sobre a retomada da Economia Solidária nos anos 80 e 90, com a crise do emprego ou com o desemprego estrutural, foi a criação, em 1994, durante a realização do 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, da ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Surge a associação, segundo Singer, para assessoria aos empreendimentos solidários da época, ajudando-os na luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e ao mesmo tempo pelo fim da subordinação ao capital.

Anota o autor, citando NAKANO (2000:68):

Os projetos precisavam ser coordenados porque, mesmo inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiam as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões, novas para eles, entre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Se, por um lado, as relações de solidariedade entre trabalhadores, o apoio de alguns sindicatos às suas iniciativas eram fundamentais, por outro não eram suficientes. Havia a necessidade de articular pessoas e instituições, democratizar informações, criar um espaço para o debate e produção de alternativas. Enfim, a necessidade de uma entidade que assumisse esses papéis. Era o começo da Anteag <sup>72</sup>.

<sup>71</sup> MANCE, Euclides. Op. Cit. 70.

<sup>72</sup> SINGER, Paul. *Economia Solidária: a recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil*. In SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 89.

Ao longo da segunda metade da década de 90 do séc. XX, a associação se consolidou pelo trabalho na recuperação de empresas autogestionárias e, no final da década a referida entidade passou a assessorar projetos em todo o Brasil.

Em 2000 o Governo Olívio Dutra, Rio Grande do Sul realizou convênio com a empresa para prestar assessoria aos municípios gaúchos a cerca das experiências solidárias, um dos principais motivos do “espraiar” da metodologia nas experiências petistas de governo. Mais tarde alinhou-se a ADS – CUT e ao Governo de Cuba para fornecimento de agrônomos especialistas nos casos de experiências na agricultura.

Fundada nas experiências de Economia Social (Charles Dunoyer, Léon Walras, Marcel Mauss e Jean Jaurès) a Economia Solidária e o Cooperativismo Popular foram convertidos em políticas do Governo Lula. O pensamento hegemonizado do referido Governo acredita na Economia Solidária e Cooperativismo Popular como prática de emancipação social e transformação do capitalismo, ou ainda, superação do capitalismo ou mesmo capacidade de se constituir como outro modo de produção, nas palavras do próprio Paul Singer.

Ocorre que, e estas afirmações não serão objetos do presente capítulo, os compromissos assumidos pelo mesmo Governo Lula, do ponto de vista da política de alianças pela governabilidade, dos espaços estratégicos que ocupam os representantes das oligarquias rurais tais como o Ministro da Agricultura e seus seguidores, as fatias destinadas ao PMDB e os seus compromissos com as elites locais e a sua política de atraso e clientelismo, são os limites do atual Governo, infelizmente.

Assim, a Economia Solidária, carente de método, de fundamentação teórica, de prática eficaz na crise, mas de definhamento nos momentos de altos índices de emprego, se estabelece como mecanismo de controle social.

A Economia Solidária e o Cooperativismo Popular, embora materializados em empreendimentos, são frutos de ações. Num primeiro momento ações da Igreja Católica (a própria ANTEAG tem origem na Igreja Católica) e Luterana, especialmente na região Sul do Brasil – de fácil identificação nos discursos acima elencados todos constantes de manuais e cartilhas dos movimentos católicos populares – e num segundo momento, de

ações de governo, seja no âmbito municipal e estadual (nas experiências populares de dos anos 80 e 90), seja no âmbito federal, com o Governo Lula.

Cabe destacar que, o movimento social e suas organizações na Economia Solidária oportunizaram e ainda oportunizam, conforme observação posterior, a recuperação da identidade e fortalecimento das relações sociais entre trabalhadores e o exercício da solidariedade.

O problema está, de um lado, na falta de aprofundamento teórico de análise da proposta e falta de consistência na defesa de seus pressupostos, por tratar-se de proposta com a pretensão de superação do capitalismo.

Tanto as análises dentro da proposta do Capitalismo quanto à construção de sua crítica e socialismo real, são profundas, técnicas, altamente debatidas e processadas nas mais complexas construções do conhecimento, com o domínio especial de todos os clássicos por parte de seus defensores e detratores. É aqui o maior defeito da Economia Solidária embora se reconheça o profundo reconhecimento de Paul Israel Singer como um grande intelectual brasileiro.

Desta forma, por não se justificar enquanto teoria e não se afirmar como uma prática que resulta a superação do capitalismo ou a formação de um novo modo de produção, atualmente ela é política social.

Assim, uma das correntes da crítica da Economia Solidária e Cooperativismo Popular é que, tornados políticas sociais (de acordo com a interpretação apresentada) ainda não encontram aderência na realidade brasileira, limitando-se a um modelo de política social com a pretensão de ideais transformadores e emancipatórios, mas que ainda se converte em política assistencial.

Tais afirmações podem ser problematizadas por análise do denominado *equivoco teórico*, ou denominado de idealismo de Paul Israel Singer na visão de Claus Germer e Liana Maria da Frota Carleial. Ainda, num segundo momento, os argumentos gerais de Reinaldo Gonçalves e Luiz Filgueiras no que tange a política social do Governo Lula durante o seu primeiro mandato, levantam hipóteses acerca do limite da participação popular no Governo Lula.

Como a pesca artesanal é o objeto de estudo da tese, enquanto experiência a ser observada, ela será apresentada na primeira parte e reapresentada na terceira parte, a fim de comprovar os limites do Cooperativismo Popular e Economia Solidária presente nos discursos de seus pensadores, além de Paul Singer.

O principal argumento de Paul Singer é a aproximação que o autor faz dos movimentos de trabalhadores e o movimento cooperativista na tentativa de vincular o cooperativismo como uma proposta emancipatória de caráter político e libertador, nos termos apresentados pelos socialistas científicos, tal e qual Marx e Engels.

É importante salientar, que mesmo no séc. XIX, o cooperativismo fica no campo das idéias, proposta de superação do mundo capitalista que não se viabiliza como o movimento dos trabalhadores na superação do Estado e da desigualdade pela via da união do proletariado.

Claus Germer<sup>73</sup> apresenta dura crítica às teorizações de Paul Singer através do ensaio *Economia Solidária: uma crítica marxista*<sup>74</sup> tendo como um dos eixos centrais de argumentação, considerados essenciais, tanto do ponto de vista histórico quanto teórico: em primeiro lugar, à concepção da história das lutas dos trabalhadores pelo socialismo como uma história do desenvolvimento da Economia Solidária; em segundo, à caracterização da Economia Solidária como modo de produção alternativo ao Capitalismo; finalmente, à concepção da cooperativa de produção como forma típica do modo de produção solidário, com base na análise da posição dos autores clássicos do marxismo sobre o papel do cooperativismo.

Quanto ao último argumento, as denominadas fábricas-cooperativas (verdadeiros empreendimentos com potencial de emancipação operária, na visão Marx e Engels, conforme lição do professor paranaense) não são tratadas por Paul Israel Singer.

Outra dificuldade apontada pelo autor é *não esforço* de Paul Singer em precisar os fundamentos teóricos de suas teses e propostas na Economia Solidária e a mudança de opinião sobre pontos específicos do tema, sem a preocupação de se evitar afirmações contraditórias dificultam qualquer possibilidade de crítica.

---

<sup>73</sup> Claus Germer é professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Economia da Universidade Federal do Paraná.

<sup>74</sup> GERMER, Claus. *Economia Solidária: uma crítica marxista*. Revista do Núcleo de Direito Cooperativo e cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007, n.1, p. 51-73.



Em relação ao primeiro argumento de conteúdo, acerca da história da Economia Solidária, é descabida a construção de uma aproximação entre a história de luta operária rumo ao socialismo e a formação do cooperativismo internacional, uma vez que o Cooperativismo analisado por Paul Singer é um movimento juvenil do séc. XIX, de menor importância ante a todos os demais movimentos de trabalhadores, desde o ludismo, passando pelo anarco-sindicalismo e as primeiras tentativas de formação de sindicatos, até os movimentos a partir de 1848, com as teorias e lutas caracterizadas pela intervenção do proletariado no processo social como classe consciente de sua própria identidade social e política, consagradas pela história do pensamento operário nas teses de Marx e Engels, conforme análise que se fará no primeiro capítulo da II parte.

Afirma Claus Germer

Em contraste com isso o cooperativismo, núcleo estratégico do projeto de economia solidária de Paul Singer, a despeito de sua relevância como sintoma do nascimento do embrião da nova sociedade, em nenhum momento foi capaz de catalisar um processo significativo de mudança dirigido pela classe trabalhadora. Ao contrário de representar a continuidade de um processo crescente de lutas dos trabalhadores (é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo), a tentativa de re-estabelecer o cooperativismo como centro da luta dos trabalhadores pelo socialismo, nos dias de hoje, constitui um retrocesso às limitadas ações anti-capitalistas dos trabalhadores na sua infância como classe social. Acima de tudo induz a classe trabalhadora a lutar por soluções fantasiosas, conduzindo-a a uma forma de luta que a longa e trágica história revelou ineficaz<sup>75</sup>.

Acerca das cooperativas de produção como unidade típica da Economia Solidária não existe nestas unidades possibilidades de superação do capital porque delas só se estabelecem relações em que a possibilidade de superação do capital não está sequer próxima, dadas as relações que se travam na organização interna da cooperativa. Nas organizações de produtores associados, por exemplo: a organização se dá na tentativa de coletivamente se vender os seus produtos, em melhores preços ou melhores condições mas nunca em condições que as relações do capital se modifiquem.

Uma reflexão bastante interessante, defendida por Claus Germer no artigo *Economia Solidária: uma crítica com base em Marx* é o fato de Singer defender as cooperativas disputando no mercado no sistema de concorrência.

---

<sup>75</sup> GERMER, Claus. Op. Cit. 74.

Afirma Claus Germer:

Se as cooperativas participam da concorrência no mercado, a vitória da mesma exigirá que cada cooperativa persiga a redução de custos unitários e, para tanto, o avanço tecnológico e o aumento das escalas de produção, ou seja, a acumulação. Para haver acumulação, terá de haver excedentes, o que exigirá a compressão da remuneração individual, no limite, ao custo de reprodução da força de trabalho, por um lado, e a maximização da rentabilidade por outro. Consequentemente, a concorrência implicará a transferência de “capitais” entre setores em função de uma medida de rentabilidade média, que necessariamente terá que existir como fator de distribuição do trabalho social entre setores, uma vez que, tratando-se de uma economia não planejada, não haverá plano social de produção e distribuição. A medida da rentabilidade será necessariamente a atual e conhecida taxa de lucro. Todas estas características são características da economia capitalista. Como não se conhece economias capitalistas sem capitalistas e assalariados, caberia a Singer explicar a natureza do híbrido econômico-social que emerge das suas especulações<sup>76</sup>.

Liana Maria da Frota Carleial (e outras autoras) conceitua Economia Solidária como inovação organizacional reconhecida pela *inovação organizacional caracterizada apropriação coletiva de resultados*<sup>77</sup>.

Entretanto, a autora acima citada, destaca que a denominada Economia Solidária não cumpre qualquer papel estruturante na atual fase do capitalismo.

Através da análise de 5 pressupostos, quais sejam – problematização, informalidade, conceito, práticas – chega a conclusão de que a política pública instalada pelo Governo Federal através das SENAES, limita-se a concessão de recursos para uma nova linha de financiamento e não o pensar de uma política pública que atinja a real função do Estado, qual seja a garantia de exercício de direitos sociais e acesso aos mesmos, sem considerar a política pública regionalizada, de acordo com a necessidade de cada região<sup>78</sup>.

No mesmo sentido, aponta que a Economia Solidária já tem problemas no nome, já que aliar Economia, realidade material Capitalista e Solidariedade, a partir de experiências solidárias, o que se atinge, no máximo é o aspecto político da organização e nunca o

<sup>76</sup> GERMER, Claus Magno. Economia Solidária: uma crítica com base em Marx. Universidade Federal do Paraná, 2002.

<sup>77</sup> CARLEIAL, Liana Maria da Frota, CARRION, Rosinha, BAL, Maria Madalena e TOSIN, Marcilene. *Economia Solidária e Informalidade: pontos de aproximação, proposta conceitual e “novos” desafios para a política pública*. I Seminário Paranaense de Estudos do Trabalho. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Economia. Nov. 2003.

<sup>78</sup> CARLEIAL, Liana Maria da Frota, CARRION, Rosinha, BAL, Maria Madalena e TOSIN, Marcilene. Idem 77.

econômico. Sendo assim, porque não assumir o caráter de política de indução e finalmente realizá-las de forma planejada? As firmas-redes, a partir das sociedades anônimas, apontam para saída de superação do capital, em caminho diverso do que pretende a autogestão, que funciona como mecanismo de controle político (porque vende uma ideologia de forma eficaz), mas não supera nada do ponto de vista das relações materiais de reprodução do modo de produção.

Assim, segundo a autora

há em curso uma política de indução ao trabalho associado quer sob forma de cooperativas populares, quer de associações. Esta indução resulta claramente das restrições ao crescimento econômico nos últimos 25 anos, da importante concentração funcional de renda, dos efeitos deletérios produzidos pela implementação de políticas de cunho neoliberal e pela forma passiva que o país adentrou à globalização nos anos 90 do século passado. Diante da impossibilidade de geração de postos de trabalho na medida das necessidades das populações em idade ativa e da instalação de importantes segmentos populacionais em condições diferenciadas de manifestação do exército industrial de reserva, estimula-se o trabalho associado<sup>79</sup>.

Em pesquisa realizada pela autora, observando 32 empreendimentos na região metropolitana de Porto Alegre e Curitiba foi composta uma amostra de empreendimentos solidários, sendo 15 da região metropolitana de Porto Alegre e 15 da região de Curitiba, sendo aquelas na indústria da reciclagem e metalurgia e estas reciclo, prestação de serviços e alimentos.

Um dos resultados alcançados foi que, das empresas observadas, apenas 1 possuía um projeto prévio à constituição da cooperativa. As demais, todas eram empreendimentos gerados pela indução da política pública o que, na compreensão da autora, representam uma saída à falta de alternativas que lhe garanta a sua sobrevivência material<sup>80</sup>.

Os argumentos são fortes do ponto de vista teórico e do ponto de vista da realidade social e efetivação de políticas sociais. Estarão fundamentando as discussões no decurso da apresentação da tese e podem ser ilustradas posteriormente, quando da análise do Cooperativismo na pesca artesanal, quando o fenômeno também é observado.

---

<sup>79</sup> CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Economia Solidária: utopia transformadora ou política pública de controle social. Estudos de Direito Cooperativo. Programa de Pós-Graduação em Direito. 2008 – número 2. Curitiba: UFPR, 2008.

<sup>80</sup> CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Idem 79, p.35.

### Seção 3. O Direito Cooperativo e a difícil organização dos trabalhadores ante a Lei e o Estatuto

As Legislações que regulam o Cooperativismo são especialmente as Leis 5.764/71 e Lei 8.949/94. No Brasil foram as Universidades que pela primeira vez realizaram a tarefa de problematizar e criar oportunidades de espaços de pesquisa e extensão que possibilitassem discutir a categoria *trabalho* e a crise do assalariamento, ou ainda, se são possíveis outras formas de trabalho além do autônomo, sem utilização do discurso neoliberal de flexibilização e percebendo que o trabalho subordinado poderia ser rediscutido, com tranqüilidade, sem o perigo de com isso, se perderem mais direitos conquistados.

A Lei n.º 8.949/94, ou seja, a Lei das denominadas Cooperativas de Trabalho revigorou um modelo de cooperativa já existia na Europa do séc. XIX, visando o combate ao desemprego.

Entretanto, no Brasil, as Cooperativas de Trabalho acabaram originando as *cooperगतos* ou *cooperfraudes*, na espécie Cooperativa de Mão-de-Obra, a partir da brecha que a Lei estabeleceu com a alteração do Parágrafo Único do art. 442 da CLT.

O projeto de Lei das Cooperativas de Trabalho era uma demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, justificada pelos relatórios dos Deputados Chico Vigilante e Hélio Bicudo, no início dos anos 90.

Ocorre que, o Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, Deputado Inocêncio de Oliveira – PFL, para aprovar o projeto, acrescentou alteração um item no artigo do projeto de Lei, que apontava o seguinte texto: *não haverá vínculo entre o trabalhador e as cooperativas e entre aqueles e os tomadores de serviços*. Esse dispositivo acabou positivado no atual Parágrafo Único do art. 442 da CLT.

Tal procedimento, na prática, possibilitou que diversas cooperativas intermediassem mão-de-obra, sob a inscrição de cooperativa, mas na verdade, fraudarem a legislação trabalhista, de forma institucional.

Assim, de acordo com a classificação doutrinária de Maurício Godinho Delgado<sup>81</sup> a partir de estudos de Marcelo Mauad<sup>82</sup>, as Cooperativas de Trabalho dividem-se em três espécies distintas: Cooperativas de Produção, Cooperativas de Serviços e Cooperativas de Mão-de-Obra, sendo que esta última, a situação controvertida a que se fez referência.

Uma vez não existindo *vínculo* entre os *cooperados* e a *cooperativa* e entre aqueles e os *tomadores de serviços*, basta que se denomine cooperativa que o vínculo empregatício está descaracterizado, pois o que importa é a formalidade da Cooperativa.

E foi o que de fato ocorreu, especialmente na década de 90, fato que necessitou pesada investida do Ministério Público do Trabalho e da Hermenêutica do Direito do Trabalho (a partir dos Juízes do Trabalho) fixando o entendimento de que a função social da empresa e respectiva responsabilidade social, em conjunto com a aplicação do art. 9.º da CLT, demonstram a não suficiência da existência formal de vínculo mas, a sua não existência no caso concreto, na relação de trabalho observada na prática.

Note-se que, embora não existissem vínculos entre os cooperados e as cooperativas, mesmo nas situações de fato, o Ministério Público do Trabalho combateu todas as cooperativas de mão-de-obra, indistintamente, populares ou não fazendo com que diversos empreendimentos oriundos de incubação pelas Universidades Federais fossem atingidos pela ação nacional da Procuradoria do Trabalho, que entendeu realizar sua tarefa, enquanto fiscais da Lei, qual seja, as Leis de proteção aos direitos fundamentais sociais ligados aos trabalhadores.

É fundamental a demarcação do presente recorte entre as cooperativas populares e as cooperativas tradicionais.

Dentre os teóricos das Cooperativas de Trabalho existe um entendimento diverso acerca do seu surgimento: as Cooperativas de Trabalho são organizações que serviram de alternativa à principal crise do emprego do país nos primeiros anos da década de 90, dentre eles Marcelo Mauad<sup>83</sup>, Vergílio Perius<sup>84</sup> e Silva Filho<sup>85</sup>; as Cooperativas de Trabalho possibilitam a convergência do Cooperativismo com outras formas de resistência dos que

---

<sup>81</sup> DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2001.

<sup>82</sup> MAUAD, Marcelo. *Cooperativas de Trabalho: sua relação com o direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2000.

<sup>83</sup> MAUAD, Marcelo. Idem 82.

<sup>84</sup> PERIUS, Vergílio Frederico. *Cooperativismo e Lei*. São Leopoldo: Unisinos, 2001, 351 p.

<sup>85</sup> SILVA FILHO, Cícero Virgulino. *Cooperativas de Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2002, 228 p.

trilham os caminhos da produção não-capitalista, como é o caso de Ricardo Tadeu Fonseca<sup>86</sup>, exceto nas Cooperativas de Mão-de-Obra.

A resposta institucional de Estado, em relação as Cooperativas de Mão-de-Obra foi o combate, da mesma forma severo, tanto das Procuradorias Regionais do Trabalho quanto das decisões do Poder Judiciário Especializado classificando-as como fraudulentas.

Neste sentido, Rodrigo Careli<sup>87</sup> insurge-se contra as cooperativas de mão-de-obra entendendo serem elas uma violenta precarização de direitos.

Todavia, embora necessário o banimento das denominadas *cooperagatos*, a investida institucional, complementada pela atuação conjunta das Delegacias do Trabalho e Procuradorias, combateu também as Cooperativas formadas por camadas populares, nas experiências dos trabalhadores onde se constatou posteriormente que não restava aos mesmos alternativas, ante o seu grau de miserabilidade, exclusão, marginalização e pauperização.

Durante o trabalho de mestrado e na atuação junto as Cooperativas Populares na condição de advogado, o autor da presente tese defendeu as cooperativas que haviam se constituído de forma genuína, respeitando a vontade dos trabalhadores ainda que seus direitos, no futuro, fossem precarizados por condições de trabalho que acabavam acarretando salários menores do que a lei garantia aos mesmos, se na condição de empregados.

Nossa posição, na atualidade, modificou-se substancialmente quando se percebe, em experiências anteriores a construção da presente tese, que Cooperativismo Popular no Brasil é política social e não nasce da cultura popular.

Se além de tudo, atingir os direitos sociais conquistados – que conforme verificação no segundo capítulo da próxima parte formarão uma espécie de colchão de direitos que diminuíram o aceleramento de políticas internacionais implementadas pelo FMI, durante a construção do Estado Social Brasileiro – a organização e sua viabilização deve ser combatida para que a precarização não avance e o Estado passe a facilitar a fraude ou perda de direitos.

---

<sup>86</sup> FONSECA, Ricardo Tadeu. *Proposta de trabalho solidário, imediato e juridicamente viável: uma breve análise sobre as mazelas e possíveis soluções em relação à conjuntura atual*. In Revista do TRT 9.<sup>a</sup> Região. Curitiba: janeiro-junho de 2004.

<sup>87</sup> CARELLI, Rodrigo de Lacerda. *Formas atípicas de trabalho*. São Paulo: Ltr, 2004.

As Cooperativas de Mão-de-Obra, quando autênticas, embora permitam a utilização da força de trabalho, único bem que ainda os trabalhadores possuem, e assim a sua *venda*, mediada por uma coletividade, não podem servir, como de fato serviam, enquanto porta de entrada para o mercado de trabalho evitando a informalidade, na condição de trabalho precário, independente do tomador de serviço: se este for o Estado, direta ou indiretamente, deve arcar com os encargos sociais porque essa é a sua função; se parte da iniciativa privada, mais responsabilidade ainda: deve devolver ao trabalhador o que lhe retirou pela mais-valia.

Da mesma forma, é importante salientar que a informalidade não está ligada exclusivamente a idéia de assinatura da Carteira de Trabalho e incidência dos direitos trabalhistas, mas, na possibilidade de participação na Seguridade Social e em outros direitos que podem ser equiparados aos direitos sociais do art. 7.º da Constituição Federal mesmo os que ainda necessitem de regulamentação.

Acreditava-se que as Cooperativas de Trabalho (da espécie mão-de-obra), pela incidência dos princípios cooperativistas (gestão democrática, adesão livre e voluntária, autonomia econômica e financeira, não lucratividade na perspectiva capitalista diversa da apropriação coletiva de resultados, educação aos cooperados, interesse pela comunidade e intercooperação) criavam o ambiente cooperativo que e devolvia ao trabalhador uma nova condição econômica, melhor do que a anterior (marginalidade e miserabilidade), além de recuperar a valorização de sua subjetividade.

Grande ilusão porque a condição econômica mantinha-se na linha da pobreza ou servia de qualificação de mão-de-obra para o capital-central, deixando os trabalhadores em condição de subemprego, enquanto nas Cooperativas, um verdadeiro exército de reserva do emprego sob o capital.

Quanto à subjetividade, a organização, de fato, retorna a cidadania e a valorização da pessoa humana. Mas isso ainda é pouco ao lado da condição de subcidadania. Não é possível criar duas espécies de condição de trabalho, nem mesmo esse é o escopo da Constituição Federal.

Para que não se defenda a precarização ou transformação do cooperativismo em legitimação da intermediação da mão-de-obra – uma vez que não cabe a defesa da fraude oriunda dos interesses dos empresários, que utilizam deste expediente, a partir da inclusão

do Parágrafo Único ao artigo 442 da CLT, para burlar a Lei e a Seguridade Social – não se pode justificar as iniciativas dos movimentos populares, como alternativa possível.

A luta política, pressão, discussão dos problemas e outras formas de intervenções que podem ser objeto das políticas públicas devem ser encaminhadas e não o incentivo ao subemprego.

Uma alternativa apresentada no início dos anos 2000 foi a proposta de Ricardo Tadeu Fonseca<sup>88</sup> quanto à transformação das Cooperativas de Mão-de-Obra em sociedades pré-cooperativas, uma espécie de passagem das Cooperativas de Mão-de-Obra para Cooperativas de Serviços e Produção, abriu caminho para convergência de interesses entre os que defendem as Cooperativas de Mão-de-Obra como espaço de organização dos trabalhadores, que rompe com a participação dos *gatos* que lucram com a intermediação da mão-de-obra, conforme salienta Edésio Franco Passos<sup>89</sup>.

Ricardo Tadeu Fonseca também defendeu o denominado *consórcio e empregadores*, uma forma de organização no Paraná em que os empregadores rurais, cada um na contratação e responsabilização da sua safra, recolhem os encargos sociais respectivos ao seu período, entretanto, o contrato de trabalho é com o consórcio, de forma que o trabalhador fica protegido por um tempo mais longo<sup>90</sup>.

Outra alternativa para ser refletida é a possibilidade de adaptar categorias do Direito Coletivo do Trabalho, em especial o ramo denominado Direito Sindical, atualmente pouco utilizadas devido a reformas do modelo por emenda constitucional (que será tratada no capítulo 2 da segunda parte) como os instrumentos normativos da Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho e o procedimento do Dissídio Coletivo para criação de direitos nas sociedades cooperativas e nos seus contratos, apostando na potencialidade da autonomia coletiva dos trabalhadores.

No final da década de 90 se percebe a necessidade de novamente tentar um projeto de Lei que finalmente fosse dirigido as Cooperativas Populares. A proposta veio de diversos setores e foi aprovado o projeto de Lei do Senador Eduardo Suplicy, já no ano 2000.

---

<sup>88</sup> FONSECA, Ricardo Tadeu. Op. Cit. 86.

<sup>89</sup> PASSOS, Edésio Franco. *Terceirização e Cooperativas de Trabalho: desafios regulatórios*. In Revista do TRT 9.<sup>a</sup> Região. Curitiba: janeiro-junho de 2004.

<sup>90</sup> FONSECA, Ricardo Tadeu. Idem 88.



Ocorre que, o projeto de Lei de Cooperativismo acabou por acarretar um grande retrocesso no Cooperativismo Popular e consagrar um modelo de cooperativismo empresarial que há muito vinha precarizando o trabalho assalariado.

A partir da apresentação de um substitutivo, ainda em trâmite no Congresso Nacional, o Senador Osmar Dias, PDT do Paraná capitaneou a demanda para os interesses do agronegócio.

Pelo referido projeto a Organização Cooperativista do Brasil se consolida como entidade de representação do Cooperativismo obrigando as entidades a serem nela filiadas.

Antes do advento da nova lei nova era possível uma discussão acerca da inconstitucionalidade da obrigatoriedade do registro na referida entidade. Essa discussão ainda é possível, entretanto os mecanismos de defesa da constitucionalidade da Lei atual ficaram mais sofisticados. Resta a Lei denominada *projeto paralelo*, de propositura do Senador Eduardo Suplicy – PT de São Paulo, na tentativa de garantir o Cooperativismo Popular.

A velha Lei (5.764/71), conforme afirmação da seção anterior estava comprometida com o regime militar e os interesses das oligarquias rurais. Na atualidade, essas relações ficaram ainda mais profundas a ponto da nova (velha) Lei prever exclusividade de representação da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, indo de encontro à livre associação, garantia constitucionais das organizações, inclusive das Cooperativas.

Partindo do pressuposto de que o Direito Objetivo, a vontade universal de uma sociedade, apreendida pelo processo legislativo e pela intervenção dos seus representantes, resultado de um consenso democrático, ou seja, este seria o conceito de Lei, a experiência da Lei de Cooperativismo, tanto a velha quanto a nova que já nasce velha porque se renovam os compromissos anteriormente firmados, parece que o conceito marxista de Estado, qual seja, comitê de gerenciamento dos interesses da burguesia, no nosso caso, do latifúndio, se renova da mesma forma.

Como as espécies de cooperativas no campo foram reguladas pela Lei velha e nova, e as cooperativas urbanas, em sua maioria, reguladas pela Lei do Cooperativismo de

Trabalho, ora constante da CLT, art. 442, no setor a legislação não contribui em nada para a emancipação social, transformação ou mesmo superação do capitalismo, aliás, afirma sua mais eficaz aliança social, qual seja a elite industrial + elite agrária.

Uma distinção se faz necessária: o trabalhador subordinado é aquele que está organizado na produção dentro de uma relação de empregabilidade enquanto o trabalhador cooperado é aquele que está organizado a partir de uma relação diversa, denominada pelos estudiosos do Cooperativismo Popular, de *trabalho autônomo coletivamente organizado*, uma expressão que continua sendo discutida nos fóruns de debates da Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares, no Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná.

A SENAES – Secretaria Nacional da Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, aponta enquanto objetivos fundamentais de sua pasta governamental para organização dos trabalhadores, a organização das práticas do Cooperativismo Popular e Economia Solidária e que, embora inseridos no sistema capitalista, a metodologia utiliza a lógica da solidariedade, autogestão, da definição coletiva das regras de organização. Tais políticas já foram objetos da crítica apresentada na seção anterior.

Vejamos a partir do Direito Subjetivo, o ponto de vista das organizações internas, reguladas pelo regimento interno e estatuto das Cooperativas, regida pela Lei de Registros Públicos.

Um grande problema vivido pelas Cooperativas denominadas Populares, definindo-se como estas, de forma mais simples, as oriundas dos Movimentos dos Trabalhadores, é a formalização, não tendo, portanto, significado para o mundo jurídico e, por consequência, não possuindo direitos protegidos pelo sistema normativo vigente.

E tais afirmações podem ser comprovadas através de uma incursão histórica na formação da legislação trabalhista e cooperativa brasileira e no deslinde dos processos de tentativa de regulamentação de cooperativas oriundas do Movimento dos Trabalhadores.

Todavia, simplesmente afirmar que o Cooperativismo Popular é marginal e que os trabalhadores não encontram guarida nos instrumentos modernos de elaboração do Direito (Estado, Poder Legislativo, Jurisprudência), significa admitir a falência do caráter emancipatório do próprio Direito.

O Direito possui, no seu ordenamento trabalhista, a organização coletiva do trabalho. Uma das soluções poderia ser a fundação de entidades representativas das Cooperativas Populares, ou dos trabalhadores autônomos coletivamente organizados, que discutisse os preços dos produtos ou os pagamentos dos pró-labores, aos moldes do modelo sindical.

Edésio Franco Passos aproxima a forma de organização dos trabalhadores avulsos portuários: a possibilidade de discussão de condições de trabalho dos cooperados, através de negociações participadas por sindicatos.

As cooperativas de trabalhadores, que vendem tão somente a força de trabalho, ao invés de se submeterem a terceirização – que é o que acontece na prática via instituições ou trabalhadores que realizam a atividade de *intermediários* (gatos) – venderiam a sua força de trabalho por si, sem a prestadora de serviço, cujo preço, seria negociado por uma entidade sindical<sup>91</sup>.

Embora silenciosamente, o que se mantém marginal no capitalismo, desde os trabalhadores vitimados pelo desemprego estrutural até outras formas de organização que resistem ao modelo econômico hegemônico, apresentam novas (velhas) formas de organização, cada vez que a crise desvela as fissuras do capitalismo. Em algumas situações ocorre avanço na guerra de posições<sup>92</sup>.

O direito denominado *direito para dentro* se referindo a organização subjetiva das cooperativas ou as relações dos cooperados e sua organização, em especial a organização e montagem dos estatutos das cooperativas.

A legislação vigente facilita cada vez mais a organização *diretorial* dos grupos em detrimento da discussão coletiva. Pequenos grupos com lideranças, dado o excesso de formalidade e a falta de preocupação com a comprovação da participação coletiva fazem com que grupos de 3 ou quatro trabalhadores representem o interesse de maiorias, inclusive na manipulação dos interesses dos participantes das assembléias tais como decisões conjuntas que acabam sendo tomadas por poucos por ausência de publicidade dos atos e até mesmo falta de interesse da maioria, premida inclusive pela condição financeira (as

---

<sup>91</sup> Embora o tema não seja novo, precisa ser debruçado com mais atenção pelos autores que publicam nos campos do direito do trabalho e direitos sociais.

<sup>92</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 428 p.

reuniões custam caro vez que envolvem gastos com passagens de ônibus, alimentação e até mesmo viagens para aqueles que participam de reuniões regionais, estaduais, nacionais, fóruns, projetos, etc.).

Assim a representação fica bastante prejudicada, sendo na maioria das vezes realizada por poucos.

Outro problema comum é a formalidade dos cartórios. Sendo as entidades pessoas jurídicas de direito privado, uma concessão pública (ou autorização) submetida à Corregedoria ou Juiz Corregedor tão somente, ocorre o abuso de autoridade no que tange as exigências para que uma entidade tenha sua documentação registrada. Tanto para as cooperativas quanto as associações, não basta o registro dos estatutos.

A realidade ora descrita pôde ser observada nas diversas tentativas de registro da Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Jaguarão. Por mais de oito vezes os documentos retornaram do Cartório de Registros de Pessoa Jurídica por falta de algum documento não exigido anteriormente pelo próprio Cartório. Tais exigências, motivadas por razões até agora desconhecidas dos cooperados, têm dificultado a possibilidade de comercialização dos pescados dos referidos trabalhadores, pois, para tanto, precisam transformar-se em Cooperativas; o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou ainda, o novo Ministério da Pesca e Aquicultura, possibilitam financiamento para a construção do entreposto ou aquisição de bens de produção, desde que regularizadas as entidades.

Nas falas dos pescadores e pescadoras, compreendemos a questão da linguagem jurídica, por vezes inacessível para os trabalhadores que rotineiramente confundem o Cartório com o Poder Judiciário, o Ministério Público com os fiscais do Trabalho ou mesmo da Receita Federal.

Rodrigo Xavier Leonardo, baseado em estudos anteriores de Lamartine Correa de Oliveira Lyra, entre outros, defende a tese de que as associações irregulares compõem as pessoas jurídicas.

Entretanto, para as necessidades dos movimentos sociais, em especial as

associações e cooperativas populares, seus atos devem estar sendo formalizados, a começar pela sua existência para o mundo do direito, a partir do registro em cartório do seu estatuto social.

Convém também discutir, ainda que, antecipando a análise posterior, que as pessoas jurídicas configuraram para o Direito Privado as representações formais das coletividades, e, portanto, o pressuposto de sua existência para o mundo jurídico e conseqüentemente, de reconhecimento para constituição de direitos e obrigações.

Alguns elementos da tese já puderam ser refletidos, a partir da análise deste primeiro capítulo, embora a pesca artesanal ainda não tenha sido apresentada, mas algumas idéias podem ser sintetizadas até aqui: a Economia Solidária e o Cooperativismo Popular apresentam potencialidades que passam pelo acesso à condição de cidadania, a partir da organização e conscientização dos trabalhadores. Todavia, os empreendimentos populares, independente do setor econômico em que se organizem, esbarram na formalização para entrada no mercado, por exemplo, nas cooperativas de produtores (como é o caso da pesca artesanal) quando estão às vésperas de realizar a comercialização e precisam enfrentar as regras do mercado.

A *pista* encontrada na observação da comercialização sob o capital é que na auto-regulação do mercado não tem espaço para comércio justo.

A única saída é a intervenção do Estado, tomando dentre outras medidas, a responsabilidade pelo controle do preço do produto (pescado) como uma política de intervenção, como ocorre na experiência do Programa de Aquisição de Alimentos – Fome Zero, que será comentado nos capítulos posteriores.

Tal prática chega a acontecer quando a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB compra os peixes dos pescadores artesanais por preço superior (mais de 3 vezes) daquele comprado pelo denominado *atravessador*, forçando que o mesmo compre o peixe pelo mesmo valor, sob pena de não ter peixe vendido para ele.

A necessidade da ilustração acima dá para que se possa afirmar o que segue: ocorre que, os pescadores esbarram na burocracia de acesso à CONAB (documentos, relatórios, certidões, registros, inscrição dos sistemas de inspeção) bem como na

administração do empreendimento no que tange ao pagamento das dívidas para com a Companhia, razão pelo qual, também não tem acesso à política pública.

Não resta alternativa ao pescador senão o dirigismo, seja da Universidade prestando assessoria, seja o próprio Governo através de programas de capacitação à ação dos pescadores.

Sobre esta realidade apontada, serão trazidas reflexões, nos capítulos próximos.

## CAPÍTULO 2. TATEANDO O REAL CONCRETO: COOPERATIVISMO POPULAR E PESCA ARTESANAL NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE SUL

O presente capítulo abordará a pesca artesanal da região sul do Rio Grande do Sul, com a finalidade de qualificar as informações sobre os limites do Cooperativismo e Economia Solidária. Também faz parte dos objetos centrais da tese a localização de onde se estará analisando as políticas sociais apresentadas no capítulo anterior.

Para tanto se fará necessária uma abordagem do território estudado, em especial os Municípios de Rio Grande e Pelotas, onde se localiza a maior parte do denominado Estuário da Laguna dos Patos, espaço de trabalho e vida da maioria dos pescadores artesanais e suas organizações comunitárias.

Convém destacar que a compreensão de território do texto será aquela sugerida por Paulo André Niederle e Catia Grisa, a partir da construção de E. Sabourin, entendendo a categoria enquanto definição que parte de uma perspectiva de desenvolvimento, ou seja, enquanto *espaço construído histórica e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço; o território é um resultado e não um dado*<sup>93</sup> ou ainda, segundo os mesmos autores citando R. Abramovay, *uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico*<sup>94</sup>.

Pode ser percebido, no decurso do trabalho, que não somente na região do Estuário da Laguna dos Patos se restringem os grupos vez que diversos delas pertencem a Lagoa Mirim e dois a pesca de Oceano. Entretanto, convém destacar que as organizações tiveram início nas lutas políticas dos pescadores da Laguna dos Patos e que os demais grupos foram se incorporando à referida realidade, na medida em que sofriam as consequências da

---

<sup>93</sup> NIEDERLE, Paulo André e GRISA, Catia. *Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos*. Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental. V16, janeiro-julho de 2006, Universidade Federal de Rio Grande, 2006.

<sup>94</sup> NIEDERLE, Paulo André e GRISA, Catia, idem 93.

atividade econômica realizada em Rio Grande, especialmente porque o impacto, em primeiro lugar da Pesca Industrial instalado naquele Município e, posteriormente, a Indústria Portuária tiveram consequências violentas em toda a região analisada.

Também é importante salientar que outros problemas são elementos a ser analisado em discussões como a que ora se propõe, tais como os plantadores de arroz e soja na região da Lagoa Mirim e os problemas ambientais causados pela referida atividade, a violenta pesca predatória de Oceano, realizada por grandes embarcações oriundas de Santa Catarina, nas costas da região pesquisada, dentre outras situações que geram efeito sob nosso objeto.

Entretanto, será apresentada a realidade de Rio Grande (incluídas as Ilhas da Torotama e Ilha dos Marinheiros e a Capilha), Pelotas, São José do Norte, São Lourenço do Sul por se tratarem de regiões em que a pesca artesanal foi bastante intensa e sua diminuição tem relação direta com a Economia da cidade, especialmente a indústria.

Todavia existe a possibilidade de comparação entre as cooperativas e organizações associativas do em torno, mesmo as da Lagoa Mirim, pela realidade próxima e os efeitos da indústria sentidos por todos os grupos. Nosso trabalho aborda a organização da Rede de Comercialização de Pescado entre comunidades e pequenos grupos comunitários da pesca artesanal, cooperativas e associações e, portanto, na rede não existem pequenas indústrias, titulares embarcações que assalariam trabalhadores em média e grande escala, ou os *atravessadores*.



## Seção 1. A pesca artesanal do extremo sul do Brasil

Segundo César Augusto Ávila Martins, o Município de Rio Grande está localizado na desembocadura da Lagoa dos Patos na interação dos ecossistemas oceânico atlântico, lacustre e estuariano-lagunar. Explica o autor que *tal domínio natural é objeto de importantes estudos de suas condições naturais. Entre os resultados destes esforços, o estudo organizado por Vilwock e Tomazelli (1995) procura sintetizar os esforços dos pesquisadores especializados em Geologia*<sup>95</sup>.

Apresentando a localização territorial e relevância no que tange a riqueza ambiental e de reprodução das espécies animais e vegetais, continua:

Qual é a produção natural da Natureza do estuário da Lagoa dos Patos? O estuário conceituado do ponto de vista natural como um ambiente mixohalino, compreende uma área constituída por águas que circulam entre a barra do Rio Grande e as proximidades de uma linha imaginária distante 70 km ao Norte que liga a ponta da Feitoria à ponta dos Lençóis<sup>96</sup>.

A região do Estuário é banhada por água doce, com entrada sazonal, dependendo a estação do ano, de água salgada, o que possibilita o desenvolvimento de espécies como o camarão e outros peixes, variando as espécies de captura em diferentes épocas do ano, o que trouxe à região interesse econômico de populações que em primeiro lugar ali habitaram.

Explica o referido autor:

Dependendo a estação do ano, e especialmente a direção dos ventos, os efeitos da maré salina podem ultrapassar estes limites. Tais combinações dão condições especialmente adequadas para reprodução de uma grande variedade de espécies com sazonalidades múltiplas, passíveis de captura do consumo humano. Concomitante aos atributos do ponto de vista estratégico que levaram a construção e consolidação do pólo industrial e portuário (DOMINGUES, 1995), existe dimensões da produção espacial marcadas pelos recursos das pescarias<sup>97</sup>.

---

<sup>95</sup> MARTINS, César Augusto de Ávila. *No trabalho dos pescadores artesanais a Lagoa dos Patos vive e dá a vida*. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Depósito legal: B. 21.741-98, Vol. VI, num. 119 (47), 1 de agosto de 2002.

<sup>96</sup> MARTINS, César Augusto de Ávila. Idem 95.

<sup>97</sup> MARTINS, César Augusto de Ávila. Idem 96.

Em artigo publicado no intuito de analisar as transformações sócio-econômicas, sociais e culturais que ocorreram na Colônia de Pescadores Z3, em Pelotas – RS, Paulo André Niederle e Catia Grisa apresentam a colônia como situada a 20 km da cidade, à margem oeste da Lagoa dos Patos, fundada em 1923, se constituindo como tradicional núcleo de pescadores artesanais.

Sobre a cidade de Pelotas, assim descreve a região:

O município de Pelotas possui clima subtropical e caracteriza-se por receber, predominantemente, ventos do quadrante leste – que vêm do Atlântico – e forte influência oceânica que proporciona uma atmosfera geralmente úmida. Sua localização na região fisiográfica denominada “Encosta do Sudeste” determinou ao município a existência de duas grandes paisagens naturais e humanas distintas. De um lado, a paisagem serrana, de plantios agrícolas diversificados, com relevo ondulado, que propiciou condições perfeitas para a colonização alemã. De outro, se constituiu uma paisagem de planície, abixa e plana, dominada pela pecuária e orizicultura e de composição étnica variada (onde, litoraneamente, se encontra a Colônia Z3)<sup>98</sup>.

Um importante dado capturado pelos autores é a classificação da pesca artesanal em diferentes sistemas pesqueiros, historicamente determinados, quais sejam: sistema pesqueiro indígena (da ocupação do Brasil pelos portugueses até 1730); sistema pesqueiro colonial (iniciado com as sesmarias quando de fato ocorre a ocupação massiva do território do Rio Grande do Sul, especialmente pelos açorianos na região referida); sistema pesqueiro pós-industrial (que tem início em 1930/40 com a desestruturação das *parelhas* portuguesas e inovação tecnológica essencialmente realizada pelos catarinenses); sistema atual (consolidado pelo investimento realizado no setor somado a um novo arranjo institucional em termos de políticas ambientais e emergência de novas estratégias reprodutivas).

Em relação ao primeiro sistema, modelo importante a ser analisado porque se configura no momento da história do Rio Grande do Sul, compreendendo a ocupação de seu solo, não será dada a devida atenção na presente tese, pelos limites do seu objetivo, mas fica o registro da necessidade de compreensão do mesmo. Um registro importante deste sistema é o fato de que os denominados pescadores nativos, oriundos deste momento histórico, caracterizavam-se pela posse dos meios de produção (jangadas a remo, redes

---

<sup>98</sup> NIEDERLE, André e GRISA, Catia. Op. Cit. 94.

rudimentares), controle de todas as etapas de produção e, sobretudo, pela sua destinação fundamentalmente para atender as necessidades de sua família.

Sobre o segundo sistema, denominado sistema pesqueiro colonial, César Augusto Ávila Martins comenta:

É a partir de 1870 que os recursos pesqueiros do Estuário e litoral adjacentes passam a ser socialmente produzidos com a imigração dos portugueses da Póvoa do Varzim. Neste sentido, podemos delimitar dois momentos de sua constituição: o primeiro, no último quartel do século XIX, quando os imigrantes portugueses – portadores de capitais e de um passado vinculado à pesca – organizaram as primeiras *parelhas* de pesca e unidades de industrialização. O segundo, com os resultados das políticas estatais iniciadas e consolidadas pelo decreto 221/67 com a possibilidade de captação de recursos públicos via incentivos fiscais<sup>99</sup>.

Continua a argumentação:

Entre os imigrantes lusos uns eram despossuídos dos meios de produção e possuidores da capacidade de trabalho na pesca. Foram os homens que viveriam suas vidas puxando as redes e dando vida ao Estuário. Alguns ao se capitalizarem, deixaram de pescar e se diferenciaram dos outros como comerciantes de pescado. Estes passaram a se reproduzir através do trabalho dos que seguiam vivendo de puxar redes e vender sua força de trabalho nas indústrias. Outros imigrantes lusos já chegaram capitalizados para serem os donos das embarcações, do comércio do pescado e/ou para estruturar um grande parque fabril pesqueiro em quantidades produzidas das diferentes formas de processamento, isto é a salga, os congelados, os óleos/farinha, as especialidades e o enlatamento<sup>100</sup>. (...) Nestas condições, estariam sendo forjadas as possibilidades para a produção de outras espécies de peixes salgados para substituição de importações: “o Rio Grande do Sul concorre ainda grandemente para o abastecimento de peixes para a capital do país” (SILVA, 1944, p. 1171)<sup>101</sup>.

Paulo André Niederle e Catia Grisa, desse sistema, destacam que nas charqueadas, os pescadores nativos foram submetidos ao referido sistema agrário, entretanto, foram substituídos pelos negros oriundos do tráfico. Acreditamos que isso ocorre porque os nativos, agregados a terra e a história de seu território, eram pescadores natos e de difícil submissão.

<sup>99</sup> MARTINS, César Augusto de Ávila. Op. Cit. 97

<sup>100</sup> MARTINS, César Augusto de Ávila. Idem 99.

<sup>101</sup> MARTINS, César Augusto de Ávila. Idem 100.

Ainda no sistema colonial o nascimento da indústria pesqueira é capitaneado pelos portugueses e as denominadas atividades pesqueiras eram realizadas por comunidades locais e nas águas próximas ao litoral brasileiro. Assim, na conformação das cidades, a pesca artesanal começa se voltar para o mercado, quando surge o denominado *atravessador*, homem especializado em produtos do mar, que passou a ser também financiador da produção dos pescadores artesanais.

Mas a consolidação da atividade irá se constituir somente no próximo sistema pesqueiro a ser analisado. Os autores recortam os argumentos de Cesar Martins apresentando um terceiro modelo, a partir da década de 30/40, com o denominado sistema pós-colonial.

Tal modelo tem origem quando, na crise do charque em na primeira metade do séc. XIX, a economia da região entra em declínio. Entretanto, se consolida com a chegada dos catarinenses na região, implementando mudanças tecnológicas na arte da pesca tais como o aumento das embarcações, inclusão do motor nos barcos, aumento do tamanho das redes e diminuição das malhas.

As novas relações de produção acentuam as diferenças entre os pescadores e a figura do intermediário-atravessador se consolida. Além dele, a partir de um projeto de defesa do território nacional por parte da Marinha Brasileira com a criação das colônias de pescadores, estas são bastante fortalecidas pelas ações estatais que vinculam as mesmas diretamente ao Estado controlando as atividades de pesca e servindo como espaço de pressão de interesses de grupos locais com mais expressão política.

Por outro lado, Cesar Martins destaca que as famílias portuguesas mantiveram ainda por longos anos a indústria pesqueira na região, especialmente em Rio Grande através da Torquato Pontes, Junção Pescados e Albano Sobrinho, com exceção da Leal Santos (incorporada pelo grupo Ipiranga ainda nos anos 40) com produção voltada para o camarão utilizando como base operacional o porto de Icoracacy, no Pará; também famílias italianas fundaram empresas, bem como espanholas (Balester-Pescal S.A.) e inglesas (família Wigg).

Em 1962, sob o signo do desenvolvimento econômico, a política desenvolvimentista do Governo<sup>102</sup>, sob a égide de João Goulart, mas efetivamente realizada após o Golpe Militar por

---

<sup>102</sup> Importante salientar que neste período, especialmente no Governo Castello Branco, ocorre uma união das correntes do pensamento desenvolvimentista à direita, qualificadas como corrente neoliberal e correntes desenvolvimentista do setor privado e do setor público não nacionalista, que implementam as referidas medidas. Cabe ressaltar que de outro lado, as correntes desenvolvimentistas à esquerda também se unem:

Castello Branco, ocorre a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e a promulgação do código da pesca de 1967, objetivando a criação de um setor pesqueiro moderno e dinâmico, sobretudo a partir de políticas de incentivo fiscal.

Em relação ao sistema pesqueiro atual, tais são as considerações dos autores:

A delimitação do sistema pesqueiro atual diz respeito a um conjunto de transformações pelas quais a Colônia Z3 de Pelotas, a partir dos resultados das políticas produtivistas e da emergência de novos referenciais na ação do Estado, o que, todavia não superou a prioridade dada aos investimentos em grandes embarcações de pesca. O que se alterou significativamente foi a iniciativa do Estado, tencionado por pressões de diversos organismos – principalmente em virtudes de conjunturas externas – em procurar reduzir os efeitos da modernização nos setores agrícolas e extrativistas com medidas de proteção e preservação dos recursos ambientais. Na pesca artesanal isto representou novas restrições que dificultaram sobremaneira a reprodução das famílias. Uma destas restrições refere-se ao privilegiamento das empresas de pesca que não sofrem com a fiscalização em virtude da falta de recursos para operação dos fiscais em alto mar. Desta forma, as ações repressivas concentram-se sobre os pescadores artesanais. Conjugado a isto, o explícito privilégio do “agronegócio da pesca”, que concentra a maior parcela dos investimentos públicos, obrigou os pescadores artesanais a encontrar novas estratégias para a reprodução social<sup>103</sup>.

Outro grande argumento para tese: a grande indústria pesqueira é financiada, há mais de 40 anos pelo Estado Brasileiro; a pesca artesanal, desde outrora, é controlada no sentido de se evitar a organização e atenuando a luta de classes, num primeiro momento pelas colônias de pescadores; num segundo momento pelas relações estabelecidas entre os artesanais e os atravessadores; atualmente, elementos nos levam a crer, que esta tarefa cabe ao Governo Lula.

Ainda, importante destacar, a partir do conceito de Cesar Augusto Ávila Martins, o que são os pescadores artesanais:

Considera-se pesca artesanal aquela realizada com relações sociais não assalariadas entre pescadores e membros de suas famílias, proprietários de pequenas embarcações (para fins de coleta de dados aquelas com capacidade de arqueação bruta de até 20 toneladas – 20 TAB) e seus eventuais parceiros de pesca, que utilizando instrumentos simples de trabalho e conhecimento ancestrais, podem eventualmente trabalhar em atividade formais e não formais urbanas e rurais, assalariando e se assalariando. Tal relação não impede que produzam seus próprios meios de vida, rebaixem sua produção à níveis quase biológicos ou com ganhos excepcionais produzirem mercadorias que se realizem em escalas planetária e possam ascender socialmente.

---

desenvolvimentismo do setor público nacionalista, corrente socialista e corrente independente, representada pelo pensamento de Ignácio Rangel.

<sup>103</sup> NIEDERLE, Paulo André e GRISA, Catia. Op. Cit. 98.

Para Aléssio Almada, a pesca artesanal vive em constante *concorrência* com a pesca industrial. Da mesma forma, a falta de apoio político, criação de unidades de conservação, conflitos de uso (com barragens, portos, turismo, aquicultura, esportes, etc.), poluição urbano-industrial, urbanização, mercado, dentre outros<sup>104</sup>.

Segundo dados da FAO, colhidos pelo autor e professor da Faculdade Atlântico Sul os pescadores artesanais são: no mundo, 43,5 milhões; no Brasil: 500 mil. O pescado contribui mundialmente com 15,3% das proteínas animais consumidas pela população (dados de 2005).

Para ele, enquanto a FAO divulga que 80% das espécies de pescado estão extintas ou suscetíveis à extinção, as capturas pesqueiras mundiais quintuplicaram entre 1950 a 1997.

Ainda, afirma que as redes de arrasto de fundo são responsáveis por 23% das capturas mundiais, 1/3 do total pescado no mundo é realizado de forma ilegal – um exemplar adulto do atum vermelho pode atingir no mercado de Tóquio o valor de 75 mil euros.

Quanto ao emprego no setor industrial de pesca:

- cerca de 170 milhões, e considerando os indivíduos dependentes, esse número se amplia para 520 milhões de pessoas, o que representa 8% da população mundial
- as magnitudes dos volumes pescados assim como dos efeitos das pescarias no curto, médio e longo prazo precisam ser confrontadas e problematizadas, sendo que 1% das embarcações existentes são responsáveis por 50% do total capturado.
- Das cerca de 2,1 milhões de embarcações motorizadas no mundo, apenas 23 mil são da frota industrial
- aproximadamente 30% do total pescado provêm apenas de dez espécies, as quais se encontram na categoria de plenamente exploradas ou em sobre-exploração
- calcula-se que 23%, ou 20 bilhões de quilogramas de pescado, são provenientes de capturas incidentais

---

<sup>104</sup> Os dados que serão utilizados foram obtidos a partir da pesquisa de Aléssio Almada, apresentados no I Seminário Internacional “a cidade sustentável e o desenvolvimento humano na América Latina: temas, pesquisas e realizações e ainda não foram publicados.

Em relação à pesca artesanal, as questões mais relevantes que precisam ser debatidas são a *vulnerabilidade social e ambiental* e o *interesse da política local*.

Segundo Aléssio Almada, os dados acerca do número de pescadores (ELP) no Rio Grande do Sul são imprecisos: o denominado RGP (SEAP) registra 8.500 pescadores; a partir das licenças emitidas os dados passam a 5.250 pescadores; a partir dos beneficiários do seguro-desemprego, 6.300 pescadores e registrados nas colônias, mais de 15.000<sup>105</sup>.

As Políticas públicas voltadas ao aumento da renda do pescador artesanal (cooperativas) não estão devidamente articuladas com as políticas de gestão e conservação dos recursos pesqueiros.

Para o autor é importante salientar que, por outro lado, ocorre o acesso de não pescadores ao seguro-desemprego e é importante salientar que a política do benefício é uma política compensatória e não uma política assistencial.

Outra dificuldade encontrada naquele estudo é a *falta de integração entre as diferentes instituições que realizam atividades de extensão, o mesmo pode ser entendido quanto à continuidade das políticas*.

Ainda, a falta de consenso quanto aos processos que podem desencadear autonomia aos pescadores conduz ao fraco nível de acesso ao poder político da classe.

Nos Municípios de Rio Grande e Pelotas, além de outro em torno já citados, num primeiro momento, divididos entre os profissionais pescadores e pescadores artesanais autônomos, se forma um movimento denominado Movimento dos Pescadores da Pesca Artesanal, com grande intervenção da Pastoral da Pesca, no fim dos anos 80 do séc. XX.

O principal objetivo do referido movimento era discutir e organizar politicamente as demandas da pesca artesanal fixando bandeiras de luta tais como a comercialização do pescado e os problemas com os denominados atravessadores até mesmo o conflito entre a pesca industrial e a artesanal, comércio formal e informal até mesmo os problemas ambientais devido à falta de peixe no estuário da Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.

Em relação aos *atravessadores*, ou seja, os compradores de peixe que pagam barato pelo fruto do trabalho dos pescadores e o vendem por um preço maior por possuírem os maquinários de beneficiamento desde o caminhão, freezers, entreposto, fábrica de gelo,

---

<sup>105</sup> ALMADA, Aléssio. Op. Cit. 103.

fábrica de *filetagem*<sup>106</sup>, adaptação de trabalhadores nas boas práticas, ou seja, o que é necessário para industrialização do pescado ou mesmo o transporte para venda in natura do pescado, a medida discutida é a estratégia para o rompimento de relações e a sonhada autonomia do retorno a direção e posse dos meios de produção, dos tempos de pescadores nativos.

Em 1999, o projeto denominado RS Rural aporta dinheiro público criando um braço do referido programa denominado RS – Pesca, na gestão do então Governador Olívio Dutra (1999-2002).

Através do RS-Pesca que foram organizadas as primeiras atividades voltadas para pesca artesanal a partir do paradigma da Economia Solidária, na tentativa de organizar uma rede de entidades de pescadores (ainda na intenção de organizar as colônias, associações e cooperativas) para possibilitar um comércio mais justo, um preço melhor para o pescado vendido pelo trabalhador e a possibilidade da dupla qualidade, ou seja, o benefício da comunidade e do pescador, ao mesmo tempo.

Após o ano de 2002, as políticas públicas do Governo Rigotto não mantiveram o programa, entretanto surge a Secretaria Especial da Pesca – SEAP, junto ao Governo Federal, no Governo do recém eleito Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A forma de dar continuidade na organização do movimento dos trabalhadores foi através de um projeto financiado pela referida SEAP que uniu pela primeira vez, numa área de abrangência compreendendo os Municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas, Arroio Grande, Jaguarão, São José do Norte, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, empreendimentos dos referidos Municípios, na pesca artesanal.

O Governo Federal, através da Secretaria Especial da Pesca – SEAP manteve até hoje três projetos o desenvolvimento do Cooperativismo na Região Sul do Rio Grande do Sul e tal iniciativa tem sido a principal saída para sobrevivência e manutenção das comunidades pesqueiras mais pobres, além dos programas sociais universais, mantidos pelo Governo Federal.

Entretanto, a realidade da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos não é suficiente para os trabalhadores que exercem a atividade da pesca artesanal devido a

---

<sup>106</sup> O ato de *filetear* é cortar os pedaços de peixe em filés, e por isso a expressão *sala de filetagem*, uma parte do entreposto em que os pescadores artesanais realizam a atividade, exercida por trabalhadores *tarefereiros*, que recebem, por tarefa realizada (kilos de peixe filetados ou “filetiados”, ou às vezes, por dia trabalhado).



diversos problemas que vão desde a poluição da Lagoa que gera a escassez do produto retirado da natureza (em 1995 a média mensal de pescado na região era de 50 mil toneladas e no ano de 2007 o número reduziu para 5 mil toneladas, dados da própria Secretaria Especial da Pesca), ou seja, uma drástica redução, em pouco mais de dez anos, de 45 mil toneladas até os problemas com os plantadores de arroz da região (devido a necessidade de água doce para o referido cultivo) em confronto com os interesses dos pescadores de camarão (que se beneficiam da água salgada).

Como se observou anteriormente, ainda se mantém a política de intensa fiscalização da pesca predatória realizada pelos pescadores pequenos, iniciativa que atingiu e continua atingindo violentamente o pescador artesanal que, na falta de condições para desenvolvimento de seu trabalho em relação a competitividade com o denominado *atravessador* (para quem ele inclusive vende o seu produto), realiza pesca predatória (denominada “pesca de prancha” e de “arrasto”) ou com rede proibida pelo órgão governamental, em especial no período de reprodução dos animais.

Ainda, o aparelho estatal nunca conseguiu coibir a grande pesca predatória, realizada pelos grandes barcos pesqueiros oriundos de outras regiões do Rio Grande do Sul ou até de Santa Catarina, vez que seus mecanismos de realização do trabalho são muito mais sofisticados e potentes, além de se relacionarem com o poder público de outras formas e com outros expedientes (vão desde *acordos* em relação ao momento da fiscalização ou até mesmo *subornos*, conforme declaração dos pescadores e ambientalistas da região), formas com os quais os pescadores artesanais não podem competir.

Ainda, os galpões de beneficiamento de pescado, formado pelos denominados *atravessadores*, realizam atividades clandestinas (para além dos registros colhidos pelos dados oficiais), em espaços que, a princípio, funcionavam empresas já falidas ou mesmo fechadas pelo poder público, mas que prestam serviço para o mercado da pesca, ainda que de forma ilegal ou irregular, acobertada pelo poder público local, especialmente o grupo político que ocupa o Governo Municipal.

## Seção 2. Cooperativismo Popular na região sul do Rio Grande do Sul

A presente seção tratará do Cooperativismo Popular e Economia Solidária empreendidos no Rio Grande do Sul, especialmente na região em que ocorre a ilustração com o estudo de caso que caracterizará nosso principal impasse.

Alguns elementos merecem consideração: nosso olhar será bastante atual, fundado no desenvolvimento das referidas práticas baseadas na experiência de um projeto de extensão que utiliza o método da incubação, comum nas Universidades Federais em relação a Cooperativas Populares<sup>107</sup> e aplicado a organização da *Rede de Comercialização de Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul*, já que o projeto realizou-se no objetivo de *incubação da rede*.

Portanto, os métodos aplicados para organização dos empreendimentos populares vêm sendo utilizados desde as primeiras intervenções nas comunidades desta natureza na região observada, a partir de princípios previstos nos primeiros grupos que discutiram o tema, entre eles a ANTEAG, adequados a realidade do Rio Grande do Sul onde o conceito de *popular* foi aprimorado a partir das experiências do Governo Olívio Dutra/1999-2002.

O relatório final do referido projeto segue como anexo da presente tese para que se observem as dinâmicas aplicadas, ações realizadas, objetivos cumpridos, metas alcançadas, que são subsídios, mas não compõem o núcleo central do presente estudo.

Em artigo de opinião publicado em setembro de 2002, Daniel Galileu Cabral destaca a iniciativa de organização dos pescadores artesanais em cooperativas porque possuem vantagens da sua organização tais como:

papel central auto-regulador frente às medidas de manejo; pescarias através de parcerias estabelecidas entre barcos e pescadores tornando a cooperativa uma unidade de captura; redução de custos, inclusive quanto a informações sobre pescarias e estoques (melhor estatística da pesca). Contudo, a principal intervenção desta forma de organização

---

<sup>107</sup> Sobre o tema HECKERT, Sonia Maria Rocha. Cooperativismo Popular: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora: UFJF, 2003 e MATSUDA, Patricia. Incubação de cooperativas populares e extensão universitária – estudo de caso na Intecoop/Ufscar Incubadora Regional de Cooperativas Populares Universidade Federal de São Carlos. Trabalho apresentado no IV Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção. São Carlos, 2009.

fundamenta-se em romper a dependência entre o setor artesanal e a rede dos atravessadores<sup>108</sup>.

Entretanto, o autor baseia sua proposta na direção do movimento cooperativista por parte das colônias e OCB, cujas apresentações são dispensáveis dadas às análises anteriores. Tal opinião vai de encontro aos pressupostos do projeto acima referido e do modelo de cooperativismo fundado nas organizações populares e distancia-se do sistema da Organização Cooperativista do Brasil.

O projeto *Incubação da Rede de Comercialização de Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul*, durante o ano de 2009, foi uma ação da Pró-reitoria de Extensão, realizada pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, e serve como base de estudo para corroborar, na medida do possível, com parte da tese ora apresentada.

O projeto tocado pela Universidade encontrava-se na sua terceira edição.

A primeira edição foi executada pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, Organização não governamental situada no Município de Pelotas que tinha como principal finalidade constituir a identidade dos grupos através da constituição da escolha dos nomes das entidades, suas logomarcas seus selos de comercialização ou seja a forma com que seriam identificados enquanto grupo.

A segunda edição foi executada por uma das entidades cooperadas, a Cooperativa Lagoa Viva de Pelotas, com a finalidade de iniciar medidas que contribuíssem com a efetivação da comercialização dos grupos entre os membros da denominada Rede de Comercialização.

Segundo Ederson Silva, um dos consultores e executores do projeto, *a proposta é reunir pequenas e médias associações de pescadores, cooperativas e montar uma rede para trabalhar, principalmente a comercialização.*

No mercado público de Porto Alegre, um panfleto entregue aos usuários do espaço público anunciava: *“os pescadores, organizados em pequenas e médias associações e cooperativas, buscam a criação de uma rede para se qualificar e enfrentar com mais estrutura o mercado. Defendem uma gestão compartilhada e acordo de pesca para conter*

---

<sup>108</sup> CABRAL, Daniel H. G. S. de Lima. *Pesca artesanal brasileira: rumo ao cooperativismo*. Rio Grande: Jornal Agora, 15.12.2008.

*práticas predatórias e garantir o negócio do setor*”<sup>109</sup> – documento este que demonstra o alcance da atividade, que chegou a encontrar espaços de comercialização no referido mercado.

Uma das principais medidas tomadas pelos executores do projeto, em conjunto com os pescadores da *Rede*, foi escolher e contratar pelo projeto um dos dirigentes para intermediar a comercialização entre os grupos, no entendimento de que os pescadores, principalmente por ainda realizarem as atividades de pesca, não teriam tempo para iniciar a organização da comercialização.

O resultado foi negativo, do ponto de vista do objetivo do grupo. O dirigente contratado passou a realizar atividades que visavam muito mais o interesse próprio do que o do grupo, na medida em que se apoderava das técnicas de comercialização, conhecia o poder de compra dos consumidores dos produtos da pesca, o mercado e as suas relações (compradores em potencial, outros atravessadores, espécies comercializadas em cada lugar, etc.). De outro lado, a Cooperativa do referido dirigente, COOPESCA do Município de São Lourenço do Sul foi se desligando da Rede e realizando atividades cada vez mais dentro do paradigma da firma (organização hierarquizada, menor autonomia na gestão, ausência de discussão nas decisões do grupo, contratação de *assalariados*, ainda que a forma fosse inscrição na cooperativa).

Outro problema do projeto foi o endividamento de alguns grupos pela falta de capacitação na gestão. A medida encontrada, a época pelos executores do projeto foi procurar a Universidade para que a referida assessoria fosse realizada e, embora com autonomia dos grupos, o acompanhamento dos grupos pudesse ser realizado por técnicos e consultores da Universidade.

Assim, não se pode deixar de admitir que na história de organização da *Rede*, como ficou conhecida a organização dos trabalhadores em Cooperativas, carrega-se a marca da luta de diversos sujeitos que se juntaram para organizar o setor pesqueiro artesanal da região sul do Rio Grande do Sul, setor até então marcado pela informalidade e pela presença de inúmeros fatores e agentes que contribuíam para a presença de intermediários, os quais colaboravam para a manutenção de relações comerciais desiguais e competitivas.

---

<sup>109</sup> SILVA, Ederson. Portifólio de apresentação dos produtos vendidos no mercado municipal de Porto Alegre, em 2008.

Atualmente, nas discussões dos pescadores que participam da *Rede* se busca promover ações que visem o fomento e a manutenção dos princípios que nortearam sua origem. Ou seja, a justiça social, a transparência, o preço justo, a solidariedade, o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio-ambiente, a promoção da mulher, a defesa dos direitos da criança e o empoderamento dos indivíduos.

Senda assim, as **ações realizadas** durante o período de realização do projeto em 2009 tiveram como linha de ação: o conhecimento e o respeito as comunidades atendidas, a valorização a sua cultura e estratégias de formação que promovessem nos sujeitos seu desenvolvimento integral, ou seja; pessoal , comunitário e social.

Nos registros das ações no relatório final do projeto constou

Vale aqui registrar que quando nos referimos ao conceito de formação não compartilhamos com o entendimento de “colocar ou dar forma”. Mas nos referimos as ações e estratégias pedagógicas que visaram contribuir para o empoderamento e a emancipação dos participantes. Visto que, através do processo reflexivo estabelecido foi possível compreender que o desenvolvimento humano sustentável está interligado a diversidade de capacidades, recursos e potencias dos seres e; que essa imensa e múltipla riqueza de cada um é complementar a do outro(a) e não competitiva<sup>110</sup>.

É possível afirmar que o cumprimento das metas inicialmente estabelecidas foi além da realização de um cronograma, visto que não buscou apenas a qualificação dos empreendimentos para sua inserção na comercialização, tão pouco formar modelos de organização, mas no sentido de promover a real e verdadeira emancipação humana, onde os sujeitos através da autogestão tecem permanentemente seus processos de autonomia, ainda que num determinado momento, os limites da referida organização se apresentem.

A **proposta tinha por objetivo** a *incubação* da rede de comercialização de pescado da região sul do Rio Grande do Sul, da qual faz parte 16 (dezesesseis empreendimentos) que tem a pesca artesanal como atividade de subsistência. Localizados em sete municípios da referida região: Arroio Grande, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitoria do Palmar, São José do Norte e São Lourenço do Sul.

A meta principal foi de prestar assessoria técnica através do acompanhamento sistemático aos referidos grupos, estando previsto em seu plano de trabalho a realização de

---

<sup>110</sup> NUDESE – FURG. Relatório final do projeto protocolado junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura. Dezembro de 2009.

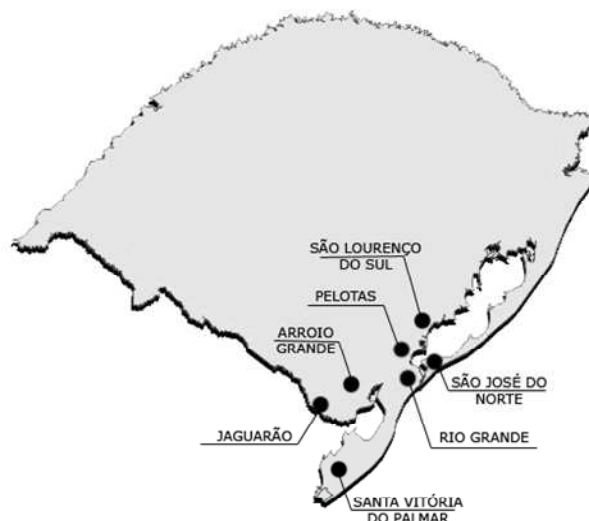
oficinas de formação na área social, ambiental e de gestão; cursos técnicos na parte de beneficiamento e comercialização de pescado, e seminários regionais na área de abrangência do projeto.

O objetivo geral era a *incubação da rede de comercialização de pescado da região sul do Rio Grande do Sul*, compreendida por sete municípios e dezesseis empreendimentos de pescadores.

Os objetivos específicos do projeto encontram-se elucidados no anexo.

O **projeto tinha como área de abrangência** a região Sul do Rio Grande do Sul, que compreende os municípios de Arroio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar os quais se localizam no entorno da Lagoa Mirim e Mangueira; e os municípios de Pelotas, São José do Norte, São Lourenço e Rio Grande que fazem parte do estuário da Lagoa dos Patos. Ocorrendo também a pesca oceânica visto que as localidades de Rio Grande e do Hermenegildo são banhadas pelo Oceano Atlântico, fato que demonstra a rica biodiversidade que essa região possui.

Fonte: elaboração da equipe de execução do projeto NUDESE-FURG



O **público alvo** deste projeto compreende no município de Rio Grande – a Associação de Pescadores da Vila São Miguel (APESMI), a Associação de Pescadores do Parque Coelho, a Associação de Pescadores Artesanais e Aquicultores da Praia do Cassino (APAAC), a Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama (APEART) e a

Associação de Pescadores Artesanais da Coréia/Ilha dos Marinheiros (APACIM). No município de São José do Norte - a Cooperativa de Pescadores Artesanais de São José do Norte Ltda. (COOPANORTE) e o Centro Comunitário de Pescadores e Agricultores da localidade da Várzea (CECOV). Na cidade de Santa Vitória do Palmar os grupos – Associação de Pescadores da Vila Anselmi (APEVA), a Associação dos Pescadores do Porto de Santa Vitória do Palmar e a Associação de Pescadores do Balneário do Hermenegildo. Na localidade de Arroio Grande a Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel (COOPESI). No município de São Lourenço a Cooperativa de Pescadores Profissionais Artesanais Pérola da Lagoa (COOPESCA). Na localidade de Jaguarão a Associação de Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais Nossa Senhora dos Navegantes de Jaguarão (APEPEJA) e no município de Pelotas a Cooperativa dos Pescadores Profissionais Artesanais Lagoa Viva Ltda.

Cabe ressaltar que os empreendimentos assessorados se encontravam em estágio diferenciado visto a constituição histórica de cada comunidade. Há grupos que ainda permanecem em processo de fomento, outros no estágio de incubação, empreendimentos que estão caminhando para a legalização estatutária, ambiental e sanitária; e alguns que num estágio mais avançado buscam a efetiva comercialização através da rede e dentro dos princípios do comércio justo e solidário.

Todos os grupos beneficiados têm como atividade econômica a pesca artesanal, totalizando a abrangência de mais de setecentas famílias diretamente atendidas. Este público caracteriza-se pelo constante desafio de através da coletividade no modo de produção, romper com as relações de exploração do mercado onde escoam sua produção; buscando dessa forma a sustentabilidade na realidade pesqueira.

O período de execução do projeto foi de 12 meses a partir da liberação dos recursos financeiros que visam a contratação da equipe técnica de trabalho, o deslocamento e a realização das visitas as mencionadas localidades; que no plano de trabalho compreende o período vigente de janeiro à dezembro de 2009.

Cabe ressaltar que além das ações realizadas no cronograma acima apresentado, foram desempenhadas, de forma paralela, visitas de assessoramento a todos os empreendimentos que compõem o projeto.

As considerações acerca do planejamento do projeto encontram-se no anexo.

Dessa forma, a tessitura do plano de trabalho do projeto em questão, teve suas ações pautadas em constantes reuniões de planejamento e (re) planejamento que buscaram não apenas construir um calendário de ações a serem cumpridas tendo por meta alcançar os objetivos inicialmente propostos, mas promover nos sujeitos envolvidos sua efetiva participação na tessitura das futuras ações, neste caso mais específico as relações solidárias de comercialização.

Como base inicial de trabalho foram realizadas visitas de reconhecimento aos grupos em questão, as quais foram de grande valia para o amadurecimento de alguns posicionamentos iniciais por parte da equipe e a constatação de algumas considerações. Dentre elas a compreensão de que as comunidades a serem assessoradas possuíam muitas semelhanças em seus entraves, contudo também diferenças e individualidades marcantes, visto que se encontra em processos de crescimento desigual. Essa constatação foi fundamental visto que colaborou para um planejamento focado nas particularidades existentes em cada contexto e; orientou os próximos passos do plano de atividades que segue descrito, fato que comprova a validade de tal ação.

A primeira ação foi o *Diagnostico Rápido Participativo/ DRP* realizado nos meses de junho a agosto consistindo num conjunto de técnicas e ferramentas que permite aos grupos participantes não apenas compartilhar experiências e histórias entre a comunidade e a equipe técnica, mas fomentar nos atores envolvidos a reflexão do que realmente representa um desenvolvimento sustentável; visto que, propõe aos sujeitos um processo de auto-reflexão, através de seus próprios conceitos e critérios de explicação gerando dessa forma um diagnostico que supera todos os estudos convencionais de pesquisa que tem por objetivo apenas a coleta de dados.

No entanto, os dados revelados colaboraram também para a obtenção direta de informações primárias bem como os processos, dinâmicas e relações sociais estabelecidos no cotidiano comunitário das comunidades pesqueiras, fato que contribui de forma relevante para o amadurecimento profissional da equipe técnica bem como para a tessitura das futuras ações.

As ferramentas metodológicas utilizadas encontram-se no anexo.

A segunda ação foi a *formação e educação na Economia Solidária*, no intuito de promover a organização e o esclarecimento conceitual do que é a Economia solidária



popular e do comércio justo solidário, bem como os seus princípios e valores, foram organizadas nos meses de setembro a dezembro, três estratégias metodológicas de atuação que buscaram: a sensibilização, a apropriação dos instrumentos e conhecimentos necessários para a efetiva participação dos sujeitos dentro das redes solidárias e a reciclagem de alguns conceitos já estabelecidos.

Para tanto, se desenvolveram *oficinas de sensibilização* - organizadas duas estratégias participativas de abordagem com os grupos envolvidos antes da realização do curso de associativismo/cooperativismo propriamente dito, tendo por objetivo sensibilizar o grupo e fomentar discussões a respeito dos temas abordados, neste caso específico a cooperação.

As denominadas *ferramentas de reflexão compartilhada* compõem o anexo.

O próximo passo foi a realização de Oficinas de associativismo e cooperativismo autogestionário. - dando seqüência ao planejamento e aos propósitos a serem alcançados.

As ferramentas desempenhadas compõem o anexo.

As *Oficinas de reciclagem* tiveram como objetivo de amadurecer e resgatar alguns princípios da economia popular solidária e os desafios por ela encontrados no cotidiano dos empreendimentos solidários foram realizadas duas oficinas de reciclagem.

As ferramentas da oficina de reciclagem compõem o anexo.

Outra etapa era a *Legalização dos grupos* - três das comunidades incubadas passaram pelo processo inicial de legalização, ou seja, construção do seu estatuto social, para isso foram realizados encontros semanais onde eram tecidos e discutidos os princípios que deveriam reger e nortear as associações que estavam sendo gestadas.

Foram elas a Associação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores da Praia do Cassino – APAAC, Associação dos Pescadores Artesanais da Coréia – Ilha dos Marinheiros – APACIM e Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – APEARTE.

Da mesma forma houve o acompanhamento jurídico de uma associação (APEPEJA/Jaguarão) e de uma cooperativa (COOPANORTE/ São José do Norte) em suas legalizações, processos que se encontravam pendentes já na edição do antigo projeto realizado no ano de 2008.

Uma etapa bastante complexa e rica do ponto de vista das discussões e debates foram os *encontros regionais*. O projeto foi lançado oficialmente, depois de vencidas as

burocracias para contratação de técnicos e passagem da execução da Universidade para Fundação da Universidade – FAURG, e finalmente, no dia 20 de maio de 2009, no Centro de Convívio Meninos do Mar, na cidade do Rio Grande foi realizado o Seminário de Lançamento do projeto, tendo como presentes a comunidade pesqueira, autoridades e representantes das esferas municipal, estadual e federal do referido setor.

Ali foi realizado o primeiro encontro regional, no qual participaram ativamente da mesa redonda “As perspectivas da pesca artesanal no sul do Rio Grande do Sul” onde foram expostas as principais dificuldades encontradas nesse setor, tanto no que se refere a fiscalização quanto a comercialização do produto final. Nesse mesmo evento foi assinado o convênio para a conclusão do empreposto da Associação de Pescadores da Vila São Miguel (APESMI) um dos empreendimentos a ser assessorado.

Além da realização do mencionado acontecimento foram realizados cinco encontros regionais ao longo do ano de 2009, tendo por dinâmica de organização promover encontros mensais sendo sempre privilegiado um município participante do projeto. Este fato se deu devido a constatação de que apesar da *Rede de Comercialização Solidária* existir há quatro anos a maioria de seus atores ainda não conheciam de forma mais próxima seus parceiros e a realidade de suas respectivas comunidades – dado levantado durante o diagnóstico participativo e que está ligado também a dificuldade que os grupos que constituem a “rede solidaria” tem de efetivar uma dinâmica mais concreta nas relações de comercialização justa e solidaria de seu pescado, contribuindo assim para a presença de certa informalidade na cadeia produtiva.

Ao longo do processo os encontros além de espaços de reconhecimento das comunidades, foram assumindo um caráter de discussões no setor das políticas públicas referentes ao setor pesqueiro, regularização das entidades, obtenção de licenças sanitárias e ambientais, fiscalização da pesca, bem como de fomento dos princípios da economia solidaria o que comprova a validade de tal ação dentro de um planejamento dialógico, visto que suas tessituras tiveram a colaboração dos sujeitos envolvidos. Dentre as temáticas abordadas foram discutidos os seguintes temas, conforme relatório do projeto:

- ✓ 24 de julho - “Retrospectiva da Rede de Comercialização do Pescado na Região Sul do Rio Grande do Sul”, tendo por objetivo fazer uma releitura das ações passadas para dessa forma traçar a construção do plano de ações da rede atual;
- ✓ 28 de setembro – “Relato de Experiências de Comercialização” com o intuito de compartilhar com os grupos mais novas vivências exitosas e/ou negativas na comercialização em rede e debate com representante da Capitania dos Portos;
- ✓ 22 de outubro – “Parcerias de comercialização com instituições (Governos Federal, Estadual e Municipal)”, apresentação do projeto da despoldadeira do município de Arroio Grande tendo como objetivo sua utilização em rede ;
- ✓ 30 de novembro – “Fiscalização da Pesca Artesanal” tendo como representante da Superintendência do IBAMA / Porto Alegre/ Setor de Recursos Pesqueiros o Sr. Mauricio de Souza que trouxe valiosas contribuições sobre o mencionado tema.
- ✓ 16 de dezembro – Avaliação do projeto pela comunidade assessorada e “Esclarecimentos sobre a Lei 11.947/09” que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar<sup>111</sup>.

Outras ações a serem destacadas foram sendo tecidas ao longo de vigência do referido projeto e que apesar de não estarem descritas nas metas iniciais tiveram grande relevância para o mesmo, pois de forma direta ou indiretamente buscaram construir novos percursos no setor pesqueiro artesanal, conforme relatório do projeto, algumas das quais se pretende elencar a partir dos próximos parágrafos seguintes.

Os representantes do projeto participaram na Plenária Regional da Pesca realizada no dia 17 de junho de 2009, na Câmara Municipal de Vereadores da cidade do Rio Grande tendo por objetivo principal fomentar a organização dos pescadores da mencionada região de atuação do projeto na 3ª Conferência Estadual da Pesca e Aquicultura a ser realizada no mês de agosto do mesmo ano.

Também foram responsáveis pela mobilização das comunidades pesqueiras para a participação da assinatura da Lei que institui o Ministério da Pesca e Aquicultura /MPA pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva no dia 26 de junho de 2009, na cidade de Itajaí. Tendo por objetivo congrega com os sujeitos envolvidos a conquista de tal ação para a categoria, bem como o acesso dos pescadores ao crédito rural e o reconhecimento das

---

<sup>111</sup> NUDESE-FURG, Op. Cit. 110.

mulheres trabalhadoras da pesca, entre tantos outros pontos contemplados pela nova lei da pesca e aquíicultura.

A equipe técnica e da coordenação do projeto participaram no Mutirão da Cidadania, realizado no dia 28 de junho na localidade de Santa Isabel- Arroio Grande, com o intuito de assessorar nas ações propostas as comunidades pesqueiras, dentre elas a o registro de nascimento e a construção das carteiras de trabalho dos moradores da referida localidade, fato que colaborou para uma efetiva inserção na comunidade mencionada.

No mesmo sentido, ocorreu a participação da equipe técnica e da coordenação do projeto no Curso de Gestão de Agroindústrias, com a apresentação do projeto, realizado no CETAC – Centro de Treinamento de Agricultores – Município de Canguçu, dias 29 de Junho à 03 de Julho de 2009.

Foram realizados acompanhamentos técnico, contábil e jurídico nas comunidades do Cecov, Apesmi, Coopanorte e Lagoa Viva, com o intuito de renegociar dívidas financeiras dos mencionados empreendimentos com a CONAB nos dias 7 e 8 de julho.

Nos meses de setembro, outubro e novembro a equipe técnica participou juntamente com representantes da comunidade pesqueira, de seminários e reuniões realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Pesca e Aquicultura e Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, com o intuito de discutir a lei e a política de alimentação escolar. Fato que colaborou para um acompanhamento mais qualificado aos grupos atendidos pelo projeto.

Relevante foi a participação na leitura e discussão do texto base da Conferência Nacional da Pesca, reunião realizada nos dias 01 e dia 08 de julho na cidade do Rio Grande. Demanda que partiu da própria comunidade e foi organizada com os pescadores deste município tendo como intuito promover um processo reflexivo na eleição dos delegados escolhidos para a 3ª Conferência Estadual da Pesca e que representariam a categoria na 3ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, realizada nos dias 30 de setembro e 01 e 02 de outubro na cidade de Brasília.

Houve a participação da equipe técnica do projeto, na 3ª Conferência Estadual da Pesca e Aquicultura realizada na Escola Técnica de Agricultura da cidade de Viamão nos dias 29 e 30 de agosto, assessorando na mediação e sistematização dos debates realizados no evento que tinha como tema a “Consolidação de uma política de Estado para o desenvolvimento sustentável de Aquicultura e Pesca” buscando elaborar um diagnóstico do setor no estado.

Também houve a participação da equipe técnica nos encontros: do Fórum da Lagoa realizados nos dias 30 de abril, 28 de maio, 25 de junho, 30 de julho, 8 de outubro e; da COMIRIM- Conselho Cooperativo para Ações nas Lagoas Mirim e Mangueira no Âmbito Pesqueiro- realizada nos dias 15 de dezembro no município de Pelotas. Celeiros de discussões e conquistas para o setor pesqueiro constituindo-se como espaços de grande aprendizado para a equipe e para compreensão dos fatores internos e externos que se articulam na comunidade pesqueira.

Durante o ano de 2009 o grupo da Universidade se envolveu com a participação e a colaboração da equipe técnica do projeto e de todas as comunidades pesqueiras assessoradas, na 1ª Feira de Economia Popular Solidária da Cidade do Rio Grande realizada nos dias 5,6 e 7 de novembro de 2009 no Ginásio da AFM e na Câmara de vereadores. Espaço de fomento e vivências dos princípios da economia popular solidária, bem como de comercialização dentro da lógica do comércio justo e solidário o qual promoveu a reorganização popular na amplitude das relações de produção e consumo.

O projeto ora mencionado foi premiado com o primeiro lugar na categoria *trabalho*, 8ª MPU-Mostra de produção Universitária da Universidade Federal do Rio Grande, realizada no mês de novembro de 2009.

Os membros do projeto vieram por Curitiba participar II Seminário de Organização Popular e Cooperativismo na América Latina, realizado nos dias 18, 19 e 20 de novembro na cidade de Curitiba, com a apresentação de oficina denominada *Cooperativismo Popular e pesca artesanal: limites e possibilidades de emancipação* e apresentação do projeto nos trabalhos acadêmicos, pelos bolsistas do projeto.

Ainda, organizaram o 1º e 2º encontro do Comitê Gestor da Rede Solidaria, nos dias 17 de novembro e 04 de dezembro, no município de Rio Grande, os quais tinham como proposta encaminhar ações e reflexões trazidas para discussão nas reuniões regionais da rede.

Por fim, ocorreu a participação na Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Rio Grande, sobre a pesca artesanal e industrial e as políticas públicas para o setor no dia 27 de novembro de 2009 e, a convite de representantes da comunidade pesqueira e da coordenação do projeto na III Semana Acadêmica de Oceanologia, realizada de 01 a 5 de dezembro, tendo como tema “ A Oceanografia no Brasil: Desafios e Perspectivas Pós-regulamentação”, na condição de debatedor na mesa redonda que tinha como foco de discussão a *consultoria ambiental*.

O último institucional do projeto foi a participação na organização e como contribuição de intervenção com a apresentação de painel, no “I Seminário Internacional - A cidade sustentável e desenvolvimento humano na América Latina” e “II Seminário Nacional de Políticas Ambientais na Cidade” realizado no município de Rio Grande no CCMAR/ Centro de Convívio Meninos do Mar realizado de 14 a 18 de dezembro, tendo como temática de discussões no setor pesqueiro: a pesca artesanal, políticas públicas e alternativas nos dias 16 e 17 de dezembro de 2009.

Ao fim do projeto foram apresentados resultados atingidos, que seguem no anexo.

Cabe destacar que atualmente a relação dos pescadores artesanais organizados na *Rede* e os pescadores organizados em Colônias é conflituosa. A atual gestão da Prefeitura Municipal de Rio Grande relaciona-se com as lideranças dos grupos de Colônias. Da mesma forma a Prefeitura de Pelotas.

Por outro lado, nos Municípios de Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul, a relação dos pescadores artesanais com os respectivos governos municipais é muito boa e as políticas para proteção da pesca artesanal são desenvolvidas a contento das comunidades.

O caso dos Municípios de São José do Norte e de Jaguarão são mais complexos: no primeiro, o representante do Município já declarou que a Agricultura e a Pesca Artesanal não são prioridades em seu governo – e as consequências do ato serão sentidas nos grupos quanto a dificuldade de organização; em Jaguarão existem conflitos históricos entre os representantes dos pescadores artesanais e o atual Prefeito, eleito para primeiro mandato. As referidas divergências

têm dificultado a organização dos grupos e a Universidade, por diversas vezes, foi obrigada a mediar conflitos entre os atores sociais.

Este mesmo grupo fará parte da *amostra* utilizada para realização do estudo de caso que ilustrará o impasse debatido na presente tese. Serão escolhidas dentre os grupos incubados, pessoas que se legitimem enquanto representantes dos mesmos, divididos por locais de pesca (água doce e água salgada – região estuarina, água doce e região oceânica), associações e cooperativas, lideranças que participam da Rede e que não participam.

Ainda, também serão entrevistados consultores do projeto, uma consultora de outra Incubadora em outra Universidade e uma liderança política da região para problematizar os elementos que vão se fazendo presentes na busca pelos limites do Cooperativismo Popular e Economia Solidária.

Seção 3. A observação prática da potencialidade do cooperativismo popular: identidade, reconhecimento social e a configuração do novo no processo dialético de organização

O fio condutor da presente tese é o processo de individualização do homem pelo trabalho, o trabalho como sua propriedade e possibilidade de venda – enquanto propriedade trocada no mercado – na firma.

Ainda, a firma, regulada pelo Estado quanto aos limites da exploração do trabalho e Estado enquanto Espaço de participação popular. Esta última fundamental para implementação, por parte do Estado, de políticas públicas.

Assim, quando observamos as potencialidades do Cooperativismo Popular a partir da realidade da pesca artesanal, os elementos acima mencionados devem ser levados em conta.

Na organização da Rede de Comercialização do Pescado na região sul do Rio Grande do Sul, percebeu-se que o *combate ao atravessador* era o principal foco da luta dos trabalhadores organizados em Cooperativas.

Esse frente de ação, que fundamenta o objeto dessa parcela do movimento social visa duas frentes: a superação da propriedade privada dos bens de produção (já que somente através do meio de produção os trabalhadores atingem a possibilidade de autonomia) com a possibilidade de produção sem a intermediação e o combate a atividade pesqueira informal.

O trabalho informal a serviço dos atravessadores – já que toda a atividade proibida pelo Estado e, por conseqüência, realizada de acordo com a Lei pelos pescadores artesanais resta custosa não consegue competir com o informal – é mantido com a disposição de postos precários de trabalho, na clandestinidade, sem qualquer proteção ao meio ambiente (pesca predatória e proibida nas épocas do *defeso*).

Na indústria, atualmente os trabalhadores produzem em condições insalubres e perigosas, do ponto de vista dos locais inapropriados até mesmo na falta de qualquer preocupação com a higiene, segurança e saúde do trabalhador, em decorrência da crise no



setor, gradualmente agravada pela degradação ambiental que diminui a matéria-prima, qual seja, o pescado.

Os cooperados da APESMI – Associação de Pescadores da Vila São Miguel passaram por problemas como os acima mencionados, bem como os pescadores da Associação dos Pescadores Artesanais Coréia Ilha dos Marinheiros – APACIM, onde o mesmo problema se evidencia.

Os efeitos da falta de fiscalização ambiental, por parte do IBAMA, especialmente no Oceano, afetam os pescadores da praia do Hermenegildo e os Pescadores da Praia do Cassino.

Na data de 27 de novembro de 2009 ocorreu no Município de Rio Grande, uma Audiência Pública na Câmara Municipal, sobre a pesca artesanal na região e as políticas públicas destinadas a ela. O projeto foi proposto por Vereador do PSDB, que compunha a base do Prefeito Municipal, atualmente filiado ao PMDB. Sabe-se que no estado do Rio Grande do Sul, embora o PMDB seja aliado do Governo Federal no âmbito Federal, isso não se traduz em aliança no referido Estado e, portanto, a audiência pública tinha o claro intuito de atingir as lideranças petistas da região, especialmente aquelas com cargos junto ao Governo Federal já que o Secretario Executivo do Ministério da Pesca é da região de Rio Grande.

Naquela oportunidade, todos os pescadores artesanais pertencentes à *Rede*, bem como as lideranças da pesca artesanais, estavam presentes na audiência pública, bem como algumas lideranças próximas ao prefeito e a lideranças do PMDB, atrelados atualmente aos industriais e especialmente os empresários do Porto.

Na audiência foram debatidas ações políticas dos Governos anteriores e as políticas do Governo Lula que, embora nossa tese possa apontar seus limites no que tange o Cooperativismo e Economia Solidária, se reconhecem suas diferenças em relação às políticas sociais anteriores, dados que serão analisados no primeiro capítulo da III parte da tese.

Das manifestações realizadas mais de 20 intervenções foram dos pescadores artesanais. O que acabou sendo discutido foi o alcance da política local, ineficiência da Secretaria Municipal da Pesca e ainda, a afirmação de diversos compromissos do Governo

Federal. Contudo, daquilo que interessa ao presente trabalho, a articulação dos pescadores foi no sentido de unificar o discurso e a direção da crítica, deixando para debater problemas do Governo Federal com representantes do próprio Governo Federal e não em Audiência Pública cuja finalidade era a de atingir politicamente o Governo Federal, por simplesmente não ser vinculado ao PSDB ou PMDB locais.

A consciência dos pescadores é que mereceu ser evidenciada e registrada.

Dentre os argumentos de César Augusto Ávila Martins está o fato dos pescadores artesanais, por estratégias de sua própria organização, a margem do Estado, sobrevierem as diversas investidas da Economia, desde a execução de política pública na década de 70 para aquisição de embarcações maiores, que aumentassem a produtividade dos mesmos, mas que não teve adesão dos pescadores (somente 6% dos mesmos aderiram ao programa) até mesmo a relação estranha, de amor e ódio, que estabelece com o atravessador, inclusive produzindo novos atravessadores e se reproduzindo nos mesmos porque é comum pescador artesanal virar atravessador e vice-versa, em tempos de crise, devido a dependência pessoal de ambos.

Outro argumento do autor em relação à manutenção e sobrevivência da atividade da pesca artesanal é a possibilidade de membros de uma mesma família ser pescador e agricultor ao mesmo tempo, ou exercer agricultura nas próprias pequenas propriedades, ainda que para subsistência, ou mesmo para pequeno comércio.

Ainda, a realidade dos filhos dos pescadores serem trabalhadores assalariados ou embarcados assalariados (pescadores profissionais) e receberem salários para compor a renda familiar. Assim, se mantém a atividade mesmo nas crises.

Axel Honneth defende a recuperação de elementos da teoria hegeliana, especialmente a questão da ética nas organizações sociais, naquilo que denominou gramática moral das relações sociais, elemento essencial para luta pelo reconhecimento das coletividades. Esses elementos são o amor ou afeto (especialmente no que tange as relações familiares onde pela primeira vez um ser humano é reconhecido), o direito (nas convenções estabelecidas e na medida em que os sujeitos conquistam direitos e estes direitos são

efetivamente garantidos em políticas públicas) e a solidariedade (em especial no momento em que o direito se torna eficaz, quando realmente respeitado e utilizado pela sociedade)<sup>112</sup>.

Na pesca artesanal as relações familiares são muito importantes devido aos valores que se passam na reprodução da referida atividade, fato que pode ser observado pela capilaridade que a pastoral da pesca exerce no movimento de pescadores no Brasil.

José Henrique de Faria, em pesquisa realizada no litoral do Paraná, no município de Matinhos, encontrou nos denominados *homens do mar*, resistência ao processo de *reificação*, uma categoria que trouxe da teoria marxista.

Nos pescadores mais velhos, a *reificação*, qual seja o ato de torná-lo mercadoria, não ocorre, visto que, para a realidade capitalista, nestes homens ou neste setor, diversamente da pesca industrial, o capitalismo não atinge seu mais alto grau de desenvolvimento ou não investe em um conjunto de elementos ideológicos para fazer garantir sua tendência de controle totalitário<sup>113</sup>, ainda que os pescadores artesanais sofram as consequências do Capitalismo, da mesma forma.

Assim, embora o Capitalismo traga consequências aos pescadores artesanais, não tira os homens daquela atividade, pelos menos os mais velhos, que foram criados no paradigma que o mar (e podemos entender da mesma forma a Lagoa) *é a vida deste pescador*.

Quanto aos seus filhos, a pesca artesanal é uma das formas de ganhar a vida, porque cada vez mais se está assalariando, nas atividades da pesca ou de outros ramos como é o caso da construção civil.

Estudar este elemento de resistência à *reificação* ou mesmo o processo de *reificação* dos pescadores parece ser uma contribuição interessante para os estudos que se voltam para compreensão da pesca e atividade decorrência da vida dos homens do mar.

Entretanto, para além do debate sobre os limites da organização de pescadores em cooperativas e associações, a construção da *Rede de Comercialização de Pescado*, sob o ponto de vista da organização política dos pescadores, sem dúvida é um grande ponto de avanço para conscientização e formação da identidade dos pescadores artesanais.

---

<sup>112</sup> HONNETH, Axel. *A luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de *Kampf um Anerkennung* por Luiz Repa. São Paulo: editora 34, 2003.

<sup>113</sup> FARIA, José Henrique de. *A reificação dos homens do mar*. V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Belo Horizonte: ENEO, 2008.

A possibilidade de discutir seus problemas, de ser ouvido junto aos técnicos da Universidade, debater seus problemas na condição de ator, ao lado dos professores, alunos e técnicos, foi um dos principais pontos positivos da experiência na atividade de extensão e pesquisa para produção da tese, que nas palavras de Boaventura de Souza Santos, contribui para o não *desperdício da experiência*.

Ainda, pode ser realizada uma ilustração através de relato sobre as reuniões do projeto *Rede*.

As reuniões eram sempre acompanhadas de debates acalorados e sempre com duríssimas colocações, de forma que sempre eram muito tensas. Sob o ponto de vista da conscientização, muito proveitosas para os pescadores e assessores do projeto.

Resultavam, na conscientização dos técnicos, professores e bolsistas, desde a condição dos pescadores e da cultura popular que possuem até mesmo do que conhecem em relação à natureza, as cheias, vazantes, cultivos, marés, espécies de peixes (não precisam mais do que um olhar, de longe, pelo olfato, para dizerem de qual espécie se trata).

Os fatos que merecem maiores registros, sob o ponto de vista da conscientização da condição dos próprios pescadores são: conhecimento de todos os problemas ambientais que afetam suas atividades; alinhamento as principais bandeiras de lutas dos movimentos ambientais tais como o fim da pesca de arrasto, da necessidade do período de defeso, dos graves danos que a orla portuária causa ao ambiente; entendimento, sob o ponto de vista da cadeia produtiva, do lugar em que se encontram e o que devem fazer para sair da condição de explorados; condição política do Município e ineficácia das ações governamentais locais não se iludindo com as pequenas contribuições da Secretaria Municipal de Pesca; consciência da necessidade técnica de acompanhamento das suas atividades, especialmente da EMATER que na atual gestão – Governo do PSDB de Ieda Crusius – abandonou a pesca artesanal.

Uma das experiências mais marcantes do projeto que pode ser relatada foi uma oportunidade em que o elaborador da presente tese foi comunicado de que os pescadores da região de Jaguarão, ligados à APEPEJA, teriam tido suas embarcações apreendidas, documentos recolhidos e multas sendo lavradas por atividades consideradas ilegais no exercício de suas atividades, na Lagoa Mirim.

Ao lado dos pescadores e seus familiares os membros do NUDESE, acompanhados pelo seu coordenador bem como a consultora jurídica do projeto, se dirigiram a Capitania dos Portos, onde foram atendidos pelos militares que lá realizavam seus plantões.

Alegaram os pescadores – em oportunidades posterior ao evento que nunca haviam sido tão bem tratados pelos militares, razão que atribuem a preocupação dos mesmos com o bom atendimento ante aos universitários e autoridades universitárias presentes na ocasião.

Os militares, na oportunidade, trocaram as multas e punições por conscientização: o resultado foi uma grande reunião, no próprio encontro regional da Rede, em que as ações da Capitania foram explicadas e foi travada uma importante parceria Capitania dos Portos, Universidade e Rede de Pescadores para que fossem evitados problemas como o ocorrido.

Segundo relatos também posteriores, pela primeira vez, os militares foram punidos e os pescadores artesanais, não.

Na próxima parte na análise, os capítulos 1 e 2 da discussão, levantarão as bases teóricas que servem de base para reflexão do problema central: formação e elementos do capitalismo, correntes teóricas do pensamento econômico, análise da Economia Brasileira e ações do Governo Lula.

Também o problema do jurídico, a partir dos elementos levantados nesta primeira parte, desde as dificuldades de organização, o problema da Lei, o problema dos estatutos, a regulação do trabalho, tudo transversalmente perpassado pelo código genético dos denominados direitos sociais: a *propriedade privada* e o *individualismo*.

O papel do Estado aparecerá tanto na análise jurídica quanto econômica, especialmente como, na Ordem Capitalista ele é garantia de manutenção da mesma, ou seja, reprodutor das condições materiais de produção, até mesmo com o uso da força física, se preciso.

Os projetos de Estado ao longo dos anos do denominado por Eric Hobsbawm, *brevíssimo século XX*, também será tratado na próxima seção.

Na terceira parte do trabalho, a pesca artesanal será retomada, para comprovar, finalmente, os argumentos levantados na presente tese.

## **II PARTE. INDIVIDUALISMO E ARQUITETURA DA ECONOMIA POLÍTICA OU SOBRE A IGUALDADE DOS MODERNOS**

### **CAPÍTULO 1. SOCIEDADE DOS PROPRIETÁRIOS E OS SEUS MECANISMOS JURÍDICOS DE CONSERVAÇÃO: AS BASES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DA ORDEM CAPITALISTA**

O objetivo do presente capítulo é buscar fundamentos econômicos da realidade observada nos capítulos anteriores, fundamentais para compreender a Ordem Capitalista na qual o Direito Moderno está inserido e será re-significado, na medida em que a referida ordem se consolida.

Nossa pretensão a partir do presente capítulo é encontrar as marcas do individualismo no Direito Moderno, e da própria formação da proteção da subjetividade ao modelo de Direito construído no projeto de Modernidade para problematizar o tema da pesquisa de doutorado demonstrando as dificuldades de formação de proteção jurídica coletiva ou de pretensões de proteção de coletividades num sistema montando pelo mecanismo de proteção individual e tendo como esse escopo seu único reconhecimento, ou seja, do processo de re-significação do Direito, pelo capitalismo.

Ainda, apresentar o Direito como mecanismo de controle social que pretende modificar a realidade tendo como limite as condições materiais objetivas, que acabam por revelar, nas representações jurídicas, o modelo econômico vigente.

Consciente das conseqüências da afirmação que se segue, afirma-se que o Direito também sofrerá o processo de *fetichização*, e as categorias da Economia Política, analogamente interpretadas, auxiliarão na compreensão do Estado e da Política contemporânea, para que, nos capítulos posteriores, se possa compreender também o Cooperativismo a partir de sua normatização, e ainda, os limites do Cooperativismo Popular Brasileiro e o dirigismo estatal, já criticado por Karl Marx no século XIX, em texto que será abordado no presente trabalho.

O verdadeiro sentido da presente análise na tese é encontrar pistas para compreensão de três elementos: 1) as formas jurídicas de proteção da propriedade privada; 2) essas formas como obstáculo à construção das organizações coletivas populares; 3) os direitos sociais e sua incompletude no sistema proprietário.

A descoberta das formas jurídicas de proteção da propriedade privada vai de encontro ao percurso da construção da noção de indivíduo, o resgate moderno da idéia de cidadania e cidadão (especialmente na Filosofia Política), a constituição da categoria sujeito, também na Modernidade e, finalmente o conceito jurídico de pessoa, ou seja, o conteúdo ético do indivíduo.

Neste sentido o Direito consolida as bases do Direito Privado, especialmente no que tange a construção do sujeito de direito, conceito de pessoa e a ficção jurídica da personalidade, culminando na formulação da pessoa jurídica, única possibilidade de reconhecimento de coletividades para o mundo do Direito, que não deixa de ser a linguagem do Estado e, por sua vez, a resposta concreta com potencialidade de permanência da pessoa constituída e reconhecida como portadora de direitos e deveres.

Da mesma forma, consolida as bases do Direito Público quando re-elabora o conceito de cidadão, relacionado ao sujeito de direito, mas agora do ponto de vista do Direito Objetivo, destino ao qual, os que aceitam a submissão a Lei, escolhem seguir. A cidadania, no Direito Moderno, é o preço que se paga para estar sob o manto da Lei, de aceitar a submissão ao Soberano, que no fim da Modernidade tem no Código e na Constituição a pretensa garantia de proteção aos seus direitos fundamentais e exercício dos mesmos.

Para o primeiro argumento, quanto às formas jurídicas de proteção à propriedade privada, nosso percurso partirá das reflexões sistemáticas de Leibniz e o sistema de mônadas como unidades iniciais de indivisibilidade – ou primeiro conteúdo essencial indivisível, ou seja, individual.

Tal argumento só foi possível tão somente após os frutos do debate nos átrios da Igreja Católica entre os denominados filósofos da transição, em especial Willian de Ockam (ou Guilherme de Ockam), e a Escolástica, sobre a unidade universal da qual derivam todas as coisas – e no campo da propriedade, a terra como espaço de uso e gozo do Homem mas

“terra de Deus” – e a essência de cada unidade, que carregava em si um nome, e este nome a representação de sua essência.

Num segundo momento a construção do individualismo na Filosofia Contratualista de John Locke, denominado pelos Filósofos do Direito como individualismo proprietário, que acreditava ser através dos contratos que as relações humanas se travavam, no sentido de conformação das relações sociais tendo como o direito de propriedade seu eixo fundamental. O contratualismo recebe um refinamento nas teorias de Jean-Jaques Rousseau, quanto à desigualdade causada pela individualização da propriedade e sua posterior privatização e ao mesmo tempo a crença no retorno a bondade dos homens para vida em sociedade a partir da sua educação.

Dentre as categorias escolhidas está o trabalho, valor (incluída a separação entre valor de uso e valor de troca), a renda, o Estado (discutido transversalmente em outros momentos do texto) e o seu papel na Economia. Cabe salientar que a mercadoria acaba sendo uma categoria necessária para abordagem de diversos pensadores, embora não seja objeto central de nossa tese.

Alguns elementos da Economia Política serão trazidos à discussão, componentes das teorizações de Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e John Maynard Keynes, os quais serão utilizados para problematizar categorias necessárias para a construção teórica pretendida.

Destacamos que utilizaremos o conceito de Economia Política a partir da formulação de Paul Singer qual seja

A Economia Política é uma ciência social que se originou e desenvolveu tendo como objetos sociedade de classe, em que se contrapõem não somente os interesses econômicos das diferentes classes, mas também e sobretudo o modo de cada uma encarar a própria realidade social e econômica.<sup>114</sup>

A partir do pensamento de Adam Smith surge uma maior problematização da centralidade do trabalho, sua divisão e especialização como fundamento do crescimento das nações, as primeiras teorizações acerca do valor e o papel do Estado no desenvolvimento daquelas.

---

<sup>114</sup> SINGER, Paul. Apresentação da 1ª edição dos princípios de Economia Política e tributação de David Ricardo. São Paulo: Abril Cultural 1982, p. VIII.



Alguns aspectos abordados por David Ricardo serão de grande importância para nossa reflexão, especialmente a denominada *percepção da troca desigual*, nas suas observações em relação à diferença do valor pago pelo trabalho e o valor do trabalho propriamente dito e a possibilidade do alto desemprego<sup>115</sup>.

Em Marx, o problema da mercadoria e do trabalho e especialmente como ocorre a exploração do trabalho, sua alienação e forma com que o mesmo torna-se mercadoria na Ordem Capitalista, além do problema da propriedade e dos mecanismos com que o capital utiliza o aparato estatal para garantir sua finalidade. Daí suas investigações acerca da necessidade da organização da classe operária e dos problemas que o cooperativismo apresentou em suas raízes e certa ingenuidade imanente na viabilização de sua proposta de organização, além dos perigos do atrelamento ao Estado ou aos Burgueses.

Cumprem algumas considerações acerca das teorias sobre o estado de bem estar, algumas delas inclusive de matriz marxista, trazendo a realidade do séc. XX sob diferentes perspectivas.

Por fim, alguns elementos da teoria de John Maynard Keynes, importando salientar sua influência no modelo vigente no atual estágio de desenvolvimento do capital, qual seja a intervenção do Estado na Economia no sentido de garantir o emprego, salário e renda e manter o equilíbrio das relações sociais através de interferência direta no sistema cíclico capitalista através da execução de uma política pública que aposta nos gastos públicos e rigorosa política tributária para absorver a massa de desempregados.

Tais conceitos serão especialmente úteis para compreensão de determinados elementos do Capitalismo Brasileiro, especialmente no contexto do Governo Lula, onde as escolhas presidenciais se basearam em premissas já observadas pela Economia Política.

Ainda além, persiste o problema dos entes coletivos, foco de nossas observações.

A aproximação entre a realidade social dos coletivos populares e a pessoa jurídica, ou melhor, o processo de transformação do coletivo social em pessoa jurídica, na maioria dos casos, descaracteriza a natureza da coletividade ou não representa o que de fato existe na realidade social.

---

<sup>115</sup> RICARDO, David. Princípios da Economia Política e Tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982, Cap. XXIII.

Nos casos observados no presente trabalho é muito fácil de perceber essa realidade. Uma associação de pescadores, na maioria das vezes, tem como objetivo comum, além da formação de unidade, identidade e melhor representatividade política a comercialização coletiva de seus produtos visando ultrapassar as dificuldades da comercialização individual. Ocorre que, no Direito Brasileiro, a associação não pode comercializar porque existe para fins não lucrativos e quem acaba comercializando coletivamente são as cooperativas.

Mas, de fato, as associações comercializam. Na informalidade, correndo os riscos da fiscalização por parte do ente público, ausência de proteção à saúde do pescador, ausência de conscientização quanto a necessidade da sustentabilidade e proteção ambiental, dentre algumas das mazelas a que estão sujeitas estas coletividades irregulares.

Um recorte da presente reflexão aparecerá de relevo para reflexão dos entes coletivos e suas relações de trabalho, no momento em que, também para o Direito se apresenta o problema do trabalho, uma categoria que não importava para o Direito Liberal Individualista (embora central para Economia Política), mas que passa a ser uma realidade econômica a partir da segunda metade do séc. XIX e deve ser objeto de preocupação da norma, ainda que, num primeiro momento, de ação exclusiva do Direito Administrativo (Direito do Estado) para depois invadir a esfera do Direito Subjetivo no que tange os aspectos sociais da legislação, de obrigatória observação do Direito Privado (Direito Civil) até a inauguração do Direito do Trabalho e Direito Coletivo do Trabalho, compreendido enquanto limite do exercício da denominada autonomia coletiva, proposta ainda em formação com espaços de ampliação na dinâmica do Direito Europeu.

Para finalizar, será apresentada a síntese das reflexões jurídicas na realidade do Direito Contemporâneo Brasileiro (onde o estágio de desenvolvimento do capitalista é diferente), quando convém discutir (mesmo que teoricamente com potencialidade de aplicação prática) pensar no Direito do Trabalho Nacional e a respectiva realidade do Direito Sindical, com os limitadores da autonomia coletiva possível pós-advento da Constituição Federal de 1988 e as modificações normativas posteriores, a partir das realidades econômicas e sua conjuntura nacional e internacional.

Neste momento é possível observar o terceiro argumento da reflexão jurídica: os direitos sociais estão incompletos ante o sistema proprietário porque só podem partir do indivíduo ou da propriedade, duas categorias que não conseguem reconhecer ou representar

o interesse do denominado ente coletivo – no sentido de representação de uma coletividade específica diversa do Estado ou da pessoa humana – fator que culmina no desrespeito à denominada autonomia coletiva ou ainda no limite da autonomia coletiva de um grupo social ante o individualismo proprietário do Direito Moderno.

E ainda: a forma de representação da coletividade social, no caso em análise, a coletividade representada pelo organismo associativo popular, está limitada a conformação jurídica *ficcional* da *pessoa jurídica*, que na maioria das vezes não representa o ente coletivo na sua totalidade, por razões anteriormente afirmadas no que tange ao limite de existência dos entes para o Direito.

## Seção 1. A formação da Ordem Capitalista e o conceito de indivíduo

O ponto de partida da presente reflexão é a Renascença e as reflexões dos denominados autores da transição, que por dentro dos átrios da Igreja Católica, preparam a alvorada da Modernidade.

Embora a filosofia moderna tenha avançado através dos pensadores racionalistas, o *humanismo de contestação* (representado por teóricos, dentre outros, Willian de Ockham, Erasmo de Roterdã, Picco Della Mirandola e John Duns Scot) é o verdadeiro prolegômeno do moderno campo jurídico pelo debate travado entre o universal e a essência de cada unidade particular, representada pelo denominado *nominalismo*.

Pode-se buscar no *Mercador de Veneza* a constatação da influência de Modernidade sobre a nova disposição do corpo, ou simplesmente denominar-se a nova configuração do Direito a partir do Monismo Jurídico<sup>116</sup>, que será pormenorizadamente explicado por Max Weber.

Os questionamentos da Renascença, em relação ao conceito de Direito Justo de São Tomás de Aquino, enquanto *Direito Natural é a vontade divina racionalizada pelo Soberano*<sup>117</sup> recuperam textos clássicos como a Antígona de Sófocles, subtraindo o direito que já existia antes da vontade do soberano, uma espécie de direito dos deuses. Esse choque de interesses coloca em disputa a racionalização do Justo, inaugurando o denominado *convencionalismo*.

Pode-se afirmar que as teorizações desses pensadores pré-modernos serviram de base para o pensamento moderno acerca da Filosofia e abriram as portas para o novo paradigma – o indivíduo – representado pela síntese deste pensamento em Leibniz.

A partir do conceito de *indivíduo* – o mínimo existencial indivisível capaz de relacionar-se socialmente – toda teoria acerca do sujeito de direito será estabelecida ao

---

<sup>116</sup> No mercador de Veneza encontra-se o julgamento da execução do contrato do judeu *Shilock*, que pretendia sua execução através de pagamento de dívida relativa a 600 ducados em troca de 1 libra de carne humana. O requerente é surpreendido pelo Direito Estatal que o deixa na miséria, devendo para República Veneziana, bem como à Bassânio, mercador católico que lhe afrontava, diariamente, com *cuspes* na face. Shakespeare demonstra, incidentalmente, como o Estado se apodera do monopólio do discurso jurídico.

<sup>117</sup> GOYARD-FABRE, Simone. Filosofia crítica e razão jurídica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

longo dos séculos de consolidação da Modernidade, somando-se a construção do Estado, o denominado processo civilizatório, o advento da Razão e o surgimento do Capitalismo.

Uma vertente do conceito de indivíduo pode ser encontrada em Leibniz (1646-1716), filósofo que participa da fundação pensamento moderno no que tange a mudança do denominado paradigma do ser para o paradigma do sujeito, neste momento na construção do uno doravante denominado indivíduo, a síntese do pensamento calcado na denominada *causa final*, representado por Platão e Aristóteles e posteriormente Tomás de Aquino e *substancial*, representado pelos modernos, a partir de Descartes.

O cartesianismo representou-se pelo denominado mecanicismo, preocupado com a apresentação mecânica do fenômeno, desvendando a substância capaz de produzi-lo.

Os causalistas, também denominados finalistas, preocupavam-se com a causa final, com a finalidade do fenômeno, razão pela qual ele ocorreria.

Em *Fédon* (Platão) uma discussão bastante rica para o debate da época, se encontra uma justificativa da causa final já que a ação mecânica de Sócrates, levando-o à prisão (pernas, braços, ossos, tendões), mas a moral manteve-atrelado ao seu veredicto, ou seja, o mecânico não demoveu a finalidade e o propósito do condenado.

Entretanto, Leibniz não rejeitará o mecanicismo moderno de seu tempo, em face de um novo causalismo finalista, mas a uma diferente valorização do ponto de vista científico.

Para ele, a visão finalista estaria próxima ao fim da Filosofia, através de uma compreensão global do mundo enquanto que o conhecimento científico enxergaria as particularidades das coisas.

Leibniz trata então de traçar uma mediação entre o plano da filosofia em geral e o plano da explicação científica em particular. E a primeira afirmação que fará será a de que, para além da extensão e movimento e como seu fundamento, há algo da natureza, não física, mas metafísica que é entendida como substância, força originária, indicada pelo autor como **mônada**.

O conceito de **mônada**, dentro de uma reflexão acerca da contingência e possibilidade, valor de contingente e valor singular que propunha uma superação do *princípio da imanência*, pode ser apresentado um complexo sistema de diferenciação da menor parte de um ser, ou seja, a unidade sob a qual não seria mais possível dividir uma

unidade. Alguns autores defendem que tais premissas já se encontravam nas teses de Guilherme de Ockam e Spinoza.

Alguns anos mais tarde será a teoria das mônadas que fundamentará inclusive a disposição moderna do corpo, unidade sob a qual o homem não tem disposição na modernidade.

A mônada, para monadologia (com a teoria nominalista ao fundo), sob viés racionalista, é a unidade de ação e força, constitutivo último de elemento de atividade. Na mônada não entra e sai nada.

Para Leibniz as qualidades das substâncias são constitutivas umas das outras. Cada mônada é especificamente diferente da outra do entrecruzamento das mônadas se estabelecerá uma harmonia prévia, uma ordem pré-estabelecida.

As mônadas possuiriam três princípios fundamentais: contradição, razão suficiente e identidade.

O possível é o não contraditório ou contingente, ou seja, tudo o que existe tem uma razão que suficientemente justifica a sua existência.

A identidade, pela sua natureza, é indemonstrável e, portanto, um axioma.

Já a denominada razão suficiente pode ser reduzida a identidade, na qualidade de mônada.

Tais conceitos estariam estabelecidos em duas ordens distintas: a denominada ordem lógica e a denominada ordem ontológica. O sujeito da atribuição seria denominado inerência. Já o predicado é a expressão modo ou estado de acidente.

No denominado nominalismo ocorre a ruptura de vínculo entre a palavra e a realidade que ela significa. Enquanto característica universal, uma linguagem se faz necessária enquanto fator de eliminação das dificuldades vividas no uso de uma linguagem comum. A linguagem universal permitiria uma ciência perfeita, uma espécie de alfabeto dos pensamentos onde a análise de pensamento coincide com o pensamento, na lógica e matemática.

Para o autor, o domínio da linguagem claro e preciso seria a perfeição científica. A mônada espiritual saca sua própria forma na experiência interna e tem preeminência à experiência externa.

Tal concepção impulsiona a teoria do sujeito, já que, sujeito seria – no homem e seu limite – a unidade sob a qual não se divide mais o antigo ser. Nasce a possibilidade de compreensão de unidade individual, que mais tarde, através da Teoria do Direito, será sujeito de direitos e obrigações.

O caminho percorrido é indivíduo, cidadão, sujeito, pessoa, a evolução do objeto da proteção jurídica no Direito Moderno.

Se na alvorada da modernidade o indivíduo é o primeiro elemento a ser considerado pela necessidade de individuação na afirmação de um direito diverso do pluralismo jurídico medieval, também, de dentro da Idade Média, nasce a necessidade do Monismo, sob o ponto de vista político.

De um lado, o monismo para a política, caracterizado pelo Estado; de outro a unidade indivisível em cujo Direito representasse a proteção: a unidade individual. Essa unidade individual terá sua qualificação na propriedade, como veremos a diante.

A formação da denominada *Economia Política* se dá no momento em que se constroem os elementos essenciais do Estado Moderno, quais, sejam as territorialidades a partir da delimitação de espaços de exercício do Poder do Rei, soberania importando no pleno exercício de Poder em determinada circunscrição, nacionalidade fortalecendo o elemento cultural de aceite da Soberania em troca de proteção e por último, a possibilidade de titularidade de parcela do espaço territorial – com a chancela real – e em troca não mais de excedente de produção, mas de tesouro, agora denominado tributo.

Aqueles cuja propriedade era tributada pelo Rei – desde que cristãos ou convertidos em cristãos, os denominados cristãos novos (especialmente os judeus na velha Europa) – seus titulares tinham direito a usar, gozar e dispor da terra e, sua respectiva renda, que representava sua maior fonte geradora de riqueza.

O fenômeno não é o mesmo ou igual em toda a Europa. Isso se deu nos territórios que no futuro se consolidará a França.

Para nossa análise, entretanto, é preciso um recorte histórico, em especial na formação econômica da Inglaterra, berço da Economia Capitalista, para que estruturalmente os elementos de análise fiquem evidenciados.

As bases do capitalismo, especialmente o inglês, na crise do modo de produção feudal, ainda numa economia denominada pré-capitalista, são marcadas: 1) pelo

enriquecimento através da denominada acumulação de dinheiro que provinha de empréstimo a juros elevados, aos camponeses pobres e aos grandes senhores da nobreza; 2) pela especulação com os preços dos produtos nos períodos de escassez; 3) pela especulação comercial propiciada pelo tráfego que partiu de Lisboa, Cádiz e Sevilha e se estabelece com o extremo Oriente e a América.

Neste período, os colonos e conquistadores pagavam em ouro e prata, retirados com facilidade das colônias que o tinham em abundância, por azeites, vinhos e panos idos da Europa.

Será nos séculos XVI e XVII que se dará a denominada Revolução Mercantil que, segundo Avelãs Nunes, a mesma ocorre pela riqueza gerada através da produção de açúcar, café, tabaco, cacau, milho, especiarias e tráfico de escravos negros<sup>118</sup>.

A nobreza europeia gasta em empreendimentos militares desastrosos que levam especialmente Portugal e Espanha parar nas mãos dos banqueiros, que se tornam poderosos intermediários de negócios coloniais. O resultado é a sacrifício das colônias e usurpação desenfreada das suas riquezas, especialmente nas Américas, a fim de suprir as dívidas e manter a opulência e esbanjamento comum à nobreza<sup>119</sup>.

O poder político é fundamental para formação das bases do capitalismo porque garante sua reprodução. Naquele momento isso seu deu através da fixação de salários e negação de direitos à coalisão e associação de pequenos produtores.

Surgem nesse período as denominadas *enclosures*, quando surge mercado para produção de lã no lugar onde anteriormente se mantinham as produções de trigo. O resultado é o primeiro êxodo rural moderno inglês, por parte dos camponeses.

No processo de destruição de plantações de trigo, em face da produção de lã, as cidades são tomadas por camponeses sem trabalho que acabam por assalariar-se com dificuldade ante o excesso de mão-de-obra.

---

<sup>118</sup> NUNES, A. J. Avelãs. Os sistemas econômicos. Coimbra: Cadernos da Faculdade de Direito de Coimbra, 1975, p. 60.

<sup>119</sup> Explica o Professor Avelãs Nunes, da disciplina de Economia Política da Faculdade de Direito de Coimbra, que “no século XVII ocorre a denominada Revolução dos preços em 1847, a quantidade de ouro e prata em circulação na Europa aumentou em consequência da descoberta das minas americanas, mais ricas e fáceis de explorar. O resultado foi que o valor do ouro e da prata diminuiu em relação ao dos outros artigos de consumo. (...) A verdadeira riqueza deixa de consistir na propriedade da terra, para passar a residir nos papéis de crédito: títulos de propriedade, ações de sociedades anônimas, letras e títulos representativos de hipotecas”. Idem 1 p. 64-65.



Novamente o poder político funda as denominadas *workhouses*, casas de amparo aos mendigos que obrigavam os mendigos a trabalhar.

A burguesia, crescente no referido modelo, encontra espaço para controle da produção quando, igualadas taxas de lucros das produções de lã e taxa de juros da nobreza enriquecida pelo endividamento anteriormente citado, ambas as grandezas tendem a diminuir, e assim, a vantagem é do burguês neste contexto econômico<sup>120</sup>.

Outra comprovação da importância do Estado é a unificação dos territórios – Inglaterra com Henrique VII – 1485/1509; França com Luis XI – 1461/1483; Espanha com o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela em 1469 – fundamentais para desenvolvimento do modo de produção ora analisado.

A Inglaterra, aos poucos, no seu demorado processo de instauração de modelo de produção capitalista mais desenvolvido do período moderno, será no século XVIII, por diversas razões, a maior potência econômica da Europa.

Nos séculos XII à XVI o centro comercial do mundo estará nas cidades de Florença, Genova e Veneza. No final do séc. XVI ganham importância as cidades de Lisboa e Cádiz.

Em 1648 a Holanda consagra-se como uma das potências comerciais devido ao desenvolvimento da atividade naval e o comércio que estabelece com o Oriente.

No séc. XVIII a Inglaterra afastará a Holanda deste poder e tomará seu espaço na Economia Internacional. Vejamos o processo de constituição da força política e econômica inglesa.

A primeira medida estrutural é a distribuição, durante no reinado de Henrique VIII, das terras da Igreja. Os burgueses ingleses passam a ser proprietários destas propriedades e nelas desenvolvem suas produções ou cultivos.

Em 1648, com a execução de Carlos I, inicia-se a dinastia de Cromwell. Neste período são editados os Atos de Navegação de 1651 à 1660. Tais medidas resultam na possibilidade de descargas, em portos ingleses, somente de produtos do país do navio mercante. Com isso, a Holanda não teria onde descarregar produtos que trazia do Oriente. Aos poucos, o transporte de tais mercadorias foram sendo realizados pelos ingleses.

---

<sup>120</sup> Outro elemento importante para o professor português é o sucesso comercial dos burgueses, que no imaginário religioso destes atores sociais, criam a o protótipo do *self-made-man*, aquele que acreditava-se ser protegido de Deus como se dele fosse a unção para progresso nos negócios. NUNES, Avelãs. Op. Cit. 119, p. 71.

Em 1664 ocorrem as conquistas das colônias holandesas na América do Norte e através do Tratado de Methwen a Inglaterra alcança o monopólio do transporte inglês no mar.

Também a Inglaterra busca alcançar a França nas suas colônias. Durante os anos de 1628 à 1642, várias colônias francesas serão instaladas: 1628 – Argélia; 1631 – Marrocos; 1633 – Senegal; 1635 – Martinica, Guadalupe e República Dominicana; 1642 – Madagascar. Em 1763, através do Tratado de Paris, a França cede o Canadá para Inglaterra, as Antilhas, Índias e o Senegal.

Também importa salientar que em 1689, época da *Glorious Revolution*, Guilherme III recebe do parlamento inglês a imposição dos denominados *Bill of rights* e a Nação passa a ser guiada pelos interesses comerciais, industriais e financeiros.

A proposta do individualismo de John Locke remonta outro momento do pensamento moderno e explica melhor uma qualidade que este indivíduo terá no campo da possibilidade de ação.

A filosofia política de John Locke, no que tange ao limite do Soberano na atuação estatal, dado pelo conjunto de indivíduos que compunham o povo<sup>121</sup> e a própria idéia de *ação egoísta*<sup>122</sup>.

O modelo de sociedade política em Locke assemelha-se ao de Hobbes mantendo dele o afastamento em pontos específicos e complexos. Em sua obra *Dois tratados sobre Governo*, ainda aplica os conceitos de *estado natural* de homens livres e iguais, precedendo o aparecimento do poder e a idéia de que o poder legitima-se pelo consentimento.

Segundo Ricardo Feijó o pacto social de Locke não é pensado como um antídoto para acabar com a situação de guerra de todos contra todos, já que em Locke no estado de natureza o homem não é o lobo do próprio homem, embora não se encontre aí a visão idílica do bom selvagem popularizada por Rousseau<sup>123</sup>.

Desta forma, se o Estado nasce para preservar o homem, é importante encontrar uma justificativa para o direito de propriedade. Nesse ponto Locke caminha para o percurso

---

<sup>121</sup> Problematização de John Locke em seu clássico *Dois Tratados sobre Governo* quando discute a questão da propriedade como direito natural já que o homem, pela modificação da terra, deixa um pouco de si mesmo, de sua vida nela, o que lhe legitima na disposição natural sobre a mesma.

<sup>122</sup> Adam Smith utilizará esse princípio de John Locke denominando-o princípio do individualismo utilitarista, onde cada qual realizando suas tarefas baseadas no seu interesse individual, cabendo a *mão invisível* o controle do que restava, leia-se mercado.

<sup>123</sup> FEIJÓ, Ricardo. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 97.

da atividade econômica afirmando que o Estado não pode interferir na distribuição de riquezas, pois será o trabalho individual que confere a cada um os seus direitos de propriedade, que envolve também o direito de herança.

Quando o indivíduo transforma a natureza, morre um pouco ao agir, ou deixa na natureza um pouco de si. A contraprestação de *morrer um pouco*, deixar um *pouco de si* seria o direito que o homem teria sob a transformação que realizou a seu próprio favor e a dos seus.

Nasceria à concepção de direito natural de propriedade e, por conseguinte, as possibilidades de participação das decisões políticas somente àqueles que transformaram a natureza, podendo participar das decisões e compor o denominado povo (conjunto de proprietários) que se comunicam num uno que relativiza as tensões das coletividades que compõem o uno.

John Locke apresenta as primeiras reflexões, no âmbito do Liberalismo Político, acerca de trabalho e mercado, bases da Modernidade a partir da possibilidade do homem existir pelo trabalho, significando *libertação*, independente de qualquer amarra, herança, depósito, garantia, propriedade, casta ou nobreza.

Embora baseado num contexto em que já ocorreu o desprendimento dos fundamentos éticos causado pela necessidade econômica – instala-se um pragmatismo necessário pelas novas configurações do sistema mundo especialmente no âmbito comercial<sup>124</sup>.

A composição teórica acima referida representa bem a filosofia pragmática da época que historicamente aparece numa sociedade de classes dividida entre capitalistas e trabalhadores onde a categoria dominante é a venda da força do trabalho. Aquilo que o indivíduo faz lhe dá a sua compreensão de vida e de mundo.

Neste contexto, o acúmulo de bens materiais significa liberdade e ao Estado caberiam as providências para impedir a bestialidade do homem. Portanto, a educação é política governamental e o trabalho é o fundamento da propriedade privada, para autores

---

<sup>124</sup> Adam Smith fará a teoria da acumulação capital a partir da idéia de identidade de Locke, à denominada riqueza desejável e capaz de chegar nas classes mais baixas desde que o indivíduo *trabalhe*. Na interpretação de Adam Smith a partir das reflexões de John Locke, o motor da divisão do trabalho é o egoísmo, o interesse individual. Essa divisão permite a produtividade, o fluxo de produção por tempo. Ainda não existe a exploração no pensamento smithiano e o acúmulo de capital viria da capacidade individual de frugalidade (não esbanjamento).

como John Locke. Aquele que tem propriedade sem trabalho é rico, avarento e promotor de desigualdade; aquele que não tem propriedade e é pobre é invejoso e preguiçoso. O trabalho poderia mudar a condição do pobre, tornando-o livre e proprietário.

Entretanto, a propriedade é ungida pelo trabalho passado (várias gerações consumidas na aquisição da propriedade trocada pelo trabalho – capital acumulado). Em Locke bem como posteriormente em Smith tais considerações representam uma mudança na racionalidade da época.

Através da burguesia ascendente as técnicas agrícolas se modificam e são reformadas as leis que previam prazos centenários de arrendamentos rurais. Com a aplicação de técnicas eficazes e menores tempos para arrendamentos, o campo também sofre uma modernização em prol dos burgueses<sup>125</sup>.

A partir da referida conjuntura passa-se a tratar do proletariado moderno que aparece como classe de indivíduos aos quais, uma vez desligados da terra enquanto meio de produção e subsistência, só lhes restava a alternativa de se deixarem contratar como mão-de-obra assalariada.

O Capitalismo só se instalaria definitivamente quando a Burguesia se estabelece como sistema dominante tomando o poder e realizando enquadramento político e jurídico que lhe permitisse aplicar na produção de capitais acumulados e a mão-de-obra disponível, desenvolvendo a indústria à margem dos obstáculos institucionais do feudalismo.

Com o aumento dos artesãos, as corporações de ofício procuram organizar rigorosas medidas protetivas dificultando o acesso à condição de mestres. Entretanto o modelo entra em crise especialmente porque com o aumento das cidades o artesão medieval fica distante do consumidor de seus produtos e aparece a figura do *comerciante*, aquele que leva o produto do artesão aos consumidores.

O resultado é o comerciante aproximado do mercado e conhecedor das suas necessidades além do seu poder compra. Dessa forma, não tarda para a produção do artesão não servir mais ao mercado, mas ao comerciante que encomenda a produção do artesão. Quando isso ocorre, *o produtor perde o controle do produto do seu trabalho embora continuasse a dispor do seu meio de produção.*

---

<sup>125</sup> Na obra de Karl Marx encontram-se comentários deste período, quando os denominados pequenos proprietários e rendeiros partem para as cidades transformando-se em jornaleiros e mercenários.

Com o aumento do mercado, o comerciante fornece ao artesão os instrumentos de produção para fazer face à procura acrescida – *assim o artesão passa a não dispor dos meios de produção*.

Este é o contexto do aparecimento da figura do *patrão*, aquele a quem o artesão entrega a mercadoria produzida mediante remuneração que é de fato, seu salário. Essa indústria é denominada indústria assalariada no domicílio<sup>126</sup>.

Esse é o contexto do aparecimento da manufatura: reunião, debaixo do mesmo teto, de operários que trabalham com os meios de produção que lhes são fornecidos e com matérias primas que lhes são entregues. Entretanto o pagamento antes calculado pelo valor total do produto acabado, do qual se deduz o preço da matéria prima adiantada e o preço da locação do instrumento de trabalho, como aconteceu na indústria domiciliar, agora será o simples salário.

O sistema é eficiente porque o capitalista primário retira o intermediário (comerciante) do negócio que fornecia matérias primas, controla a produção e evita as fugas e desperdício de materiais.

Por último – e principalmente – o modo de organização trouxe *elevados ganhos de produtividade em virtude da especialização interna e da sujeição dos trabalhadores*.

Também a reunião de trabalhadores no mesmo espaço físico facilitou a especialização da produção por meio da divisão do trabalho, o não deslocamento dos trabalhadores dentro dos espaços de produção facilitando a produtividade e a mão-de-obra menos qualificada (embora especializada) já que as tarefas perderam a complexidade do todo, presente na atividade do artesão.

Anota Avelãs Nunes:

Mas esta subdivisão do processo produtivo de cada bem em grande número de operações parcelares vem tornar cada uma destas operações muito simples, podendo ser perfeitamente realizada por trabalhadores sem qualquer qualificação. Esta foi a outra vantagem da manufatura: permitiu a utilização de mão-de-obra não qualificada, a mão-de-obra barata das mulheres e das crianças e até atrasados mentais. E isto significava grande redução dos custos de produção, pois durante o período das manufacturas o trabalho manual continuou a

---

<sup>126</sup> Convém destacar que o comerciante também volta para o campo procurar outros artesãos, menos qualificados, para realizar as mesmas atividades por salários menores, com qualidade menor, mas com a criação de uma espécie de segunda linha de produtos que também eram comercializados.

predominar na atividade industrial, constituindo os salários a maior parte das despesas totais da indústria<sup>127</sup>.

Nas sociedades manufatureiras o Estado passa a servir para incentivar e proteger a criação e seu desenvolvimento. Ora o Estado criava as manufaturas dentro dele mesmo (administrando-as) nas denominadas manufaturas reais, ora fomentava a constituição de manufaturas privadas às quais concedia privilégios monopolistas nas denominadas manufaturas privilegiadas.

Assim, tais práticas ficaram evidenciadas no reinado dos Stuart e em espaços para além da Inglaterra como Colbert na França e o Marquês de Pombal em Portugal.

Nas sociedades manufatureiras o Estado passa a servir para incentivar e proteger a criação e desenvolvimento das mesmas especialmente concedendo especial proteção onde elas se desenvolveriam.

Assim se dava a proteção: concessão de crédito em boas condições à nova indústria; o recurso generalizado, sob forma de dívida pública alimentou o comércio de títulos e a especulação impulsionando os bancos modernos (Banco da Inglaterra de 1644); garantia de mercado em duas frentes: Tratado de Comércio da Europa e conquista de territórios coloniais; lançamento de direitos alfandegários protetores, prêmios à exportação, seguida de monopólio da venda ao mercado interno e monopólio colonial liquidando com as indústrias nos territórios subordinados.

Ainda, foram promulgadas as leis que proibia e considerava crime as coligações operárias, associações profissionais e uso do recurso de greve; obrigação de trabalho forçado para menores de 17 e 18 anos nas *workhouses* e pagamento de salário maior para quem *castigasse* as crianças que dormiam no serviço por excesso de cansaço.

As condições para Revolução Industrial estavam dadas: mão-de-obra extravagante, revolução política inglesa (burguesa) – que garantiu o Estado enquanto estrutura jurídico-política que assegurava as condições exigidas para o pleno desenvolvimento do capitalismo – domínio do comércio internacional e capital abundante.

Não foi a toa que estava pronta a condição material para que os inventores fossem capazes de mudar a técnica da produção e surgissem a máquina a vapor e a máquina de tecer.

---

<sup>127</sup> NUNES, Avelãs. Op. Cit. 120.

Enquanto na manufatura o meio de produção era *instrumento*, na indústria denominada *maquinofatura* as oficinas conjugaram atividades especializadas dos operários com o trabalho potencializado pelas máquinas.

A máquina de tecelagem foi o meio de trabalho responsável pela grande indústria capitalista. O Estado Inglês chegou a proibir a importação de tecidos de algodão e premiar as importações do referido tecido, fruto da referida máquina e da intervenção do operariado que a operava.

Aos poucos, a lenha foi substituída pelo carvão, aos poucos também a produção do ferro, com ela a construção das linhas férreas.

Enquanto na sociedade pré-capitalista o excedente social assume forma de valor de uso e consequentemente as classes a quem cabia a direção da economia só desenvolveria a produção enquanto tivesse interesse de se apropriar desse valor o que origina baixas taxas de crescimento econômico e ritmo lento do desenvolvimento das forças produtivas, no capitalismo a mudança será radical.

O excedente social assume a forma monetária e é apropriada pelos proprietários dos meios de produção – daí o estabelecimento da *acumulação*.

Avelãs Nunes ainda registra:

É necessário ao Capitalismo, nas suas leis de desenvolvimento, uma tendência para o progresso contínuo da técnica e para aplicação das conquistas da ciência à atividade produtiva. Na fase da *concorrência*, a concorrência entre empresas e as lutas dos trabalhadores obriga a classe capitalista transformar excedente em capital adicional<sup>128</sup>.

Esse é o contexto histórico da obra de Adam Smith em sua principal análise do capitalismo.

As primeiras correntes da denominada Economia Política, observando temas como a divisão do trabalho, especialização do trabalho e valor do capital, além das primeiras estratégias utilizadas para implementação desse modo de produção, serão objeto dos pensadores que compõem a Economia Política Clássica<sup>129</sup>.

---

<sup>128</sup> NUNES, Avelãs. Op. Cit. 127.

<sup>129</sup> Importante salientar que categorias como exploração da força produtiva só aparece em Karl Marx. Adam Smith percebe que existe uma diferença entre o valor do trabalho e o valor pago pelo trabalho, mas não denomina *exploração*.

Debruçados sobre estudos acerca da renda da terra aparecem os primeiros economistas a partir de uma corrente onde a filosofia e a economia misturavam-se no denominado movimento ou *pensamento fisiocrata*.

Segundo Avelãs Nunes os fisiocratas surgem como reação em face do Mercantilismo Regulador, desenvolvida à volta da obra e da personalidade de François Quesnay<sup>130</sup>.

Vejamos o que diz o referido autor:

Identificando a propriedade como *droit jouir* e considerando este direito inseparável da *liberté de jouir*, Mercier de La Rivière, um dos mais esclarecidos discípulos de Quesnay, defende que “*atacar a propriedade é atacar a liberdade (...) perturbar a liberdade é perturbar a propriedade; assim, propriedade, segurança, liberdade, eis o que nós buscamos e o que devemos encontrar evidentemente nas leis positivas que nos propomos a instituir; eis o que devemos considerar a razão essencial destas mesmas leis*”<sup>131</sup>.

Convém destacar que a *natureza de classe* do Estado já aparece, sem qualquer dúvida ou disfarce, o mesmo podendo dizer-se quanto à importância decisiva do *estado feudal* (da instância jurídico-político-ideológica) para a manutenção das estruturas econômicas, sociais e políticas do feudalismo, antes mesmo do advento da Modernidade que ora se destaca.

Pode-se perceber, já nas reflexões dos fisiocratas, em especial La Rivière, Mirabeau e Le Trosne, que as categorias de Adam Smith estão em construção numa espécie de síntese

---

<sup>130</sup> A Escola Fisiocrata era formada por um grupo heterogêneo de autores, entre eles destacam-se: Jacques Turgot, secretário de finanças de Luís XVI, autor de reformas de inspiração liberal e propagandista da teoria do direito natural. Muitos não o consideram fisiocrata, mas somente um simpatizante do movimento. Turgot destaca-se na análise do valor. A expressão mercantilismo foi cunhada pelo denominado Marquês de Mirabeau, mas a filosofia política com teses de maior reflexão coube a Mercier La Rivière. Ainda, Du Pont De Nemours foi um dos fisiocratas que difundiu a teoria nos Estados Unidos da América do Norte e François Le Trosne, jurista e economista, desenvolve seus escritos a partir de uma análise do valor em que considera fatores como utilidade, despesas na produção, raridade do bem e concorrência. Cabe ainda salientar que o mais importante fisiocrata foi François Quesnay, líder do movimento, médico da corte de Madame Pompadour e Luís XV. Conheceu Adam Smith pessoalmente e o influenciou com a sua visão do processo econômico. FEIJÓ, Ricardo. História do pensamento econômico. São Paulo: Atlas, 2001, p. 108.

<sup>131</sup> NUNES, Antonio José Avelãs. A natureza do Estado Capitalista na ótica dos fundadores da ciência econômica in Revista da Faculdade de Direito da UFPR. Curitiba: Editora UFPR, Ano 2007, número 46, p. 62.



do pensamento nos primeiros rascunhos que mais tarde comporão os primeiros textos de sua produção clássica.

Não é somente o pensamento de Adam Smith que é influenciado pela Fisiocracia. O professor português apresenta diversos argumentos da teoria marxista que já estavam nas reflexões dos principais fisiocratas já citados, preocupações estas no que tange o problema da desigualdade e outros elementos presentes na análise da teoria crítica.

## Seção 2. Economia Política, classicismo liberal e sua crítica: perspectivas de Adam Smith à Karl Marx

A Ordem Capitalista<sup>132</sup> vai estabelecer sua importância na estrutura da Modernidade e para autores como Maurício Tragtenberg será justamente a formação do Estado Moderno – na síntese do que foi afirmado anteriormente a partir do que se pode denominar construção do Monismo Jurídico e a na contribuição da chamada ética protestante no nascimento do capitalismo – que se apresentam as denominadas condições de nascimento superestruturais<sup>133</sup> do capitalismo.

Conforme já afirmado anteriormente, o papel do *novo estado* começou a definir-se ainda antes da afirmação plena do capitalismo como sistema econômico-social dominante, durante o longo período (processo) de *acumulação primitiva do capital*.

Marx sintetiza deste modo a leitura smithiana da *previous accumulation* – “num tempo remoto, havia, de um lado, uma elite diligente, inteligente e, sobretudo, frugal e, do outro, uma escumalha preguiçosa, que dissipavam tudo o que tinham e mais (...) Assim, aconteceu que os primeiros (a elite diligente, frugal e inteligente) acumularam riqueza e os últimos (a escumalha preguiçosa e perdulária), por fim, nada tinham para vender a não ser a sua própria pele. E deste pecado original datam a pobreza da grande massa, a qual continua, a despeito de todo o trabalho, a não ter nada para vender a não ser a si própria, e a riqueza de uns poucos, a qual cresce continuamente, embora eles há muito tenham deixado de trabalhar”<sup>134</sup>.

<sup>132</sup> A análise do *processo civilizatório ocidental*, o advento da *razão* e a constituição do denominado *sujeito* a partir da idéia de *individuo* comporão, ao lado da *Ordem Capitalista*, as categorias fundamentais para localização do que se denomina momento moderno da Filosofia e do pensamento filosófico, ou seja, espaço de pensamento, momento histórico e condição econômica em que se deu a sucessão do período medieval.

<sup>133</sup> O autor considera Weber o grande sociólogo das superestruturas. Explica: numa carta a Engels, Marx reconheceu que era obrigado a ressaltar a importância da Economia porque esta era negada pelos seus adversários, porém não tiveram tempo de estudar os outros fatores que participam da interação econômica com a totalidade social. Ora, o que fez Weber? Ele criou a sociologia urbana, do direito, da religião para mostrar como esses fenômenos reagem à Economia. Como, por exemplo, determinada ética econômica – o calvinismo – cria condições para acumulação do capital enquanto outra ética econômica derivada da geomancia na China constituía um obstáculo ao Capitalismo. TRAGTENBERG, Maurício in ARGUELLO, Katie Silene Cárceres. *Democracia e Direito*. Florianópolis, 1991.

<sup>134</sup> NUNES, Antonio José Avelãs. A natureza do Estado Capitalista na ótica dos fundadores da ciência econômica in Revista da Faculdade de Direito da UFPR. Curitiba: Editora UFPR, Ano 2007, número 46, p. 55.

A obra de Adam Smith sofreu influência das contribuições filosóficas de Epicuro<sup>135</sup>, David Hume<sup>136</sup> e Quesnay<sup>137</sup>, além do espírito revolucionário burguês de John Locke no que tange a questão da propriedade<sup>138</sup>. Mas sua teoria econômica sofre influência especial de autores como Pierre de Pesant, mais conhecido com Boisguillebert (1646-1714) após elucidação de sua teoria escrita ao cabo do séc. XVII, generalizada no início do séc. XVIII e Richard Cantillon (1680-1734), especialmente no que tange a estrutura das classes sociais, teoria dos preços e a descrição dos sistemas de mercado e a teoria monetária e os fluxos de renda<sup>139</sup>.

Nos estudos presentes na teoria econômica de Adam Smith, conforme comentário anterior, importante ressaltar para o objeto da presente tese sua preocupação com a coexistência, divisão e especialização do trabalho como fundamento do crescimento das nações, e a partir dali fundar algumas das teorizações liberais acerca do valor e o papel do Estado na sociedade capitalista.

Para Liana Maria da Frota Carleal, a categoria *trabalho*, em Adam Smith significa esforço que se mede pelo tempo e se troca por dinheiro<sup>140</sup>.

Fernando de Almeida e Francisco Chaves Fernandes elegeram alguns tópicos do texto *riqueza das nações* para considerar a obra smithiana<sup>141</sup> nas categorias centrais do objeto de nossa análise. São elas: 1) divisão do trabalho; 2) princípio que dá origem à divisão do trabalho; 3) diferença entre valor de uso e valor de troca; 4) divisão limitada pelo mercado, lucros do capital; 5) acumulação do trabalho produtivo e improdutivo.

<sup>135</sup> Olhando para Antiguidade Clássica, de Epicuro retira-se o culto ao prazer, que se dava de forma cálculo meio-fim, previsibilidade e prazer conseqüente, ou seja, prazer como cálculo para afastamento da dor.

<sup>136</sup> HUME, David. Tratado da natureza humana. Tradução Serafim da Silva Fontes, revisão João Paulo Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

<sup>137</sup> Podemos afirmar que Quesnay (1756) é um marco teórico para a análise smithiana. A respeito podemos consultar o próprio *riqueza das nações* que serão encontradas referências ao quadro econômico. Sobre o tema QUESNAY, François. Coleção Economia organizada por Rolf Kuntz sob a coordenação de Florestan Fernandez. São Paulo: editora Ática, 1984.

<sup>138</sup> Outras considerações acerca de John Locke podem ser encontradas em RUZIK, Carlos Eduardo Pianovski. *Locke e a formação da racionalidade do Estado Moderno: o individualismo proprietário entre o público* in FONSECA, Ricardo Marcelo (org.) *Repensando a Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

<sup>139</sup> FEIJÓ, Ricardo. História do pensamento econômico. São Paulo: Atlas, 2001, p. 102.

<sup>140</sup> CARLEAL, Liana Maria da Frota. No decurso do presente artigo serão utilizados alguns apontamentos colhidos das aulas ministradas pela referida professora, no Curso de Teorias Econômicas e Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>141</sup> ALMEIDA, Fernando Lopes de e FERNANDES, Francisco Chaves. *A Economia Clássica: textos de Smith, Ricardo, Malthus*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

A divisão do trabalho se origina na propensão à troca e promove o aumento da produtividade. Utilizando o exemplo de uma fábrica de alfinetes, demonstra que tal divisão poderia ser copiada por outros ramos de produção, uma vez que a divisão, para aumento da capacidade produtiva, deveria ser generalizada.

Assim, a divisão do trabalho promove o aumento da produtividade que por sua vez aumenta os salários reais e é este fato que amplia os mercados, os quais na seqüência permitem um novo ciclo de divisão do trabalho.

A vantagem da divisão do trabalho poderia ser demonstrada em três circunstâncias: maior destreza do trabalhador, já que confia uma tarefa específica a capacidade de aprimorar a técnica aumentaria, economia do tempo, quanto mais rápido a produção, mais tempo se ganharia no produto final do trabalho com o aumento de produção e utilização de maquinaria, inventada por operários ou por construtores de máquinas ou ainda filósofos<sup>142</sup>.

A última circunstância descrita serviu para que outros economistas, posteriormente, refletissem sobre a separação, dentro do espaço da fábrica, de um espaço para criatividade, planejamento e pesquisa.

Quanto maior a destreza do trabalhador, justificada pela própria divisão do trabalho, depois da criação da máquina, aumento de produtividade (excedente econômico) e sua generalização dirigida ao mercado de trabalho pelo capitalista, maior salário, devido a concorrência estabelecida entre os capitalistas para empregarem os trabalhadores mais eficientes<sup>143</sup>.

O princípio que dá origem à divisão do trabalho é a propensão que a natureza humana tem para troca, propensão esta que só se encontra no homem. Ela é incentivada pelo egoísmo e leva a divisão do trabalho, dando assim, origem à diferenças de talento, mais importantes que as diferenças naturais, tornado-as úteis<sup>144</sup>.

Podemos caracterizar estas diferenças de talento de poder de troca de cada homem.

Não é da bondade do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm de seu próprio interesse. Apelamos, não para a

---

<sup>142</sup> SMITH, Adam. A riqueza das nações. Tradução do original *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Hermes dos Santos. 4.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

<sup>143</sup> SMITH, Adam. Idem 142.

<sup>144</sup> SMITH, Adam. Idem 143.

sua humanidade, mas para o seu egoísmo, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles. Ninguém, a não ser um mendigo, se permite depender essencialmente da bondade de seus concidadãos<sup>145</sup>.

Em relação ao conceito de valor deve-se observar que a palavra tem dois significados diferentes: uma vez exprimido a utilidade de um determinado objeto; outra, o poder de compra de outros objetos que a sua posse representa. O primeiro pode designar-se valor de uso; o segundo valor de troca<sup>146</sup>.

Em relação ao valor de uso, este seria o valor que as coisas têm para as pessoas que se servem delas; ele reside na utilidade das coisas. Este valor não pode ser medido, não pode ser traduzido em determinada quantidade, não pode ser expresso em números. É sempre subjetivo e depende do olhar do sujeito.

O valor de troca é objetivo. Ele se manifesta objetivamente nas relações sociais, na troca, compra e venda de um produto. Para que um produto tenha valor de troca é preciso que ele tenha valor de uso para alguém.

A análise econômica ocupa-se do valor de troca. O trabalho humano é que faz com que as coisas tenham mais valor. Quanto mais trabalho se exige na fabricação de uma mercadoria, maior valor ela tende a alcançar no mercado. O valor do trabalho aumenta conforme aumenta o tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria. Este é o tempo socialmente necessário para a produção do produto.

A divisão do trabalho é originada, como visto anteriormente, na propensão à troca.

Segundo o autor inglês

Em assim sendo, a extensão da divisão, sempre limitada pela extensão deste poder, chamou-se mercado. Portanto, a divisão do trabalho é limitada pela dimensão do mercado. Quando esse mercado é pequeno, ninguém tem um só ofício ou emprego. Quando o mercado é grande, a tendência será a especialização maior das funções que os homens exercem<sup>147</sup>.

Desta forma, os mercados se estendem dando origem a um novo ciclo de divisão do trabalho.

---

<sup>145</sup> SMITH, Adam. Op. cit. 144.

<sup>146</sup> SMITH, Adam. Idem 145.

<sup>147</sup> SMITH, Adam. Idem 146.

Em relação aos lucros do capital, para Smith, dependiam dos aumentos e diminuições da riqueza, reduzindo-se quando a riqueza aumentava. Era difícil determinar a taxa de aumento ou diminuição, mas o seu valor poderia equivaler-se ao da taxa de juro, que na Inglaterra, neste período estava em declínio, na medida em que aumentavam as riquezas. Dizia ele:

Os lucros são mais baixos nas cidades, onde há muito capital, do que nos campos, onde há pouco. O juro é mais elevado na Escócia, um país pobre, do que na Inglaterra. Acontece também na França, provavelmente país menos rico do que a Inglaterra. Mas é mais baixo na Holanda que é mais rica do que a Inglaterra. No caso particular de novas colônias, coexistem salários e lucros altos. Mas os lucros tendem a diminuir, gradualmente. Os novos territórios ou indústrias podem fazer elevar os lucros mesmo num país cuja riqueza está no progresso. A redução do volume de capital faz subir os lucros. Num mesmo país que atingisse o máximo possível de riqueza, os lucros seriam, tal como os salários, muito baixos, mas nunca existiu país assim<sup>148</sup>.

Era a falta de garantia de cumprimento dos contratos das nações que fazia elevar o juro, o mesmo acontecendo com a proibição de cobrá-lo. A taxa de lucro mínima deveria ser mais do que suficiente para compensar as perdas e o mesmo aconteceria com a taxa de juro mínima.

Num país que tivesse o máximo de riqueza possível, o juro seria tão baixo que somente as pessoas ricas poderiam viver dele. A máxima taxa de lucro possível absorveria a totalidade de renda e deixaria apenas os salários.

A proporção entre juro e o lucro variava com a taxa do lucro.

Nos países em que eram baixos poderiam vender seus produtos tão baratos quanto aqueles onde os salários eram baixos. Os lucros altos tenderiam a elevar mais os preços que os salários altos.

Em relação à acumulação do capital e do trabalho produtivo e improdutivo leciona:

Há duas espécies de trabalho: o produtivo e o improdutivo. Muitos outros tipos de trabalho, para além dos criados, são improdutivos. A parte do produto que é empregada na manutenção dos trabalhadores produtivos determina a produção do ano seguinte.

---

<sup>148</sup> SMITH, Adam. Op. Cit. 147.

Em relação aos trabalhadores produtivos e improditivos, estes eram os servos, que laboravam nas casas dos capitalistas, trabalhadores domésticos. Os produtivos eram aqueles que o esforço se media com as horas de trabalho, os que davam suas horas de trabalho na produção de mercadorias.

Liana Maria da Frota Carleial ensina que o trabalho útil acrescenta valor, não custa ao patrão (uma vez que o trabalho remunera o salário) e fixa-se numa mercadoria vendável e durável. Os trabalhadores que não conseguem acrescentar o valor custam para o patrão e ao não se fixarem numa mercadoria não interessam ao capital<sup>149</sup>.

Para Adam Smith, a proporção entre fundos determinava em que medidas os habitantes do país seriam ativos ou ociosos. Assim, o aumento ou a diminuição do produto anual de um país. Os capitais eram aumentados pela parcimônia ou poupança. Aquilo que é poupado vem a ser consumido por trabalhadores produtivos.

O homem frugal cria um fundo perpétuo para o emprego dos trabalhadores produtivos. O pródigo desvia estes fundos para outros fins. O fato de o dispêndio ser efetuado em bens produzidos no país ou bens estrangeiros não faz qualquer diferença. Se o não tivesse gastado, haveria no país exatamente o mesmo dinheiro e, haveria também, os bens originados pelos trabalhadores produtivos.

Além disso, para o autor, quando o produto anual diminuía, ocorreria saída de dinheiro para o estrangeiro e, por outro lado, entrada de dinheiro no país, sempre que o produto anual aumentava.

Assim, mesmo que a riqueza real de um país consistisse no dinheiro nele existente, o pródigo continuava a ser o inimigo público.

Ainda:

A fragilidade e a prudência privadas têm, sem que se dê, contrariado tais fatores. Além dos aumentos e reduções do capital, podem distinguir-se vários tipos de despesas. O indivíduo que adquire bens duradouros será mais rico do que o que adquire somente bens perecíveis. O mesmo acontece com uma nação. É mais fácil acabar com o primeiro tipo de gastos, que também assegura a manutenção de maior número de pessoas.

---

<sup>149</sup> CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Reflexões acerca do pensamento de Adam Smith, em sala de aula, Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, 15/03/2003.

O mau emprego do capital teria o mesmo efeito que a prodigalidade. A fragilidade e prudência predominam. A prodigalidade é mais intermitente do que o desejo de melhorar de situação.

Os empreendimentos imprudentes são em pequeno número em comparação aos acertados. A prodigalidade e imprudências públicas deveriam ser mais temidas do que as privadas, mas são contrariadas pela fragilidade e prudência privadas. É necessário um aumento de capital para aumentar o produto da nação.

Assim, se o produto cresceu, o capital aumentou. Foi isso o que aconteceu em quase todas as nações em períodos de paz.

Um exemplo clássico utilizado é o da Inglaterra de 1660 a 1776, ou de 1558 a 1660, embora nesses períodos tivesse abundado a prodigalidade pública e privada e se tivessem registrado muitos outros distúrbios e revezes.

A compreensão das categorias de Adam Smith é importante para a aplicação da teoria capitalista nas políticas aplicadas nos países de economia capitalista, como será o caso analisado nos capítulos posteriores.

A relação com o Direito se faz quando se pode observar que o aparato jurídico do Estado Moderno, (evidenciado no pensamento de John Locke) servirá de premissa e pressuposto para Adam Smith podendo se relacionar com a idéia de indivíduo, que trabalha e deixa o suor do seu rosto na terra, esta por direito natural é sua propriedade, sob a qual o Estado deve proteger, por pressuposto de sua própria existência.

O homem, e, portanto, o indivíduo, trabalha para sobreviver e a divisão do trabalho leva ao enriquecimento da nação. Pelo trabalho, os homens também podem enriquecer, ao lado das nações que crescem.

Na época de Adam Smith, nos anos que seguem a produção de sua *riqueza das nações* (1776) a organização dos trabalhadores se mantém pelos denominados clubes, lojas e sociedades mutuais (em 1793 foram reconhecidas pelo *Friendly Societies Act*).

Entretanto, a partir dos anos de 1811 e 1813, bem como 1815 e 1816, são registrados os primeiros movimentos de operários, que revoltados com as suas condições de trabalho, insurgem-se contra as máquinas, num primeiro momento na investida conhecida pela história como “fúria de Jennies de Hargreaves” através do movimento denominado *luddites*.



Em 1817 acontecem as revoltas dos tecelões de Manchester e a marcha dos *blanketeers*, conhecidos pela marca do cobertor que carregavam nos ombros nas suas marchas.

Em 1824 e 1825 é aprovada a Lei de Greve que pune a violência utilizada nas manifestações e em 1827 é confeccionado o primeiro jornal sindical denominado *trades newspaper*. No mesmo ano surgem de forma mais evidente as primeiras organizações do Movimento Cooperativista por intermédio de Robert Owen.

Em 1831 nasce a *National Association of United Trades for the Protection of Labour – NAPL* contando desde o seu início com mais de 100.000 associados.

Em 1832 ocorre a *Reform Bill* garantindo cadeira no parlamento aos industriais capitalistas marcando o fim do monopólio político da aristocracia e burguesia financeira.

Em 1833 é criada por Robert Owen e Doherty a *Society for Promoting National Regeneration* e em 1834 a *Grand National Consolited Trade Union* com mais de 500.000 membros, entidade que não sobrevive aquele ano e é dissolvida no mês de agosto do corrente, por ações do Estado e *lock-out* dos capitalistas.

A principal pauta acerca da participação popular na política do movimento operário aparece na Carta ao Povo do *Partido Cartista* em 1848, ano da publicação do Manifesto Comunista. Nela encontram-se registradas as principais demandas dos trabalhadores tais como sufrágio universal, abolição de qualificação eleitoral pela propriedade, eleição parlamentar anual, igualdade no colégio eleitoral, salário para parlamentares e voto secreto.

Neste contexto histórico, nos anos que seguem 1846, de parte dos burgueses industriais, aparecem movimentos anti-latifundiários, especialmente pelo movimento *Anti-Corn Law League*, devido a legislação vigente à época que previa a proibição da importação de trigo se o seu preço descesse abaixo de certo limite (80 xelins por quarter). Naquele ano, a Lei é revogada e Karl Marx atribui a abolição das leis dos cereais na Inglaterra como o maior triunfo que o livre-cambismo alcançou no séc. XIX.

Entretanto, o início deste movimento remonta 1815, na promulgação da Lei.

Os fundamentos teóricos das teses dos burgueses aparecem no cenário político e econômico, com um ensaio que permanecerá na história do pensamento econômico, David Ricardo (1772-1823), explicando o fato de subirem as rendas da terra e a prosperidade dos denominados *landlords*, enquanto a burguesia vive uma crise, a manutenção do poder da aristocracia dentro do parlamento. A Lei do monopólio do trigo só foi possível pela articulação política dos donos de terra taxando fortemente a importação de cereais.

Uma vez a Inglaterra precisando de alimentos, o preço dos mesmos fica alto da mesma forma que os salários pagos aos trabalhadores para que estes pudessem comprar a sua comida de forma que quem arca com o ônus do sistema é o burguês que paga o salário. Isso gera um crescimento econômico dos produtores de cereais e da renda da terra.

Ricardo advoga a revogação da Lei de cereais como meio de evitar a subida da renda da terra, do preço do trigo e dos salários e, conseqüentemente a redução da taxa de lucro. Assim, revogada a Lei o comércio seria realizado com liberdade e o produto importando baratearia os cereais nacionais, baixando a renda da terra, os salários e causando o aumento da taxa de lucro para os industriais.

Posteriormente a sua morte, Ricardo torna-se o profeta econômico da Burguesia Industrial já que a conquista de 1846 se deve a fundamentação teórica do referido pensador.

Embora este teórico não seja objeto de nossa tese, nos cabem algumas considerações acerca da contribuição política do mesmo.

David Ricardo é um autor de produção intelectual relevante para denominada teoria clássica ou Economia Política. O autor pode ser considerado o pai da Economia Clássica sistematizada e independente da Filosofia.

Enquanto em Adam Smith restam preocupações e justificativas filosóficas para questões econômicas, David Ricardo rompe com este pensamento tornando-se teórico estruturante das duas grandes correntes econômicas que lhe sucedem na segunda metade do século XIX: a teoria marginalista (1871) que rompe com a Economia Política Clássica e a teoria econômica de Karl Marx.

Convém apontar que as premissas desenvolvidas por Adam Smith, em relação à centralidade do trabalho, foram reafirmadas por David Ricardo no primeiro capítulo dos *Princípios de Economia Política e Tributação*<sup>150</sup>.

Entretanto, a partir do segundo capítulo, o autor desenvolve aquilo que, para Economia foi a sua principal contribuição: a preocupação com a distribuição de renda por classe (seu principal trabalho, referencial teórico para teoria clássica cuida do dimensionamento sobre a oposição à lei que proíbe a importação de cereais), em relação à

---

<sup>150</sup> Convém destacar que este autor clássico pode ser admirado pela sua humildade acadêmica uma vez que, ao rever sua obra, considera a possibilidade de que a situação em que se encontrava o trabalho levaria ao desemprego. Tal assertiva compõe um capítulo a mais em sua obra, após a primeira edição da mesma.

taxa de lucro, que reage conforme a ocorrência de aumento de salário, uma vez que aquela é a variável que determina o termômetro da Economia<sup>151</sup>.

Ricardo tem em mente que o lucro é a variável que regula o crescimento econômico, mas não se contenta com a análise smithiana (que determina o seu nível de equilíbrio em termos de oferta de capitais e possibilidades de investimentos) a partir da constatação de que a relação entre aumento de capitais e queda de lucros não vinha acontecendo.

A saída de Ricardo é a proposta de uma interpretação do lucro como resíduo, após a dedução dos demais custos de produção. Então é a chave entender como se dá a distribuição, ou seja, como são formados os salários, e a renda da terra<sup>152</sup>.

Para ele, todos os elementos que reduzissem a taxa de lucro deveriam ser criticados. Para tanto, o passo inicial seria estudar o valor a partir do que denominou *paradoxo do valor*, que não será objeto da presente tese.

Para nossa reflexão, uma das grandes contribuições de David Ricardo é considerar, a partir de uma espécie de qualificação das teses de John Locke (não que o autor tivesse a intenção de fazê-la) que se o homem, pelo trabalho que modifica a natureza, recebe o direito fundamental sob determinada propriedade (e este direito deve ser garantido pelo Estado) pode-se afirmar, e isso fará nosso autor inglês do início do séc. XIX, a possibilidade legítima de homens submeterem outros homens ao trabalho para si.

Desta forma, abre-se o caminho para tese marxiana da diferença entre valor do trabalho e valor da força de trabalho, já que, a partir da intuição de Ricardo – que os preços relativos das mercadorias se determinam simultaneamente pela quantidade de trabalho nelas incorporado e pela repartição da renda entre capital e trabalho, ou, dito de outra forma, pela participação relativa dos salários e lucros no produto – existe uma quantidade a ser medida de esforço, dentro da mercadoria.

---

<sup>151</sup> RICARDO, David. *Princípios da Economia Política e Tributação*. Trad. De Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Este pensador, além de bastante perspicaz, teve sucesso como capitalista em muito pouco tempo: antes dos trinta anos de idade, já era rico. Sua primeira e principal profissão foi operador da bolsa de valores, aprendendo rapidamente a lidar com o capitalismo na prática, antes de estudá-lo na teoria. Outra questão relevante de sua vida foi o fato de ter sido parlamentar na Câmara dos Comuns, representante do Condado Irlandês de Portarlinton, cuja representação, à época, poderia ser comprada. Envolveu-se na discussão sobre a Lei dos Cereais (1815) preocupando-se com a questão da inconveniência das restrições governamentais à exportação.

<sup>152</sup> FEIJÓ, Ricardo. Op. Cit. 134, p.168.

Na análise jurídica pretendida importante a contribuição de Immanuel Kant<sup>153</sup> e Georg W. F. Hegel, que embora não discutam categorias acerca do nosso objeto de estudo tais como a centralidade do trabalho e os aspectos econômicos formam base de sustentação do pensamento jurídico moderno e, no caso de Marx, os pressupostos filosóficos para a dialética de seu materialismo<sup>154</sup>.

---

<sup>153</sup> A influência e reflexão de Immanuel Kant remontam as preocupações do nascimento do racionalismo: em Leibniz a questão das verdades da razão, necessárias e universalmente inatas (matemática); a idéia de racional e legal tal e qual o triângulo tem três lados ou  $2+2=4$ . Também reflexões acerca do que denominou verdades de fato: causalidades que dependem de experiência (sensação, percepção e memória). Nesse autor encontramos que o sujeito do conhecimento é a **razão** e não a **subjetividade pessoal**. A razão é *a priori* e seu conteúdo, *a posteriori*<sup>153</sup>. A partir daí a pergunta kantiana será: *como conceitos, palavras, juízos, proposições podem informar sobre o mundo sensível? Como o homem conecta juízos intelectuais e objetos sensíveis não produzidos pela mente e que estão fora dela?*

A Ontologia Clássica afirma a possibilidade de estabelecer adequação ou inadequação da linguagem humana diante de um mundo exterior a ela mesma. O fundamento – toda ordem instituída será algo decorrente da expressão universal de toda liberdade – significa a liberdade individual, combinada à idéia de autoridade. O Direito seria – o direito de obrigar o outro – ou seja, um condutor de concordância, sendo que, a harmonização da liberdade ocorreria na ação. A liberdade é condição para reconhecimento da coação. A hipótese contratual para vontade geral, em Kant, é o que ele determina o risco de liquidação do Direito: a autoridade decorrente de uma vontade contratual pré-existente. A afirmação do Direito é a liberdade como condição e fundamento de todo tipo de coação. Herbert Marcuse realiza uma crítica a teoria kantiana afirmando que a rigor não é uma superação da não-liberdade, mas um fortalecimento.

Kant afirma que *a idéia de liberdade como dado transcendental é uma verdade em si mesma que não pode levar em conta condições materiais de ação*. Toda ordem instituída na sociedade seria para garantir a propriedade privada ou a proteção de uma propriedade universalmente reconhecida. Essa é a idéia de liberdade formal e abstrata. Georg W. F. Hegel reconduz a liberdade no plano da abstração. *Não é possível reconhecer a liberdade em uma identificação com a liberdade*. A idéia kantiana de liberdade do indivíduo (decorrente da relação contratual – universal e pré-existente) universalidade das liberdades individuais e passando pela coerção individual, tem limites e na sociedade burguesa os interesses são próprios (individuais) e em comum temos somente o meio. Georg W. F. Hegel reconhece as diferenças nas sociedades burguesas e demonstra que a sociedade de classes é contraditória. A equalização em Hegel está no Estado enquanto superação dialética.

Para Immanuel Kant o Direito emerge da sociedade; para Georg Hegel o Estado é uma superação da sociedade. A garantia política em relação à propriedade fica na sociedade e o Estado sobe para outro plano já que a sociedade civil não supera as contradições nela existentes. A soberania do Estado está desligada das contradições de sociedade de classes; ele é portador da liberdade no estado puro de liberdade. A liberdade consciente de si mesma, que só existe na liberdade do homem livre. A liberdade é superação de suas exterioridades e precisa superar as contradições do mundo. Ela deve se superar num âmbito superior. No Estado a necessidade seria superar a partir de uma realidade histórico-dialética já que o Estado é a realidade da liberdade concreta. A superação está no lugar onde a liberdade e as necessidades não se confundem. Portanto, para Kant, o **indivíduo** deve reconhecer o **Estado** como aquilo que é um espaço de superação dialética um espaço (histórico-dialético) de submissão a Lei.

<sup>154</sup> Entretanto, para Georg Hegel, se faz necessária uma construção do *credo estatal na consciência dos indivíduos*. No âmbito de uma dada instituição na base da sociedade uma instituição formará um credo estatal na consciência dos indivíduos: a família. A família é uma primeira instância da universalidade por meio da transmissão da propriedade familiar para os familiares e nela não se esgotam as mediações que reconhecem as contradições entre uma sociedade burguesa. A segunda instituição relevante é o trabalho: a domesticação para reconhecimento do Estado – temor e serviço – retiram a servidão do trabalho. O idealismo hegeliano vai servir para fundamentar uma violência de autoridade.

Esta demonstração do papel do trabalho, e do processo de reificação e sua abolição é, segundo Karl Marx, a maior conquista da Fenomenologia do Espírito de Hegel. Mas o valor da demonstração fica perdido porque Hegel apregoa que a unidade do sujeito e do objeto já foi consumada e que o processo de *reificação* já foi superado.

A referida categoria marxista deve ser recuperada na análise dos capítulos finais da presente reflexão, uma vez ser pertinente ao tema central da tese pretendida.

Os antagonismos da sociedade civil encontram solução no Estado monárquico, e todas as contradições são finalmente reconciliadas na esfera do pensamento ou do espírito absoluto.

Portanto, o conceito moderno de indivíduo, e quando assim se afirma, significa que o *conceito jurídico* de indivíduo se constrói desde a unicidade da mônada, passando pela qualidade *proprietário*, recuperando a possibilidade de conhecer desse indivíduo, sua relação de maturidade com a possibilidade de liberdade e obediência ao Direito, ou liberdade possível somente na obediência (do contrário não se teria liberdade).

Esse traço racional entrecruza-se com a relação individual de unos (unidades jurídicas individuais), ou seja, a forma com que a fração menor relaciona-se com a fração

Herbert Marcuse, sobre Hegel, traz afirmações paradigmáticas ao pensamento social ocidental, fruto do metabolismo revolucionário de espírito, mas teórico, infelizmente teórico para ambos corações. Os ideais da Revolução Francesa encontraram suporte nos processos do capitalismo industrial.

O império de Napoleão liquidara com as tendências radicais da Revolução consolidando, ao mesmo tempo, suas conseqüências econômicas. Os filósofos franceses daquele período associaram a realização da razão à expansão da indústria. A crescente produção industrial parecia capaz de fornecer todos os meios necessários para satisfazer as necessidades do homem. Assim, ao tempo em que Hegel elaborava seu sistema, Saint-Simon, na França, exaltava a indústria como o único poder capaz de conduzir os homens a uma sociedade livre e racional. O processo econômico aparecia como o fundamento da nação. Entretanto, o desenvolvimento econômico na Alemanha ficara muito atrás do da França e Inglaterra.

A classe média alemã, fraca e dispersada em numerosos territórios com interesses divergentes, dificilmente poderia projetar uma revolução. (p.16 – Razão e Revolução).

Segundo Herbert Marcuse em seu *Razão e Revolução*, a filosofia de Hegel se apóia numa relação sujeito/objeto específica. O antagonismo epistemológico tradicional – entre sujeito (consciência) e o objeto – é transformado, por Hegel, na reflexão de um antagonismo histórico definido. O objeto aparece primeiro como objeto de desejo, algo para ser trabalhado e conquistado para satisfação de uma necessidade humana. No curso da apropriação o objeto manifesta-se como o “ser outro” do homem. O homem não está “consigo” quando lida com os objetos do seu desejo e trabalho, mas depende de um poder externo. Ele tem de enfrentar a natureza, o acaso, e os interesses de outros proprietários.

O processo que leva à superação deste momento da relação entre a consciência e o mundo objetivo é um processo social. Tal processo, de início conduz ao completo “alheamento” da consciência: o homem é inteiramente esmagado pelas coisas que ele mesmo produziu. A realização da razão, por conseguinte, implica a superação deste alheamento, o estabelecimento de uma condição na qual o sujeito conheça e possua a si mesmo em todos os seus objetos.

maior, o uno, a mônada/Estado, que, para Hegel é o espaço de superação da desigualdade e da liberdade.

Convém lembrar que os referidos autores analisados receberam diversas críticas de pensadores lhes sucederam, mas necessária se faz, no presente momento de análise, a compreensão de como a disposição de formação de sentido na categoria *indivíduo* se estabeleceu (em especial nesses complexos autores), para poder desenvolver outras afirmações acerca do indivíduo e a necessidade de sua relação com a universalidade<sup>155</sup>.

Mas nenhuma delas foi possível sem as reflexões que os clássicos da Modernidade ora escolhidos se dispuseram a realizar, para, em seu tempo, entender o mundo em que estavam submetidos.

Antes da análise da principal obra econômica de Karl Marx convém tecer algumas considerações do autor em relação à propriedade, denominada acumulação original, elemento que estava previsto desde os *grundrisse*, nos esboços da teoria crítica à Economia Política.

O texto *proceedings of the sixth Rhine Province Assembly. Third Article – debates on the Law on Thefts of Wood*<sup>156</sup>, contido na denominada *Rheinische Zeitung* foi escrito por Marx em 1844 e lhe valeu o emprego na Gazeta Renana. Tratava da indignação manifesta no artigo a partir da transformação em propriedade privada dos bosques nos quais os lenhadores exerciam sua atividade extrativista.

A Dieta Prussiana (Conselho de Príncipes equivalente a uma espécie de poder constituinte) criminalizava a ação dos lenhadores que buscavam lenha nos bosques, pois estes haviam se transformado em *propriedades privadas* na proposta da nova Lei. Marx destacava que os lenhadores tinham direito consuetudinário em relação aos bosques e a atividades extrativista, já que a exerciam muito antes da norma advinda.

---

<sup>155</sup> Evidentemente, até mesmo pelas conclusões observadas e apresentadas acerca das teses hegelianas de Herbert Marcuse e por outras não mencionadas, seja por discussões presentes em Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin e outros autores da Escola de Frankfurt, que o caminho escolhido para ser percorrido pela presente tese já foram trilhados pelos mencionados autores com muito mais profundidade e propriedade pela densidade teórica no campo das ciências sociais e formação da denominada teoria crítica. Entretanto, no que tange o levantamento das nuances do individualismo para o Direito, a opção por percorrer novamente caminhos anteriormente trilhados servem para o exercício da re-leitura potencialmente capaz de novas considerações, de forma despretenciosa, sempre no sentido de sedimentar um roteiro que poderá ser novamente percorrido ciente que, as preocupações apresentadas são construções que, por sua natureza clássica, permanecem aporéticas.

<sup>156</sup> Tradução inglesa encontrada no site [director@marx.org](mailto:director@marx.org), do original alemão.

Na mesma época, Proudhon escreve seu texto clássico, *a propriedade é um roubo*, muito elogiado por Marx e razão da amizade que se deu entre os dois, logo após a ida de Marx para França. Proudhon questiona a legitimidade do modelo de Rousseau em relação as bases do *contrato social*, utilizando expressões do tipo – “o filho de Gênova é o profeta e o contrato social, o alcorão” – para questionar a fundamentação do contratualista<sup>157</sup>.

O tema é aprofundado por Marx em textos posteriores bem como o bem como a criminalização da vadiagem fazendo com que os trabalhadores se submetessem à baixos salários, já que seriam punidos se não trabalhassem, além de proibição de organização em coligação ou associação de trabalhadores e pagamento de salário superior ao mínimo<sup>158</sup> - situação anteriormente explicada na primeira seção deste capítulo.

Karl Marx, em seus estudos para composição do capital (reflexões que permaneceram inacabadas devido ao seu falecimento em meio à produção da obra) realizou um verdadeiro trabalho de arqueologia para demonstrar as filigranas da ordem capitalista, com a finalidade de descortinar o modo de produção responsável pela desigualdade social de seu tempo.

O autor aprofundou os conceitos dos autores analisados anteriormente (Smith e Ricardo) para delimitar as categorias econômicas que, justapostas, fundaram o sistema de produção e reprodução do capital até a autonomia do dinheiro, dá origem ao capital financeiro<sup>159</sup>.

Os elementos levantados em sua teoria modificam substancialmente a idéia de mercado, trabalho e mercado de trabalho a começar pela alienação do trabalho gera ao trabalhador um enfadamento, uma aproximação do trabalho ao fardo, ao sacrifício.

---

<sup>157</sup> PROUDHON, Pierre Joseph. *A propriedade é um roubo*. In Política. Textos selecionados por Paulo Edgar A. Resende e Edson Passetti. São Paulo: Ática, 1986. Convém estabelecer que nos *grundrisse* a relação de Marx e Proudhon já está estremecida, já aconteceram as críticas contidas no texto Miséria da Filosofia e aparecem duras considerações acerca do entendimento do socialista utópico sobre os juros. Tais considerações são encontradas em ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura do capital de Karl Marx*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: UERJ – Contraponto, 2001, p. 326.

<sup>158</sup> Tais preocupações aparecem dentro do texto do capital sob a denominação “legislação sanguinária contra os expropriados a partir do séc. XV. Leis para rebaixamento de salários”, Capital, Cap. XXIV, Volume 2, Livro 1.

<sup>159</sup> A seção 3 do capítulo III do volume I do Capital coloca em evidência a transformação do dinheiro em dinheiro universal, ou seja, o atualmente conhecido *capital financeiro*. O trajeto deste raciocínio marxiano é a passagem do dinheiro enquanto *entesouramento*, dinheiro enquanto meio de pagamento até chegar no denominado dinheiro universal. Para Jorge Luiz Grespan também faz parte da mística do fetiche a aparência de autonomia, mas que esconde o trabalho humano.

As premissas de Karl Marx, depois da Contribuição Crítica à Economia Política, partem do real concreto. A realidade é o seu grande ponto de partida. Ela antecede a teoria, pois a mesma é mera teoria. O concreto real abstrai, daí o abstrato, que gera o concreto novamente, assim denominado concreto refletido.

Quanto a sua visão de mundo, se passa através da compreensão dos acontecimentos históricos, pelas classes. O conflito entre conhecimento e a possibilidade de se ter acesso a ele, deriva sua teoria acerca da luta de classes.

O elemento novo das discussões na Economia Política é a questão do trabalho assalariado.

A mercadoria é o ponto de partida para Marx. O capitalista e o trabalhador são personificações. Ocorre a ruptura com a Economia Política Clássica e seus parâmetros se propõem a desvendar o capitalismo.

O valor é símbolo, carimbo porque, todas as mercadorias, têm trabalho humano. A população será sempre, em uma parcela, excedente, bem como o capitalismo, sempre desigual. O homem trabalha para viver e a mercadoria é a unidade de valor de uso e de valor de troca.

Como valor de uso pode-se considerar *utilidade*. Ele é pressuposto de quantidades definidas; fornece material para uma disciplina específica, a *merceologia*<sup>160</sup>.

Jorge Luis Grespan assim define o valor de uso:

O valor de uso é fundamental para Marx ainda que alguns estudiosos afirmem que ele não era importante. Isso é equivoco. Marx fala de valor de uso incessantemente. Até o valor de uso é histórico. O valor de uso não é absoluto. Só se realiza quando não dissociado do par dialético. Tem uma materialidade, coisa objeto interno que satisfaz as necessidades humanas. O uso é histórico pois aparecem novos usos (lembrar Adam Smith na comparação entre a água e o diamante) A divisão do trabalho é a multiplicação dos usos. Ele possui qualidade e significa a propriedade que as coisas tem<sup>161</sup>.

O valor de troca é aquela categoria considerada valor, simplesmente nas primeiras análises econômicas. Ele existe como valor antes da troca propriamente dita e em tudo que tem valor possui valor de troca. Quando não se produz mercadoria para o capitalismo ela

---

<sup>160</sup> GRESPAN, Jorge Luis. *A mercadoria*. São Paulo, Edusc, 2001.

<sup>161</sup> GRESPAN, Jorge Luis. Idem 160.



não tem valor (esse considerado como legítimo valor de troca). O trabalho abstrato é o potencial que se realiza na mercadoria.

Jorge Luis Grespan afirma que *o valor de troca é intrínseco na mercadoria; é exatamente o que ela dá em troca, quando em si o valor aparece. No capitalismo todas as formas tornam-se mercadoria e isso acontece porque a força de trabalho tornou-se uma mercadoria*<sup>162</sup>.

A mercadoria aparece em primeiro lugar como objeto externo – algo que no caráter da coisa, só pode ser analisado por um observador de fora. Mas ela se divide, por ela mesma, em duas partes: valor de uso e valor<sup>163</sup>.

A mercadoria é um produto destinado ao mercado e precisa se afastar de seu produtor. Karl Marx descobre que o dinheiro é medida de valor de circulação. O denominado salto mortal da mercadoria só acontece quando ela é vendida, ou seja, só é realizada quando vendida. O dinheiro também pode ser meio de pagamento para dilatar no tempo o próprio pagamento, ou seja, aí se dá o nascimento do crédito.

A equação de Marx é  $D - M \{PT\} - M' - D'$  onde D é capital inicial, M mercadoria comprada por D com igualdade de valor de compra e de venda, PT é processo de trabalho (meio de produção, objeto de trabalho submetido a controle do capital) M' é mercadoria produzida e D' é dinheiro obtido com a venda de M'. A força de trabalho é capital variável e o meio de produção é o capital constante.

O espaço onde a mercadoria produzida é posta à venda e não utilizada pelo produtor é denominada mercado.

O mercado de trabalho, por consequência, é o espaço onde o que é posto a venda é a própria força de trabalho do trabalhador.

Marx afirmava que as leis do mercado se impõem ao trabalhador de forma que os seres humanos são meros instrumentos do capital. Sendo assim, nas condições em que o produto de trabalho humano assume valor, o autor denominou fetichismo da mercadoria, ou seja, a verdadeira significação da mercadoria, ocultada na expressão de trabalho humano concreto, assumindo aparência de fatalidade.

---

<sup>162</sup> GRESPAN, Jorge Luis. Op. Cit. 161.

<sup>163</sup> GRESPAN, Jorge Luis. Idem 162.

Essas condições foram esclarecidas por Marx para que os trabalhadores compreendessem sua condição. Os teóricos dos socialismos reais produziram grandes doutrinas do pensamento marxiano, denominado a partir de então marxismo, de tal modo que gerou uma conjuntura política de organização e reação daqueles que sofriam a exploração do trabalho.

Se a mercadoria esconde o trabalho, o denominado fetichismo da mercadoria comporta o desaparecimento do trabalho, a desconsideração para com o mesmo, de forma que não se considera o fator trabalho humano possibilitando a exploração do trabalho.

Na equação de Marx, o processo de trabalho é a evidência que  $D'$  (resultado do salto mortal da mercadoria) só pode ser maior que  $D$  (capital inicial investido) porque o valor pago pelo trabalho é menor do o seu real valor.

A exploração do trabalho ocorre porque, para que exista Capitalismo, é condição *sine qua non* que o valor pago pelo trabalho seja menor do que o valor que ele de fato tenha. Eis a corajosa conclusão de nosso teórico, que não quis ser ouvida pelos demais economistas denominados marginalistas e baniram Marx da Economia Contemporânea.

Na composição da teoria smithiana com a teoria marxista, podemos reunir o eixo *indivíduo-trabalho-sobrevivência-riqueza* em a relação ao eixo *ocupação-desemprego-mercado-de-trabalho-assalariamento-regulamentação*, categorias fundamentais para a tese em elaboração e verificadas nas hipóteses de Adam Smith e Karl Marx. Outros elementos, como a participação popular e as políticas públicas, ficam melhor visualizadas depois da discussão acerca do Estado de Bem Estar.

Vejamos: o trabalho é a centralidade do mundo capitalista, na sua espécie assalariamento, porque é a forma que permite sua divisão e especialização, fundamentais para riqueza das nações já que o emprego se garante com a divisão, que permite, antes de tudo o acesso às fábricas, maior especialização, maior produção pela rapidez e precisão<sup>164</sup>.

De outra forma, já em Marx, os trabalhadores são obrigados pelo Estado a ter ocupação ao mesmo tempo em que o desemprego garante o salário baixo. O conceito de mercado de trabalho é problematizado bem como o assalariamento demonstrando que o Estado não realizará os interesses da classe trabalhadora porque foi constituído a partir de

---

<sup>164</sup> Em Smith já aparece a percepção da diferença do valor do trabalho e valor pago pelo trabalho mas em Ricardo aparece a preocupação com o desemprego quando o ciclo de divisão do trabalho não for possível devido ao alto exército de reserva.

uma classe: a classe burguesa. Por isso, é qualificado como *comitê de gerenciamento dos interesses da burguesia*.

Ainda que o capital tenha sido escrito na segunda metade do séc. XIX, a contribuição de Marx se dará por toda a segunda metade do referido século. O manifesto comunista é de 1848, ano que as organizações cooperativistas já estão constituídas.

Portanto a realidade do cooperativismo está se desenvolvendo neste período, embora as experiências sejam bastante complicadas à sua estabilização, por diversos fatores, alguns deles analisados pelo próprio Marx.

Apresentam-se algumas considerações acerca do Cooperativismo, datada de 1875, encontradas no caderno de experiências históricas da cooperação nº 2, sob o título *O Cooperativismo e o pensamento marxista*<sup>165</sup>, referenciando algumas referências de Karl Marx, em trechos constantes da “crítica do programa do partido operário alemão”, “resoluções do primeiro congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores”, e do livro III do próprio *capital*.

São elas:

Eles têm nas mãos um elemento de triunfo: o número. Mas o número só pesa na balança se estiver unido pelo acordo e guiado pelo conhecimento. A experiência do passado mostrou que deve existir um elo de fraternidade entre os trabalhadores dos diferentes países e incitá-los a resistir, ombro a ombro, em todas as lutas pela emancipação, e que, menosprezado-se este elo, o castigo será o fracasso comum destes esforços sem coesão (...).

Percebe-se a dureza da crítica, que parte do real concreto, da violência e sacrifício com que se dá o processo de organização da classe trabalhadora. Continua a afirmação:

Para preparar os caminhos para a solução das questões sociais, o Partido Operário Alemão reclama o estabelecimento de cooperativas de produção com a ajuda do Estado, sob o controle democrático do povo trabalhador. As cooperativas de produção devem ser criadas na indústria e na agricultura em número suficiente para que daí resulte a organização socialista de todas as atividades. Depois da “lei de bronze dos salários” de Lassale, eis a panacéia do profeta. O caminho é dignamente “preparado”. Em vez de luta das classes existentes, propõe-se uma forma de jornalista: “a questão social” de que se “prepara a solução”. Em lugar de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, “a organização socialista de todas as atividades” resulta da “ajuda do Estado”, da ajuda que

---

<sup>165</sup> MARTINS, Adalberto. *Caderno das experiências históricas, n.º 2. O cooperativismo no pensamento marxista*. São Paulo: Concrab, 2001.

ele dá às cooperativas de produção que ele mesmo (e não o trabalhador) “fez nascer”. Eis algo que é digno da imaginação de Lassale, o que acreditava que se podia edificar uma sociedade nova através de empréstimos do Estado, exatamente como se constrói um novo caminho de ferro! (...).

Os argumentos são mordazes. O autor não poupa o que acredita ser uma “venda de ilusões” e termina:

Os operários querem instaurar as condições da produção cooperativa à escala de toda a sociedade e, em primeiro lugar entre eles em escala nacional. Este fato apenas significa uma coisa: os operários trabalham para desagregação das condições de produção atuais. Isso nada tem que ver com a criação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. No que diz respeito às sociedades cooperativas atuais, elas apenas têm valor enquanto criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelo governo, nem pelos burgueses. (extrato da “crítica do programa do Partido Operário Alemão / Programa de Gotha/ 1875)<sup>166</sup>.

No trecho acima citado, percebe-se a virulência com que Marx se dirige ao universo cooperativista, quando nas condições referidas, especialmente quando aliadas ao dirigismo estatal ou mesmo financiamento de qualquer natureza, desde que externos a organização autônoma dos trabalhadores.

No segundo texto referido coloca que o cooperativismo pode ser reconhecido como força transformadora de da sociedade desde que não pode compor-se de esforços individuais de *escravos assalariados*, por ser impotente essa organização, para transformar a sociedade capitalista. O poder do Estado, arrancado das mãos dos capitalistas e dos proprietários rurais, deve ser manejado pelos próprios produtores. Ainda, sugere que todas as sociedades cooperativas que consagre uma parte de seus fundos à propaganda de seus princípios, que tomem a iniciativa de novas sociedades cooperativas de produção fazendo-a sob forma oral e impressa. E termina o texto com uma dura recomendação:

Com o objetivo de impedir as sociedades cooperativas de degenerar em sociedades ordinárias burguesas (sociedades por ações), qualquer operário empregado deve receber o mesmo salário, seja ou não associado. Como compromisso meramente temporário,

---

<sup>166</sup> MARTINS, Adalberto. *Caderno das experiências históricas, n.º 2. O cooperativismo no pensamento marxista*. São Paulo: Concrab, 2001.

transigimos em admitir um lucro mínimo para os sócios (texto extraído das “resoluções do primeiro congresso da A.I.T., reunido em Gêneve, setembro de 1866).

Ainda, no livro III, capítulo XVI, III – *A função do crédito na produção capitalista*, Marx volta a falar das cooperativas comparadas as sociedades por ações demonstrando, de forma incidental, que as cooperativas não podem afastar-se do verdadeiro sentido do movimento operário, já que o antagonismo entre capital e trabalho é superado de forma imperfeita na cooperativa<sup>167</sup>.

Sobre o marxismo e o cooperativismo, nos capítulos posteriores, o tema será retomado.

As preocupações teóricas acima apresentadas, pela universalidade dos aspectos analisados, qualificaram seus autores, uma referência na História do Pensamento Econômico de clássicos. Convém lembrar que a centralidade do trabalho permaneceu em Karl Marx, mas, perdeu a importância para os denominados marginalistas (Jevons, Marshall e outros da linha neoclássica), sendo retomada por Schumpeter e posteriormente por John Maynard Keynes<sup>168</sup>.

Na crítica de Karl Marx, o Estado de Direito será a clivagem, o substrato de formação do Direito Moderno, entretanto, enquanto Estado que gerencia interesses da burguesia, garantindo a reprodução das suas condições de produção, no mundo capitalista<sup>169</sup>.

Em grande parte das reflexões contemporâneas o trabalho humano deixou de estar na origem da riqueza decorrendo dos fatores de produção: terra, trabalho e capital. As classes foram substituídas por consumidores e firmas. Os consumidores maximizaram os lucros sujeitos à restrição de custos; já as firmas maximizam os lucros sujeitos à restrição de custos.

Importante salientar que, posteriormente a Marx e sua teoria econômica, aparece uma nova corrente na Economia que fará uma virada na problematização das questões

---

<sup>167</sup> MARX, Karl. O capital, Livro III, cap. XVI, III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>168</sup> KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Coleção os Economistas. 2 edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>169</sup> MARX, Karl. 18º Brumário de Luís Bonaparte. Tradução de Paul Singer. Coleção *Os pensadores*. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1976.

econômicas dando ênfase às questões monetárias e aspectos financeiros abandonando a discussão pertinente ao Estado e sua tarefa.

Tal corrente é denominada Escola Marginalista e seus precursores foram Antonie Cournot, Julie Dupuit e Johann Twüer. Sobre esse tema nossa análise não abordará qualquer aspecto.

Da mesma forma, o pensamento econômico que reage à intervenção, na medida das contribuições dos teóricos Willian Stanley Jevons, Carl Menger e Francis Edgeworth também não serão objeto de nossa discussão e por isso nenhum conteúdo foi destinado a esta análise.

Surge ainda, na segunda metade do séc. XIX, a denominada Escola Histórica Alemã, representada por teóricos como Max Weber, Gustav Schomoller e Fridrich List a partir da denominada antevisão do Estado Intervencionista.

O contexto da História Econômica e Política da Alemanha, culminando na sua unificação em 1970, é o cenário ideal para antecipação das demandas do intervencionismo, especialmente porque a construção do Estado Alemão e a própria Constituição Federal Alemã, se dão no contexto da intervenção, ou seja, previsão de diversos direitos sociais evitando o avanço capitalista na generalização do desemprego e na recessão profunda.

O Estado Alemão já nasce *Estado Social* e relevantes foram as contribuições dos movimentos sociais (especialmente sindicatos e associações de trabalhadores) que positivaram as lutas de classes nas primeiras leis que regulavam os contratos coletivos de trabalho.

Ainda, quando entra em cena a concepção de ciência social de Max Weber (1864-1920) ocorre uma espécie de crítica metodológica a partir dos pressupostos da escola histórica entendendo o autor que a mesma não bastava para dar conta dos aspectos verdadeiramente sociológicos do fenômeno social mudanças estruturais ocorrerão na organização social – objeto de análise em seção posterior – quando forem tratadas questões pertinentes ao Estado e forma racional de organização estatal do Ocidente.

#### Segundo Ricardo Feijó

Os historicistas acreditam retratar a realidade tal como ela é, mas para Weber nunca podemos conhecê-la. A fim de se construir uma ciência social empírica da realidade concreta, é mister investigar o significado cultural dos eventos individuais, vendo até que

ponto eles são determinados historicamente. Weber considera absurda a pressuposição historicista de realidade estruturada, isto é, de que exista alguma estrutura orgânica ou sistema propositado funcionando como uma totalidade ou uma entidade concreta<sup>170</sup>.

Pode-se afirmar que os Sindicatos do séc. XIX, especialmente na Alemanha e França, anteciparam o Estado de Bem Estar Social na Europa. Mas a teoria econômica propriamente dita foi construída através do autor com o qual se ocuparão as próximas seções.

Ao lado da formação da categoria individuo nossa intenção é trabalhar com o denominado contexto em que essa categoria se insere na Modernidade, ou a forma com que este elemento se relaciona, na medida em que apresenta uma forma qualificada de inter-relação, denominada – relação de intersubjetividade civilizada.

---

<sup>170</sup> FEIJÓ, Ricardo. História do pensamento econômico. São Paulo: Atlas, 2001, p. 240.

### Seção 3. Da antevisão do Estado de Bem Estar em Max Weber ao intervencionismo keynesiano: crise e reconstrução da Ordem Capitalista

O objetivo da presente seção será de articular o pensamento de Max Weber no que tange a possibilidade de aproximação entre a teoria e argumentos do processo de racionalização, processo civilizatório ou civilizador e história social do conhecimento do Ocidente, que nos parece ser a forma com que os autores se comunicam e com, isso, possa se realizar uma reflexão acerca da Modernidade e o Direito no que tange a discussão do Direito, Ciência e Sociedade e a possibilidade de entender a sociedade para entender seu mecanismo de controle social mais efetivo, por ser universal, que é o próprio Direito, nesse caso, o Direito Moderno.

Ainda, enquanto antevisão das políticas sociais, demonstrar que na Europa do séc. XIX, as condições para realização do Estado, enquanto provedor de políticas públicas, estavam dadas e em Max Weber aparecem reflexões para constituição do Estado Democrático, ou seja, Estado em que ocorre participação popular para efetivação de políticas públicas.

O intuito da presente seção não é problematizar nem tampouco aprofundar a proposta, os problemas e as soluções advindas da adoção das políticas sociais, mas trabalhá-lo como última grande tese das teorias econômicas capitalistas na tentativa de ao final, demonstrar a inserção do modelo brasileiro, ainda que periférico na proposta, e ainda, nos capítulos e seções posteriores, servir de base à estrutura (no sentido econômico) do cooperativismo popular brasileiro e seu modelo, ainda que de forma bastante peculiar para refletir sobre as possibilidades de seu esgotamento ou se dele resta alguma outra possibilidade para além da política pública que ora se apresenta.

O *individualismo* não escapa da presente análise já que, transversalmente é revelado como forma racional de intersubjetividade, estabelecendo-se enquanto elemento desvelador do processo civilizatório e amalgama da racionalidade moderna.

A compreensão desse mecanismo poderá contribuir no levantamento de elementos que possibilitem uma intervenção social, ainda que no campo da reflexão teórica, capaz de aproximar as demandas sociais e a proteção dos direitos de comunidades, indivíduos ou



mesmo habitantes do mundo, para além da vida humana ou ainda apontar os problemas do mecanismo já estabelecido, ou ainda, as pistas de seu esgotamento, tal como se quer afirmar em relação ao modelo (sócio-econômico e jurídico de Cooperativismo Popular).

Max Weber é um dos fundadores de uma das vertentes fundamentais da sociologia moderna, disputando espaço com as formulações teóricas de Émile Durkheim, muito embora os referidos autores tenham pertencido a mesma geração e tenham sido colegas de profissão, tenham dito em comum a temática religiosa como chave fundamental da análise sociológica<sup>171</sup>.

Em relação a Karl Marx, de uma geração anterior a de Weber, ambos analisaram o capitalismo e discutiram a questão do Estado Nacional a partir da mesma Alemanha do século XIX, com suas peculiaridades que a distinguiram dos demais países europeus devido a sua unificação tardia.

Todavia, os dois autores estão em trincheiras diferentes. Marx tinha uma visão negativa da política na qual o Estado deveria ser gradativamente extinto, enquanto Weber tinha uma visão positiva da política, defendendo a constituição de uma burocracia permeada por eficiente mecanismo de controle democrático. Essas concepções de Estado serão bastante pertinentes para a análise da categoria no presente trabalho.

Weber foi na política um eminente representante da consciência democrática que se opunha ao modelo cesarista de Otto Von Bismarck. Sua tese de doutoramento tinha como objeto de análise a interpretação das disposições legais presentes em um sistema judiciário com base no antigo Direito Romano que regulamentava as ações mercantis na Idade Média, uma espécie de embrião do capitalismo comercial, a partir de Pisa e Gênova.

Em um segundo trabalho científico, o autor identifica em Roma os germes do capitalismo moderno, como o expansionismo, a busca por novos mercados em larga escala, economia monetária e desenvolvimento econômico, tal como encontrado na Europa após o período medieval.

---

<sup>171</sup> As informações pesquisadas acerca de Max Weber baseiam-se nos estudos de Silvio Sant'ana no Prefácio da *Ética Protestante e o espírito do capitalismo* e em Fernando Henrique Cardoso nos denominados textos selecionados publicados pela USP na década de 80. Não há notícia de que Weber e Durkheim tenham se conhecido pessoalmente, ou que a obra de um tenha influenciado a do outro, embora contemporâneos.

Sua obra pode ser apresentada a partir de estudos que constroem o quadro de formação do Ocidente Moderno tendo como objeto de análise a ética econômica das religiões, a sociologia do Direito e os modos de dominação (sociologia política).

No texto denominado *Parlamento e Governo na Alemanha re-ordenada*, um dos principais textos clássicos produzidos pelo autor sua preocupação central é: 1) a preparação das classes sociais para assumir o Governo (aristocracia fundiária, burguesia, quadros da burocracia e proletariado); 2) a reconstrução da desmobilização e alienação efetivada por Bismarck e construção do projeto político de um Estado Nacional Alemão como potência mundial; 3) democratização da participação política e voto daqueles que combateram na Guerra.

Weber defende o Parlamento como espaço de formação de lideranças para, no futuro, administrarem o Governo Alemão<sup>172</sup>.

Entretanto, para a finalidade de nossa reflexão, aprofundaremos o denominado *processo de racionalização e desencantamento do mundo*, objeto da presente articulação com os demais autores além da teoria acerca do Direito Moderno, que será abordado ao final do tópico.

A principal abordagem de Max Weber acerca do que denomina *processo de racionalização* é a racionalização religiosa que acaba por propiciar elementos suficientes para demonstração da especificidade do diagnóstico weberiano no que tange o desenvolvimento ocidental.

#### Segundo Weber

No estudo de qualquer problema de história universal, um filho da moderna civilização européia sempre estará sujeito à indagação de qual a combinação de fatores a que se pode atribuir o fato de na civilização ocidental, e somente na civilização ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como pelo menos queremos crer) de um desenvolvimento *universal* em seu valor e significado<sup>173</sup>.

Para ele, no ocidente que temos ciência empírica, música racional, imprensa, Estado e, sobre tudo, forma econômica do capitalismo. E assim, apenas no ocidente, melhor,

---

<sup>172</sup> WEBER, Max. *Parlamento e Governo na Alemanha (re) ordenada*. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>173</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Brasília: UnB, 2001.

apenas no ocidente moderno, temos a vitória daquilo que ele chama *racionalismo da dominação do mundo*.

A fundamentação da afirmação acima se dá no campo da religião, objeto de análise weberiana por muitos anos, desde as origens da religiosidade nas comunidades antigas (hinduísmo e confucionismo), passando pelo judaísmo (fenômeno religioso estudado em composição com o que apresenta de contribuição ao cristianismo) e terminando no calvinismo, que para ele acaba por ser *solo fecundo* para concepção do denominado *espírito do capitalismo*.

O caminho para uma mudança radical da concepção religiosa moderna começa com a distinção, relativamente tardia, entre a cura de almas, entendida como culto individual, e o cultivo coletivo, que cuida apenas dos interesses mais gerais da comunidade. A cura das almas preocupa-se com a questão da imputação causal da culpa e do sofrimento individual, a qual foi assumida por dinastias de mistagogos ou profetas de uma divindade. A partir dessa especialização podem agora os especialistas vincular seus próprios interesses materiais e ideais as motivos e necessidades da plebe<sup>174</sup>.

Um passo seguinte consuma-se com a construção de mitos de salvação do sofrimento continuado, o qual permite uma interpretação racional do sofrimento.

Desse momento em diante, constitui-se uma nova esfera moral, mais ainda, tem-se o aparecimento da moral enquanto tal, como esfera autônoma com uma positividade própria, na medida em que suas finalidades se separam de todas as outras finalidades mundanas.

A resolução do dilema é o núcleo do problema a ser enfrentado por toda teodicéia, segundo Weber. Duas soluções extremas para essa questão contrapõem-se em si: uma solução mundana imanente e uma solução mundana transcendente.

Existe uma distinção a ser feita na humanidade: os homens exclusivamente interessados em sucesso sejam sob a forma de poder ou de dinheiro, e aqueles que procuram encontrar um equilíbrio entre o sucesso e convicção ética. Essa última atitude só é possível para as existências que buscam definir-se na tensão entre o ser e o dever ser e entre a rejeição do mundo e o reconhecimento da legalidade própria do mundo desencantado.

Apenas o Ocidente consegue superar os limites de uma concepção de mundo tradicional e da forma de consciência que lhe corresponde. A aquisição de uma consciência

---

<sup>174</sup> WEBER, Max, Op. Cit. 173.

moral pós-tradicional é o que está em jogo na passagem da ética da convicção típica de sociedades tradicionais legitimadas religiosamente segundo uma moral substantiva, para a ética da responsabilidade, que pressupõe contexto secularizado e subjetivação da problemática moral. Esta passagem é *espontânea* somente no ocidente.

Segundo Jessé Souza, um de nossos professores no Brasil mais versados em Max Weber, o individualismo calvinista contribui no individualismo proprietário do capitalismo. Assim, expressa a seguinte contribuição, acerca da religião calvinista:

O seu produto mais acabado é o indivíduo capaz de criticar a si mesmo e a sociedade em que vive. Esse indivíduo liberto das amarras da tradição é o alfa e o ômega de tudo que associamos com a modernidade ocidental, como mercado capitalista, democracia, ciência experimental, filosofia, arte moderna, etc.<sup>175</sup>.

No quadro da formação do Estado Moderno, Max Weber encontrará o Estado Racional. As associações políticas anteriores a ele, com características estatais, não podem ser denominadas Estado porque não continham todos os elementos necessários para sua formação, destacada a denominada racionalização.

Somente no desenvolvimento do Estado Nacional, fundado no Direito Racional e numa burocracia de profissionais que o capitalismo moderno (ou seja, a Economia) pôde ser desenvolver plenamente.

A formação do Estado Moderno, portanto, segundo uma dos estudiosos em Max Weber, René Dreifuss

O Estado Moderno se forma a partir da decantação da concentração dos meios de administração, comunicação, atendimento, transporte, policiamento e da guerra, ao longo dos tempos, num determinado espaço territorial (...). Essas decantações resumem em determinado momento na monopolização dos meios de dominação e administração, baseados na criação, tanto de um sistema permanente e centralizadamente dirigido de taxaço, quanto na de uma força militar regular, da existência constante verticalizada (...) nas mãos de uma autoridade governamental central<sup>176</sup>.

---

<sup>175</sup> WEBER, Max, Op. Cit. 174.

<sup>176</sup> DREIFUSS, René. Política, Poder, Estado e força: uma leitura de Weber. 2 edição. Petrópolis: Vozes, 1993, p.26-31.

Na formulação de Weber em relação ao Estado Moderno, não interessa os fins almejados por esta associação política, mas o meio utilizado para alcançar seus fins (que podem ser diversos): o uso legítimo da força sob determinado território.

Se em Hobbes (primeira fase do Estado Moderno) interessa o fim, qual seja, o poder coletivo que protege da violência individual (guerra de todos contra todos). Diversamente, em Weber interessa o meio, que será o uso legítimo da força.

No que tange a questão do exercício do poder têm-se a dominação carismática, dominação tradicional e dominação racional como três tipos ideais<sup>177</sup>.

Na dominação carismática o líder possui dotes carismáticos, afetivos de poder, inclusive podem ser sobrenaturais sendo que a manutenção do poder só ocorre enquanto o mito é mantido. Um herói de guerra pode se manter no poder pelos feitos em batalhas ou mesmo um revolucionário, que mais tarde passa a ser um ditador, mas exercendo a dominação carismática.

O segundo tipo ideal, a dominação tradicional, é baseado nos costumes do passado e na santidade das ordenações voltadas aos patriarcas e do príncipe patrimonial, como no caso da Alemanha.

Já a dominação racional-legal é mantida pelo respeito ao estatuto formalmente estabelecido. O aparecimento deste tipo ideal é a novidade do Estado Moderno e, segundo Weber, somente um Estado e Direito Racionais, numa burocracia de profissionais, que o capitalismo pode se desenvolver plenamente.

Para Weber, num Estado Moderno, o verdadeiro poder se faz no dia-a-dia da máquina administrativa e está nas mãos do funcionalismo tanto civil quanto militar. A realização diária da máquina administrativa, o avanço do capitalismo, medido pelo aperfeiçoamento da burocracia e, em consequência, pela sua funcionalidade, e a possibilidade de criação de seguridade social através de pensões e aposentadorias são pressupostos da modernidade estatal.

*O Estado é uma empresa capitalista da mesma forma que uma fábrica.* E o modelo de gestão se estende, sob forma de sistema organizacional, que tende ao aprimoramento e

---

<sup>177</sup> O modelo metodológico da denominada sociologia compreensiva é o do denominado tipo ideal. Através dos tipos ideais o autor classifica os modelos isolando-os a título de estudo o que não significa que não aconteçam na realidade ao mesmo tempo, ou seja, os tipos ideais podem aparecer dentro de um mesmo elemento.

ponto de perda de liberdade, as organizações sindicais, de agremiações e representações de classe até a burocracia eclesial.

Quando Max Weber desenvolve o conceito de Burocracia comenta criticamente que em determinado momento, se não tiver rigor na administração do Estado, a máquina é um espaço de poder que permite o apadrinhamento e troca de favores, atos que impediriam a implementação de políticas, pelo que necessário o exercício constante da democracia.

Neste sentido, o parlamento, para Weber, funciona como

legítimo espaço de formação de lideranças e o espaço em que se formam aqueles que, no futuro, administrariam o Estado. São os parlamentares que desencadeiam os processos políticos e o aprimoramento democrático dos partidos políticos<sup>178</sup>.

Entretanto, a ausência de controle ou de exercício de democracia geraria a corrupção e o poder nas mãos de poucos, que tornariam a máquina de tal forma emperrada que a morosidade evitaria as mudanças políticas de avanço. Percebia certos sinais deste emperramento nas burocracias americana e russa, que estudou para escrever a *política como vocação*.

Nesse momento, percebe que o homem está preso ao Mercado Competitivo (capitalista monopolistas onde determinados grupos econômicos querem permanecer ganhando em detrimento de outros, com a ajuda do Estado) e ao Estado Burocrático, sem saída, atado ao que denominou gaiola de ferro.

Convém estabelecer que as teses weberianas aqui apresentadas, são enaltecidas na medida em que são pertinentes as observações que fortalecem nossos argumentos de análise jurídica. O momento histórico em que se consolida a teoria weberiana é o final do séc. XIX e começo do XX, quando o capitalismo encontra-se numa nova fase (ainda que Weber reflita também sobre as bases superestruturais de sua formação), objeto de nossa análise mais profunda nas teses acerca do Estado de Bem Estar, que na Alemanha foi antecipado por conta das necessidades sociais, em decorrência da denominada Escola Histórica que foi capaz de antever a necessidade da intervenção política na Ordem Econômica.

---

<sup>178</sup> WEBER, Max. Op. Cit. 172.

As políticas sociais seriam resultados ou subprodutos necessários das profundas transformações desencadeadas a partir do século XIX, sejam elas caracterizadas pelo fenômeno da industrialização e modernização das sociedades ou o advento do modo de produção capitalista.

Assim, a visão de Max Weber pode ser considerada antevisão do Estado de Bem Estar, embora esse fenômeno se dê no séc. XX, conjuntura do pós-guerra.

Nossa tese, portanto, relacionará os dois momentos e analisará as medidas adotadas nos dois casos para constituição dos denominados direitos sociais decorrentes de políticas públicas de participação popular.

A autora Marta T. S. Arretche apresenta uma série de argumentos e correntes acerca do estado de bem estar, classificados como argumentos segundo os quais os **condicionantes da emergência e desenvolvimento do *welfare state* são predominantemente de ordem econômica** – o estado de bem estar é um desdobramento necessário das mudanças postas em marcha pela industrialização das sociedades; o estado de bem estar social é resposta às necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista – e os **condicionantes da emergência e desenvolvimento do *welfare state* são preponderantemente de ordem política** – o estado de bem estar é resultado de uma ampliação progressiva de direitos: dos civis, aos políticos, dos políticos aos sociais; o *welfare state* é resultado de um acordo entre capital e trabalho organizado, dentro do capitalismo.

A autora apresenta outras matrizes, tais como a possibilidade de diferentes *welfare states* (resultado da capacidade de mobilização de poder da classe trabalhadora no interior de diferentes matrizes de poder e resultado de configurações históricas particulares de estruturas estatais e instituições políticas) que não serão objetos de nossa análise.

As denominadas condicionantes da emergência e desenvolvimento do *welfare state* são predominantemente de ordem econômica dividem-se em duas, ora analisadas.

O estado de bem estar é um desdobramento necessário das mudanças postas em marcha pela industrialização das sociedades conforme a teoria de Harold Wilensky e Richard Titmuss, além de T.H. Marshall que melhor representou esta corrente.

Wilensky é importante para teoria americana de bem estar, especialmente na afirmação da exceção americana, a partir da idéia de que o crescimento econômico e seus resultados demográficos e burocráticos são a causa fundamental do *welfare state*<sup>179</sup>.

Segundo o autor

o surgimento de padrões mínimos, garantidos pelo governo, de renda nutrição, saúde, habitação e educação para todos os cidadãos, assegurados como direito político e não como caridade. está associado aos problemas e possibilidades posto em desenvolvimento da industrialização<sup>180</sup>.

Segundo os autores já citados dessa corrente haveria uma correlação entre as variáveis de *crescimento social* e *gastos sociais*, sendo a primeira uma condição necessária para segunda.

Já a corrente que afirma ser o estado de bem estar social é resposta às necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista, em especial James O'Connor, defende através de um argumento simples que

O Estado Capitalista tem de tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação (...). Isto quer dizer que o Estado deve tentar manter, ou criar condições em que se faça possível uma lucrativa acumulação do capital. Entretanto, o Estado também deve manter ou criar condições de harmonia social. Um Estado capitalista que empregue abertamente sua força na coação para ajudar uma classe a acumular capital à custa de outras classes perde sua legitimidade e, portanto, abala a base de suas lealdades e apoios. Porém, um Estado que ignore a necessidade de assistir o processo de acumulação de capital arrisca-se a secar a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados deste excedente (e de outras formas de capital)<sup>181</sup>.

Fica claro para esse autor que, o caráter das despesas estatais, serve para responder as necessidades do capital já que a reprodução do capital se dá para a própria continuação do seu ciclo de continuação e a reprodução do trabalho, por mais benefício social que possa trazer, visa o desenvolvimento humano a partir da lógica do capital, no sentido de garantir a

---

<sup>179</sup> WILENSKY apud ARRETCHE, Marta T.S. Emergência e desenvolvimento do *Welfare State*: teorias explicativas. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: MMFREIRE, nº 39, 1.º sem 1995, p. 1-124.

<sup>180</sup> WILENSKY, Idem 179.

<sup>181</sup> O'CONNOR apud ARRETCHE, Op. cit. 94.



força de trabalho para reproduzir o capital, ou seja, preservar o ator (trabalhador) tão somente para que ele continue reproduzindo o capital e não o desenvolvimento daquilo que é necessário para sua vida.

Já as condicionantes da emergência e desenvolvimento do *welfare state*, preponderantemente de ordem política são quatro: o estado de bem estar enquanto *resultado de uma ampliação progressiva de direitos: dos civis, aos políticos, dos políticos aos sociais*; o *welfare state* enquanto *resultado de um acordo entre capital e trabalho organizado, dentro do capitalismo*; enquanto *resultado da capacidade de mobilização de poder da classe trabalhadora no interior de diferentes matrizes de poder* e, por último *welfare state* é *resultado de configurações históricas particulares de estruturas estatais e instituições políticas*<sup>182</sup>.

O estado de bem estar é resultado de uma ampliação progressiva de direitos: dos civis, aos políticos, dos políticos aos sociais é a corrente capitaneada por Theodor H. Marshall, em sua obra clássica *Cidadania e Classe Social* quando preocupado com a relação entre desigualdade econômica e crescente igualdade política, toma o caso inglês para demonstrar que, por meio da política social, a crescente igualdade política modifica as desigualdades econômicas<sup>183</sup>.

Para Marshall, segundo Abili Lazaro Castro de Lima

O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais<sup>184</sup>.

Marshall identifica a origem dos direitos sociais na participação nas comunidades locais e nas associações. Dentro da realidade britânica, sua gênese pode ainda ser detectada na *Poor Law* (Lei dos Pobres) que oferecia assistência às pessoas idosas ou enfermas, constituindo uma legislação previdenciárias de caráter embrionário.

---

<sup>182</sup> ARRETCHE, Marta T. S. Op. Cit. 180.

<sup>183</sup> ARRETCHE, Marta T.S., Idem 182.

<sup>184</sup> LIMA, Abili Lazaro Castro de. *Globalização Econômica e Política do Direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico*. Porto Alegre: Fabris, 2001, p.114.

Para Marshall, segundo Abili Lazaro Castro Lima, *havia um sistema de regulamentação de salários, bem como reconhecimento às crianças do direito à educação, limitando a sua jornada de trabalho para facilitar o seu acesso, uma vez que entendia que a educação era pré-requisito necessário à liberdade civil*<sup>185</sup>.

Ainda, algumas afirmações do teórico inglês que confirmam o argumento:

Os direitos sociais, em sua fase moderna, implicam uma invasão do contrato pelo *status*, na subordinação do preço de mercado à justiça social, na substituição da barganha livre por uma declaração de direitos<sup>186</sup>.

Em Marshall foi possível, a partir dessas teorizações, uma aproximação entre as políticas sociais e de Estado, condicionadas pela necessidade econômica e sua determinação na constituição de direitos.

O *welfare state* enquanto resultado de um acordo entre capital e trabalho organizado, dentro do capitalismo é uma abordagem do campo marxista, diferente do que ocorre nas teorizações de O'Connor, ainda que ambas as teorias concordem no que tange aos *ajustes do capital*.

Para Ian Gough, um dos seus teóricos mais expoentes dessa corrente, o Estado Capitalista Contemporâneo tem uma faceta social caracterizado pelos denominados programas sociais. Isto se dá com a reprodução da classe trabalhadora ou à manutenção daquela parcela da população que não produz diretamente, ou seja, a população não trabalhadora<sup>187</sup>.

Assim, o espectro do *welfare state* seria bastante reduzido, se dirigindo aos programas de corte social, os quais garantiriam as condições de reprodução do conjunto da população. Possível nas sociedades de capitalismo avançado, como resposta as demandas que deram origem à crise do capital, especialmente no que tange as condições do desemprego estrutural da Europa no fim do séc. XIX e suas consequências nas demais sociedades, que viveram a referida crise em outros estágios de seus desenvolvimentos, na medida em que sua condição no capitalismo (enquanto condição de desenvolvimento no capitalismo e suas etapas), permanecia em avanço.

---

<sup>185</sup> LIMA, Abili Lazaro Castro de. Op. Cit. 184.

<sup>186</sup> LIMA, Abili Lazaro Castro de. Idem 185.

<sup>187</sup> ARRETCHE, Marta T.S. Op. Cit. 183.

Para esse autor o próprio capitalismo necessita de adequação para mudar de fase e se recolocar como Ordem de reprodução hegemônica. O aparato estatal agiria no sentido de responder aos imperativos do processo de acumulação de capital e os funcionários que compõe a burocracia, na medida em que são pertencentes a classe burguesa partilhando da ideologia da classe dominante ou seja porque a burguesia tem recursos econômicos para exercer pressão política. Neste momento (*welfare state*), entretanto, a garantia da acumulação do capital é a reprodução da força de trabalho e à legitimação social.

Se o Estado é, portanto, criatura do capitalismo (e dele essência) ele reproduzirá as condições de trabalho na medida em que foram úteis para cumulação e limitará o desenvolvimento dos direitos sociais na medida em que não ofenderem esse princípio.

Nossa tese encontra-se no plano das possíveis relações entre a Economia e o Direito, mais precisamente a Economia Política e o Direito Moderno na perspectiva do Estado Social e Democrático Brasileiro, na medida da intervenção possível e esteira de direitos sociais alcançados para sociedade em debate.

Sabe-se do limite da discussão alcançada em relação à desejada, e do no campo do conhecimento científico e acadêmico, especialmente no campo da Economia Política, mas nossas contribuições se voltam para um pensar em conjunto, a partir de uma possibilidade de discutir ao mesmo tempo Direito e Economia Política já que no campo das Ciências Jurídicas, o Direito tangente à Economia é o Direito Econômico, ramo do Direito que não será objeto da presente proposta de tese.

A teoria keynesiana é bastante complexa e não será objeto essencial de nossa tese, tão somente seus elementos fortes a partir das categorias já analisadas em outros autores, quais sejam: trabalho, renda e papel do Estado (lembrando que a mercadoria, juros, preço e moeda, em alguns momentos, terão que ser abordadas, dada a correlação das referidas categorias na teoria em análise).

Keynes é um dos autores mais importantes do séc. XX.

Sua teoria começa na defesa da necessidade imperiosa da esfera pública. O autor vai colocar o Estado dentro da Economia a partir da análise do mercado de trabalho.

O ambiente histórico e sócio-político é o dos anos 30, caracterizados pelas altas taxas de desemprego, não condizentes com o princípio máximo do liberalismo econômico

que afirmava a – *não regulamentação dos mercados constitui meio eficaz de alocação ótima de recursos garantindo equilíbrio automático da economia*.

A primeira afirmação que se opõe ao classicismo econômico, em especial, smithiano (em especial a auto-regulação da *mão invisível*) é o fato de não existir equilíbrio autônomo. O contexto da grande depressão seguido da grande pobreza e grande desemprego gerou a necessidade da teoria que desenvolveu.

Marx chama a atenção afirmando que o capitalismo é uma economia monetária e este argumento será recuperado por Keynes. A Economia Capitalista encontrou a forma adequada centrada na tecnologia. Foi o momento da incorporação do aprimoramento técnico. Mas isto não pode estar submetido à racionalidade pública.

No centro do pensamento keynesiano estavam os elementos que foram utilizados pelos seus intérpretes de atender à *necessidade de colocar o contrato de trabalho no plano de dimensão, em especial nos países subdesenvolvidos a partir da adequação dos gastos centrais de governo, setores públicos, ao lado dos gastos privados*<sup>188</sup>.

Os trabalhadores são subordinados as determinações dos capitalistas. O conjunto dos trabalhadores é a parcela da sociedade que depende da compreensão acerca do mercado de bens, sob o qual o mercado de trabalho está subordinado. Aparece, dessa forma, em Keynes, a questão do desemprego involuntário.

Segundo Voltaire Schilling, para Keynes

acreditar que as leis do mercado poderiam por si só solucionar a crise era o mesmo que dar crédito às lorotas do Barão de Munchausen, aquele mitômano que se salvou de um pântano puxando os próprios cabelos. Portanto, devia-se socorrer do intervencionismo estatal e da sua capacidade reguladora para minorar o desemprego<sup>189</sup>.

Keynes enxergava o intervencionismo, como uma alavanca de Arquimedes útil para retirar o mundo da depressão em que se encontrava. Para tanto, seria preciso grandes gastos públicos, sustentados por uma rigorosa política tributária, para absorver aquela imensa massa de desempregados, desiludidos e temerosos, que se encontravam aos milhares nas cidades ocidentais.

---

<sup>188</sup> SCHILLING, Voltaire. Keynes versus Hayek. *O conflito das idéias*. Porto Alegre: AGE, 1999, p. 127. O autor é Doutor em História pela URGs, historiador professor de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>189</sup> SCHILLING, Voltaire. Idem 188.

Retornando os trabalhadores ao emprego, ainda que percebendo baixos salários, fariam com que o resto da indústria, funcionando em capacidade ociosa, voltasse a produzir para o mercado rompendo-se dessa forma o marasmo da estagnação que colocava tudo em perigo.

As pistas apresentadas por Keynes fizeram com que, através de ações concretas das diversas forças sociais e políticas o Estado atuasse em face do principal defeito do capitalismo, ou seja, a *incapacidade de oferecer o pleno emprego e na arbitrária e desigual distribuição de renda* e contemplasse os pobres como possíveis futuros integrantes de uma sociedade de consumo avançada.

O referido autor, embora apreciasse a elegância e a consistência do modelo econômico clássico – virtudes que os economistas contemporâneos, ainda hoje, almejam – tal admiração não o impediu que demolisse esse modelo.

No modelo clássico, o investimento era governado pelos espíritos animais dos empreendedores, diante de um futuro imponderável. Assim também entendia Keynes.

A mesma incerteza deu aos poupadores um motivo para cumular sua riqueza em ativos líquidos como dinheiro, em vez de empregá-lo em novos projetos capitais. Essa preferência por liquidez, o ritmo do investimento vacilaria, sem uma força de mercado evidente para restaurá-lo.

A demanda ficaria aquém da oferta, deixando trabalhadores dispostos na prateleira. Caberia aos governos reanimar a demanda, cortando as taxas de juro, se possível, por meio de obras públicas, se necessárias.

Sendo assim, de gestão de demanda sobreviveu à Depressão, tornando-se um dever de rotina dos governos. Eles eram ajudados por assessores econômicos que construíam modelos funcionais da economia, quantificando as relações-chave.

Durante quase três décadas após a Segunda Guerra Mundial, esses assessores econômicos pareceram saber o que estavam fazendo, conduzidos por um aparente equilíbrio entre a inflação e desemprego. Mas sua credibilidade não sobreviveu aos choques do petróleo da década de 1970.

Segundo a Revista *The Economist* (tradução livre de Luiz Roberto Mendes Gonçalves) o problema chega naquela década da seguinte forma:

Esses condenaram as economias ocidentais à estagflação, uma combinação surpreendente de desemprego com inflação, que o consenso keynesiano compreendeu mal e deixou de evitar<sup>190</sup>.

Entretanto, os aspectos referentes à crise do modelo do *welfare state* não serão objeto da presente análise.

Adroaldo Moura da Silva, na apresentação da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, o clássico de Keynes datado de 1936, sintetiza as principais categorias da teoria keynesiana que ora se apresentam, no intuito de servir como base de discussão para os capítulos posteriores, no que tange a relação e efeitos, no Estado Brasileiro da tese fundadora do *welfare state* nas Américas já que a Europa, de um modo geral (especial na Alemanha) antecipou algumas das conclusões cedendo à pressão das entidades sindicais e movimentos sociais.

Segundo o autor

A mensagem básica do livro está contida nas muitas vezes repetida proposição de que o sistema capitalista tem um caráter intrinsecamente instável. Ou seja, a operação da *mão invisível*, ao contrário do que ainda é sustentado por economistas de inclinação ortodoxa, não produz a harmonia apregoada entre o interesse egoístico dos agentes econômicos e o bem-estar global. Em busca de seu ganho máximo, o comportamento individual e racional dos agentes econômicos – produtores, consumidores e assalariados – pode gerar crises a despeito do bom funcionamento das poderosas forças automáticas dos mercados livres. E essas crises advêm de insuficiências da demanda efetiva. Nisso se aproxima, dentre outros, de Marx; deste, no entanto, se afasta radicalmente quanto ao método de análise e quanto ao futuro do sistema capitalista<sup>191</sup>.

De acordo com a tese keynesiana para se estudar as denominadas flutuações nos níveis de produto e emprego, era preciso explicar as principais determinantes da Demanda e da Oferta Agregadas. Desta forma, se poderia afirmar que os níveis de produção e emprego seriam determinados pelo que denominou *igualdade entre oferta e demanda agregada*, sem a garantia de que todos aqueles que queiram trabalhar possam efetivamente encontrar emprego.

---

<sup>190</sup> The Economist. Tradução livre de Luiz Roberto Mendes Gonçalves, Carta Capital, 29 de Julho de 2009, p. 66.

<sup>191</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Apresentação da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda: inflação e deflação. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. VII.

Para Adroaldo Moura da Silva, Keynes centra sua discussão primordialmente nos determinantes da Demanda Agregada. A demanda agregada é então decomposta por bens de consumo e demanda por bens de investimento<sup>192</sup>.

No texto clássico keynesiano encontra-se que a denominada *demanda por bens de consumo* depende primordialmente da renda corrente dos agentes econômicos e, secundariamente, da taxa de juros.

Neste caso, a inovação do autor está na hipótese de que o nível de consumo cresça menos que proporcionalmente com relação à renda corrente. Ainda, que essa é uma relação estável. De outra sorte, a demanda por bens de investimento, dependeria da expectativa de lucro futuro dos empresários, por ele cristalizada no conceito de eficiência marginal do capital, e da taxa de juros<sup>193</sup>.

Percebe-se que, importa-nos a presente análise porque as conseqüências da mesma afetarão os conceitos de Keynes sobre renda, geração de emprego e, mais tarde, necessidade do Estado no estado em que o capitalismo se encontrava.

Se, na hipótese analisada, a demanda por bens de consumo guardar relação estável com a renda, as flutuações da demanda agregada estariam associadas aos movimentos do nível de investimento que, se em crescimento, com expectativas otimistas de lucro futuro, os investimentos gerariam mais emprego, maior nível de produto e de renda e, portanto, maior nível de consumo e poupança.

Por outro lado, se em depressão, expectativas pessimistas de lucro geram frustração de lucro da indústria de bens de capital, queda de emprego e de renda e, portanto, queda nos níveis de consumo e poupança.

Nas flutuações do nível de investimento estaria, portanto, aquilo que foi denominado *a chave da compreensão dos movimentos cíclicos do capitalismo*.

O autor analisado destaca que *é importante compreender que em Keynes investimento significa aquisição de equipamentos do setor produtor de bens de capital, ampliação da capacidade produtiva e, finalmente, expansão da produção corrente de bens de capital*<sup>194</sup>. Entretanto, não significa aquisição dos denominados *bens físicos* ou

---

<sup>192</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Op. Cit. 191.

<sup>193</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Idem 192.

<sup>194</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Idem 193.

*financeiros pré-existent e não-reproduzíveis* pelo sistema econômico como é o exemplo da terra.

Na resposta para pergunta – *por que as decisões de investimento têm caráter instável?* – residiria a grande contribuição de Keynes à teoria econômica.

Para Keynes, em qualquer decisão de investimento, o capitalista se vê obrigado a antever a evolução futura e, portanto, incerta do mercado para o produto específico a ser gerado pela nova instalação industrial; da mesma forma, a taxa de salário que ele espera pagar para o trabalhador que irá operar as novas instalações e, finalmente, o preço e a disponibilidade da matéria-prima a ser transformada com o auxílio do novo equipamento. Inquietações sobre o comportamento futuro de uma ou do conjunto destas variáveis terminam por constituir na fonte primária da instabilidade dos investimentos e, portanto, do nível de emprego. Em condições normais, o empresário estima a taxa de retorno de seu investimento (a eficiência marginal do capital) cotejando o lucro esperado, calculado a partir de sua visão sobre o comportamento das variáveis acima alinhadas, com o custo de aquisição dos equipamentos necessários à implantação de suas decisões de investimento. Se essa taxa de retorno é maior que a taxa para a obtenção de fundos ou de aplicação de recursos no mercado financeiro – ou seja, a taxa de juros – então ele se sente motivado à realização desse investimento<sup>195</sup>.

Percebe-se que a instabilidade do sistema capitalista tanto pode advir de flutuações nas expectativas empresariais quanto ao lucro futuro como do comportamento da taxa de juros.

Para o autor, fica evidente que estas variáveis – as expectativas sobre o lucro futuro e a taxa de juros – não são determinadas arbitrariamente<sup>196</sup>.

No lado das expectativas tem-se o que Keynes chama de *animal spirits* dos empresários, fundado na motivação básica do capitalismo: acumular, acumular e acumular. No entanto, aqui entram dois elementos fundamentais da teoria de Keynes para explicar como e por que a decisão de acumular pode ser postergada e assim engendrar crises. Primeiro, o fato elementar de que cada capitalista individualmente é prisioneiro de sua própria história. Ou seja, a decisão de expandir ou criar uma nova fábrica é também uma decisão de *sair* de um ativo de liquidez universal – a moeda ou o capital financeiro de mercado amplo – para *entrar* num ativo específico – a exemplo de uma fábrica de automóveis – cuja liquidez (venda do automóvel) depende de condições específicas do mercado de automóveis. Ora, como as máquinas de produzir automóveis só podem produzir isso (e não podem ser transformadas a custo zero em máquinas de produzir leite em pó), segue-se que a decisão de investir é também uma decisão de assumir o risco de *iliquidez* de um mercado específico. Embora a sociedade seja inexoravelmente vítima de algum investimento sem sucesso, o capitalista individual poderia escapar da iliquidez a um custo financeiro, se houvesse

<sup>195</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Op. Cit. 194.

<sup>196</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Idem 195.



mercado organizado para fábricas ou se o mercado de ações fosse um barômetro seguro sobre a valorização dos equipamentos existentes e fosse amplo o suficiente para absorver a venda das ações do empreendimento<sup>197</sup>.

Ao afirmar que os mercados futuros ou de ações não são mais eficientes do que o capitalista individual quanto a prever ocorrências futuras, Keynes dá ênfase à afirmação que *em casos de certos tipos de empreendimentos (investimentos de grande intensidade de capital e longa maturação ou de produtos novos) o tipo de risco envolvido não é suscetível de medidas e, portanto, não dá azo à formação de mercados futuros* e isso representa a característica de *animal spirits* do empresário e, em consequência, a fonte eventual de instabilidade do capitalismo<sup>198</sup>.

Em segundo lugar, Keynes elabora sobre o risco da iliquidez a partir da demanda de dinheiro. Este comandaria um assim denominado *prêmio* de liquidez sobre todas as demais mercadorias. Este prêmio de liquidez determina, por seu turno, a taxa de juros<sup>199</sup>.

Agora temos as duas peças básicas para melhor entender as flutuações do investimento, portanto, da Demanda agregada: a escolha intemporal entre reter ativos de liquidez universal (moeda), de um lado, e empreender a criação de ativos de liquidez específica (fábrica de automóveis), de outro.

Na continuação da complexa exposição, o autor apresentará a denominada *segundo lâmina da tesoura*, ou seja, a denominada **oferta agregada**, compondo os dois lados de sua hipótese.

Para Adroaldo Moura Silva, a *oferta agregada* representaria o conjunto das motivações empresariais para ampliar ou contrair a produção e o emprego correntes e seu ponto de partida a teoria da formação de preços<sup>200</sup>.

Assim sendo, continua a análise, *da expectativa de quanto será absorvido pelo mercado e dado o processo de barganha de fixação da taxa de salário nominal, assim*

<sup>197</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Op. Cit. 196.

<sup>198</sup> KEYNES, John Maynard. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Tradução Mario R. da Cruz 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>199</sup> Keynes pensa num sistema monetário estável e não sujeito a processos inflacionários crônicos ao fazer a referida afirmação.

<sup>200</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Idem 197.

*como o estoque de capital e a tecnologia – portanto, a relação inversa entre nível de emprego e produtividade do trabalho – o empresário fixa tentativamente o preço com o qual espera vender o volume planejado de produto*<sup>201</sup>.

Keynes demonstra que da presente equação, por resíduo, se realizada a venda esperada, ocorreria o lucro, que, portanto, define o volume planejado de vendas e, assim, a Oferta Agregada. Nesta fase da análise, os elementos críticos são: o processo de barganha entre capitalistas e assalariados, o qual fixa a taxa de salário nominal, onde Keynes se distancia da orientação ortodoxa que vê esta taxa como resultado das forças automáticas dos mercados livres; e a produtividade do trabalho, no que Keynes segue a ortodoxia.

Tais afirmações contribuem para aproximação dos elementos centrais de sua tese que nos interessem quando se trata de análise de políticas públicas para desenvolvimento social.

Keynes questiona como esse sistema reage a um desequilíbrio qualquer. Para ele, esses desequilíbrios quase sempre ocorrem através da eficiência marginal do capital, ou, como analisado anteriormente, potencial de lucro no investimento realizado.

Assim reflete o autor

Suponha-se que ocorra uma queda na eficiência marginal do capital, por conta de uma antecipação firme de escassez aguda de uma matéria prima básica, a exemplo do petróleo. Ora, num dado momento a estrutura de produção é um dado da história e é específica (fábricas para produzir automóveis, fábricas para produzir máquinas de automóveis, etc.), segue-se que a antevisão da escassez de petróleo representa um corte na demanda de máquinas para produzirem automóveis. Este corte, por sua vez, provoca queda de emprego e, portanto, de renda (salários não mais pagos pela indústria), a qual, por seu turno, provoca nova queda de demanda, desta vez no setor de bens de consumo<sup>202</sup>.

Desta forma, a queda inicial da demanda é ocasionada não por queda de renda corrente, mas sim por antecipação de um evento futuro.

Então, a resposta para o que fazer hoje com a renda, o lucro, e, portanto, com a poupança gerada momento imediatamente anterior à queda de investimento, ou ainda se não seria inevitável que essa renda se transformasse em demanda de outros bens, de

---

<sup>201</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Op. Cit. 200.

<sup>202</sup> KEYNES, John Maynard. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Tradução Mario R. da Cruz 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

consumo ou de investimento – estaria no rompimento de Keynes com os ensinamentos da Lei de Say.

Para Keynes, a preferência pela liquidez ou pela manutenção de *ativos líquidos* (moeda em circunstâncias de quedas de preços, como ocorreu na década de 30, ou outros ativos com a expectativa de rentabilidade real positiva em situações inflacionárias) pode, em circunstâncias como a anunciada, constituir-se numa alternativa vantajosa à demanda de novos equipamentos ou de bens de consumo.

Segundo a Lei de Say<sup>203</sup>, essa situação – com mercados livres – seria revertida pela queda da taxa de juros, de salários e de preços.

Adroaldo Moura Silva lembra que Keynes então prevê que a queda da taxa de juros, ainda que importante para eventualmente recuperar o nível de investimentos, poderia não funcionar se a eficiência marginal do investimento caísse mais rapidamente que a taxa de juros. E essa queda poderia ser engendrada pela própria queda de salários e preços a qual deprimiria mais ainda a eficiência marginal do capital.

Este processo terminaria também por se constituir num desastre social, por promover ociosidade do equipamento instalado e desemprego. Isso representa uma severa crítica a um dos mitos sagrados da moral burguesa: não funciona, portanto, a convergência entre o interesse individual (no caso a preferência pela liquidez) e o coletivo (o máximo emprego possível da força de trabalho). E este conflito de interesses é produto do funcionamento dos mecanismos automáticos dos mercados livres.

Para escapar da denominada armadilha da recessão e evitar a *acumulação improdutiva* gerando *demanda efetiva*, surge o conteúdo que mais nos interessa: a legitimação da ação do Estado como elemento integrante e indispensável ao bom funcionamento do sistema econômico capitalista. Na verdade a proposta de Keynes era de

---

<sup>203</sup> A denominada “Lei de Say” refere-se ao economista francês J.B. Say e sua *Lei de Mercados* afirmava que “(...) uma vez que a oferta do produto era ou sustentava ou tornava efetiva uma quantidade correspondente de procura para outros produtos – visto que todos os produtos eram trocados uns pelos outros – a oferta total e a procura total juntas deviam, em todas as condições, ser iguais, e na forma mais complexa, levando em conta o papel dinheiro – isto é, seu papel “neutro” limitado como é geralmente concebido tanto no ramo “econômico geral” como no ramo monetário da teoria clássica primitiva – o argumento dizia que, uma vez que todos os gastos na produção ou para produção entravam nas rendas e formavam as rendas das pessoas como contribuintes de trabalho e outros requisitos de produção, a renda total da população era necessariamente sempre suficiente para comprar a produção de todos os produtos a um nível de preços que cobria totalmente as despesas de produção(...)”. TAYLOR, Overton. História das idéias sociais: tradução de *History of Economic Thought*. McGraw-Hill Book Company, inc. 1960. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S/A, 1965, ps. 603 e 604.

curto prazo. A luta política e a ameaça do socialismo foi o que, de fato, efetivou a denominada nova política pública.

Para Keynes, ao Estado caberia, portanto, eliminar a insuficiência de demanda efetiva em momentos de recessão e desemprego

fazendo déficit orçamentário e emitindo títulos para extrair a *renda não gasta* do setor privado e com ela garantir que as máquinas ociosas voltem a operar. E aqui mais dois mitos da Economia Clássica caem. A poupança era encarada como um dos pilares da moral burguesa. A causa da depressão é a *poupança excessiva* frente a expectativa de lucro futuro num momento de elevada preferência pela liquidez. Crise, portanto, representa carência de investimento e ociosidade de máquinas e homens, e não, como apregoado, carência de poupança. Destrói também o mito de que a operação do Estado se deve pautar por grande austeridade financeira, não se gastando mais do que a coleta em tributos. Mostra, assim, que em circunstâncias de desemprego o déficit fiscal é uma peça importante para o bom funcionamento do sistema econômico<sup>204</sup>.

A respeito do déficit, é necessário fixar um ponto importante. Um déficit pode ocorrer tanto por aumento de despesas quanto por queda de tributos. Numa situação de depressão, no entanto, só o aumento de despesas garante o aumento de demanda efetiva; queda de tributação pode gerar, simplesmente, maior demanda de ativos líquidos.

A análise de Keynes é importante porque oferece todas as pistas teóricas para que os atores internalizassem a ação do Estado como regulador de ciclos econômicos.

Eis, portanto, os pilares teóricos que informaram a política econômica a partir dos fins da década dos 30, a qual foi decisiva para a saída da Depressão e muito ajudou o crescimento sem precedentes do capitalismo industrial do pós-guerra.

A atividade econômica do Estado na geração de demanda efetiva é definitivamente incorporada à prática econômica do sistema capitalista para revigorá-lo. Na maior nação capitalista do mundo, os Estados Unidos da América do Norte, as compras de bens e serviços do Governo Federal passam de 2,5% em 1929, para 10% do Produto Nacional Bruto em 1939.

Fruto das análises das seções anteriores é perceptível que as instituições do Estado de Bem Estar punham limites ao Capitalismo segundo a teoria keynesiana.

---

<sup>204</sup> SILVA, Adroaldo Moura. Op. Cit. 201.

Entretanto, as teses de que as políticas de bem-estar serviriam como adequação do modelo capitalista sensível a um poder – denominado por autores como István Mesáros – *mecanismo de sócio-metabolismo do capital*<sup>205</sup>, adequaram, no seu atual estágio, a necessidade de reprodução do trabalho visando novas possibilidades de acumulação.

Do choque entre as nuances das referidas correntes, em meio a discussões sobre a verdadeira origem do Estado de Bem Estar Social, surge uma necessária adequação do modelo ao Capitalismo Periférico, que se dá, especialmente no Brasil, ao final dos anos 20, em especial a partir do Capitalismo instalado pelo Governo do Presidente Vargas, denominado Capitalismo de Estado, já que foi o fundo público financiador do projeto de desenvolvimento inicial do modelo brasileiro.

---

<sup>205</sup> MESZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

## CAPÍTULO 2. ELEMENTOS DE UMA INTERPRETAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DO OUTRO LADO DO OCIDENTE: DESENVOLVIMENTISMO E DIREITOS SOCIAIS

O presente capítulo tem três objetivos especiais: observar as formas jurídicas de proteção da propriedade privada no direito brasileiro; entender como as referidas formas jurídicas representam um obstáculo à construção de organizações coletivas populares; perceber, ainda, que os direitos sociais brasileiros, têm no seu *código genético* a propriedade privada e o individualismo, ambos oriundos do projeto Moderno do Direito Europeu, reelaborados pelo Direito Nacional.

A finalidade do estudo também objetiva compreender o que se denominou capitalismo periférico<sup>206</sup>, especialmente brasileiro, a partir da observação da realidade cultural e percurso de desenvolvimento econômico local (premissas dos clássicos e realidade aplicada) e elementos da trajetória política brasileira para, a partir da configuração contemporânea econômica e jurídica, problematizar o Cooperativismo Popular e seus limites.

O Direito Brasileiro inscreveu-se como um dos signatários dentre os países ocidentais que tinha a missão, na tentativa de consolidar-se enquanto *fenômeno histórico e cultural, concebido como técnica de solução de conflitos e instrumento de pacificação social*<sup>207</sup> de interferir na realidade social, segundo Luis Roberto Barroso<sup>208</sup>.

Uma vez seguindo a tradição européia, a pretensão era a construção teórica das suas instrumentalizações enquanto garantidoras efetivas da Justiça e sua constituição enquanto Ciência Social Aplicada ou até mesmo Ciência Cultural no que tange sua finalidade e sentido, apresentando na *família jurídica romano-germânica* o conjunto de legislações que deu sustentação ao projeto colonial europeu, especialmente português com uso das

---

<sup>206</sup> Denomina-se capitalismo periférico aquele caracterizado pelas políticas brasileiras para implantação do projeto capitalista nacional. A expressão vem de um conjunto de autores que reinterpretem o fenômeno levando em consideração as características políticas e históricas, além do problema estrutural do Brasil para apresentar um modelo singular de Capitalismo como é o caso de Jessé, Souza, Enrique Dussel, Franz Hinkelamert, entre outros. No Direito é a expressão de diversos autores que discutem as relações de trabalho como Tarso Fernando Genro e Amauri Mascaro Nascimento.

<sup>207</sup> BARROSO, Luis Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro. Artigo publicado na Revista Brasileira de Direito Constitucional, ano 7, v. 2, 2005. Curitiba: ABDCconst, 2006.

<sup>208</sup> BARROSO, Idem 207.

*ordenações* (Afonsinas, Manoelinas e Filipinas) enquanto base do Direito local, importando institutos e instituições do Direito Português, que por sua vez sofria influências de outros sistemas jurídicos<sup>209</sup>.

Este projeto trouxe para as formas jurídicas das relações privadas (e delas constituindo seus institutos, conceitos e figuras) o seu principal ideal o produto político o denominado Estado Moderno, copiando um modelo tal e qual aquele que nasce das cinzas da Idade Média e fundou o direito divino dos reis, na Europa.

Sobre o Direito Europeu, Luis Roberto Barroso afirma que, na passagem do Estado Absolutista para o Estado Liberal, o Direito incorpora o *jusnaturalismo racionalista* dos séculos XVII e XVIII, enquanto matéria prima para as revoluções francesa e americana<sup>210</sup>, e constrói seu modelo de instrumento garantidor do novo modo de produção que se está edificando.

Assim, no século XIX experimenta suas principais características na *plenitude* da denominada Modernidade, arrebatadas pela onda positivista e com pretensão de ciência e endeusamento da Lei torna-a um mito, quase uma religião, expressão superior da razão e significado maior a partir do dogma da segurança jurídica.

Esse Direito é descoberto pelos primeiros juristas nacionais, filhos de uma sociedade oligárquica que tinha como principal economia o produto da terra que até então sustentava o projeto capitalista da Europa, mas que levava o Brasil à condição de periferia, que se formavam Bacharéis na Europa, no desenrolar do projeto moderno, retornado para seus países de origem entusiastas do Liberalismo pregado naquele momento histórico, nas Faculdades de Direito da outra margem do Oceano.

Para o Liberalismo desejado, era necessária, para aplicação desse direito puro e idealizado, a pessoa do Estado, autoridade principal de sua razão através da figura máxima de sua representação, o Magistrado, intitulado pela Escola da Exegese de *a boca da lei*, ou segundo Montesquieu, *seres inanimados que não lhe podem moderar nem a força e nem o vigor*<sup>211</sup>.

---

<sup>209</sup> DAVID, René. Os sistemas jurídicos modernos. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

<sup>210</sup> BARROSO, Luis Roberto. Op. Cit 208.

<sup>211</sup> MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *O espírito das leis*. Tradução de Pedro Vieira da Mota. São Paulo: Saraiva, 1987.

Seu símbolo maior a deusa Têmis, vendada, balança na mão, exemplo do propósito de ordem e justiça, com equilíbrio e igualdade tendo ao seu lado a *Lex*, panacéia com a solução de todos os conflitos existentes em qualquer sociedade.

Mas qual era a realidade do outro lado da margem do Atlântico, no território brasileiro e como postulados jurídicos atravessaram o mar, no final do séc. XIX e, em especial Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, fundam as primeiras Escolas de Direito do Brasil? Como lidar com a liberdade em meio a sociedade escravocrata? Como falar de igualdade em meio ao *patrimonialismo* estabelecido desde o *descobrimento*?

As respostas passam pelo complexo embate entre o Liberalismo Político e o Liberalismo Econômico, inviabilizado ante a realidade do café, do gado de corte, dos engenhos de cana e projeto Católico de recuperação do *rebanho* perdido na Reforma Protestante.

Nasce o projeto jurídico brasileiro, moderno na fundamentação teórica, mas inserido num contexto onde o *personalismo*, *herança ibérica* e *colonialismo*<sup>212</sup> ainda seria a realidade nacional até o final da década de 30 do séc. XX, quando começa o denominado desenvolvimento da política de Estado para construção do desenvolvimento econômico nacional.

As respostas para as indagações realizadas serão os primeiros eixos a serem tratados na próxima seção do presente capítulo, especialmente na apresentação das formas jurídicas de conservação da propriedade privada, quais sejam o projeto parental, a regulação das relações econômicas no Direito Contratual e a proteção das titularidades, nos denominados *direitos reais*.

A segunda seção cuidará das vertentes do denominado desenvolvimentismo, principalmente daqueles constantes do projeto da CEPAL, e os direitos sociais conquistados nos anos que seguem da sua implementação através do projeto latino americano de desenvolvimento.

A terceira seção abordará o projeto de Estado Democrático de Direito a partir da Constituição Federal de 1988 e as consequências das conquistas nela inscritas,

---

<sup>212</sup> As referidas categorias são desenvolvidas nas obras de Sergio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto Damatta, em seus clássicos *Raízes do Brasil*, *Os donos do poder* e *A Casa e Rua* ou ainda *Malandros e Carnavais*, respectivamente, clássicos da sociologia brasileira comentados em todas as produções acadêmicas nacionais e internacionais por estruturantes das formas de organização da sociedade política brasileira.



especialmente os direitos reais, capazes de garantir a cidadania e resultados ante ao retorno do que se denominada função social empresarial sob forma de tributos e as investidas neoliberais desenvolvidas a partir dos Governos Collor e FHC, apontando os problemas que serão enfrentados pelo Governo Lula, além do que já realizou e suas conseqüências para o objeto de estudo da presente tese.

## Seção 1. As bases do Direito Liberal Brasileiro: humanismo cristão, positivismos das Escolas de Direito e as conseqüências da Ordem Capitalista na outra margem do Oceano

Antes da análise de elementos da Economia Política e Direito convém destacar o conceito de *social*.

O primeiro argumento é que o social no Direito Brasileiro vem do Humanismo Cristão, que por vezes apresenta uma nova forma de líder com as mazelas da classe mais pobre lembrando que esse é o papel da Igreja, protegendo a dignidade da pessoa, ora se apresenta como uma resposta à Reforma Protestante, no sentido de obrigar a opção pelos pobres através dos Tribunais de Inquisição instalados no Brasil Colônia.

A primeira medida estrutural observada é o combate do projeto industrial açucareiro, na tentativa de evitar o que acontece na Inglaterra da Revolução Industrial, no que tange ao rompimento com a Igreja pelo Estado, no desenvolvimento de uma classe trabalhadora aliada a um projeto industrial nacional.

Assim, o próprio conceito de *social* no Direito Brasileiro é perpassado por um humanismo cristão, denominado por Antonio Carlos Wolkmer de Cultural Jurídica do Brasil, que é caracterizada

ainda que tenha raízes “na cultura romana redescoberta pelo Renascimento e pela Cristandade, o humanismo latino não deverá ser visto como um ideário metafísico ou uma ontologia abstrata, mas como filosofia prática, inspiradora da vida humana atual, capaz de estimular uma sociedade pautada no respeito e na promoção da dignidade humana. É, tendo em conta um humanismo autêntico, liberto “dos vínculos da metafísica, que se pode adaptá-lo e inseri-lo como fonte dominante da cultura brasileira. (...) Entretanto, Os colonizadores trouxeram a visão de renascença só indiretamente. O que caracteriza a formação da sociedade brasileira não é renascentista, mas a da Cristandade contra-reformista luso-espanhola. (...) E essa contribuição prática de restituição da vida com dignidade é o que o humanismo lativo poderá trazer para uma cultura marcada por dependência, discriminação e injustiça.

Antonio Carlos Wolkmer alerta que a matriz humanista inscrita no Direito Brasileiro influenciará a leitura do positivismo europeu no Brasil, marcará o papel do Estado, misturado com a ação da Igreja Católica nas condutas humanas e sociais e por certo demonstrará que o ideário clássico do humanismo recepcionado pela América Latina, especialmente o Brasil, será herdeira de uma *família-luso-romano-germânica*, que nem sempre realizou e garantiu, na sua cultural legal institucionalizada e na obra de seus juristas, a efetividade dos postulados humanistas autênticos<sup>213</sup>.

Especialmente a denominada Escolástica Jesuítica (entre os sécs. XVI e XVII) selecionou e controlou as posturas humanistas, incorporando algumas (valorizando os clássicos) e recusando outras, de acordo com o interesse econômico, ora dos portugueses ora dos espanhóis. O exemplo mais violento dessa seletividade é o discurso humanista não ter respeitado o *modo-de-ser* indígena, nas denominadas reduções guaranis, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Assim, no denominado Direito Social Latino-Americano, em especial o Brasileiro, além da disputa para consolidação dada a organicidade do Direito Liberal que também teve dificuldades de se consolidar (os próprios juristas que defendiam as conquistas sociais percebia a carência do Brasil na conservação dos direitos de cunho liberal), o que foi possível passou pelo crivo da Igreja Católica, ou mesmo pelo seu acompanhamento, que em determinados momentos, se aliou às bandeiras do movimento dos trabalhadores, ora, aliou-se aos interesses dos proprietários de terra, fundamentado a política estabelecida no campo.

Nossa pretensão não é discutir ou problematizar toda a construção do Direito Nacional, mas tão somente mencionar suas especialidades, tais como o Positivismo Conservador e de certa forma religioso no que tange uma espécie de dogmatismo onde os juristas nacionais afastaram-se da raiz *comtiana* e fundaram uma nova escola, aliada aos interesses da elite local, ou ainda o papel da Igreja Católica na construção do Direito Social Brasileiro, uma vez que foi dela a responsabilidade de parte das dificuldades do avanço ou, por vezes, aliança para o sucesso das conquistas sociais. Convém estabelecer que a própria discussão acerca do Cooperativismo Popular e Economia Solidária têm guarida na Igreja Cristã, seja Católica ou Luterana, relacionando-se à Doutrina Social da Igreja, típica do final do séc. XIX.

---

<sup>213</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. Cultura Jurídica no Brasil. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005, p.15-16.

No denominado capitalismo periférico o Estado de Bem Estar não se deu da mesma forma que teorizada pelos adeptos do modelo, mas a partir de um sistema denominado por Enrique Dussel de *sistema centro-periferia*<sup>214</sup> e acabou por ser, para algumas autores como Jessé Souza, um espaço de sub-cidadania<sup>215</sup>.

Percebe-se que as lições clássicas de Adam Smith serão observadas pela política pública brasileira, medida em que aplica diretamente no modelo denominado Capitalismo de Estado a divisão do trabalho.

Outro ponto relevante é que os primeiros direitos sociais no Brasil, ainda em sede de regulação regional, aparecem na Constituição Rio Grandense de 1891, sob a condução de Julio de Castilhos. Esse governante gaúcho, inserido no contexto político de re-interpretação do positivismo para construção de um modelo nacional, vive a construção do consenso (que já se dava desde os tempos do império, em especial na política de José Bonifácio de Andrada e Silva) entre os interesses liberais e da Igreja Católica, na sua *missão social*.

Para o Direito Brasileiro, afirmar que a *Modernidade*, cria e consolida, enquanto bases estruturantes de Direito Privado, categorias jurídicas que projetam um modelo de Direito, fundador de um complexo legislativo que assentará, ao longo do séc. XIX, o marco legislativo e contratual da sociedade oitocentista, é a grande máxima sob o ponto de vista da viabilidade do projeto de regulação das relações privadas brasileiras.

Na interpretação do Liberalismo, a periferia (contrário do centro) apresenta o projeto de Direito Moderno, no sentido de atender os interesses de classe, fundada em três pilares quais sejam o projeto parental, a regulação dos interesses econômicos e as titularidades através de um modelo de contrato, um direito de família, um direito de propriedade.

Assim serão as lições acerca do Direito Privado, aos moldes do modelo brasileiro: segundo Luiz Edson Fachin, o Direito Privado e, conseqüentemente o Direito Civil, possui três pilares fundamentais, três categorias capazes de sintetizar o projeto moderno de Direito, assinalados como *o contrato, o projeto parental e as titularidades*, frutos da

---

<sup>214</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

<sup>215</sup> SOUZA, Jessé. *A construção da sub-cidadania*. Brasília. UnB, 2001.

necessidade burguesa de afirmação de um Estado e Direito que atendesse suas necessidades de classe<sup>216</sup>.

Por caminhos teóricos que não serão objeto de nossa análise, o Estado se impõe através do modelo de Estado de Direito, em conjuntura combinada entre a necessidade de organização do Poder Político na tentativa de fuga do *estado de natureza* e a limitação desse poder político através da titularidade do povo no exercício de sua vontade popular (marcada pela soberania popular assinalada por John Locke, conforme afirmação anterior) onde o povo representava o conjunto de proprietários, ou seja, os possuídos da terra onde se deixou um pedaço da vida e, portanto, tornou-se seu direito natural<sup>217</sup>.

Nesse sentido, portanto, o coroamento de projeto da Modernidade se dará no Direito, enquanto reproduzidor e garantidor da harmonia (paz social), ou ainda, espaço de contingenciamento das demandas sociais (segundo o modelo hegeliano), agindo na consolidação dos três pilares fundamentais anteriormente considerados: a **família** – ou o denominado projeto parental - o **contrato** e a **propriedade** – ou ainda, na expressão de Luiz Edson Fachin – as titularidades, sem perder de vista que, na Modernidade o Direito representou o que seus teóricos denominaram a *morte do sagrado*, dando origem ao que se pode entender por *reificação* ou *sacralização* do econômico.

O *projeto parental*, espaço de proteção do patrimônio, reproduzidor da possibilidade de manutenção do poder econômico burguês através de sua sucessão hereditária, que permite a manutenção da fixação do poder político na classe a que desde o início pertence a burguesia.

Importante salientar que em países como o Brasil a regulação da família passa pela realidade sócio-política nacional, advinda de uma economia agrícola, influenciada pela elite latifundiária que, embora tenha dado acesso aos seus filhos à formação jurídica européia, á época embebida pelos auspícios liberais, não aplicaram as mesmas categorias em nosso direito, deixando as conquistas dos códigos oitocentistas somente com o advento do Código de 1916.

---

<sup>216</sup> FACHIN, Luiz Edson. *Teoria Crítica do Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 6.

<sup>217</sup> Importantes as reflexões de RUZIK, Carlos Pianovski em texto denominado *Locke e a formação da racionalidade do Estado Moderno: o individualismo proprietário entre o público e o privado* in FONSECA, Ricardo Marcelo (org.) *Repensando a Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

Nosso Direito Civil começa com certo *atraso* no que tange a proposta liberal do séc. XIX, e dispõe de um Direito de Família bastante conservador.

Afirma Orlando Gomes

Para o casamento dos menores de vinte e um anos, exige o consentimento de ambos os pais, mas discordando, prevalece a vontade paterna. O marido é o chefe da sociedade conjugal, competindo-lhe administrar os bens particulares da mulher, fixar e mudar o domicílio da família e autorizar a profissão da esposa. O Juiz pode ordenar a separação dos filhos de mãe que contrai novas núpcias, se provado que ela, ou o padrasto, não os trata convenientemente. A mãe binúbia perde, quanto aos filhos do leito anterior, os direitos do pátrio poder. O direito de nomear tutor compete ao pai. Consagra-se assim a posição privilegiada do homem na sociedade conjugal<sup>218</sup>.

Entretanto, convém salientar que no primeiro manual de Direito do Trabalho, ainda denominado Direito Operário, datado de 1905, da lavra do Prof. Evaristo de Moraes, o lugar do Direito Operário seria dentro do próprio Código Civil. Mas tal empreendimento foi rechaçado pelos civilistas da época e não se manteve no Código de Clóvis Beviláqua de 1916, sobrando o Direito do Trabalho para regulação do Estado.

O Código Civil de 1916 acaba por apresentar predileção incontestável ao casamento, assim denominado enquanto *única forma legítima de família* dispondo, em seu art. 315, que o casamento válido só se dissolvia com a morte de uma dos cônjuges, demonstrando a indisposição da legislação brasileira para com o divórcio<sup>219</sup>.

Nosso destaque é afirmar que o Direito de Família anterior ao Código de 1916 está calcado nas Ordenações Filipinas e na presença do axioma medieval que, mesmo com o advento do Novo Código já mencionado, ainda a Igreja Católica era a principal referência normativa para as relações familiares a disposição hereditária.

Os institutos contemporâneos de proteção à sociedade conjugal, qual seja união estável, direitos dos filhos fora do casamento, família mono-parental, a questão dos homo-afetivos, são realidade de difícil consolidação, mesmo a partir da Constituição de 1988.

O *contrato*, para o Direito Moderno, se apresenta enquanto autêntico garantidor da dinâmica de circulação de bens, negócios e propriedades, desde que realizadas na

---

<sup>218</sup> GOMES, Orlando. *Raízes históricas e sociológicas do código civil brasileiro*. In Direito Privado (novos aspectos). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961, p. 87.

<sup>219</sup> GOMES, Orlando. Idem 218.

intermediação do mercado, ou ainda, segundo Carlos Eduardo Pianovski Ruzik *instrumento de trânsito jurídico de bens e interesses* formado pelos princípios resgatados do Direito Romano adaptados à realidade comercial moderna.

Por outro lado, numa relação de Estado, Império, República Estamental vinculada aos interesses da oligarquia rural que alimenta a Europa com bens primários e posteriormente um rompimento com a oligarquia e uma aproximação numa mediação de interesses entre essa classe é a indústria nacional. Um novo bloco de poder dominante se estabelece.

O que significa afirmar que o Liberalismo Econômico não caminha no compasso do Liberalismo Social, muito menos no Liberalismo Político.

As teorizações modernas acerca dos contratos parte da denominada autonomia da vontade, ou espaço de liberdade nas quais o Estado nada dispõe espaço de total garantia da liberdade cumprindo ainda, seu papel, quando da manutenção da referida garantia.

Segundo Francisco Quintanilha Veras Neto a autonomia foi constituída inicialmente enquanto postulado de ordem liberal, através do conceito de autonomia da vontade utilizada enquanto

ideologia liberal que formatou importantes conceitos de mercado de trabalho capitalista, como o da autonomia individual, explícito no âmbito da contratação de bens jurídicos como mercadoria, inclusive força de trabalho submetida ao mecanismo de subsunção formal e material da força de trabalho e da garantia da apropriação privada da mais-valia social pela sua formalização jurídica<sup>220</sup>.

Entretanto, por dentro do modelo liberal, nasce a percepção da necessidade, ainda que sob a forma de discurso, da proteção de direitos para além da liberdade e igualdade, uma espécie de agir positivo, na tentativa de aproximação da efetivação de direitos.

Aprende-se que a primeira vez que esta idéia emerge pode situar-se no projeto de Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1793, de Robespierre, assente a preocupação de re-elaborar o conceito de liberdade tornando-o indissociável do de fraternidade, numa perspectiva social e não meramente individualista. Isto é, o Estado

---

<sup>220</sup> VERAS NETO, Francisco Quintanilha. *Autonomia Coletiva na Economia Solidária* in Revista do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, Vol. 11, Ano 2005. Rio Grande: FURG, 2005, p.289.

aparece como agente direto do *interesse coletivo* com a obrigação de fornecer diretamente aos cidadãos meios de satisfação de necessidades e como orientador das atuações privadas no sentido da solidariedade, da fraternidade e da salvaguardas de direitos fundamentais.

Estava assim esboçado o primeiro núcleo daquilo que são atualmente os direitos sociais. A história da sua elaboração doutrinária coincide, em grande parte, com a história dos dois últimos séculos da luta dos homens pela sua emancipação e pela garantia de seus direitos.

No Direito Ocidental, portanto, segundo os estudos de Ana Prata, o Direito Administrativo aparece como primeiro *lugar* para que as regulamentações das relações capital trabalho encontrassem guarida dentro do ordenamento jurídico, ou ainda, para que o Estado depositasse a demanda decorrente das relações do trabalho, sustentado por autores como Leon Deguit<sup>221</sup>.

A legislação só abarcaria as sociedades comerciais, para além do indivíduo e do Estado. O Direito Francês, conhecido no Brasil no final do séc. XIX e início do século XX, fez do Estado como *agente do interesse coletivo*.

Segundo essa autora caberia ao Estado, em primeiro lugar a incumbência de promover as condições materiais de acesso dos pobres, tarefa que este deve se desincumbir.

Tal *herança genética* (qual seja a origem da semente para resolução de demandas laborais junto ao Estado) foi menos discutida em nossa teoria acerca da formação do Direito do Trabalho uma vez que no Brasil, a maior parte dos autores, sempre sustentou sua gênese nas políticas populistas interventoras da década de 40 e não nos problemas que começam no lugar do Direito em que os conflitos entre capital e trabalho se resolvem, ou seja, somente com o advento da CLT.

Sobre o tema, a seção a seguir tratará na tentativa de explicitar o problema.

---

<sup>221</sup> PRATA, Ana. *Constituição e Autonomia Privada*. Reedição Boletim da Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra, 2003.



## Seção 2. Uma *certa idéia* de Brasil: o desenvolvimentismo e o direito social brasileiro

O final do Governo Vargas já possui a marca de uma nova aliança nacional bem como um redimensionamento das forças políticas, numa nova organização das elites interessadas no projeto de desenvolvimento nacional.

No momento que esse novo poder dominante se estabelece, surge uma nova forma de tutela do interesse social, especialmente com o advento da CLT e do Direito Sindical, sob dirigismo estatal.

Nesta seção ficará evidente nosso modesto transito na Economia Política Brasileira, ou ainda, no tema dos sistemas econômicos ou ainda, da História do Pensamento Econômico que, segundo Ricardo Bielschowsky sobre Schumpeter, seria caracterizado pela *soma total das opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar pertencem ao espírito público*<sup>222</sup>.

Os argumentos de Ricardo Bielschowsky poderão contribuir na construção da referida tese, ao abordar elementos do desenvolvimento econômico brasileiro demonstrando, na prática, como se deram as aplicações dos teóricos aventados ante a realidade nacional.

Convém estabelecer que a discussão a seguir é necessária para entender o Cooperativismo Popular Brasileiro, como resultado de uma política de indução ou no entender de Liana Maria da Frota Carleial, um sistema de controle social da pobreza<sup>223</sup>.

Entretanto, na discussão do pensamento econômico brasileiro tal tarefa passa a ser muito mais complexa, merecedora de todo o cuidado técnico e teórico para sua condução, além da habilidade de pesquisa de acadêmicos versados na Economia como formação de graduação, o que não é o caso do pesquisador que ora se apresenta.

---

<sup>222</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

<sup>223</sup> CARLEIAL, Liana Maria da Frota. *Economia Solidária: utopia transformadora ou política de controle social?* Revista de Direito Cooperativismo. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

Essa apreciação parte da análise realizada por Ricardo Bielschowsky sobre o que denominou *desenvolvimentismo brasileiro*, especialmente entre 1930 e 1964 – fundamentais para ilustrar a Lei e a política nacional de Cooperativismo em 1971.

Convém utilizar a classificação do referido projeto desenvolvimentista brasileiro anotado por Bielschowsky: existiam 5 correntes do pensamento econômico brasileiro, quais sejam as propostas neoliberais, o desenvolvimentismo dividido em três especificações – setor privado, setor público não-nacionalista e setor público nacionalista e a corrente socialista.

Muito relevante é apresentar a importância da CEPAL na formação das referidas categorias e algumas delas precisam ser explicadas no presente momento.

Enquanto *desenvolvimentismo* pode ser compreendida:

A ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios para alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso é necessário que o Estado planeje; o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção desta expansão; d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente<sup>224</sup>.

O contexto para a necessidade do desenvolvimento brasileiro assim se dá: nas primeiras décadas do séc. XX a política internacional brasileira é a de importação para consumo do mercado europeu, ou seja, o Brasil representa o outro lado o comércio no Capitalismo.

Entretanto, com a crise da importação na II Guerra Mundial, o mercado interno precisa ser criado no sentido de suprir as necessidades de sua população o que acaba por forçar o estabelecimento e financiamento do desenvolvimento da indústria interna.

---

<sup>224</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. Cit. p. 222.

O principal debate a ser travado, portanto, será entre a *teoria do subdesenvolvimento* a partir do conceito de centro-periferia<sup>225</sup>, anteriormente mencionado no apontamento de Enrique Dussel e presente nas teses da CEPAL, e a denominada *teoria política liberal*.

A ramificação da teoria do subdesenvolvimento, segundo Bielschowsky, será a de que, *a industrialização servirá como meio de superação da pobreza e assim a diferença será reduzida entre os países da periferia e os países ricos, atingindo a independência política e econômica através do crescimento econômico auto-sustentado*<sup>226</sup>.

Para ele, através de diversos textos, a CEPAL enfrentou as teses ricardianas – apontadas na seção anterior, dominantes na Economia Mundial, sobre os princípios de livre comércio, ou seja, a eficiência da alocação de recursos em nível interno e externo por meio de mecanismos de controle de mercado – com *a finalidade de dar suporte a medidas governamentais, em particular o planejamento e o protecionismo, que eram vistos como meio de alcançar a industrialização rápida e eficiente alterando a história dos países subdesenvolvidos*<sup>227</sup>.

Um aspecto relevante apontado pelo referido autor é o que de comum a tese da CEPAL de intervenção do Estado tinha da teoria keynesiana, também apontada na seção anterior: a desconfiança na aposta da eficiência dos mecanismos do mercado.

Enquanto para Keynes, segundo Bielschowsky, a questão se resolve com a alocação de recursos para uso adequado da poupança ociosa, nos países subdesenvolvidos, para tese cepalina, o protecionismo, planejamento e outras medidas governamentais como meios de industrialização e maximização da renda a partir de poupanças escassas<sup>228</sup>.

Somente a título de ilustração, serão elencados a partir do estudos pesquisados por este autor, alguns argumentos a favor da intervenção, utilizados pela CEPAL e, da mesma forma, utilizados pelo Brasil: indústria infante; economias externas; deteriorização nos termos de troca; desemprego / deteriorização nos termos de troca (escassez de demanda

---

<sup>225</sup> O conceito é fundamental para as teses da CEPAL e significa afirmar que a divisão internacional do trabalho provocou desde os primeiros estágios do capitalismo industrial efeitos diferenciados nas economias das duas regiões, fazendo com que elas se distanciassem em termos de estágio de desenvolvimento. Na periferia, que teve a função de suprir o centro com alimentos e matéria-prima a baixo preço, o progresso técnico só foi introduzido nos setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de produtividade, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo. In Bielschowsky. O pensamento econômico: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

<sup>226</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Idem 223, p. 13.

<sup>227</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. Cit. 226, p. 15.

<sup>228</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Idem 227, p.16.

internacional por bens primários); desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos; vulnerabilidade dos ciclos econômicos; inadequação de técnicas modernas à disponibilidade de recursos; transplante de técnicas agrícolas modernas e culturas tropicais ineficiente quando comparado a transplante de técnicas industriais; teoria da demanda derivada – induzido pela demanda – teses de crescimento não schupeteriano<sup>229</sup>.

Todas as referidas categorias serão utilizadas como uma frente de argumentos em favor do planejamento e protecionismo e serão abordadas por autores como Celso Furtado, Paul Israel Singer, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, entre outros economistas ou teóricos de relevo.

Aliam-se aos argumentos o denominado apoio creditício governamental e investimentos estatais diretos, segundo Bielschowsky.

Roberto Simonsen foi o representante do pensamento desenvolvimentista denominado desenvolvimentismo do setor privado; Roberto Campos teorizou enquanto representante do denominado desenvolvimentista do setor público não nacionalista (que mais tarde ganha força nas condições estruturais do Golpe Militar de 64). Celso Furtado é o representante do denominado desenvolvimentismo do setor público nacionalista.

O último autor mencionado defende o uso da moderna tecnologia de forma cuidadosamente planejada em virtude de sua inadequação à indisponibilidade interna de recursos. Os elementos da inovação tecnológica da Economia Política Clássica são redimensionados quanto ao seu uso pela CEPAL no caso da América Latina, trazendo o elemento planejamento para o projeto na realidade subdesenvolvida.

Cabe destacar que Caio Prado Junior é um dos representantes do pensamento denominado socialista<sup>230</sup> e Ignácio Rangel, também fica para a história do pensamento econômico com uma posição que o denomina *independente*. Ambos os autores também são importantes para o projeto de desenvolvimento nacionalista.

Segundo Ricardo Bielchowski, a Revolução de 30 rompe com as oligarquias regionais de São Paulo e Minas Gerais ocorrendo a inserção de novos atores na elite

<sup>229</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Idem 228, p.16.

<sup>230</sup> Debates interessantes sobre as etapas de desenvolvimento do projeto socialista quando, de um lado, representantes de um pensamento socialista que defendia a necessidade da industrialização brasileira para que se constituísse uma burguesia industrial poderosa, num sistema capitalista poderoso que no seu processo evolutivo seria vencido pela classe trabalhadora. Caio Prado Junior defendia a posição de que as etapas não precisavam ocorrer e que as condições estruturais brasileiras presentes poderiam ser vencidas num processo imediato de tomada de poder dos trabalhadores.

nacional. Citando Otávio Ianni, aponta que a Revolução de 30 *abria condições para o desenvolvimento do Estado Burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês*<sup>231</sup>.

O desenvolvimentismo é uma tentativa de superação do subdesenvolvimento com base numa estratégia capitalista que vai funcionar somente na segunda metade dos anos 50, com o que se denomina acumulação do capital na indústria.

Olhando para os aspectos jurídicos do referido período histórico, com o advento do séc. XX – toda conjuntura das duas grandes guerras, as revoluções operárias, os efeitos do *crack* da Bolsa de New York, além das mutações econômicas estruturais<sup>232</sup> – criam as condições objetivas materiais para a alvorada de um Direito, denominado Contemporâneo, fundado na Dignidade da Pessoa Humana, capaz de resgatar certo Humanismo, perdido nas Luzes, rica em anseio de Liberdade, mas de eficiente vocação abortiva no que tange a emancipação do Homem.

Este Direito ganha o nome de Direito Social.

Os efeitos das políticas de bem-estar, em especial na América Latina já que os demais países que formam o denominado mundo em desenvolvimento tais como a Índia, África do Sul, alguns países árabes ou que componham o antigo leste europeu ao lado da Rússia não serão objetos da presente pesquisa embora trouxeram uma nova interpretação e modelo de Estado Intervencionista.

Para tanto, problematizar o Estado de Bem Estar, *Welfare State* e seus efeitos no mundo periférico, bem como o alcance das políticas sociais, de estado ou de governo servirá para compreender a construção de um modelo social que, ao lado do cooperativismo e da denominada Economia Solidária, poderá apresentar as possibilidades de esgotamento de um momento para as políticas públicas e nova necessidade de sua readequação.

O modelo de legislação social constituiu um Estado Social que teve espelho na Constituição Alemã de 1870 e seguintes, Constituição Mexicana de 1917 e nas demandas oriundas das Revoluções Populares, em especial a Revolução Russa que acabou por pressionar os avanços das pautas sociais nos países latino-americanos, em especial e a partir

---

<sup>231</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. Cit. 229.

<sup>232</sup> Sobre o tema HOBBSMAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

das denominadas constituições democráticas oriundas da Constituição Portuguesa, a partir da metade da década de 70 (em especial a Constituição de 1976, pós-revolução dos cravos).

No início do referido processo, Getúlio Vargas, simpático ao Castilismo, e ainda, simpático ao modelo fascista de implementação de direitos ligados aos trabalhadores, é o condutor ideal para as reformas da década de 30 e 40, representando o consenso ruralista-burguês-social cristão necessário para o estabelecimento do modelo normativo brasileiro.

Em 1919 é assinada a Convenção da OIT sobre acidentes de trabalho e seguros contratados, um marco na formação dos direitos sociais internacionais.

Segundo Sergio Pinto Martins, ainda no início do séc. XX, em 1922, foram criados os Tribunais Rurais de São Paulo. Eram integrados pelos juízes de Direito da comarca e um representante dos fazendeiros e outro dos trabalhadores<sup>233</sup>.

Em 1923 é aprovada no Parlamento Nacional a Lei Eloy Chaves, disciplinando regulamentos de aposentadorias e pensões.

No ano de 1931 ocorre a criação do Ministério do Trabalho que, neste momento se constitui como o responsável pela Previdência Nacional. No mesmo ano foi criado o *salário mínimo* e o mesmo enquanto referência para os pisos previdenciários.

As juntas de conciliação e julgamento foram criadas pelo Decreto nº 22.132/32 tendo competência para julgar os conflitos individuais. As Comissões Mistas de Conciliação foram instituídas pelo Decreto nº 21.364/32, julgando os dissídios coletivos. Eram compostas de um juiz presidente e um representante de empregado e outro de empregadores. Tinha natureza administrativa, não pertencendo a Justiça do Trabalho. Nas demandas submetidas à esfera administrativa cabia recurso para o Conselho Regional do Trabalho e deste para o Conselho Nacional do Trabalho<sup>234</sup>.

O Decreto-Lei nº 1.237/41 organizou a Justiça do Trabalho, que passou a ser órgão autônomo, não só em relação ao Poder Executivo, como também à Justiça Comum. Na Justiça do Trabalho só poderiam reclamar as pessoas que fossem sindicalizadas. Somente com a Constituição de 1946 é que os Tribunais e Juízes do Trabalho passariam a pertencer ao Poder Judiciário da União, dessa forma os órgãos da Justiça do Trabalho seriam o Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho.

---

<sup>233</sup> MARTINS, Sergio Pinto. Fundamentos de Direito Processual do Trabalho. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Atlas, 2003, p. 19-20.

<sup>234</sup> MARTINS, Sergio Pinto. Idem 233.

A Consolidação das Leis do Trabalho foi um dos instrumentos relevantes de regulação dos direitos dos trabalhadores, embora diversas teorias, as quais algumas delas foram referenciadas anteriormente (especialmente as marxistas que entendem ser o Estado de Bem Estar readequação do modelo capitalista), alegam a tentativa de contenção da possibilidade de organização autônoma dos trabalhadores limitando seus direitos as relações constantes na referida norma.

Segundo Mozart Victor Russomano, o advento da Constituição de 1937, do ponto de vista político, representou um sensível retrocesso das instituições sociais brasileiras, pelo abandono a critérios democráticos e pelo uso, em larga escala, dos exemplos da legislação nazista e fascista que punham a sua tônica sobre as leis do trabalho<sup>235</sup>.

A partir dali, em pleno Estado Novo, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1 de maio de 1943, com vigência a partir de 10 de novembro daquele ano. É de 1944 a terceira lei de acidentes de trabalho, mantida, porém, fora dos limites específicos do Direito do Trabalho e, afinal, já em nossos dias, como é notório, absorvida pelos planos de Previdência Social.

A Justiça do Trabalho foi organizada a partir do caminho anteriormente refletido na presente tese. As demandas decorrentes de relação de trabalho, naquele momento ainda de exclusividade àquelas denominadas de emprego, eram submetidas ao Poder Executivo, reguladas pelo Direito Administrativo, ou seja, não pertenciam ao Poder Judiciário.

Somente na década de 40, isso vem a ocorrer e o Direito e Processo do Trabalho passam a compor uma Justiça Especializada, dentro do Poder Judiciário, ganhando autonomia.

A Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 regulou uma espécie de trabalho, a condição de emprego ou a expressão econômica do assalariamento, deixando de lado as demais relações de trabalho que encontravam lugar, quando consideradas autônomas, aí sim no Código Civil tais como a empreitada ou a prestação de serviços.

O Direito do Trabalho Coletivo Brasileiro também ganhou especiais contornos no modelo seletivo de Estado Social. Aparece historicamente, segundo afirmações de Marcio Túlio Vianna quando o chão de fábrica acaba por unir os trabalhadores em agrupamentos

---

<sup>235</sup> RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de Direito do Trabalho. 9.<sup>a</sup> edição. Curitiba: Juruá, 2006.

nos espaços de produção, nas grandes fábricas, nos grandes galpões de exaustivo labor. Essa dura realidade originou o Direito Sindical.

O Direito Sindical Tradicional criou o *Dissídio Coletivo* de trabalho enquanto um *processo coletivo julgado pelos Tribunais para estabelecer condições de trabalho aplicáveis às pessoas envolvidas ou para interpretar determinada norma jurídica*.

No dissídio coletivo são criadas novas condições de trabalho para categoria, entretanto, ainda na lógica do direito individual como veremos no final da exposição.

Nos dissídios individuais, o objeto é a aplicação dos direitos individuais do trabalhador. Os sujeitos nos dissídios coletivos são indeterminados, pois na maioria das vezes alcançam a categoria. Nos dissídios individuais, há empregado, de um lado, e empregador de outro, diferente dos dissídios coletivos onde o que está em jogo é o interesse da categoria como um todo.

Os dissídios coletivos podem ser divididos em econômicos e jurídicos. Nos dissídios econômicos ou de interesse os trabalhadores reivindicam novas e melhores condições de trabalho. Objetiva-se a criação, modificação ou extinção de determinadas condições de trabalho.

Nos dissídios jurídicos, ou de direito, o litígio ocorre na aplicação ou interpretação de determinada norma jurídica a cuja finalidade é apenas declarar o sentido da norma jurídica já existente ou interpretá-la, como no caso da declaração de abusividade de greve.

A sentença, no dissídio coletivo de natureza econômica, tem natureza constitutiva ao criar as novas regras para categoria enquanto que no dissídio coletivo de direito, sua natureza jurídica será meramente declaratória.

O dissídio coletivo é uma ação de competência originária dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão competentes para conciliação e julgamento dos dissídios coletivos instaurados na região de sua jurisdição.

Se o dissídio coletivo for de âmbito nacional ou envolver um território de mais de um Tribunal, será competente o TST. A competência para julgamento dos dissídios coletivos é da Seção de Dissídios Coletivos conforme o art. 2º da Lei 7.701/88.

Além disso, dispõe o art. 859 da CLT que a representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembléia da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por



maioria de 2/3 dos membros, ou, em segunda convocação, por 2/3 dos presentes. O TST entende que o art. 859 da CLT está em vigor conforme sua Súmula 177.

O sindicato deverá comprovar que está autorizado a instaurar o dissídio coletivo pela assembléia geral, bem como que foram frustradas as tentativas de conciliação e arbitragem e juntada de termo de comum acordo. Devem-se, também, apresentar a convenção, ou o acordo, ou a sentença normativa que estava em vigor, ou, ainda, o laudo arbitral, acaso existente.

As cláusulas constantes do dissídio coletivo poderão ser: (a) econômicas, que são as que tratam do reajuste de salários, aumentos reais, de produtividade, piso salarial; (b) sociais, atinentes à garantia de emprego, condições de trabalho menos gravosas à saúde, sendo, portanto, vantagens indiretas; (c) sindicais, que tratam de relação entre as empresas e o sindicato, como as cláusulas que instituem representantes sindicais na empresa, as que prevêm descontos assistenciais, entre outros.

No dissídio coletivo, é vedada a estipulação ou fixação de cláusula de reajuste ou correção salarial automática vinculada a índice de preços. Nas revisões salariais na data-base anual, serão deduzidas as antecipações concedidas no período anterior a revisão e qualquer concessão de aumento salarial a título de produtividade deverá estar amparada em indicadores objetivos.

Jorge Abrahão de Castro apresenta um quadro sinótico dos principais marcos jurídicos da legislação de seguridade entre os anos de 1919 e 1963, fundamentais para quantificar os avanços das políticas sociais brasileiras ao longo dos primeiros anos da República.

Evolução dos principais marcos da legislação de seguridade (1919-1963)

Ano	Caracterização sumária da legislação	Status
1919	Assinatura da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre acidentes de trabalho – seguros contratados	Vigente
1923	Lei Eloy Chaves, disciplinando regulamentos de aposentadorias e pensões	Ativo até 1966
1931	Criação do Ministério do Trabalho, responsável pela Previdência Social	Vigente até 1967
1940	Criação do salário mínimo, referência para os pisos previdenciários	Vigente
1943	Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo o direito à previdência	Vigente

1945	Criação do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil (ISSB), unificando e universalizando a previdência	Sem efeito até 1988
1947	Proposta de unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs)	Retomada em 1957
1960	Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS)	Vigente
1960	Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação	Sem efeito
1962	Extinção da idade mínima para aposentadoria por tempo de serviço	Vigente
1963	Determinação da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural)	Sem efeito

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), vários anos<sup>236</sup>.

No ano de 1945, após o fim da segunda guerra mundial, é criado no Brasil o Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, unificando e universalizando a Previdência, fato de grande relevância na construção dos direitos sociais.

Nas duas décadas que seguem outras importantes legislações vão sendo aprovadas tais como a Lei Orgânica da Previdência Social e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Convém destacar, segundo Jorge Abrahão de Castro, que o sistema de direitos sociais continua seletivo (no plano dos beneficiários), heterogêneo (no plano dos benefícios) e fragmentado (no plano institucional e financeiro), de forma que nos anos de 1930 à 1966 não foi firmada nenhuma política que integrasse todos os trabalhadores<sup>237</sup>.

No Governo Castello Branco ocorre um alinhamento *a direita* dos representantes do pensamento desenvolvimentista brasileiro, de um lado por medo das forças socialistas, de outro pelos compromissos assumidos no projeto de financeirização do desenvolvimento nacional, a partir de uma proposta atrelada aos interesses das oligarquias agrárias e implementação pela Burocracia Militar que assume o poder após a derrocada do Governo de João Goulart.

Uma das medidas é o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, embora uma conquista social porque previa depósitos mensais no importe de 8%,s servindo como um fundo ao trabalhador utilizado inclusive para compra e financiamento da casa própria, além de multa de 40% (atualmente de 50%) nas demissões imotivadas, foi um dos primeiros

<sup>236</sup> CASTRO, Jorge Abrahão. A constituição federal de 1988 e as políticas sociais brasileiras In CARDOSO, Jr., José Celso. *A constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social*. Brasília: Ipea, 2009.

<sup>237</sup> CASTRO, Jorge Abrahão. Idem 236.

direitos sociais dos trabalhadores a ser flexibilizado já que a estabilidade quinquenária foi trocada pelo direito (embora obrigação, na contratação de opção pelo regime) de um fundo, complementado na demissão sem justa causa, culminando na intenção de possibilitar a demissão sem justa causa indenizada.

Será a crise do populismo e suas reformas de base - que alcançam uma parcela significativa do poder estatal, fenômeno comum na América Latina dos anos 60 – levando aos Estados Unidos da América, em meio a Guerra Fria, instalarem um projeto de combate aos nacionalismos e financiamento de golpes, aliando-se aos industriais locais, burocracia militar e oligarquias (especialmente os produtores dos bens primários consumíveis agora nos EUA).

Uma aliança se faz, com a chancela dos teóricos do desenvolvimentismo à direita (setor privado, setor público não-nacionalista e neoliberais), entre indústria nacional, a agroindústria exportadora e a burocracia militar, financiada pelos Estados Unidos, em face do projeto nacional, que reúne os economistas do desenvolvimentismo do setor público nacionalista, socialistas e independentes.

A Lei de Cooperativismo (5.764/71) pode ilustrar a materialização do referido projeto no que tange ao afastamento das denominadas *reformas de base* e possível *reforma agrária*.

Os direitos sociais serão discutidos novamente no processo de *redemocratização*, processo lento de abertura política, quando iniciam os processos de organização dos trabalhadores que culmina nas greves gerais dos anos 80 e advento da Central Única dos Trabalhadores.

Evolução dos principais marcos das políticas sociais (1966-1987)

Ano	Caracterização sumária da legislação	Status
1966	Centralização das IAPs no Instituto Nacional de Previdência Social	Vigente no INSS
1966	Extinção da estabilidade no emprego e criação do FGTS	Vigente
1967	Criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social	Vigente até 1974
1970	Criação do Programa de Integração Social (PIS)	Vigente
1972	Permissão de acesso dos empregados domésticos à Previdência Social	Vigente
1974	Criação da Renda Mensal Vital (RMV) para idosos e deficientes que contribuam até 12 meses	Vigente

1977	Legislação dos fundos de pensão fechados (empresas) e abertos (bancos e seguradoras)	Vigente
1977	Criação do Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (Sinpas) especializando ações por função (saúde, previdência, assistência e gestão)	Reformado
1982	Criação da contribuição sobre o faturamento (atual contribuição para o financiamento para seguridade social – Cofins) para financiar ações sociais	Vigente
1986	Criação do seguro-desemprego	Vigente
1987	Extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH)	–

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), vários anos<sup>238</sup>.

---

<sup>238</sup> CASTRO, Jorge Abrahão. A constituição federal de 1988 e as políticas sociais brasileiras In CARDOSO, Jr., José Celso. *A constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social*. Brasília: Ipea, 2009.

### Seção 3. A Constituição Federal de 1988 e os direitos sociais a partir do referido marco jurídico

A presente seção contribui na transição para o próximo capítulo que tem como eixo principal a questão do direito enquanto conquistas civilizatórias ao mesmo tempo em que convive no ordenamento com os denominados mecanismos jurídicos de conservação vivendo a tensão entre o caráter emancipatório e caráter conservador do Direito e do poder de consolidação de interesses políticos através da norma jurídica ou de sua interpretação.

Em 1988 uma nova aliança para o projeto social: a autonomia coletiva, ainda que limitada pelo art. 8º da Constituição Federal (unicidade sindical, contribuição sindical, exclusividade na participação da negociação coletiva, dissídio coletivo com sentença normativa e o substituto processual) e direitos sociais em relação à aposentadoria, além do conceito de *seguridade social*.

A Constituição Federal de 1988 foi a grande norma do séc. XX, a síntese possível entre os interesses do capital e trabalho, marco regulatório das relações sociais sem o esgotamento das potencialidades nela constituídas, vez que, especialmente no que tange aos direitos sociais, diversos dispositivos ainda não estão regulamentados (a exemplo do imposto sobre grandes fortunas, o adicional de penosidade, o exercício do mandado de injunção no que é pertinente a direitos fundamentais sociais ligados ao trabalho, adicional de insalubridade sob o piso salarial e não sob o salário mínimo, competência para julgamento das demandas trabalhistas dos servidores públicos, exercício e limites do direito de ação dos trabalhadores, substituto processual das entidades sindicais bem como extensão da estabilidade sindical a todos os membros de Diretoria, julgamento de demandas decorrentes de acidente de trabalho e os limites da autonomia coletiva ou poder normativo).

Dentre outros direitos sociais o Sistema Único de Saúde e Previdência Social foram grandes avanços no que tange a sua universalidade, embora tenham sofrido pesadas ingerências dos Governos (desde a flexibilização de direitos até a precarização do sistema) e devem ser aprimorados cada vez mais, lembrando que, as conquistas até aqui levadas à regulação, não são suficientes para fim da desigualdade ou condição de miséria, pobreza e marginalidade que o país se encontra.

Todavia, as relações de subemprego, trabalho precário, informalidade, associativismo, cooperação, dentre outros, tomou conta de diversos empreendimentos fazendo com que a proposta do pleno emprego e tentativa de formalização de todas as expressões de trabalho não possibilitasse sua organização aliada à proteção social.

Nesse sentido a Constituição Federal de 1988 acabou por regular o Direito do Trabalho na intenção de observar o *direito ao trabalho*, mas curvou-se aos limites do modelo retrógrado e corporativista das legislações da década de 40 e 50.

Os anos 90 vem com a flexibilização dos direitos trabalhistas e previdenciários e relativa contenção da desaceleração no crescimento dos gastos.

Uma atenção especial ao projeto de abertura da Economia Brasileira ao mercado externo, o incentivo a importação de produtos industrializados e a materialização com a *Modernização dos Portos*.

O projeto do FMI aceito pelo Governo FHC de enxugamento da máquina pública, privatização de parte significativa do Estado no campo da Indústria Pública, produção de energia no setor público, minérios, telecomunicações, bancos e a contenção jurídica, pelo **colchão de conquistas pela CF/88**.

Ainda, o modelo de Direito Sindical estabelecido concentrou determinada possibilidade no que tange a denominada autonomia coletiva, oportunizando a organização coletiva, ainda que nos limites de dois instrumentos normativos próprios, quais sejam os já denominados instrumentos normativos Acordo Coletivo de Trabalho e Convenção Coletiva de Trabalho, vez que o denominado Contrato Coletivo não vingou no ordenamento brasileiro.

No Governo Collor diversas medidas flexibilizatórias foram efetivadas e se intensifica uma política de abertura do comércio em relação a medidas de importação. Uma destas medidas é a Lei de Modernização dos Portos.

Segundo Eder Dion de Paula Costa, em sua tese de doutoramento datada de 2004, o trabalho portuário no Brasil também contribuiu para as conquistas do direito constitucional do trabalho, ao mesmo tempo em que limitou o seu potencial emancipatório na medida em que

é um marco da organização sindical brasileira, principalmente porque inicia-se pelos trabalhadores na estiva do Rio de Janeiro do início do séc. XX, Bacia de

Campos, quando recém libertos os escravos passaram a ocupar espaços no trabalho portuário e conseguem, depois de muita luta e trabalho para reconhecimento, as primeiras organizações associativas criando um modelo de sindicato onde a mão de obra passa a ser organizada e disponibilizada a partir de um interesse da própria categoria, representada por ela através do seus organismos de trabalho, ou seja, o sindicato dos trabalhadores nos Portos, verdadeiro intermediador da mão-de-obra na estiva<sup>239</sup>.

Para esse autor, foi na Organização Coletiva do Trabalho Portuário que nasce, no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, em Campos, as primeiras organizações sindicais, já no séc. XIX, a partir dos negros fugidos que se aglomeraram em torno ao cais, realizando tarefas da estiva e, pela primeira vez, organizando o trabalho em organismos que mais tarde foram reconhecidos como sindicatos que criaram um modelo de intermediação de mão-de-obra, que por muito tempo garantiu o trabalho e a profissão dos trabalhadores no Porto.

Não se pode negar pela história dos Portos Brasileiros que foram os sindicatos dos trabalhadores portuários que organizaram a respectiva prestação de serviços, na condição de trabalho avulso no Brasil e assim mantiveram a referida categoria que até hoje não foi substituído por mão-de-obra oriunda das Empresas denominadas *Órgão de Gestão de Mão-de-Obra*.

Embora a Lei 8.630/93, denominada “Lei de Modernização dos Portos” tenha criado o Órgão de Gestão de Mão-de-Obra, a Constituição de 1988 já tinha igualado o direitos dos trabalhadores portuários aos demais direitos protegidos pelo seu art. 7º, e ainda, a própria nova Lei manteve a lista dos filiados na entidade sindical, únicos *alocáveis* para prestação de serviços.

O Regime Jurídico Único dos servidores públicos ainda é uma realidade, mesmo que o Governo FHC tenha implementado as mudanças substanciais através da Emenda Constitucional nº 19 (flexibilizando direitos e incluindo critérios de gestão e desempenho na atividade dos estáveis, com avaliação periódica). No Governo Lula, mudanças estruturais no regime de previdência e a discussão contemporânea da condição dos

---

<sup>239</sup> COSTA, Eder Dion de Paula. O trabalho portuário avulso na modernização dos portos. Tese para obtenção do título de doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004.

professores de Universidades Públicas, em relação ao regime de Dedicção Exclusiva, cuja pretensão seja a sua modificação, no intuito de cobrar também a produtividade do docente.

Muitas mudanças estruturais se deram no Brasil durante o Governo FHC, indo de encontro as políticas públicas planejadas no desenvolvimentismo.

Diversas possibilidades de implementação de direitos foram perdidas e direitos sociais foram impossibilitados de efetivação, entretanto, graças ao planejamento cepalino e a Constituição de 1988, como fica evidente na análise de Jorge Abrahão de Castro demonstrando que no início dos anos 2000 – segundo mandato de FHC – as salvaguardas constitucionais diminuíram a intensidade da denominada *desaceleração no crescimento de gastos*, graças uma espécie de *colchão de direitos*, especialmente os sociais.

Olhando para os primeiros anos do séc. XXI percebe-se que o Direito Pátrio avançou em relação à regulamentação dos anseios sociais tornando-os direitos, necessidade de uma sociedade, especialmente advinda de um processo histórico estrutural de desigualdade, sob o aspecto especialmente econômico e social, efeitos da sociedade de classe aqui estabelecida.

Entretanto, as referidas conquistas, ora demoraram a serem implementadas sendo lento o processo de tornar efetivas as previsões do direito objetivo, ora as modificações da norma original geraram uma espécie de *remendo jurídico* cuja transformação da realidade social não passou de ilusão, pois, o verdadeiro sentido da mesma não era o almejado pelo interprete ou aplicador da lei. Permanece, para as Escolas de Direito Brasileiras, o debate do Estado de Bem Estar Social para construir o Direito Social do futuro, as conseqüências das modificações do mundo do trabalho para construção do Direito do Trabalho e ao trabalho das novas gerações bem como as políticas públicas de seguridade social para construção do novo Direito Previdenciário.

O contexto mundial contemporâneo demonstrou a necessidade de um Estado Forte, com políticas públicas eficientes, Bancos Estatais com lastro possibilitando o financiamento do capital e do trabalho nos momentos de crise, saída da principal economia mundial, a americana, para reconstrução de sua Economia.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais elementos da legislação social entre os anos de 1989 e 2007, já no Governo Lula.



Evolução dos principais elementos da legislação social (1989-2007)

Ano	Caracterização sumária da legislação	Status
1989	Criação da Contribuição sobre o lucro líquido	Vigente
1990	Aprovação da RPPs para todos os servidores (Lei 8.112 para servidores federais)	Vigente
1991	Aprovação da nova Lei de Custeio (nº 8.212) e da nova lei de benefícios (nº 8.213)	Vigente em parte
1993	Fim da transferência de recurso sobre folha para saúde	Vigente
1993	Criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), para financiar a saúde	Vigente até 2007
1993	Estabelece a Norma Operacional Básica (NOB) da saúde, dispondo sobre as responsabilidades federativas	Alterado em 1996
1994	Revisão constitucional autoriza destinar recursos da Organização Social da Saúde (OSS) para outros fins (atual DRU)	Vigente até 2007
1995	Consolidação da Lei Orgânica de Assistência Social para idosos e deficientes	Vigente
1996	Reforma da LDB e criação da FUNDEF	Vigente
1996	Estabelecimento da nova NOB da saúde, dispondo sobre responsabilidades federativas	-
1996	Criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Vigente
1996	Criação do Simples – regime especial de tributação para micro e pequena empresa	Vigente
1998	Aprovação da Emenda Constitucional 19 do serviço público	Reformada em 2003
1998	Aprovação da Emenda Constitucional 20 da previdência	Vigente em parte
1999	Instauração da contribuição do servidor inativo – sem efeito depois de Julgamento de Ação pelo STF	Vigente
1999	Criação da legislação do fator previdenciário ( <i>notional defined accounts</i> )	Vigente
2000	Aprovação da emenda constitucional n. 27 dispondo sobre financiamento de saúde na Federação	Vigente em parte
2001	Criação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Agente Jovem	Centralizados em 2003
2003	Criação dos programas Bolsa Família e Fome Zero	Vigentes
2003	Aprovação da emenda constitucional n. 41 reformando a previdência de servidores estatutários (RPPs)	Vigente em parte
2003	O Estatuto do Idoso diminui de 67 para 65 o a concessão de benefícios da LOAS	Vigente
2004	Criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável por ações assistenciais	Vigente
2005	Transferência da Receita Previdenciária para Receita Federal (Ministério da Fazenda)	Vigente
2006	Criação do FUNDEB para reforço a Educação Básica	Vigente
2007	Extinção da CPMF, extirpando-a do Orçamento da Seguridade, e prorrogação do DRU	Vigente

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), vários anos<sup>240</sup>.

Atualmente o Direito, em sua complexidade, reflete preocupações do Jurista do séc. XXI, pensador que se habilita na compreensão dos denominados *direitos humanos*, na

<sup>240</sup> CASTRO, Jorge Abrahão. A constituição federal de 1988 e as políticas sociais brasileiras In CARDOSO, Jr., José Celso. *A constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social*. Brasília: Ipea, 2009.

incidência do que se denomina *sentimento constitucional*<sup>241</sup> e no resgate da *autonomia coletiva*<sup>242</sup>, expressões anteriormente independentes das faces do Direito Internacional, Direito Público e Direito Privado, que já não se podem ser demarcadas com precisão já que o que se denominou ramos do Direito, aproxima-se muito mais de uma separação didática para compreensão do fenômeno jurídico do que sua factibilidade na práxis jurídica.

Segundo Flávio Antonello Benites o estudo de Direito Coletivo do Trabalho no Brasil está necessariamente condicionado pela existência de dois modelos jurídicos inconciliáveis. De um lado a Consolidação das Leis do Trabalho, em seu modelo corporativista e autoritário de regulação; de outro, uma Constituição Democrática que infelizmente acabou reforçando as vigas mestras do modelo anterior. O contraditório modelo sindical traçado no art. 8º da Lei Maior é, em si mesmo, um limite ao exercício da liberdade sindical que pretende assegurar.

Afirma o autor acerca da autonomia coletiva

A manifesta incompatibilidade entre esse direito fundamental e a unicidade sindical, a contribuição sindical compulsória, o enquadramento obrigatório por categorias profissionais e a noção de base territorial, todos esses mecanismos impostos por lei, é pressuposto do exame proposto a seguir. Não menos importante, ainda do ponto de vista das restrições impostas por nosso sistema jurídico ao exercício da autonomia coletiva, o chamado poder normativo da Justiça do Trabalho, autêntica arbitragem pública obrigatória, é outro elemento oriundo do corporativismo autoritário elevado à esfera constitucional.

Somente com a proposta de constitucionalizar o *direito ao trabalho*, corroborando com a proposta da Organização Internacional do Trabalho, quando tal direito passou ao *status* de *direito fundamental*, no sentido de positivação de direito humano, conforme

---

<sup>241</sup> A expressão nasce das reflexões de Karl Loewenstein e Pablo Lucas Verdú citados pelo professor Raul Machado Horta referindo-se ao *sentimento manifestado pelo vínculo moral entre as instituições e os homens, sem o qual nada é sólido nem regular, de acatamento à Constituição, para assegurar sua permanência, que não se resolve exclusivamente no mundo das normas jurídicas, decorrente, além da imperatividade jurídica, da adesão à Constituição se espraçando na alma coletiva da Nação gerando formas difusas de obediência constitucional.* FACHIN, Zulmar. Curso de Direito Constitucional. 3ª edição. São Paulo: Método, 2008.

<sup>242</sup> DEL CLARO, Maria Ângela Marques. A emergência da autonomia privada coletiva no Brasil. Ação sindical nos anos 80 do século XX, Constituição Federal de 1988 e surgimento das Centrais Sindicais. In Sindicalismo desafiado: reinvenção do ator social referencial na representação da subjetividade do trabalhador na obra de RAMOS FILHO, Wilson. Direito Coletivo do Trabalho depois da EC 45/2004. Curitiba: Gênese, 2005.

proposta de Robert Alexy<sup>243</sup> acontece à recepção constitucional da regulação do direito ao trabalho.

A organização dos trabalhadores, em decorrências das modificações do mundo do trabalho no séc. XXI, também mudou assim como a organização e divisão do trabalho, a partir das adaptações do capital, apresentou novas organicidades em diferentes organizações. Entretanto, a percepção de ambas passa a ser a chave do novo mundo do trabalho. Há muito as pistas se apresentam, mas cabe ao pesquisador, ao intelectual, desvendá-las.

Uma das conseqüências funestas para autonomia coletiva, a partir da Ementa Constitucional 45/2004 foi a inclusão, nos dispositivos constitucionais da condição, para que a parte ajuíze o dissídio coletivo, além da tentativa de negociação coletiva ou a arbitragem, que já existiam anteriormente, da necessidade de *assinatura de termo de comum acordo* (§ 2º, inc. IV do art. 114 da CF/88) tratando-se, portanto, de condição da ação do dissídio coletivo.

Os militares continuam sem o direito de ajuizamento de dissídio coletivo, pois estão excluídos da sindicalização e da greve (art. 142, § 3º, IV, da Constituição Federal).

Os empregados de empresa pública, sociedades de economia mista ou outras entidades públicas que explorem atividade econômica poderão ajuizar dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, como ocorre com o Banco do Brasil, Petrobrás, pois estão sujeitos ao regime celetista, sendo titulares dos direitos sociais regulados pela Constituição Federal.

A discussão principiológica, na Teoria do Direito, passa necessariamente pela reflexão filosófica e é fenômeno da última fase do Direito, a que mais se aproxima da realidade atual, quando as necessidades do séc. XX adaptaram o Direito ao modelo constitucionalista alcançando o campo dos direitos fundamentais sociais, embora existam diversos problemas para o alcance da efetividade das referidas conquistas.

Para José Joaquim Gomes Canotilho os princípios são normas com grau de abstração relativamente elevado – mediações concretizadoras do legislador e do juiz – normas de natureza estruturante ou com papel fundamental no ordenamento jurídico devido

---

<sup>243</sup> Na obra, traduzida pelo Prof. Luis Afonso Heck direito fundamental é o direito denominado humano positivado pela Constituição Federal de um Estado Nacional.

a posição hierárquica no sistema das fontes e sua importância estruturante dentro do sistema jurídico<sup>244</sup>.

Para Ronald Dworkin princípios são *standards* juridicamente vinculantes radicados nas exigências da Justiça<sup>245</sup>.

A norma é composta de princípios e regras. Os princípios são as bases de sustentabilidade do sistema e não podem deixar de ser aplicados em decorrência de regras que disponham algo em contrária. De outra sorte, toda norma, seja ela oriunda do Estado ou não, segue uma principiologia de acordo com os bens jurídicos protegidos pelo referido princípio.

Em Robert Alexy<sup>246</sup> encontramos a ponderação de princípios, inclusive com ponderações equacionais de maior relevância de cada qual.

A Teoria Crítica do Direito<sup>247</sup> foi responsável por deslocar o eixo da Teoria do Direito, voltada para estudos em Direito Civil, tendo como fundamento o positivismo jurídico caracterizado nas codificações, para a discussão da constitucionalização do próprio Direito Civil cambiando o sistema jurídico para a busca dos princípios fundamentais, com base nos documentos constitucionais de cada Estado.

Assim leciona, Luis Edson Fachin, que o Direito passa por uma nova preocupação, agora voltada aos Princípios Fundamentais, estruturantes<sup>248</sup>.

As conquistas decorrentes da Constituição Federal de 1988, no Direito como um todo aparecem com a necessidade de adequar a ordem jurídica a uma noção principiológica baseada na contemporânea doutrina da Teoria do Direito Liberal (Herbert Hart, Robert Alexy, Karl Larenz e especialmente Ronald Dworkin) e nas adaptações nos estudos da

---

<sup>244</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2005.

<sup>245</sup> DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

<sup>246</sup> ALEXY, Robert. *Teoría de los Deretchos Fundamentales*. Madrid: CEPC, 2002, 607 p.

<sup>247</sup> O Prof. Antonio Carlos Wolkmer (Introdução ao Pensamento Crítico (...), 1999) faz um apanhado geral das correntes do pensamento crítico no Direito, principais autores, escolas filosóficas e resultados no entendimento dos Tribunais elencando, inclusive, movimentos ligados a Magistrados como foi o caso do Direito Alternativo nas décadas de 70 e 80. Muitos pensadores da teoria crítica, citados pelo próprio autor (como foi o caso de Tarso Genro e João Maurício Leitão Adeodato) sentiram-se desconfortáveis em relação a categorização realizada (inclusive por não se enxergarem naquela Escola ou naquele movimento descrito) o que levou o autor a programar uma nova revisão do trabalho).

<sup>248</sup> FACHIN, Luis Edson. *Teoria Crítica do Direito Civil*. São Paulo: Renovar 2002.

Ordem Constitucional Ocidental, especialmente na contribuição de Joaquim José Gomes Canotilho.

Para Canotilho, em análise que faz no seu Direito Constitucional e Teoria da Constituição, os princípios, a partir de Ronald Dworkin são *standards* de exigência da Justiça ou, segundo Karl Larenz, *standards* de proximidade da idéia de direito. Aponta ainda, a demoninação de Robert Alexy enquanto *mandatos de otimização* baseados nas exigências da Justiça<sup>249</sup>.

Celso Antonio Bandeira de Mello dispõe os princípios enquanto mandamentos nucleares de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido humano<sup>250</sup>.

Segundo a análise de Tarso Fernando Genro, a partir da obra de Américo Plá Rodrigues, esse novo ramo do Direito (O Direito do Trabalho) se constitui a partir de uma série de princípios, que representam a necessidade de novas realidades que envolveriam a tarefa de regular às relações que nascem da tensão – imanente tensão – oriunda acima de tudo de relações de proprietários e trabalhadores, indivíduos proprietários de capital e indivíduos proprietários de mão-de-obra.

Além disso, cria-se uma política pública – que ainda se aproxima da desenvolvida no modelo fascista do governo Mussolini – que dispunha de um enquadramento sindical, no qual, as atividades da Indústria e Comércio, estavam pré-definidas dentro de um quadro limitado onde a organização dos trabalhadores só é possível nas categorias que a própria Consolidação das Leis do Trabalho permitia. Sobre o advento da CLT, o capítulo 3 da primeira Parte cuidará com mais precisão.

O eminente autor uruguaio dispõe que princípios que se consolidam no Direito do Trabalho emergem do denominado princípio protetivo, desdobrado em 3 sub-princípios: *in dubio pro operario*, norma mais favorável e condição mais benéfica e mais cinco outros importantes pilares do juslaboralismo: irrenunciabilidade de direitos, continuidade da relação de emprego, primazia da realidade, razoabilidade e boa-fé<sup>251</sup>.

---

<sup>249</sup> CANOTILHO, Joaquim José Gomes. Op. cit. 244.

<sup>250</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

<sup>251</sup> GENRO, Tarso Fernando. Direito Individual do Trabalho. São Paulo: LTr, 1985, p. 17.

Sergio Pinto Martins também classifica os princípios a partir dos estudos do autor uruguaio, porém destaca que os princípios da razoabilidade e boa-fé não são exclusivos do Direito do Trabalho, mas da Teoria do Direito como um todo, encontrados em qualquer ramo autônomo<sup>252</sup>. Tal afirmação sofre a correção oportuna de José Afonso Dallegrave Neto destacando que na classificação de Américo Plá Rodrigues a existência do princípio da boa-fé tem sentido diverso dos demais ramos do Direito uma vez que as relações entre capital e trabalho tendem a ser tensas: qualquer ato de má-fé afetaria a negociação coletiva e perderia o sentido o máximo esforço para que as relações oriundas da negociação salarial fossem ao menos harmônicas.

O princípio protetor ou protetivo traduz a própria essência tutelar do Direito do Trabalho buscando a mínima nivelção, no plano jurídico, que é concretamente negada pela realidade social, pela predominância de uma situação histórica que é fundamentalmente adversa do trabalhador. Suas regras são *in dubio pro operario*, norma mais favorável e condição mais benéfica.

A regra do *in dubio pro operario* ou *pro misero* caracteriza-se pela aplicação em questões que se tem dúvida, do melhor direito em benefício do trabalhador, o que faz com que o empregador não possa nunca deixar dúvidas em relação às condições de trabalho que divergem daquela que apresentada pelo denominado hipossuficiente, sendo daquele a prova da certeza.

A regra da norma mais favorável acaba por inverter a hierarquia tradicional das fontes formais. Quando uma norma é mais favorável ao trabalhador do que outra, em suas condições materiais, aplica-se a mais favorável. Quando a Lei ou Convenção Coletiva de Trabalho prevê vantagem ao trabalhador em relação à Lei, ou mesmo ao mínimo previsto na Constituição Federal, vale a condição mais favorável.

A regra da condição mais benéfica destaca que as condições mais benéficas ao trabalhador adquiridas ao longo do contrato de trabalho, se aderem ao mesmo, de forma que devem sempre permanecer em vigor. O trabalhador, por exemplo, não pode ter redução salarial.

O princípio da irrenunciabilidade adverte que os direitos alcançados pelos trabalhadores, nas melhorias das condições de trabalho, não podem ser renunciados nem

---

<sup>252</sup> MARTINS, Sergio Pinto. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2005, p. 96.

mesmo por eles. Esta prerrogativa entende que a vontade do trabalhador está sujeita ao vício de consentimento devido a situação inferior em relação ao empregador. Portanto, ocorre a presunção de vício. Sendo assim, o direito obtido é irrenunciável.

O princípio da continuidade caracteriza que, por ser o contrato de trabalho de interesse público, já que o próprio emprego é de interesse público no país, este princípio visa a manutenção do contrato de trabalho em vigência. Por isso, a norma prevê o pagamento de multa quando da quebra do mesmo, por parte do empregador.

O princípio do Contrato Realidade e princípio da verdade real traduzem que, no Direito do Trabalho, são válidas as relações que se travam entre as partes e não as formalidades documentais.

Tarso Genro prevê ainda, enquanto relevante ponto de reflexão do presente trabalho, o princípio da autodeterminação coletiva, que extingue a autonomia individual oriunda do Direito Civil, caracterizada na primeira parte da presente reflexão, e faz nascer uma autonomia do indivíduo trabalhador dentro de sua classe, envolvido no conflito de sua associação sindical-profissional.

Nesse sentido, do processo do Trabalho dois princípios merecem resgate no esteio de nossa argumentação: o princípio da sentença normativa decorrente do poder normativo da Justiça do Trabalho e o princípio da coletivização das ações individuais.

O princípio da Sentença Normativa se dá na possibilidade do Juiz criar direitos, agir, segundo Cerneluti, no instrumento normativo com *corpo de sentença e alma de lei*.

Já no princípio da coletivização das ações individuais o objetivo é eliminar a ocorrência de inúmeras ações individuais idênticas. Assim sendo, no processo do trabalho o legislador permite que o sindicato postule em juízo em nome da categoria que representa.

Esse conjunto de princípios *revela a face* do Direito do Trabalho, um problema para lógica individualista moderna já que, para apaziguar o conflito decorrente da demanda dos trabalhadores uma série de pressupostos que confrontam com a lógica *formal-individual*, mas que são condenados a conviver, no Estado Social e Democrático Brasileiro, mas que, diversamente do que alguns autores podem afirmar, não de forma pacífica, mas em inúmeras vezes, conflituosa e violenta já que durante todo o tempo o direito individual, se impõe à realidade social coletiva. Isto se dá, especialmente porque os princípios são as conexões (ramificações) do sistema jurídico com o tronco maior, qual seja o Liberalismo

Econômico. Quando esse Liberalismo se modifica, na medida em que se adapta a nova realidade que necessita uma intervenção, inclusive se entendida como necessária para salvaguardar o capital, as conexões não se adaptam imediatamente.

Conforme destaca Guilherme Roman Borges, *os princípios devem ser retomados em sua função estruturante na tentativa de captarem a positividade da norma na verdadeira raiz histórica do cooperativismo e na finalidade de sua formação*<sup>253</sup>.

Entretanto, se pode, neste mesmo sentido, explicitar os princípios do Cooperativismo enquanto base para o estudo do Direito Cooperativo e a partir deles re-fundar o seu marco jurídico, e não legal.

Para o cooperativismo normatizado (sobre ele serão tecidas considerações posteriores), como no caso da cooperativa de trabalho, *não existe vínculo empregatício entre os trabalhadores e a Cooperativa ou ainda entre aqueles e os tomadores de serviços*<sup>254</sup> desconsiderada a Jurisprudência Brasileira que interpreta este dispositivo legal a luz dos princípios gerais do Direito do Trabalho e subjacente ao disposto no art. 9.º da CLT de forma a proteger direitos trabalhistas.

Portanto, podemos afirmar que as categorias jurídicas são resultantes da disputa pela hegemonia na produção científica e legislativa do Direito, na qual o trabalhador tem sofrido reiteradas derrotas.

Desta forma, pode-se denominar, a lógica *formal-individual* do Direito Moderno, de fetiche da coletividade, ou a adequação do coletivo a lógica individual, ainda que a referida coletiva se esconda por detrás do *uno*.

No denominado capitalismo periférico, cumpre salientar que o modelo brasileiro, ou seja, a forma com que os direitos sociais se consolidaram no modelo de Estado e Ordem Capitalista passou por uma *seletividade*, adequada a sociedade brasileira e suas peculiaridades.

Pode-se afirmar que a Ordem Econômica e Ordem Jurídica a que estão sujeitos o Cooperativismo, na sua forma popular, limite sua potencialidade naquilo que é possível

---

<sup>253</sup> BORGES, Guilherme Roman. *Os princípios cooperativistas na lei e no estatuto* in GEDIEL, José Antonio Peres. *Caminhos do cooperativismo*. Curitiba: UFPR, 1999, p. 123-149. O texto tratado está incluído no conjunto de estudos realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares naquele ano, através de Seminários de Formação de cooperados quando os técnicos, professores e bolsistas realizaram projetos de pesquisa e extensão, pioneiros no país, implementando, na prática, as experiências de Cooperativas Populares em Curitiba.

<sup>254</sup> Parágrafo Único do art. 442 da CLT.



dentro dos paradigmas observados, especialmente sob o modelo do individualismo e da propriedade privada.

Assim, a política social voltada à população de baixa renda é apresentada como uma conquista social, medida necessária para desenvolvimento daquela classe.

Todavia, para autores mencionados nos capítulos anteriores, é representada por políticas de cunho *assistencialista* que mantêm o controle da massa desvalida garantindo assim a impossibilidade de sua organização para voltar-se contra o próprio Governo.

Na denominada Modernidade podemos afirmar que o *mundo possível*, para o Direito, é um mundo no qual o Estado reconhece, protege e pretende transformar todos os direitos em direitos individuais.

Segundo Carlos Frederico Marés de Souza Filho

(...) a construção do Estado contemporâneo e de seu Direito foi marcada pelo individualismo jurídico ou pela transformação de um todo titular de direito em um indivíduo. Assim foi feito com as empresas, as sociedades e com o próprio Estado; criou-se a ficção de que cada um deles era uma pessoa, chamada de jurídica ou moral, individual. Assim também foi feito com os diferentes povos, criando a ficção de que cada povo indígena seria uma individualidade com direitos protegidos. Isto transformava s direitos essencialmente coletivos dos povos em direitos individuais<sup>255</sup>.

Na continuação do texto completa

O Direito contemporâneo, além de individualista, é dicotômico: às pessoas – indivíduos titulares de direitos – corresponde uma coisa, o bem jurídico protegido. A legitimidade desta relação se dá por meio de um contrato – acordo entre duas pessoas. É evidente que este esquema jurídico não poderia servir aos povos indígenas da América Latina, porque, mesmo que considerasse cada povo uma individualidade de direito, os bens protegidos (os bens que os povos precisam proteger) e sua legitimidade não têm nenhuma relação com a disponibilidade individual e com a origem contratual<sup>256</sup>.

Eis o drama do mundo jurídico: ser determinado pelo mundo econômico e apresentar possibilidades de segurar a investida do capital somente com o Estado Forte, que estabelece políticas públicas planejadas de desenvolvimento que podem servir de *substrato*

---

<sup>255</sup>SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. in SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>256</sup> SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de Idem 255.

para decisão, inclusive do Poder Judiciário, como foi o caso da contribuição para os inativos (vide quadro 3).

O Estado Forte, institucionalizado e com clareza nas suas metas de desenvolvimento, e atualmente fundado na sustentabilidade ambiental sem a qual não se pode garantir a defesa da qualidade de vida de sua população, é a base para o Direito, sob pena de diletantismo jurídico, ou ainda, leis ineficazes.

O projeto do FMI aceito pelo Governo FHC de enxugamento da máquina pública, privatização de parte significativa do Estado no campo da Indústria Pública, produção de energia no setor público, minérios, telecomunicações, bancos e a contenção jurídica, não foi pior para o aparelho estatal realizador da proteção ao denominado *social* não foi mais eficiente graças as salvaguardas constitucionais de 1988.

Eis o dilema do Governo Lula: comprometimento com a propriedade privada e individualismo buscando saída para os problemas sociais. Estudos econômicos apontam saídas no investimento em tecnologia, diversificação da produção de primários, fortalecimento de comércio com economias em desenvolvimento, crescimento da indústria nacional sustentável, manutenção das salvaguardas constitucionais.

Parece que se indica uma retomada do projeto desenvolvimentista.

### **III PARTE. LIMITES DO COOPERATIVISMO POPULAR BRASILEIRO**

#### **CAPÍTULO 1. ELEMENTOS DA ECONOMIA POLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO**

Seção 1. As ações políticas do Governo Lula, compromissos ministeriais e elementos de uma crítica

Os principais dados do Governo Lula acerca das conquistas sociais foram ilustrados no quadro capítulo 2 da II Parte, referentes as principais políticas públicas sociais do Governo Brasileiro, de 1987 à 2007.

Convém destacar que, segundo Jorge Abrahão Castro, o Governo Lula, logo de início, reconheceu a gravidade dos problemas sociais a serem enfrentados pela sociedade brasileira.

Anota o referido autor que as principais políticas desencadeadas pelo referido Governo foram:

- Segurança Alimentar e Nutricional, que tem por objetivo central o combate à fome – Coordenada pelo Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar – MESA
- Promoção de Igualdade Racial, que visa o combate ao racismo e às iniquidades raciais – coordenada pela Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial – Seppir
- Promoção de Igualdade de Gênero – impulsionada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
- Desenvolvimento Urbano, que busca assegurar oportunidades de acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade sustentável com a segurança de trânsito – coordenada pelo Ministério das Cidades

- Racionalização de recursos públicos por meio, por exemplo, da unificação dos programas de transferência direta de renda
- Multiplicação de fóruns democráticos de deliberação coletiva, tais como a convocação, de forma inédita, de conferências nacionais (Cidades e Segurança Alimentar, por exemplo), a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fórum Nacional do Trabalho e outros.
- Promoção de reformas estruturais, iniciando-se pela Previdência e Tributária.

Outra ação governamental importante foi à submissão dos Ministérios a reuniões gerais as quais os representantes de suas pastas analisam as potencialidades de cada uma das ações e as formas de parcerias para que os objetivos comuns sejam alcançados.

Sem dúvida, no que tange as políticas sociais, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome passa a ser o pólo irradiador das referidas políticas.

Em evento organizado na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, representados pela servidora Luciane Ferrareto, no Seminário de Economia Solidária, durante a 1.ª Feira de Economia Solidária do Município de Rio Grande – RS, apresentou a palestra intitulada *Segurança Alimentar e Nutricional e Economia Solidária: políticas públicas intersetoriais, estruturantes e territoriais* de onde retiram-se os referidos destaques:

Na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foram aprovadas as seguintes propostas (abaixo trecho literal de documento):

**Eixo Temático 1 – Segurança Alimentar e nutricional nas estratégias nacionais de desenvolvimento**

- Promoção de formas rurais, urbanas e periurbanas equitativas, sustentáveis e justas de produção, comercialização e distribuição de alimentos, com ênfase no fomento da economia solidária e fortalecimento do comércio familiar de produtos básicos, no comércio justo e na ampliação e integração das políticas para valorização da agricultura familiar, agroecológica, aquíicultura e pesca artesanal.
- Priorizar as atividades geradoras de trabalho digno e que promovam a distribuição da riqueza na medida em que ela é produzida, especialmente nas atividades relativas à produção, ao beneficiamento, ao armazenamento, à distribuição e ao consumo de alimentos. Incluir o fomento das diversas relações de trabalho digno, entre as quais a economia

solidária, com garantia dos padrões socialmente acordados e baseados em princípios constitucionais e de direitos humanos.

- *Adotar a economia solidária como estratégia política de desenvolvimento nacional e de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.*

## **Eixo Temático 2 – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

- ***Diretriz 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável.***
- - Priorizar a geração de trabalho digno e renda, por meio do fomento das diversas relações de trabalho, inclusive as várias modalidades de associativismo, cooperativismo e autogestão. Tornar prioritárias, também, as iniciativas democráticas e de autogestão da produção e da comercialização baseados nos princípios da economia solidária, assegurando o desenvolvimento local sustentável.
- ***Diretriz 2 – Estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.***
- - Incentivo e fomento à abertura e manutenção de espaços públicos de comercialização direta, como é o exemplo das feiras agroecológicas, espaços e lojas nos aeroportos do País, visando a promoção de práticas alimentares mais saudáveis, a educação ambiental, o consumo consciente, a economia solidária e o comércio justo e solidário.
- - Criação e revitalização de estruturas públicas de comercialização, visando a promover a compra e venda direta da produção de associações e cooperativas de base familiar e empreendimentos da economia solidária e comércio justo e solidário.
- - Implementar ações e programas que fortaleçam o mercado institucional e garantam estabilidade e segurança nas relações comerciais para as organizações de base familiar, incluindo os empreendimentos de economia solidária.
- - Estímulo à organização da sociedade para o associativismo, cooperativismo e empreendedorismo no marco da economia solidária.
- - Promover a articulação entre os Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e o programa de Comércio Justo e Solidário e os empreendimentos de economia solidária, fortalecendo suas complementaridades, buscando instituir fluxos comerciais diferenciados baseados no estabelecimento de relações justas entre todos os elos das redes de produção, comercialização e consumo solidário. Garantir a criação de um marco jurídico adequado, formação, assistência técnica e financiamento as empreendimentos da economia solidária, através de instrumentos de finanças solidárias, como fundo solidário, banco comunitário e cooperativas de crédito, que atendam as vocações regionais e as diferenças culturais, pautados na produção do desenvolvimento sustentável. Manutenção do benefício social para usuários de saúde mental participantes de empreendimentos econômicos solidários.
- ***Diretriz 3 – Ampliar e coordenar as ações voltadas para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais definidos pelo Decreto n.6040, de 7 de fevereiro de 2007.***
- Incentivar a produção, beneficiamento (agroindústria) comercialização, desenvolvimento do comércio justo e solidário para os povos indígenas, população negra, comunidades

quilombolas, comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, caboclos e demais povos e comunidades tradicionais, bem como reconhecer os valores sociais, culturais, religiosos e ambientais agregados nos produtos.

**Eixo Temático 3 – *Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional***

- Consea Nacional – Composição - entre outros, representantes da economia solidária e comércio justo.
- Assegurar a escolha dos representantes da sociedade civil entre seus pares em fórum próprio, no processo de regulamentação e implementação do Sisan, nas três esferas do governo, a participação da sociedade civil no controle social, bem como a interação entre o Consea, Comissões regionais de Segurança Alimentar e Nutricional e demais conselhos, comissões e fóruns, a exemplo do conselho de educação, sobretudo aqueles que tratam de ações e políticas diretamente relacionadas com Segurança Alimentar e Nutricional nas áreas de trabalho e renda, economia solidária e comércio justo, direitos humanos, desenvolvimento humano sustentável, desenvolvimento urbano, rural e territorial sustentável, cidades, inclusão digital, etc.

Foram destacadas como ações do MDS na perspectiva da Economia Solidária:

- ✓ PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares)
- ✓ Agricultura Urbana
- ✓ Comercialização (feiras)
- ✓ Sistemas coletivos de produção
- ✓ PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)
- ✓ Programa de Inclusão Produtiva
- ✓ Restaurantes Populares / Cozinhas Comunitárias
- ✓ Chamada Pública para empreendimentos agroalimentares

Em relação à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em outros Ministérios foram destacadas:

- ✓ Produção e Abastecimento: Assentamentos Rurais, crédito, seguro agrícola e Garantia de Preços (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA);
- ✓ Programa Nacional de Alimentação Escolar (Ministério da Educação);
- ✓ Programa de Alimentação do Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego);
- ✓ Alimentação e Nutrição (Ministério do Desenvolvimento Social)

Um destaque foi apresentado foi a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana como parte da construção do SISAN a partir do seguinte desdobramento:

- ✓ Construção da Rede Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
- ✓ Implantação e fortalecimento dos CAAUP
- ✓ Fortalecimento do Comitê Gestor Nacional dos CAAUP
- ✓ Fortalecimento do Coletivo Nacional de AUP
- ✓ Maior institucionalização da Política Nacional de AUP
- ✓ Territorialização das políticas de SAN nas regiões metropolitanas com prestação de bens e serviços ao povo pobre urbano e periurbano

No sentido de demonstrar a política nacional de agricultura urbana e periurbana e sua implementação no Brasil apresentou-se o seguinte roteiro de análise:

- ✓ **Porque** o Governo Brasileiro desenvolveu uma Política Nacional de AUP (PNAUP);
- ✓ **Como** a Política e o Programa Nacional de AUP foram formulados;
- ✓ **Estratégias Políticas** adotadas pelo Governo Federal para a implementação da PNAUP;
- ✓ Principais **resultados obtidos**;
- ✓ Experiência adquirida e **lições aprendidas**

Assim, passa a exposição do avaliado (segue os argumentos e painéis desenvolvidos nos termos da apresentação):

**Realidade: Fome e pobreza em regiões metropolitanas**

Do total de 12 milhões de **famílias pobres brasileiras**, beneficiárias do Programa Bolsa Família, mais de 7 milhões têm domicílio urbano;

**1. Por que o Governo Brasileiro desenvolveu uma Política Nacional de AUP**

- **Insegurança Alimentar** das populações nas periferias das cidades;
- **Agricultura Urbana e periurbana** - AUP como estratégia política para o **Combate à Fome** e a promoção da SAN;
- Alternativa para produção de alimentos e **geração de renda nas cidades**.

**Visão do Governo:**

**Agricultura Urbana e Periurbana** é política estratégica para o combate à fome e a promoção de SAN em territórios urbanos e metropolitanos

**Agricultura familiar tradicional e assentada tem capacidade de realizar:**

- o princípio da SOBERANIA ALIMENTAR;

- **ações políticas, no território, de ECONOMIA SOLIDÁRIA;**
- **resgatar a FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE;**
- **estruturar SISTEMAS AGROALIMENTARES mais justos.**

## **2. Como a Política e o Programa Nacional de AUP foram formulados:**

- Diagnóstico regional participativo;
- Diretriz e prioridades aprovadas em coletivo nacional com atores sociais;
- Parceria com ONG`s, Universidades, Governos Locais, Estaduais e órgãos integrantes dos sistemas públicos de agricultura e desenvolvimento rural

## **3. Estratégias Políticas adotadas pelo Governo Federal para a implementação da Política Nacional de AUP**

- a) Criação de estrutura administrativa no Ministério;
- b) Criação de dotação orçamentária e financeira para a AUP [**Financiamento Público**];
- c) Instalação de coletivos para o **controle social** da Política (nacional e local);
- d) Definição dos **serviços ofertados** pela política de AUP (formação-assistência técnica-sistemas produtivos);
- e) Priorização dos **sujeitos sociais beneficiários**;
- f) Criação de uma **rede operacional** e seleção pública de parceiros e propostas dirigidas para o público beneficiário.

## **4. Principais resultados obtidos:**

- Fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais (agroecologia, economia solidária, reforma agrária, reforma urbana);
- AUP como ação estratégica reconhecida na política nacional de Segurança Alimentar;
- Reconhecimento da **agricultura periurbana** como estratégia para a **soberania alimentar** das metrópoles.

## **5. Experiência adquirida e lições aprendidas:**

- Construção coletiva de conceitos e métodos em AUP;
- Reconhecimento da diversidade de experiências e de múltiplos atores;
- Articulação de movimentos sociais distintos (reforma agrária e reforma urbana) em torno da AUP nas metrópoles;



Visão estratégica de Sistemas Públicos de AUP (programa + rede operacional) com controle social

**Desafios/perspectivas:**

1. Estruturação de **sistema operacional de ações de AUP**, executor da Política Nacional de Promoção da Agricultura Urbana e Periurbana [ credenciamento de centros, definição dos serviços públicos de assistência técnica, formação e insumos];
2. Consolidação/maturação/organicidade do sistema publico de AUP até dez/2010;
3. Esforço de **massificação de ações e do público beneficiário da Política Nacional de AUP** com o aporte conceitual e financeiro do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar [ R\$ 80 milhões para regiões metropolitanas]
4. **Combinar ações de políticas públicas de fomento e de transferência de renda aos agricultores familiares urbanos e periurbanos.** [Bolsa Família, AUP, Economia Solidária, Alfabetização de Adultos]
5. Priorizar empreendimentos solidários e a criação de **equipamentos públicos de comercialização direta e de industrialização cooperativa** da produção dos agricultores urbanos e periurbanos
6. Firmar **cooperação técnica e financeira com Governos Estaduais e Municipais** para a institucionalização das ações de AUP e implementação das diretrizes orientadoras (documento referencial – Seminário Nacional)

No mesmo evento, o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, representado pela sua Superintendente Federal no Rio Grande do Sul, Adriane Lobo, no Seminário de Economia Solidária e Feira de Economia Solidária do Município de Rio Grande – RS, destacou as seguintes ações da sua pasta governamental:

- ✓ Os pressupostos do referido Ministério são: integração ao programa de segurança alimentar; participação social; sustentabilidade social, econômica e ambiental, coordenação e gestão das relações e ações inter e intra-governamentais gerando emprego e renda.
- ✓ As ações a serem destacadas deste Ministério são: conferências estaduais e nacionais; busca da sustentabilidade da aqüicultura e pesca; estruturação dos setores pesqueiros e da aqüicultura; inclusão social.

Os pressupostos da extensão pesqueira e aquícola são: voltada às famílias e suas organizações; Executada por entidades com experiência; Respeito às culturas locais; Gerar Desenvolvimento Local Sustentável; Gerar Processos de Gestão Compartilhada; Auxiliar nos processos de geração de dados; Integrar toda a cadeia produtiva; Gerar processos de organização comunitária; Gerar alternativas de emprego e renda.

Alguns destaques precisam ser dados nos comentários que seguem.

O Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA pretende desenvolver sua política pública através de um **Programa denominado *Mais Pesca e Aquicultura***, conforme dados do próprio Ministério, apresentados na Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, em setembro de 2009.

No *portifólio* apresentado várias ações e projetos estão previstas, muitas delas sendo realizadas, conforme explicações do referido documento.

Entre elas, algumas merecem consideração em relação ao objeto do presente trabalho.

O Programa prevê como eixo central **a consolidação de uma política de Estado, inclusão social de pescadores, pescadoras e aquicultores familiares, estruturação da cadeia produtiva, fortalecimento do mercado interno, a sustentabilidade ambiental e a organização dos setores pesqueiro e aquícola.**

O trabalho leva em conta a existência de **territórios de identidade**, com suas potencialidades, vocações e características socioculturais próprias.

Segundo o documento

Garantir cidadania e mais qualidade de vida a pescadores artesanais e aquicultores familiares é foco prioritário do Ministério da Pesca e Aquicultura. O processo para pela valorização da pesca e da cultura das populações tradicionais, assegurando seus direitos e reconhecendo suas diversidades culturais; pelo apoio à aquíicultura familiar como alternativa de geração de renda e inclusão social e pela elevação da escolaridade e capacitação dos profissionais do setor<sup>257</sup>.

---

<sup>257</sup> BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. *Valorização e reconhecimento no dia a dia*. In *Pescando desenvolvimento sustentável*. Portifólio distribuído na Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura. Setembro de 2009, p. 10.

O **Registro Geral de Pesca – RGP**, que garante aos pescadores profissionais todos os direitos trabalhistas, segundo informações do MPA é um instrumento importante de cidadania e precisa ser fiscalizado e controle no sentido de evitar que pessoas que não realizam a pesca artesanal, tenham o registro tão somente para o recebimento do seguro-desemprego em períodos de defeso, denominado *seguro-defeso*<sup>258</sup>.

No plano de ações, segundo o MPA, com efeitos positivos em todo setor, constam: **produção, transformação e comercialização, políticas de fomentação, acesso a linhas de crédito, venda de óleo diesel com até 25% de subvenção do Governo e isenção de ICMS para equiparar os preços internacionais**, o que possibilita ao pescado brasileiro competir com igualdade com o mercado externo.

Ainda, **terminar a construção de 20 terminais pesqueiros públicos novos e reestruturados e organizar mais de 120 Centros Integrados de Pesca Artesanal e Aqüicultura**, distribuídos em uma rede estratégica regional de infra-estrutura, inclusive com oferta de qualificação profissional para pescadores e aquicultores.

Estão programadas políticas para disponibilização de **linhas de crédito para construção de entrepostos e fábricas de gelo, incentivo à realização da Feira do Peixe e Semana do peixe**, nos moldes das realizadas pelas iniciativas do MPA.

---

<sup>258</sup> A política do seguro-desemprego no Brasil foi instituída pelo Decreto Lei n. 2.284/86 pelo Decreto 92.608/86. Em 1988, a partir da Constituição Federal, o seguro-desemprego passa a ser assegurado à todos os trabalhadores em situação de desemprego involuntário. Entretanto, na época da instituição do programa o referido direito não possuía dotação orçamentária regulamentada e somente através da Lei 7.998/90, com a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é que o mesmo serviu de programa de arrecadação do referido direito.

Em 1991 entra em vigor a Lei 8.287 que autorizava o pagamento de seguro-desemprego ao pescador profissional, que exercesse a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar e trabalhar sem contratação de terceiros. O valor pago ao pescador era a referência de 1 salário mínimo mensal durante o período de proibição pesqueira. Esse intervalo de interrupção à pesca é conhecido como *defeso*, época em que as espécies realizam seus ciclos naturais de reprodução, variando de acordo com as regiões do país, conforme designação do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA.

O Decreto Lei 8.287 de 1991 previa apto para recebimento do seguro o pescador deveria ter registro de pescador emitido pelo IBAMA com no mínimo de três anos de inscrição da data da publicação da Lei e atestado da Colônia de pescadores a que esteja filiado ou do órgão do IBAMA responsável pela zona pesqueira.

O Ministério da Aqüicultura e Pesca, a partir da Lei 10.779/03, reduziu o tempo de comprovação da atividade profissional para 1 ano emitindo este pela Secretaria Especial da Pesca, em comum acordo com o IBAMA. Os presentes dados foram retirados do trabalho publicado por ABDALLAH, Patrícia e TEIXEIRA, Gibran da Silva. *Política de seguro-desemprego e pesca artesanal no Brasil: em análise o Estado do Rio Grande do Sul e a Região da Lagoa dos Patos*. VI Encontro de Economia Ecológica realizado de 22 à 25 novembro de 2009. Brasília: UNB, 2009.

Um dos programas que vem sendo discutido e implementado durante o ano de 2009 é a **inclusão do pescado na merenda escolar**, projeto previsto na Lei 11.947/09, em que os empreendimentos ligados à pesca artesanal (associações e cooperativas) cadastrados para o fornecimento de pescado às escolas municipais, desde que registrados no SIM (Serviço de Inspeção Municipal), CISPOA (Companhia de Inspeção Sanitária de Porto Alegre) ou SIF (Serviço de Inspeção Federal).

Ainda, o MPA está viabilizando parcerias internacionais com a Noruega e Peru para realização de pesquisas para cultivo e produção para mercado internacional, vendendo a tecnologia brasileira dos cultivos de espécies de nossas regiões e importação de tecnologia ou realização de novos cultivos de espécies poucos exploradas no Brasil, embora existentes em grande escala, como é o caso da *anchota* e do *aliche*.

O programa prevê também **subsídios pesqueiros à países em desenvolvimento a certificação da qualidade da cadeia produtiva** para proteção das espécies em extinção, interesse do âmbito mundial.

Também estão incluídos no programa a **construção de tanques para cultivo de camarão em tanques**, pesquisas que já estão sendo realizadas pela Universidade Federal de Rio Grande e Universidade (FURG) e Federal de Santa Catarina (UFSC) no sentido de aprimorar a *larvicultura* e engorda da espécie bem como a *Maricultura*, procurando através de pesquisas áreas propícias para criação de parques marinhos sustentáveis.

A ação governamental mais próximo de nosso objeto de análise é o **incentivo do MPA para organização dos pescadores e pescadoras artesanais destinando R\$ 200 milhões para assistência técnica, capacitação e formação em Cooperativismo Associativismo**.

Convém esclarecer que para medir o alcance dos referidos projetos, será necessária a implementação total das políticas (a maioria delas está em fase de implementação ou faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC) e nossos argumentos surgem da análise de alguns resultados que já podem ser vistos a partir da experiência que ora se apresenta.

As políticas públicas do Governo Federal, através do Ministério da Pesca e Aquicultura ainda não focalizam atuação na resolução de problemas como a *concorrência* dos cooperados ou pescadores individuais autorizados ao trabalho, portadores de RGP, com

os *informais* que realizam atividades conjuntas com a pesca ilegal, especialmente das empresas que foram fechadas pelo Estado, mas que continuam realizando atividades ligadas a pesca, de forma clandestina.

Da mesma forma, ainda não combate o poder das colônias, sempre atreladas aos poderes políticos locais, que cadastram mais pescadores do que realmente existem para habilitarem pessoas no recebimento do seguro-defeso, que acaba sendo um mecanismo de prática de assistencialismo, embora tal realidade já foi bastante modificada desde a centralização da emissão do RGP pelo Ministério da Pesca, mas pode simplesmente transferir o problema para outras esferas de poder, já que agora quem mantém o controle é o Governo Federal, que não é composto por interesses populares, tão somente, como é sabido.

Também são necessárias *ações* de combate a comercialização fora dos padrões de consumo da vigilância sanitária, em relação à pesca porque em qualquer lugar se consegue comercializar o pescado que não segue os padrões sanitários de boas práticas de *filetagem* ou industrialização, bem como as exigências do Ministério da Agricultura ou Secretaria de Estado da Agricultura, Meio Ambiente ou mesmo Ministério do Trabalho quanto a proteção do meio ambiente do trabalho e o respeito à saúde, higiene e medicina e segurança do Trabalho. Esta denúncia foi realizada por várias entidades ligadas à pesca artesanal na experiência do projeto realizado em 2009.

Outros problemas também foram levantados.

Um deles são as comunidades e grupos que não tem formação para se organizarem em Cooperativas, mas que querem ser dirigentes devido as possibilidades de negócios que podem vir a ter na nova organização, por vezes por observar outros empreendimentos em que a condição do pescador melhorou significativamente.

Outro problema é a demanda ambiental no sentido da constante degradação de recursos naturais bem como meio ambiente lacunar e marinho, que acaba por inviabilizar até mesmo o futuro da pesca artesanal na região observada.

Também o de associados organizados em menor número do que prevê a legislação vigente impossibilitando a associação de pescadores de formalizar-se. Dentre as soluções encontradas está o empréstimo de nomes de membros amigos e familiares dos associados, que nunca vão desempenhar qualquer tarefa na entidade, mas que oferecem seu nome para

viabilidade do empreendimento, o que acaba acarretando problemas futuros, especialmente quando precisam realizar reforma do estatuto para adequações (assinatura de um membro que ninguém nunca viu ou sabe da existência);

Outro problema constante: orientação política, visto que é comum a *paralisação* do desenvolvimento de ações dos pescadores e de sua organização, especialmente em relação aos poderes políticos locais, que dominam a burocracia local, por consequência, devido ao pescador não ser eleitor do grupo bloco de poder dominante.

Luis Filgueiras e Reinaldo Gonçalves, olhando para a retomada do projeto desenvolvimentista brasileiro no primeiro mandato do Governo Lula, apontam a utilização de práticas de quatro categorias que serão conceituadas e ilustradas quanto ao seu uso em nossa tese na proposta de Cooperativismo Popular e Economia Solidária.

São elas o *transformismo*, a *cooptação*, o *patrimonialismo* e a *balcanização*.

Entende-se por *transformismo*, conceito gramsciano que, segundo Reinaldo Gonçalves e Luiz Filgueiras, significa a *assimilação e implementação, por parte dos indivíduos (transformismo molecular) e/ou agrupamentos políticos inteiros (transformismos de grupos), do ideário político ideológico de seus adversários ou inimigos políticos*<sup>259</sup>.

Para os autores, trata-se de um processo de adesão (individual ou coletiva) ao bloco histórico dominante, por parte das lideranças e/ou organizações políticas de setores subalternos da sociedade, com o abandono de suas antigas concepções e posições políticas<sup>260</sup>.

Os autores referem-se a dados e declarações que demonstram que a política econômica do Governo Lula é tão conservadora quanto à praticada pelo PSDB no Governo FHC. Entre eles, a própria Carta ao Povo Brasileiro de 2002.

Não é esse nosso objeto na presente análise, mas um dado concreto, que aparece nas *falas* dos pescadores adiante analisadas nas respostas das perguntas no decurso da entrevista.

Um dos pescadores afirma que durante a Conferência Nacional da Pesca, um dado referente a uma votação em plenária estadual, realizada No Município de Viamão-RS,

---

<sup>259</sup> FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política no Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

<sup>260</sup> FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. Idem 259.

referente ao programa de subsídio do óleo diesel<sup>261</sup>, que indica a necessidade de **retirada do programa como ação do MPA** por afetar a pesca artesanal e financiar a pesca predatória (denominada *pesca de cerco*), **não apareceu nas propostas da Conferência Nacional.**

Sabe-se que o que ocorreu deve ter sido a intenção do Governo Federal de, na tentativa de mediar os interesses daqueles que são subsidiados pelo óleo (pesca industrial, especialmente) o texto poderia não ser discutido ou aprovado na referida Conferência.

Embora a Conferência tenha sido realizada dentro de toda lisura e seriedade (atestada pela participação do realizador da pesquisa) o problema da pesca com subsídio do óleo diesel permanece e o movimento dos pescadores é contrário ao programa. Ele atualmente faz parte do conjunto de medidas do Governo Lula, contrariamente ao interesse popular dos pescadores artesanais.

Reinaldo Gonçalves e Luiz Filgueiras desenvolvem alguns argumentos para criticar as ações do Governo Lula atribuindo seu modelo econômico de *liberalismo periférico* rearticulado com o poder dominante a partir do *transformismo*.

Apontam os autores:

Os intelectuais orgânicos do bloco dominante estão constrangidos. O Governo Lula está implementando as estratégias políticas desse bloco, até mesmo com resultados superiores, observando-se os interesses de suas frações hegemônicas. Por outro lado, os intelectuais de esquerda, em sua maioria, estão tímidos, visto que o Governo Lula tem como principal base política no Congresso o Partido dos Trabalhadores e conta com o apoio de organizações da sociedade civil<sup>262</sup>.

Os autores identificam a cooptação. Ela é mais evidente no movimento sindical onde parcela significativa dos representantes da classe trabalhadora ocupam cargos no Governo Federal e ao invés de implementar as políticas populares e comprometidas com a sua classe, são os primeiros a defender as políticas liberais periféricas, como verdadeiros representantes dos interesses do capital.

---

<sup>261</sup> Programa comentado anteriormente, na apresentação do portfólio do Ministério da Pesca e Aquicultura, sobre as políticas públicas anteriormente mencionadas Op. Cit. 254.

<sup>262</sup> FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. Op. Cit. 260.

Nosso estudo de caso encontra elementos da denominada cooptação, mas não possui amostras suficientes para afirmar sua existência. Somente pistas, que podem ser desconfirmadas.

A *balcanização* se caracteriza pela redução de autonomia relativa do Estado frente aos interesses imediatos dos setores dominantes, que se apoderam abertamente de segmentos do aparelho estatal<sup>263</sup>.

Tal medida, segundo os autores, é uma das mais notórias no referido Governo, basta observar os Ministérios concedidos ao PMDB em troca de garantia da maioria em votações de projetos importantes do Governo junto ao Congresso Nacional, participação de elaboração de políticas públicas na Agricultura de setores altamente comprometidos com as oligarquias rurais, impedindo a ação do Instituto Nacional de Reforma Agrária e o projeto da Reforma Agrária, que seria um dos projetos fundamentais do Governo Lula.

Ainda, para os autores, o Governo Lula reafirmou a política econômica herdada do Governo anterior e, apoiado no melhor desempenho conjuntural do setor externo, deu um novo fôlego ao modelo, legitimando-o politicamente e soldando mais fortemente os interesses das diversas frações de classes participantes do bloco de poder dominante<sup>264</sup>.

Seguem os referidos autores:

O Banco Mundial é a organização que formulou o conceito restrito de pobreza que passou a ser adotado internacionalmente, bem como propôs a adoção de políticas sociais focalizadas. A síntese do debate sobre as políticas sociais universais e políticas focalizadas evidencia a lógica perversa dessas últimas. Tais políticas têm natureza mercantil: concebem a redução da pobreza como um bom negócio e transformam o cidadão portador de direitos e deveres sociais um consumidor tutelado, por meio de transferência direta de renda. E a seleção, para que os indivíduos e famílias participem desses programas, subordina-se a critérios técnicos definidos *ad hoc*, a depender do Governo de plantão e do tamanho do ajuste fiscal – uma operação ideológica que despolitiza o conflito distributivo.

E continuam

A política social é a contraface do ajuste fiscal, isto é, dos elevados superávits primários defendidos desde o segundo Governo Cardoso e que o Governo Lula manteve, estabelecendo metas ainda mais elevadas. Na realidade, o conteúdo da política social do Governo é anterior, apesar dos discursos em contrário, que tentam diferenciá-la

---

<sup>263</sup> FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. Op. Cit. 261.

<sup>264</sup> FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. Idem 263.



apresentando-a como uma política articulada a medidas de natureza estrutural de combate à pobreza.

Concluem que a política social é *assistencialista* porque o modelo do Governo Lula articula de forma precária e marginal a massa pauperizada e desorganizada, por meio de políticas sociais focalizadas quando se sabe que quem mantém o controle do Ministério da Fazenda e do Banco Central exigindo a independência do mesmo é o capital financeiro.

Uma comparação entre as referidas políticas assistencialistas e as políticas a serem implementadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, poderia fazer com que os autores supra mencionados defendessem a ocorrência do mesmo fenômeno também no setor da pesca artesanal. Tal afirmação não pode ser realizada por intermédio do presente trabalho.

## Seção2. Pressupostos metodológicos do estudo de caso como ilustração para caracterização do impasse

Os argumentos mais importantes da tese serão retirados de duas pesquisas realizadas, uma delas a partir de uma construção metodológica, longe de uma pesquisa científica no campo da Economia, mas com possibilidades de análise de certos dados e elementos, misturando elementos do Direito e da Economia, mas que, para serem precisos do ponto de vista da cientificidade tradicional, carece de precisão por carregar elementos políticos e ideológicos que afetam o resultado da análise e outra realizada a partir do método proposto por José Henrique de Faria, a partir de entrevistas construídas no sentido de apanhar os aspectos da prática do Cooperativismo e das ações da Universidade e do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Em relação às duas pesquisas, vários indicadores afetam seus resultados, a partir da análise da teoria crítica e encontramos presentes na presente produção acadêmica dentre eles:

1) a opinião do pesquisador, que também foi coordenador de um projeto que aborda elementos presentes na tese e teve experiências pessoais no decurso do mesmo, que evidentemente afetam o resultado final pretendido;

2) a *amostra* analisada, que embora represente parcela relevante do tema abordado, não tem condições de comprovar totalmente o alegado servindo de indicativo para uma pesquisa posterior, com maior precisão nos tópicos a serem analisados.

Segundo Marília Ramos, marco teórico da primeira pesquisa, para realização de pesquisa sobre política ou programa social, é necessário a abordagem de uma série de aspectos conceituais e metodológicos para sua avaliação dentre eles:

- a) conhecer com detalhe o programa avaliado, objetivos e gama de dados sobre o que se pretende analisar;
- b) separar os grupos que serviram de base da pesquisa em grupos atingidos ou grupo experimental e grupos não atingidos ou grupo de controle, caracterizando o universo dos respectivos grupos;

c) abordagem de aspectos que influenciem na política ou programa social que não dizem respeito a mesma mas que, tangencialmente, influenciam seus resultados; d) trabalhar com grupos separáveis para comparar os resultados entre grupo experimental e grupo de controle<sup>265</sup>.

A partir dos elementos apresentados pela autora, a primeira pesquisa foi realizada da seguinte forma: a partir de informações acerca do Programa do Ministério da Pesca, que inclui o Cooperativismo e Economia Solidária como *métodos necessários para comercialização*, se retiram os indicadores para comparação.

São eles: **participação no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**, coordenado pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento para entrega de pescados ao fome-zero, **participação no programa do Ministério do Desenvolvimento Social**; **participação do Programa de formação de estoque** coordenado pela mesma companhia e Ministério; **participação no projeto para construção de entrepostos e aquisição de equipamentos**, coordenado pelo Ministério da Pesca; **participação no projeto para construção das fábricas de gelo**, mesmo Ministério de coordenação; ainda, **participação no projeto Rede de Comercialização**, executado pela Universidade Federal de Rio Grande.

A região engloba empreendimentos da região do extremo sul do Brasil, **Municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Arroio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.**

O público alvo da análise são as entidades que representam um universo de mais de 700 famílias, sendo que a partir dos dados do Ministério da Pesca a partir da emissão do RGP o universo de pescadores artesanais é de 8.500 pescadores (lembrando que os dados das colônias são 15.000 pescadores), ou seja, nossos dados abordam o caso de menos de 10% dos pescadores existentes na região.

Ocorre que, os referidos programas beneficiam um universo de pescadores artesanais já que o peixe do *fome zero* vai para suas família também, bem como os demais pescadores utilizam as fábricas de gelo, entrepostos, caminhões, ou se beneficiam pelo

---

<sup>265</sup> RAMOS, Marília. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais *in* Revista Planejamento e Políticas Públicas. Jan-Jun 2009. Brasília: Instituto de Pesquisas Avançadas, 2009, p.95-114.

preço que o pescado comercializado pela cooperativa atinge, qual seja, entre R\$ 2,00 reais e R\$ 2,50, enquanto nas condições normais de venda, é vendido a R\$ 1,30 ao atravessador.

Segundo diversos relatos que serão apresentados posteriormente, antes de 1998 - Governo Olívio Dutra (1998-2002) não existia política pública para pesca artesanal tão somente sua organização em Colônias de Pescadores, política realizada pelo Governo de Getúlio Vargas, na primeira metade do séc. XX.

Uma das atribuições para sobrevivência dos pescadores artesanais até os anos 90 é o fato da Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim possibilitarem grande *esforço* de pesca, elemento que hoje entra em crise, quando as Lagoas não suportam o referido *esforço* e a sustentabilidade é um dos elementos de falta de viabilidade econômica no setor.

Não se tem dúvida que o resultado pretendido com a política social realizada pelo Governo Federal seja organizar os trabalhadores através do Cooperativismo Popular para organização das cooperativas e associações que possam garantir a autonomia do pescador em relação ao atravessador.

Da mesma forma, utilizar a Economia Solidária para prática do *comércio justo* entre os empreendimentos, no mesmo sentido. Ocorre que, da forma com que vem sendo praticada, a *prática e processo* estabelecidos encontram limites que queremos evidenciar.

Utilizando a metodologia de Marília Ramos, separou-se os grupos pesquisados em grupos atingidos pelos programas sendo eles: APESMI/Rio Grande, COOPANORTE/São José do Norte, PORTO/Santa Vitória do Palmar, APEVA/Santa Vitória do Palmar, CECOV/São José do Norte, LAGOA VIVA/Pelotas, COOPESCA/ São Lourenço do Sul, PESCADORES DO HERMENEGILDO/Santa Vitória do Palmar e COOPESI/Arroio Grande; de outro lado, os grupos ainda não atingidos ou parcialmente atingidos pelos programas sendo eles: APACIM/Ilha dos Marinheiros-Rio Grande, APAAC/Praia do Cassino-Rio Grande, CAPIVARAS/ São José do Norte, APEARTE/Ilha da Torotama/Rio Grande, PESCADORES DA CAPILHA/Rio Grande e COOPEPAC/Rio Grande.

Uma ressalva importante que a autora faz é que estudos baseados em métodos quase-experimentais trazem dúvidas quanto à credibilidade da pesquisa empírica na Economia. Isto ocorre porque é praticamente impossível controlar adequadamente todas as variáveis relevantes<sup>266</sup>.

---

<sup>266</sup> RAMOS, Marília. Op. Cit. 265.

Na segunda pesquisa ou estudo de caso para ilustração do impasse presente na tese, o autor aplicou um questionário entre consultores, técnicos, dirigentes, lideranças, cooperados e pescadores artesanais, nos limites da base territorial dos Municípios do entorno da Lagoa Mirim e Estuário da Lagoa dos Patos, tendo como intuito a comprovação das alegações teoricamente afirmadas.

Foram realizadas 10 entrevistas, entre técnicos e pescadores, e que num primeiro momento pode ser considerado um pequeno universo para que se tenha uma amostra *confiável* para que o resultado a que se pretende atingir se atingido. Entretanto, se tratam de pessoas escolhidas dentro as lideranças dos pescadores de representatividade local, todos com mais de 20 anos de experiência na pesca artesanal e pelo menos 10 anos de caminhada nos movimentos de organização de pescadores, representatividade reconhecida dentre os pescadores e autoridades estatais ou universitárias, participantes de fóruns de representação e alguns delegados por mais de uma vez nas conferências locais, estaduais e nacionais da Pesca, realizadas pelo Governo Federal.

Quanto aos técnicos, foram entrevistados consultores de formação na Pedagogia, Biologia, Direito e Pedagogia, com experiências diversas e unidos durante o ano de 2009 por intermédio do projeto “Incubação de Rede de Comercialização de Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul”, desenvolvido pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal de Rio Grande, sob a coordenação do autor da tese.

Teve-se o cuidado de realizar as entrevistas depois de encerrado o projeto para que os pescadores não entendessem as perguntas ou a iniciativa dos estudos da tese como uma das finalidades do projeto ou que os pescadores se sentissem objeto de pesquisa durante a vigência de atividades de sua formação ou organização, cuidado que a equipe como um todo teve, em respeito aos princípios éticos que compõem uma atividade de extensão universitária.

As entrevistas se completam com relatos, falas, intervenções e manifestações dos pescadores durante o decurso do projeto, anotadas pelo autor da tese e consultores e bolsistas do projeto, que serão utilizadas como ilustração e dados de confirmação dos argumentos que são evidenciados em especial nas respostas dos questionamentos.

A área de abrangência do projeto e dos pescadores entrevistados compreende os Municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas, Arroio Grande, Jaguarão, São José do Norte, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar.

O principal objetivo das entrevistas era compreender em que medida o denominado Cooperativismo Popular, na forma como vem sendo desenvolvido através de experiências empreendidas por organizações não governamentais ou pelo próprio Estado, em especial o Governo Federal, são frutos de uma política social do presente Governo e não uma organização espontânea dos pescadores artesanais, e pode-se afirmar, da classe trabalhadora como um todo.

O modelo é indutivo e parte das políticas sociais fundamentadas em antigas teses de diversos intelectuais do Partido dos Trabalhadores e outros Partidos de Esquerda do Brasil, refletindo acerca de experiências capitalistas e não-capitalistas de alternativas ao desemprego e a miséria, pragmatizadas no caso concreto analisado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e executado pela Universidade Federal de Rio Grande através do seu Núcleo anteriormente mencionado.

Assim, passa pelo objetivo geral da pesquisa observar e registrar os limites do Cooperativismo Popular na região sul do Rio Grande do Sul, modelo já pioneiro no país, que até o presente momento, teoricamente fundamentado – tendo como principal teórico Paul Israel Singer – além de frágil, é um modelo que não supera a condição de dependência do trabalhador pescador, acabando por desenvolver uma espécie de dependência dos pescadores artesanais às políticas sociais governamentais que, embora contribuam na condição de manutenção de renda e trabalho, ainda não possibilitaram a autonomia coletiva.

Ainda que se perceba mudanças na subjetividade dos trabalhadores, em especial na organização em cooperativas das comunidades pesqueiras pelo envolvimento com o Cooperativismo Popular, inserido na política da Economia Solidária na região Sul do Rio Grande do Sul e pela configuração da denominada Economia Popular, não foi possível observar maiores potencialidades da política social, ante ao recorte da tese, interesse muito grande do pesquisador da presente análise, motivo principal de sua frustração do ponto de vista dos anseios políticos e sociais que o mesmo sempre teve no que tange o desenvolvimento humano ante a autonomia coletiva enquanto utopia a ser atingida.

Num primeiro momento, em decorrência da formação dos marcos teóricos e elaboração das primeiras partes da tese, o trabalho de campo ficou nos limites da realização do projeto que extrapola o objeto da presente tese chegando, nos seus dois últimos meses de execução, as conclusões apresentadas no presente trabalho.

Os meses de janeiro à setembro de 2009 serviram para o levantamento de estudos e pesquisas realizadas dentro do tema e aprofundamento no conteúdo do texto da tese com a sistematização dos estudos e pesquisas já realizadas, cotejando os conteúdos já escritos e elaborados.

Nos meses de outubro e novembro de 2009 ocorreu a observação e construção dos principais argumentos da tese, bastante calcados no real concreto ou no tatear do real concreto ante a reconhecida falta de formação econômica do autor da tese, elemento que faz com que as observações se tornem bastante empíricas entretanto de uma riqueza incomensurável do ponto de vista do registro, com possível análise mais apurada em trabalhos posteriores.

A aplicação do questionário, a sistematização dos resultados do questionário em cima dos pressupostos teóricos já levantados foi realizada nos meses dezembro de 2009, já no encerramento das atividades do projeto.

A metodologia da pesquisa foi a descritivo-qualitativa, utilizada anteriormente pelos professores da Universidade Federal do Paraná, no Município de Matinhos/PR, José Henrique de Faria e Francis Kanashiro Meneghetti, e obteve êxito nos resultados, especialmente quanto a aceitação dos pescadores, análise do material coletado e divisão de entrevistas em registro de intervenções em atividades coletivas e conversas individuais, quando se observava aspectos da realidade que apareciam nas falas em grupo, mas que não apareciam nas falas individuais, ou vice e versa.

A confiança dos pescadores, especialmente no que tange a fluência nas respostas e total sinceridade na expressão de sua mais fiel opinião se deu pelo processo de confiança dos mesmos no pesquisador, na medida em que os temas das questões foram debates que ocorreram durante as 5 reuniões regionalizadas da Rede (fórum de discussão e debate para constituição da comercialização entre as entidades de representação da pesca artesanal), ocorridas nos Municípios de Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e

novamente Rio Grande, quando se avaliou e encerrou o projeto na sua gestão no ano de 2009.

O método proposto para realização da pesquisa é o estudo de caso *ex-post-factum* seccional, com avaliação longitudinal e valer-se-á de abordagem descritivo-qualitativa, também desenvolvido na pesquisa já mencionada.

As comunidades em que o Projeto se realizou foram: COOPERATIVA LAGOA VIVA – Cooperativa de Pescadores de Pelotas; COOPESCA – Cooperativa de Pescadores Artesanais de São Lourenço do Sul; COOPESI – Cooperativa de Pescadores Artesanais de Santa Isabel/Arroio Grande; COOPANORTE – Cooperativa de Pescadores Artesãos de São José do Norte; Cooperativa dos Pescadores do Parque Coelho; Associação de Pescadores da Vila Anselmi; Associação de Pescadores da praia do Hermenegildo; Associação de Pescadores da Capilha; APEPEJA – Associação dos Pescadores e Pescadoras Nossa Senhora dos Navegantes de Jaguarão; APESMI – Associação de Pescadores da Vila São Miguel – Rio Grande; Associação dos Pescadores de Santa Vitória do Palmar.

Assim, foram entrevistados consultores e técnicos da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, uma monitora da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL e uma liderança política da região, todos com experiência em atividades relacionadas a organização de grupos na pesca artesanal.

Também foram entrevistadas lideranças de pescadores artesanais organizados em Cooperativas e Associações da APESMI – Associação de Pescadores da Vila São Miguel – Rio Grande, do CECOV – Centro Comunitário de Pescadores da Várzea, Associação de Pescadores da Vila Anselmi, da APAAC – Associação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores da Praia do Cassino e APEPEJA – Associação dos Pescadores e Pescadoras Nossa Senhora dos Navegantes de Jaguarão.

Ainda, foi entrevistada uma liderança ligada a Pastoral do Pescador, entidade de representação no Movimento Social desde os anos 70, responsável pelas primeiras organizações de movimento de pescadores na região, fundamental para colaborar nos argumentos da presente tese, a partir da crítica dos próprios pescadores com experiência de mais de 40 anos na atividade.

Para enriquecimento dos argumentos foram registradas as falas de lideranças e pescadores da COOPERATIVA LAGOA VIVA – Cooperativa de Pescadores de Pelotas,



COOPANORTE – Cooperativa de Pescadores Artesãos de São José do Norte, Associação de Pescadores da Vila Anselmi e Associação de Pescadores da praia do Hermenegildo.

## **CAPÍTULO 2. ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO E OS LIMITES DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO NA PESCA ARTESANAL NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

Seção 1. Pesquisa de campo 1: os elementos caracterizadores dos limites na organização do Cooperativismo Popular e Economia Solidária

Vejamos como fica a tabela pretendida para análise:

### **ATINGIDOS PELOS PROGRAMAS DO MPA**

<b>GRUPOS / PROGRAMAS</b>	<b>PAA / Fome Zero</b>	<b>Const. Entrepastos</b>	<b>Formação de Estoque</b>	<b>Fábricas de Gelo</b>	<b>Incubação para Comerc.</b>
<b>APESMI</b>	Participa	Participa	participa	Não participa	participa
<b>COOPANORTE</b>	Não participa	Participa	Não participa	Participa	Participa
<b>PORTO</b>	Não participa	Participa	Não participa	Participa	Participa
<b>APEVA</b>	Participa	Participa	Participa	Participa	Participa
<b>CECOV</b>	Participa	Participa	Não Participa	Participa	Participa
<b>COOPESCA</b>	Participa	Participa	Participa	Participa	Não Participa <sup>267</sup>
<b>LAGOA VIVA</b>	Participa	Participa	Participa	Participa	Participa
<b>HERMENA.</b>	Não participa	Participa	Não participa	Não participa	Participa
<b>COOPESI</b>	Não participa	Participa	Não participa	Participa	Participa

Fonte: criação do próprio autor.

### **NÃO ATINGIDOS OU PARCIALMENTE ATINGIDOS PELOS PROGRAMAS DO MPA**

<b>GRUPOS /</b>	<b>PAA / Fome</b>	<b>Const.</b>	<b>Formação de</b>	<b>Fábricas de</b>	<b>Incubação</b>
-----------------	-------------------	---------------	--------------------	--------------------	------------------

<sup>267</sup> O grupo não participa da Rede desde 2008.

PROGRAMAS	Zero	Entrepósitos	Estoque	Gelo	para Comerc.
<b>APACIM</b>	Pescadores participam com talão do produtor, mas individualmente	Quer caminhão	Pescadores participam com talão do produtor, mas individualmente	Não participa	Participa
<b>APEARTE</b>	Pescadores participam com talão do produtor, mas individualmente	Quer caminhão	Pescadores participam com talão do produtor, mas individualmente	Quer Participar	Participa
<b>CAPIVARAS</b>	Não participa	Não quer o programa	Não participa	Política pública para 2010	Participa
<b>APAAC</b>	Não Participa	Quer Tanques de camarão	Não participa	Não participa	Participa
<b>APEPEJA</b>	Não Participa	Quer utilizar os entrepostos da Rede	Não Participa	Não Participa	Participa

**Fonte: criação do próprio autor.**

A partir das observações no decurso da execução do projeto anteriormente citado, alguns dados importantes para nossa análise, que pescadores mais antigos e consultores da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, além de consultores dos projetos anteriores, salientam para uma possibilidade de viabilidade da rede de comercialização:

1) A APESMI – Rio Grande, que participa de todos os programas atualmente está limitada ao acesso dos mesmo devidos a dívidas contraídas de projetos anteriores e pela má gestão do empreendimento (dado que será observado na entrevista de seu dirigente);

2) Os grupos APEARTE, APACIM e COOPEPAC – Rio Grande, são grupos de pescadores que, embora em processo de viabilização (até mesmo pela sua recente regularização enquanto registro em Cartório, fundação, etc.), participam dos programas de forma incidental, entregando talões do produtor de seus membros para viabilização dos

negócios da APESMI, bem como entregando o peixe para venda a ser realizada pela mesma;

3) Assim, *construir entrepostos* nos quatro empreendimentos pode ser uma total imprudência vez que não existe demanda para tamanho investimento por diversos fatores, dentre eles o mais determinante, qual seja a sustentabilidade ambiental da Lagoa dos Patos;

4) Os dois grupos e Santa Vitória do Palmar, Associações dos pescadores do PORTO e da Vila Amselmi – APEVA precisam articular suas ações de forma planejada porque já possuem entrepostos construídos, embora ainda necessários alguns trabalhos para encaminhamento das obras para sua conclusão, mas percebe que a demanda para utilização dos mesmos é pequena, uma das razões que os projetos estão com dificuldade de realização; outra razão também é a sustentabilidade ambiental da Lagoa Mirim;

5) O Governo Federal, através do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, financiador da maioria dos projetos, alguns em parceria com os demais órgãos de governo e entidades internacionais, quer dar andamento a demandas, como é o caso da produção de *anchoita* (determinado peixe pequeno, a ser capturado no Oceano, com alto teor protéico, com viabilização de estudos sendo realizados pela Estação Marinha de Aquicultura – EMA/FURG em parceria com o Peru e Noruega), construção de fábricas de gelo, tanques para cultivo do camarão, manutenção do subsídio do óleo diesel e comercialização de pescados. Todavia, os grupos não estão preparados para participação nos referidos projetos do programa ou mesmo para ter acesso ao crédito, que muitas vezes, parece ser a saída da situação de pobreza e miséria em que se encontram, mas a sua má utilização acarreta dificuldades ainda maiores e, na maioria das vezes, culmina na inviabilização do grupo;

6) Tais dados se comprovam através do nível de endividamento, desorganização, falta de preparação para administração e pelas experiências negativas dos projetos anteriores até mesmo pela saída da Rede de Comercialização do grupo que ficou responsável pela comercialização, no projeto de comercialização do ano de 2008, representante da COOPESCA (única anotação de não participação no projeto *Rede*);

7) Em alguns empreendimentos, como no caso da COOPESI – Município de Arroio Grande, está construído desde o Governo Olívio Dutra o maior de todos os entrepostos dos grupos, entretanto, além de não ter ainda conseguido a licença de comercialização federal no serviço de inspeção federal - SIF, não tem pescado suficiente para comercializar ante o tamanho da estrutura que possui.

Propôs, durante o ano de 2009, parceria com a Associação de Pescadores de Jaguarão e com o Sindicato de Jaguarão mas o grupo APEPEJA não quis a parceria porque percebeu que poderia comercializar com COOPESI, mas sem desenvolver o seu selo próprio de comercialização, ou seja, seria alvo de ação similar a dos *atravessadores*, só que agora, uma Cooperativa nesta condição.

A saída das entidades governamentais municipais foi a criação de uma Cooperativa em Jaguarão, *de cima para baixo*, para comercializar com a COOPESI – Arroio Grande, sendo que a finalidade da entidade criada não está de acordo com os princípios do Cooperativismo mas com a demanda de comercialização com e para outra entidade. Nítido elemento do *dirigismo*, neste caso, municipal;

8) A APAAC – Praia do Cassino – Rio Grande, se viabilizou depois do Curso de Formação e gestão de camarão em tanques, realizado pela Estação Marinha de Aqüicultura – EMA/FURG. Seu objetivo é a atividade de cultivo de camarão desde a sua criação e os pescadores se organizaram em torno da demanda, após a segunda inviabilidade da safra devido ao excesso de chuvas;

9) A COOPANORTE, outro grande entreposto construído durante o Governo Olívio Dutra, era um projeto capitaneado no município pelos representantes do PMDB, especialmente daqueles que tinham transito no Governo Estadual referido. Quando o Município passou a ser administrado pelo PSDB, o prefeito declarou que a pesca artesanal e a agricultura não eram prioridades de seu governo. Desde então, a burocracia municipal, no que tange as diversas licenças para atividades, inviabiliza o desenvolvimento do grupo.

Seção 2. Pesquisa de campo 2. Análise das entrevistas com os atores da pesca artesanal: registros dos técnicos, consultores, liderança política da região, pescadores artesanais e lideranças de cooperativas e associações

Ao longo da experiência com a convivência com os pescadores artesanais da região foi possível perceber avanços na luta dos trabalhadores e apontamento para caminhos de futuras caminhadas rumo a luta política: as experiências dos pescadores da recém fundada APEARTE – Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama, algumas que cabe o registro:

- 1) os embates políticos que se travam em contraposição ao governo municipal e a não realização das políticas necessárias para o exercício da atividade na região;
- 2) o reforço da *Rede* com a experiência dos pescadores da APAAC – Associação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores da Praia do Cassino;
- 3) o nível de politização dos pescadores da APESMI – Associação de Pescadores da Vila São Miguel Rio Grande, demonstrado no tratamento e encaminhamento político nas demandas da categoria;
- 4) Da mesma forma, nos Municípios de Pelotas e Santa Vitória da Palmar, através dos pescadores e pescadoras da COOPERATIVA LAGOA VIVA – Cooperativa de Pescadores de Pelotas e Associação dos Pescadores Artesanais da Vila Anselmi, no suprimento das demandas e necessidades dos pescadores artesanais vivem uma progressiva positividade, especialmente no campo político.

O problema está na viabilidade econômica dos grupos.

Por outro lado, a tendência dos problemas decorrentes do um possível *dirigismo estatal* que não levou em conta o denominado *tempo de desenvolvimento e maturidade* do grupo para comercialização, é se repetirem especialmente na Comunidade dos pescadores

Capivaras, quando a política do Governo Federal se repete quanto ao acesso ao crédito para fábrica de gelo e construção de entrepostos.

Da mesma forma, na comunidade da Barra do Chuí – Município de Santa Vitória do Palmar, alguns trabalhadores voltaram-se para pesca artesanal pela proximidade que o Governo Municipal possui de representantes do Governo Federal, na perspectiva de melhoria da condição de vida, independentemente de serem pescadores de fato. Por outro lado, cabe ressaltar que as políticas públicas do Governo Federal atingem seu objetivo de forma mais eficaz no referido Município, e ali são aperfeiçoadas pelas políticas públicas locais, tendo representantes no Executivo Municipal com vasta experiência na extensão rural em geral.

Isso faz do Município uma experiência diferente daquelas analisadas em geral.

As perguntas do questionário aplicado foram as seguintes:

1. Em que medida a política de cooperativismo realizada na região pesquisada respeita os princípios do denominado Cooperativismo Popular, quais sejam, adesão livre e voluntária, gestão democrática, intercooperação, interesse pela comunidade, educação para o cooperativismo, participação econômica dos membros e independência financeira?
2. Em que medida transgride os denominados princípios desrespeitando a autonomia dos cooperados?
3. Nas experiências de organizações de seu conhecimento a partir de quando foi aportado recurso público e o que se modificou nas relações depois da entrada do referido recurso?
4. Em que medida os cooperados e associados dependem da política executada pela Universidade ou outra entidade, financiada externamente? Qual a quantidade de recurso aportado e o que foi feito com ele?
5. Quais os limites e potencialidades da denominada identidade dos cooperados e associados no cooperativismo popular implementado pela FURG/MPA?
6. Qual o nível de confiança no grupo, processo de incubagem ou orientação política da política pública implementada e realizada pela Universidade?
7. Na sua opinião, o Cooperativismo Popular faz parte do Movimento Social?
8. O Cooperativismo Popular Brasileiro pode mudar as relações existentes ou transformar o capitalismo?

Os **resultados esperados** com as respostas das perguntas da entrevista são os seguintes (note-se que a pergunta segue para melhor compreensão das suas respostas):

- 1) *Em que medida a política de cooperativismo realizada na região pesquisada respeita os princípios do denominado Cooperativismo Popular, quais sejam, adesão livre e voluntária, gestão democrática, intercooperação, interesse pela comunidade, educação para o cooperativismo, participação econômica dos membros e independência financeira?*

A resposta da *questão 1* tem o condão de observar o conhecimento do entrevistado acerca dos princípios do cooperativismo, vínculo das práticas com os princípios ou aderência dos mesmos nas relações dos grupos e se a política pública respeita os princípios denominados.

- 2) *Em que medida transgride os denominados princípios desrespeitando a autonomia dos cooperados?*

A resposta da *questão 2* visa observar as possibilidades de transgressão dos referidos princípios, seja pelos cooperados ou pelas entidades governamentais que financiam as ações no Cooperativismo Popular, dando ênfase no princípio da autonomia dos grupos.

- 3) *Nas experiências de organizações de seu conhecimento a partir de quando foi aportado recurso público e o que se modificou nas relações depois da entrada do referido recurso?*

A resposta da *questão 3* tem a finalidade deveria trazer à baila o tempo de financiamento do Cooperativismo Popular na pesca artesanal ou movimento dos pescadores e modificação do cotidiano dos mesmos ante as políticas públicas.

- 4) *Em que medida os cooperados e associados dependem da política executada pela Universidade ou outra entidade, financiada externamente? Qual a quantidade de recurso aportado e o que foi feito com ele?*

Em relação a resposta da *questão 4* espera-se observar a consciência do entrevistado a respeito do nível de dependência dos pescadores artesanais das políticas sociais desenvolvidas.

- 5) *Quais os limites e potencialidades da denominada identidade dos cooperados e associados no cooperativismo popular implementado pela FURG/MPA?*



Acerca da resposta da *questão 5* procurava-se retirar os limites e potencialidades, de forma espontânea, das ações governamentais.

- 6) *Qual o nível de confiança no grupo, processo de incubagem ou orientação política da política pública implementada e realizada pela Universidade?*

A resposta da *questão 6* visa observar o nível de confiança dos cooperados ou associados no grupo, no processo de incubagem e orientação da política pública, mais especificamente, se acreditam que as referidas ações terão êxito (*se darão certo*).

- 7) *Na sua opinião, o Cooperativismo Popular faz parte do Movimento Social?*

A resposta da *questão 7* tem a finalidade de apreender dos entrevistados suas opiniões sobre o Cooperativismo Popular enquanto Movimento Social ou resultado de política governamental, ainda, sobre a espontaneidade do Cooperativismo na base.

- 8) *O Cooperativismo Popular Brasileiro pode mudar as relações existentes ou transformar o capitalismo?*

Em relação a resposta da *questão 8* espera-se observar, também espontaneamente, o nível de politização do entrevistado e consciência da condição de organização sob o capital e se é possível, na opinião do entrevistado, buscar sua modificação ou transformação do modo de organização.

A **escolha dos entrevistados**, que acabam por formar um conjunto heterogêneo tem a seguinte explicação: dentre os técnicos e consultores da Universidade, foram escolhidos duas consultoras, uma que trabalhou com a formação dos grupos, Sra. KAREN LOSE, doravante denominada KAREN, e outra que cuidou da regularização dos empreendimentos, Sra. EUGENIA ANTUNES DIAS, doravante denominada EUGENIA, visando observar a realidade de aprendizagem e ao mesmo tempo as dificuldades de organização, sob o viés político e social.

A terceira entrevistada não é consultora da Universidade Federal de Rio Grande, mas da Universidade Católica de Pelotas, Sra. SOLAINE GOTARDO, doravante denominada SOLAINE, o que significa que ela poderá funcionar como uma espécie de controle em relação as duas primeiras e parâmetro das políticas sociais desenvolvidas fora

da realidade da Universidade em que estão centradas as ações governamentais (execução das mesmas) do caso observado.

O quarto entrevistado, prefeito em exercício do Município de Santa Vitória do Palmar, Sr. EDUARDO MORRONE, doravante denominado MORRONE, administrador de um dos Municípios atendidos pelo projeto de organização no Cooperativismo e Economia Solidária através do projeto *Rede*, também pode compor o denominado grupo de controle (ao lado da monitadora da UCPEL). Ainda, o referido Município atua nas políticas públicas para pesca artesanal e sempre esteve engajado nos movimentos de pescadores e, portanto, suas respostas servem como comparativo em relação aos Municípios em que a política local não contribui na organização da pesca artesanal.

No universo dos entrevistados pescadores artesanais o critério foi a escolha de um grupo experiente, com caminhada na organização do movimento popular e exercício de papel de liderança dentro de suas representações.

Assim, existem entrevistas com pescador de água salgada (Oceano) – Sr. LUIS CARLOS PEREIRA, doravante denominado CARLINHOS da APAAC, região estuarina (água salgada e doce) – Sr. LOREDI VINAGRE BORGES, doravante denominado LOREDI – APESMI e Sra. CINELANDE BORGES CAMINHA, doravante denominada CINELANDE – CECOV, água doce (Lagoa Mirim e Lagoa Mangueira) – Sra. ROSELEN TERMEZANA, doravante denominada ROSELEN e o Sr. ELMO VINAGRE FRANCO, doravante denominado ELMO, pescador artesanal há mais de 40 anos, não participante das organizações cooperativas mas da Pastoral da Pesca, movimento que se tem como primeiro motivador da organização dos pescadores artesanais na região. De certa forma, o último entrevistado também pode funcionar como controle em relação à o denominado grupo experimental.

Os **resultados obtidos** foram os seguintes (lembrando que a íntegra das respostas está no anexo):

*Em que medida a política de cooperativismo realizada na região pesquisada respeita os princípios do denominado Cooperativismo Popular, quais sejam, adesão livre e voluntária, gestão democrática, intercooperação, interesse pela comunidade, educação para o cooperativismo, participação econômica dos membros e independência financeira?*

KAREN	Os pescadores e a entrevistada conhecem os princípios mas a entrevistada critica o exercício dos mesmos, especialmente por parte dos executores das políticas públicas.
EUGENIA	Entende que existe respeito aos princípios no plano propositivo, mas que a sua observação material de respeito fica prejudicada ainda que se tenha um esforço e intenção ao seu respeito.
SOLAINE	Entende que os projetos não garantem o <i>protagonismo</i> dos grupos e se faz necessária uma equitatividade entre a qualidade do trabalho e liberação do recurso público.
MORRONE	Responde que os princípios são incipientes nos grupos e que as políticas públicas fortalecem sua efetivação.
LOREDI	Entende que os princípios não existem nas ações estaduais e municipais (convém salientar que a associação representada por este entrevistado, APESMI, é da cidade de Rio Grande). Ainda, que os princípios são respeitados pelo Governo Federal muito mais pelas <i>pessoas</i> do que pelo Governo em si (cita os nomes de João Dias – Coordenador Federal da Pesca Artesanal junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, Adriane Lobo – Superintendente Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado do Rio Grande do Sul e Dirceu Lopes – atual Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura. Tal afirmação comprova o argumento de Luis Filgueiras e Reinaldo Gonçalves acerca do <i>personalismo</i> praticado pelo Governo Federal
CINELANDE	Entende que os princípios começam a ser respeitados no Governo Olívio Dutra e mantidos pelo Governo do PMDB. Que no Município a pesca artesanal e a agricultura não são prioridades, ditas pelo próprio Prefeito Municipal.
CARLINHOS	Responde que o Governo Federal colabora com a implementação dos princípios, mas isso não acontece nas outras esferas de governo (cabe ressaltar que o entrevistado foi o primeiro a ser abordado quando o entrevistador percebeu que a pergunta era genérica – a adaptação foi trocar a palavra <i>princípios</i> pela especificação de cada princípio, no corpo da pergunta).
ROSELEN	Responde que o princípio mais respeitado é o da gestão democrática, mas que existe um dirigismo estatal (a palavra utilizada foi “goela abaixo”) no Município quando cria uma Cooperativa de pescadores para atender os interesses da gestão pública. Tais respostas confirmam os argumentos de Karl Marx no discurso de <i>Gotha</i> – 1873 e Liana Maria da Frota Carleial, no artigo sobre cooperativismo popular e mecanismos de controle social.
ELMO	Destaca a falta de preparo dos pescadores artesanais no recebimento de recurso público. A falta de planejamento e não conhecimento acerca da administração de cooperativas são problemas levantados pelo entrevistado.

*Em que medida transgride os denominados princípios desrespeitando a autonomia dos cooperados?*

KAREN	A entrevistada respondeu que existe uma certa incompreensão da cultura popular por parte da assessoria, que afeta a autonomia dos grupos; da mesma forma, a Universidade atinge a autonomia e desrespeitada os grupos nas suas ações; os financiadores, no sentido de ajudar e utilizar os recursos com rapidez, executam políticas de <i>cima para baixo</i> .
EUGENIA	A resposta foi no sentido de que a adesão dos associados é muito mais por necessidade e sobrevivência do que por compreensão no que significa o cooperativismo, no sentido da adesão livre. Quanto a gestão democrática, existe dirigismo realizado pelas entidades de apoio e financiadores, bem como dirigismo interno, exercido pelas lideranças. A independência financeira é inviável em primeiro lugar porque o aporte de recurso público para pesca artesanal é ínfimo diante do que se destina à pesca industrial, o que inviabiliza os pequenos pescadores bem como contribui na degradação ambiental. Ainda, os projetos não são construídos pelos pescadores e a gestão financeira do empreendimento é da assessoria. Nas reuniões, por vezes ocorre uma certa intimidação para permanência de políticas, no sentido de controlar a ação dos grupos.
SOLAINE	Entende a entrevistada que as ações externas e da assessoria não chega ao desrespeito para com os grupos, mas falta de diálogo. Ilustra que em Pelotas o Município queria cooperativas para reciclagem e os grupos acabaram se formando pela demanda municipal e não pelo cooperativismo em si.
MORRONE	Entende o entrevistado que a presença dominadora dos industriais, por muitos anos, no setor pesqueiro (sobre o tema Cesar Augusto Ávila Martins, na segunda seção da primeira parte) dificulta a mudança. Os pescadores artesanais ainda se mantêm no domínio econômico do processo de produção, beneficiamento e de comercialização capitalistas. Ainda, que as ONG's ou Universidade possuem entendimento diverso acerca da Filosofia do Cooperativismo Popular.
LOREDI	O entrevistado entende que falta autonomia e os grupos dependem das políticas públicas para administração dos grupos. Declara expressamente: <i>o Governo Federal organizou os grupos</i> (um forte argumento para a observação do dirigismo – Liana Carleial, Cooperativismo Popular e controle social).
CINELANDE	A entrevistada responde que o Governo Federal respeita os grupos, mas que as outras esferas de poder <i>não dão bola para pesca</i> .
CARLINHOS	A resposta do entrevistado foi no sentido de que sozinho o pescador não é respeitado. Para ele não se pode perceber a interferência, ao menos em seu grupo, mas que o Governo deve

	atender a vontade do grupo.
ROSELEN	Entende a entrevistada que a autonomia é respeitada por parte do Governo Federal, mas que o Município, quando cria a Cooperativa, impõe o Cooperativismo.
ELMO	A resposta foi no sentido de que o recurso público para organização das cooperativas não respeitou mudanças no processo de trabalho, na honestidade dos dirigentes e mesmo na desconfiança dos pescadores (alega que o pescador é desconfiado).

*Nas experiências de organizações de seu conhecimento a partir de quando foi aportado recurso público e o que se modificou nas relações depois da entrada do referido recurso?*

KAREN	Responde que a o projeto <i>Rede</i> nasce com o RS Pesca, Governo Olívio Dutra e alguns projetos são encaminhados pelo Território da Cidadania, que financia algumas construções (entrepósitos). A finalidade do dinheiro público é tentar separar os pescadores dos seus intermediários, optando pela organização em relações solidárias e preço justo.
EUGENIA	Responde que o aporte financeiro tem início no RS Pesca do Governo do Estado (Olívio Dutra). Entretanto as construções restaram em <i>elefantes brancos</i> por desrespeito a leis sanitárias, urbanísticas e ambientais.
SOLAINE	Responde que na Católica de Pelotas veio recurso público durante o mandato de Germano Rigotto, no projeto <i>frentes emergenciais de trabalho</i> (projeto em que os trabalhadores recebiam inclusive durante a sua capacitação).
MORRONE	RS Pesca, Governo Olívio Dutra – 1999-2002. Ocorreu a primeira organização dos grupos na pesca artesanal que possibilitou parcerias locais.
LOREDI	Responde que o dinheiro chegou no projeto do estoque. Para ele, a falta de experiência na administração da agroindústria foi um grande problema.
CINELANDE	Responde que o dinheiro chega com o RS Pesca, em 2002, com a construção de banheiros públicos, Rede de Comercialização, decisões do orçamento participativo e manutenção dos programas mesmo no Governo do PMDB (note-se que atualmente o Governo Municipal do Município da entrevistada, São José do Norte, é administrado pelo PSDB). (Também importante notar a confirmação da tese de que no capitalismo atual, as políticas públicas podem advir de decisões com a participação popular, aprimorando a democracia).
CARLINHOS	O projeto para construção dos tanques para cultivo de camarão foi encaminhado no final de 2009 e aguarda resposta. Os servidores da Universidade de Rio Grande, junto a Estação Marinha de

	Aquicultura serão executores do projeto, ao lado dos pescadores. Aguarda aporte financeiro.
ROSELEN	Responde que sua entidade, como ainda não estava regularizada totalmente, não poderia ter acesso às políticas públicas, por enquanto.
ELMO	O dinheiro é aportado em 2002, Governo Olívio Dutra e o Governo Lula mantém o aporte. Entretanto, para o entrevistado os grupos só se mantêm com o recurso.

*Em que medida os cooperados e associados dependem da política executada pela Universidade ou outra entidade, financiada externamente? Qual a quantidade de recurso aportado e o que foi feito com ele?*

KAREN	Na resposta da entrevistada ênfase é dada a total dependência dos grupos da <i>Rede</i> – sob aspectos legais, contábeis, financeiros, formação – bem como se tem necessidade de dinheiro público até mesmo para pagar contas dos grupos. Ainda, dependem do dinheiro do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS
EUGENIA	A entrevistada afirma que todos os empreendimentos dependem totalmente do recurso público e que ele é oriundo do Governo Federal. Desconhece financiamentos na esfera estadual e sabe de subsídios municipais somente de Santa Vitória do Palmar. Ainda, a entrevistada faz comentários acerca do destino da verba do projeto Rede de 2009, quantificação para cada atividade (vide anexo).
SOLAINÉ	A entrevistada afirma que grupos surgem em função do projeto e não do Cooperativismo e isso depende da fragilidade de cada grupo.
MORRONE	O entrevistado respondeu que o distanciamento da Universidade dos grupos (distanciamento físico – 230km de Rio Grande até Santa Vitória do Palmar) bem como as férias escolares no período do defeso dificulta a realização das políticas executadas pela Instituição.
LOREDI	Na resposta do entrevistado aparece a dependência dos grupos em relação a Universidade, especialmente pelo não domínio da administração da agroindústria. Ainda, que o PAA atualmente melhora o preço do peixe e as entidades dependem da Universidade até mesmo para prestação de contas junto a CONAB.
CINELANDE	A partir da resposta da entrevistada percebe-se que também existe dependência do grupo com a Universidade pelo incentivo a participação de projetos e apresentação dos mesmos. Afirma que o trabalho da Universidade não pode parar (a referida resposta confirma a afirmação de outros pescadores, em comentários de outros capítulos, sobre a Universidade fazendo o papel da EMATER.

CARLINHOS	A resposta do entrevistado é no sentido de que o grupo depende da FURG. Já ganhou apoio para produção de camarão, mas agora precisa dos tanques.
ROSELEN	Na resposta da entrevistada aparece a dependência da Universidade ou do Ministério da Pesca e Aquicultura para o acesso às políticas sociais.
ELMO	Entende o entrevistado que os grupos dependem totalmente das ações da Universidade e que o pescador não tem condição de trabalhar. Precisa ainda de mais 2 anos de incubação, <i>com trabalho duro</i> .

*Quais os limites e potencialidades da denominada identidade dos cooperados e associados no cooperativismo popular implementado pela FURG/MPA?*

KAREN	Quanto aos limites, a entrevistada aponta a assessoria que não dá conta da demanda dos grupos. Em relação as potencialidades os projetos devem aproveitar o engajamento, disposição e consciência dos pescadores organizados em grupos para desenvolver o cooperativismo.
EUGENIA	Os limites se apresentam ante a falta de entendimento sobre o que é um cooperativismo anti-capitalista e ecológico. Já as potencialidades estão na riqueza da organização de um movimento que se encontra no seu início.
SOLAINÉ	A entrevistada desconhece a experiência da FURG-NUDESE mas afirma que os grupos procuram entidades como igrejas, sindicatos e ONG's para atenderem suas demandas, além do processo de incubação da Universidade.
MORRONE	Sem resposta.
LOREDI	A resposta do entrevistado é no sentido de que a potencialidade está na formação. <i>O pescador formado e informado, cobra atitudes</i> . Entretanto é preciso autonomia para comercialização e a Universidade contribui com a parte técnica e aqui se apresentam os limites. Também, o Governo Federal não atende as reclamações da pesca artesanal e suas sugestões, vide a experiência com o subsídio do óleo diesel às empresas de pesca (resultados negativos para sustentabilidade ambiental).
CINELANDE	Uma grande potencialidade foi a instalação de uma unidade do Ministério da Pesca dentro da cidade de Rio Grande fazendo com que a RGP (registro de pesca) fosse fornecido pelo Governo, livrando os pescadores das colônias. Não comenta limites.
CARLINHOS	Segundo o entrevistado a potencialidade está no incentivo que vai de encontro aos interesses dos pescadores. Os limites estão em fazer com que, no grupo, todos caminhem na mesma direção, ou na sua expressão, <i>puxem para o mesmo lado</i> .
ROSELEN	Segundo a entrevistada os pontos positivos são os cursos entretanto, pontos negativos no seu não planejamento

	regionalizado, levando em conta os interesses de cada comunidade.
ELMO	O ponto que deve ser focado o trabalho é a formação.

*Qual o nível de confiança no grupo, processo de incubagem ou orientação política da política pública implementada e realizada pela Universidade?*

KAREN	Na resposta da entrevistada está a percepção de alto nível de confiança no trabalho de extensão, mas carece aumento de ações efetivas nos grupos.
EUGENIA	A entrevistada respondeu que percebe alto nível de confiança no trabalho da extensão, mas que se a Universidade dá resposta a confiança depositada é outra questão.
SOLAINÉ	Na resposta da entrevistada está que o nível de confiança está aliado ao resultado: é um ponto de estrangulamento dos projetos.
MORRONE	O entrevistado respondeu que as comunidades com o trabalho realizado encontram-se em processo de reconhecimento e que a Universidade precisa adquirir experiência para que ocorra sintonia entre os técnicos e pescadores.
LOREDI	O entrevistado não respondeu
CINELANDE	Na resposta da entrevistada aparece que a confiança está diretamente ligada aos resultados e que a confiança nas lideranças passa pelos resultados. O trabalho da Universidade afeta o trabalho das lideranças. Atualmente o nível de confiança é alto.
CARLINHOS	O entrevistado respondeu que sem auxílio não dá e que a auto-estima do pescador está em jogo na confiança.
ROSELEN	Na resposta da entrevistada aparece que a confiança existe porque antes da Universidade não tinha nenhuma política de organização ao menos em Jaguarão.
ELMO	O entrevistado respondeu que o nível de confiança na Universidade é alto, mas que precisa ser garantido pelo processo de formação dos grupos.

*Na sua opinião, o Cooperativismo Popular faz parte do Movimento Social?*

KAREN	Responde que o Cooperativismo Popular é Movimento Social desde que construído pela base.
EUGENIA	Responde que em seu ideário é Movimento Social, mas falta autonomia, identidade e <i>bandeiras</i> (de luta) <i>claras</i> .
SOLAINÉ	Entende que o Cooperativismo Popular faz parte do Movimento Social porque não trabalha apenas com questões econômicas mas políticas, sociais e outras demandas.
MORRONE	Respondeu que Sim.
LOREDI	Sem resposta.
CINELANDE	Responde que sim e que os primeiros grupos que discutiam a pesca artesanal já não existem mais porque não tinha movimento. O Governo Olívio Dutra é um marco na organização. A luta comum



	é a superação do <i>atravessador</i> (vencer a batalha contra o <i>atravessador</i> ).
CARLINHOS	(note-se que na resposta que o entrevistado espontaneamente apresenta, praticamente elabora um conceito de cooperativismo popular e cooperativismo artesanal) o Cooperativismo Popular <i>é o conjunto de pequenas associações e cooperativas com base no trabalho buscando as necessidades populares</i> . Diferente das cooperativas industriais, <i>onde a indústria forma a cooperativa para explorar funcionários, seu lucro aumenta porque diminuem seus encargos</i> .
ROSELEN	Responde que é Movimento Social porque congrega pessoas de diferentes regiões, credos, raças, ou seja, na diversidade.
ELMO	(Única resposta contrária categórica): <i>Não é movimento, mas política de Governo. Movimento é a Pastoral da Pesca, que vem do povo e da base. O Cooperativismo começa no Governo Olívio Dutra e é mantido no Governo Lula</i> .

*O Cooperativismo Popular Brasileiro pode mudar as relações existentes ou transformar o capitalismo?*

KAREN	A resposta foi <i>o cooperativismo pode mudar as relações existentes mas o capitalismo não possibilita a distribuição igualitária de renda</i> .
EUGENIA	A entrevistada entende que de forma alguma o capitalismo pode ser transformado por uma única frente de organização, desapegada das demais bandeiras de luta, desarticuladas de outras frentes. Carece de reflexão, enfrentamento e desejo coletivo de mudança.
SOLAINÉ	A entrevistada observa para ocorrerem alterações no capitalismo é preciso mexer no entendimento, alterar as relações políticas. Se ela além das relações comerciais, se existe organização de associações de bairro, por exemplo, articuladas ao movimento cooperativista, começam as mudanças.
MORRONE	A resposta foi no sentido de que na luta dos pescadores, enfrentando as relações vigentes no capitalismo, as coisas podem mudar.
LOREDI	Sem resposta
CINELANDE	A resposta foi que se os grupos se organizam <i>direitinho</i> dá certo. Mas precisa de planejamento.
CARLINHOS	A resposta foi no sentido de que a união da massa de trabalhadores abala o capitalismo. Entende que o cooperativismo e o associativismo derivam do Socialismo.
ROSELEN	A resposta foi no sentido de que no coletivo as coisas mudam, mas não mudam individualmente.
ELMO	A resposta foi <i>que bom se o capitalismo pudesse ser mudado. Esse é meu sonho</i> . Entretanto, entende o entrevistado que o capitalismo só se modifica com a organização de classe, o que não acontece no

	cooperativismo.
--	-----------------

Os **resultados alcançados**, na avaliação do pesquisador, são os seguintes:

A resposta da *questão 1* tinha o condão de observar o conhecimento do entrevistado acerca dos princípios do cooperativismo, vínculo das práticas com os princípios ou aderência dos mesmos nas relações dos grupos e se a política pública respeita os princípios denominados. Tal realidade se confirma, os pescadores conhecem os princípios ou vivem os princípios ainda que não saibam seus nomes, mas percebem suas práticas.

As críticas mais contundentes vêm dos técnicos, especialmente no que tange ao dirigismo. Uma prova do conhecimento dos princípios é clamar por eles, na resposta da pescadora de Jaguarão com a denúncia da criação de uma Cooperativa que atenda o interesse da Administração local.

A resposta da *questão 2* visava observar as possibilidades de transgressão dos referidos princípios, seja pelos cooperados ou pelas entidades governamentais que financiam as ações no Cooperativismo Popular, dando ênfase no princípio da autonomia dos grupos. Os pescadores respondem com menos ênfase do que a resposta da *questão 1*, mas demonstram ter noção da transgressão. Um dado interessante de ser abordado é a afirmação de que o Governo Federal respeita os princípios. Talvez, sendo o entrevistador coordenador do projeto em 2009, faça com que as críticas ao Governo Federal sejam inibidas, num primeiro momento.

Já os técnicos apontam com maior ênfase as transgressões (vide respostas de KAREN e EUGENIA). A entrevistada que funciona como controle, SOLAINE, afirma que o desrespeito direto não ocorre, mas posteriormente, afirma não conhecer o trabalho da FURG. A primeira resposta é contraditória em relação a afirmação na resposta da *questão 1*, sobre a falta de protagonismo dos grupos.

A resposta da *questão 3* tinha a finalidade de trazer à baila o tempo de financiamento do Cooperativismo Popular na pesca artesanal ou movimento dos pescadores e modificação do cotidiano dos mesmos ante as políticas públicas. Ficou evidente que o financiamento e aporte de recursos públicos começa no Governo Olívio Dutra, através do RS Pesca, mas que os grupos têm acesso as políticas em momentos distintos, alguns somente em 2009, outros ainda não tiveram acesso. Para precisão da resposta a indagação,

necessária entrevista com maior número de entrevistados, pois o espectro que denota a disparidade, nesta questão, fica evidente.

Em relação a resposta da *questão 4* esperava-se observar a consciência do entrevistado a respeito do nível de dependência dos pescadores artesanais das políticas sociais desenvolvidas. Ficou claro o nível de dependência a todas as respostas fizeram essa referência, inclusive os dois entrevistados que funcionavam como controle (ELMO e SOLAINE). Isto é uma evidencia que aponta para pistas acerca da prática cotidiana da política pública do atual Governo no Cooperativismo Popular.

Acerca da resposta da *questão 5* procurava-se retirar os limites e potencialidades, de forma espontânea, das ações governamentais. As respostas foram diversas: limites na falta de organização, problemas de assessoria, formação, distância, alcance de projeto. Nas potencialidades aparece a politização, identidade e intencionalidade positiva da organização popular.

A resposta da *questão 6* visava observar o nível de confiança dos cooperados ou associados no grupo, no processo de incubagem e orientação da política pública, mais especificamente, se acreditam que as referidas ações terão êxito (*se darão certo*). O que fica evidente é o alto nível de confiança (inclusive com os entrevistados do grupo de controle), entretanto, atrelado ao sucesso da incubação ou êxito na execução do projeto.

A resposta da *questão 7* tinha a finalidade de apreender dos entrevistados suas opiniões sobre o Cooperativismo Popular enquanto Movimento Social ou resultado de política governamental, ainda, sobre a espontaneidade do Cooperativismo na *base*. A palavra base aparece nas respostas, o entrevistado que funcionava como grupo de controle (ELMO), nega a natureza do Cooperativismo como Movimento Social e alega a política de Governo. Os pescadores ficam um pouco confusos nas respostas e confundem mesmo o que seria o Movimento Social. As consultoras fazem as mais completas distinções e terminam por afirmar a intencionalidade de ser movimento, mas uma prática que não condiz com a vontade da base.

A mesma coisa ocorre com a resposta da *questão 8*, quando esperava-se observar, também espontaneamente, o nível de politização do entrevistado e consciência da condição de organização sob o capital e se é possível, na opinião do entrevistado, buscar sua modificação ou transformação do modo de organização. As respostas dos pescadores são

genéricas e ingênuas, exceto do entrevistado que funciona como controle que não espera modificar o Capitalismo. Nas respostas dos técnicos a superação não seria possível. Destaque para a resposta do administrador do Município de Santa Vitória do Palmar: sua resposta demonstra que o mesmo acredita na possibilidade de transformação a partir de mudanças nas relações sociais.

Cabe ressaltar mais uma vez que o grupo de entrevistados é pequeno e que as respostas não evidenciam conclusões categóricas. Entretanto, como ilustração, apresenta pistas do real concreto para os limites do Cooperativismo Popular, objeto de nossa tese, e mesmo para suas potencialidades.

Ainda, foram recolhidas em eventos diversas *falas* dos pescadores, em relação aos seus problemas, soluções que conheciam e parcerias que realizaram bem como angústias, problemas verificados e experimentados. Algumas delas serão também apresentadas.

As *falas* descritas a seguir não foram colhidas como perguntas, mas como anotações acerca de intervenções no Seminário de abertura do projeto “Rede de comercialização de pescado na região sul do Rio Grande do Sul” e servem de base para algumas afirmações do corpo da tese, no sentido de ilustrar os argumentos trazidos ao longo do desenvolvimento do percurso narrativo.

Os pescadores foram informados de que suas falas seriam anotadas.

Sr. Tobias, Presidente da Cooperativa de Pescadores Artesanais de São José do Norte:

**“O projeto precisa dar ajuda financeira para terminar construções de um entreposto que vem do Programa RS – Rural e a há 5 anos as obras estão em andamento e pela falta de verba dos sócios, não existe previsão de término”.**

Sra. Gilca (Branca), Presidente da Associação dos Pescadores Artesanais da Vila Anselmi – Santa Vitória do Palmar:

**“Não existe pescado na Lagoa Mirim; Minha associação depende do repovoamento da Lagoa; da mesma forma precisamos de fiscalização da Pesca (falta/carência de fiscalização). Ainda outro grande problema nosso é o excesso de burocracia na retirada de carteirinha de pesca”.**

Sr. Sergio, Presidente da Associação dos Pescadores Artesanais da Praia do Hermenegildo – Santa Vitória do Palmar:

**“O Estado deve garantir a repressão à aqueles que possuem mais recursos e exploram de forma abusada e ilegal o mar. O pescador que não tem peixe deve se movimentar para obter alguma legislação para ajudar quando não há peixe. Precisamos, urgentemente, de fiscalização, pois pessoas pescam ilegalmente (pessoas que não fazem parte daquela comunidade, que não pescam naquela lagoa); são 10 *aviõezinhos* por pessoa, existem pessoas que trabalham com um número superior. Existe um problema legal, durante o mesmo período, em uma localidade a pesca é proibida e em outra permitida. Então o pescador pesca no local proibido e vende no permitido”.**

Sr. Emerson Redú (Tonga), Presidente da Cooperativa de Pescadores Artesanais Lagoa Viva – Pelotas:

**“As leis ambientais defendem, protegem o ambiente, mas ignoram o pescador. Não se pode entrar no “junco” com o barco, mas o barco pode se destruir nas pedras(...). O nosso projeto não deve servir para ensinar a vender peixe e sim, administrar a Cooperativa. Temos menos pescado e devemos agregar valor à esse pouco pescado existente. A pesca ainda é informal, isso deve acabar porque a ilegalidade da pesca (especialmente no trabalho da indústria) é um problema que deve ser resolvido”.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente tese de doutoramento junto à Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná é apresentar os limites do Cooperativismo Popular tendo em vista sua disposição, ao lado da Economia Solidária, de um projeto fundado nos Movimentos Sociais que visa a emancipação dos trabalhadores e modo de produção alternativo ao capitalismo.

O Cooperativismo Histórico se funda em diversas teorias oriundas do séc. XIX, especialmente àquelas contidas nos denominados socialistas utópicos e compõem, ao lado da Economia Social, uma série de pressupostos para sua organização, ainda nas primeiras manifestações da classe trabalhadora ante o Capitalismo.

No Brasil o fenômeno percorre o séc. XX e encontra seu principal marco teórico na Lei 5.764/71, entretanto transfigurada sua inicial pretensão, em decorrência de um processo de re-significação dos seus pressupostos na apropriação dos discursos pela classe industrial e agroindustrial exportadora, vinculando o cooperativismo ao agronegócio, fundando o que se denomina cooperativismo empresarial.

O Cooperativismo Popular é um movimento da década de 90, nasce na crise estrutural do emprego e é teorizado a partir de discursos que visam a superação do capitalismo, organização de uma nova economia, fundada no comércio justo e práticas solidárias de organização. Um dos seus principais teóricos é Paul Israel Singer que tenta retirar das teorias que elabora elementos da teoria marxista para sustentar seu projeto de Economia Solidária e organização coletiva do trabalho.

Uma das principais entidades é a vulgariza o modelo de organização é a ANTEAG, entidade fundada em 1994, voltada para atender as empresas autogestionárias onde os trabalhadores assumem a direção da empresas durante o processo falimentar que se estabelece.

Claus Magno Germer apresenta crítica a tese de Paul Singer sob fundamentos marxistas levantando como pressupostos equivocados de Paul Singer: a concepção histórica das lutas dos trabalhadores pelo socialismo como uma história de desenvolvimento da economia solidária, à caracterização da economia solidária como modo de produção

alternativo ao capitalismo e concepção da cooperativa de produção como forma típica do modo de produção solidário.

Liana Maria da Frota Carleial aponta o Cooperativismo Popular como uma proposta conveniente a falta de emprego dos anos 90, que é capturada dos Movimentos Sociais e resignificada através da implementação de políticas públicas que induzem ao associativismo ou cooperativismo já que o mesmo é apresentado enquanto saída à falta de alternativas que lhe garanta a sobrevivência material.

Assim, como pista para uma consideração final, um limite do Cooperativismo Popular e Economia Solidária é a falta de sustentação teórica. A saída para o impasse é uma nova investigação, que ilustre mais uma vez as afirmações expressadas.

A escolha foi a apresentação de um estudo de caso, enquanto ilustração do impasse da tese, que se inicia com a apresentação da pesca artesanal na região sul do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil.

Pôde se observar que a região apresentou no setor pesqueiro um forte desenvolvimento econômico industrial no passado, mas que no presente, encontra-se em crise e uma das conseqüências da crise é a falta de sustentabilidade da atividade pela falta de matéria prima, ou seja, falta de pescado originado pelo excessivo esforço de pesca de outros tempos que culminou em graves danos ambientais que atingem os pescadores artesanais.

Também se pôde observar que o Movimento Cooperativista teve uma capilaridade muito grande no Rio Grande do Sul e que as práticas do Cooperativismo Popular e Economia Solidária vem se espalhando desde o Governo Olívio Dutra e posteriormente atinge as políticas do Governo Lula.

Tal fenômeno contribui na formação da identidade das comunidades, luta pelo reconhecimento social e estabelecimento de um novo processo dialético de organização.

Entretanto, não efetiva a superação de pobreza, realização da comercialização viável para desenvolvimento da atividade na pequena agroindústria coletiva ou garantia de geração de trabalho e renda aos pescadores artesanais.

E isso acontece pela observação de dois fenômenos: o trabalho na Ordem Capitalismo e os direitos dele decorrentes no processo de conservação que o Direito realiza nos pilares de suas garantias: propriedade privada e individualismo.

Na Ordem Capitalista o trabalho serve para individualizar o homem e *reificá-lo*, tornando-o mercadoria que se vende na firma; a firma como espaço em que se oferece a força de trabalho, mas que ao longo dos anos teve sua ação limitada pelo Estado, no sentido de regular a exploração da força de trabalho mantendo o homem por mais tempo trabalhando. Esta é a contribuição dos clássicos da Economia Política.

O papel do Estado e os mecanismos que ele estabelece para garantir a manutenção do Capitalismo, entretanto concedendo espaço para participação popular e efetivação de políticas públicas para o controle dos ciclos econômicos, embora efetuados por diversos atores políticos e sociais, foram teorizados por diversos pensadores, dentre eles Max Weber e John Maynard Keynes.

A interpretação da Ordem Capitalista, no denominado Capitalismo Periférico apresenta na interpretação do Liberalismo pelos juristas nacionais os mecanismos de conservação da propriedade privada e suas formas jurídicas, especialmente a família, o contrato e a propriedade, na efetivação dos anseios de classe: projeto parental, regulação das relações econômicas e titularidades.

Ainda, a contribuição da Igreja Católica no humanismo surgido no Brasil, que dirige a opção pelos pobres em detrimento da industrialização a começar pela cana-de-açúcar, construindo desde cedo o conceito de *social*.

Na formação daquilo que se pode considerar uma *certa idéia de Brasil* se constrói com a proposta do desenvolvimentismo, em especial o projeto da CEPAL, um projeto de desenvolvimento nacional que é interrompido em 1964 com o golpe militar.

Os Estados Unidos da América financiam golpes contra os nacionalismos quando da possibilidade do desenvolvimento de um projeto nacional que, a partir das denominadas reformas de base, poderia atingir a propriedade privada ou a Economia Agroexportadora.

Entretanto, é a constituição de 1988 que consegue garantir, na síntese de diversos direitos conquistados ao longo de mais de 30 anos, um *colchão* de direitos, especialmente os sociais, como fica evidente na análise de Jorge Abrahão de Castro, especialmente no final da década de 90 do séc. XX – segundo mandato de FHC – capazes de conter a denominada *desaceleração no crescimento de gastos*, pautada pelo FMI.

Percebe-se então uma importante pista para o argumento central: os direitos sociais no Brasil possuem no seu *código genético* a propriedade privada e o individualismo. Tais



obstáculos para organização coletiva de trabalhadores só pode ser vencida por políticas públicas planejadas.

Também, significa dizer que os limites da organização coletiva de trabalhadores se dá na Lei e nos Estatutos e Regimentos Internos das associações e cooperativas, bem como dos sindicatos e associações de classe. A complexidade da coletividade é reconhecida pelo Direito somente a partir da transformação da vontade e autonomia coletiva em *pessoa jurídica*, aos moldes da Lei ficando para trás aquilo que não interessa ao capital.

Se os obstáculos apresentados pela natureza do próprio Direito Brasileiro só podem ser ultrapassadas por políticas públicas, durante a primeira gestão do Governo Lula o que se tem na pesca artesanal, a partir de conclusões aproximadas, se revela muito mais próximo de política assistencial funcionando o Cooperativismo Popular e a Economia Solidária como mecanismo de controle social.

Entretanto, com o advento da Lei 11.959/09, o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA estabelece diversas ações buscando efetivar uma política de Estado, uma potencialidade pode ser evidenciada na análise final do trabalho.

Entretanto, as políticas públicas devem levar em conta diversos limites, levantados ao longo da realização da pesquisa.

Uma vez enfrentado o problema do *desenvolvimento sustentável*, que passa por diversos pontos a serem abordados e de complexa análise, a começar pela observação de que, desde a construção do projeto desenvolvimentista brasileiro para o setor (o desenvolvimento da indústria pesqueira e sua decadência, entre os anos 30 e 80, a política do Governo Vargas com as Colônias de pescadores, o Decreto Lei 221/67, e mais tarde a Lei de modernização dos portos) a preocupação com o referido tema nunca ocorreu, exceto com a Lei do Seguro-Defeso.

Ainda, os *programas de subsídios*, como é o caso do *subsídio do óleo diesel* acabam financiando, por consequência, outra pesca que não a artesanal já que os pescadores não se beneficiam da referida medida por que ela é viável em barcos maiores e não naqueles utilizados pelos pescadores artesanais, contribuem para crise no setor.

As *políticas de crédito* devem ser acompanhadas de planejamento, inclusive para que os beneficiados possam perceber se podem pagar as dívidas que as organizações

contraem com a atividade coletiva ou mesmo estudos de viabilidade econômica sob pena de endividamento que leva a falência das mesmas.

Quanto às *construções de fábricas de gelo, entreposto, formação de estoque, no mesmo sentido, não basta* financiamento do MPA o simples financiamento sem a preocupação com a viabilidade do empreendimento. Diversos grupos têm construções que nunca terão demanda para aperfeiçoar o potencial produtivo da obra. Permanecem as obras sem produção, até mesmo *por falta de peixe*.

As parcerias internacionais para transferência de tecnologia e programa de certificação da cadeia produtiva, em nosso ponto de vista, são extremamente bem vindas como política pública. O problema é que os pescadores artesanais não serão beneficiados, em sua atividade pela referida parceria porque a produção exige o poder econômico da indústria. E a mesma, no setor da pesca artesanal não foi e continua não sendo construída com a necessidade de planejamento de desenvolvimento sustentável. Que sofre as conseqüências é o ambiente, e imediatamente o pescador artesanal, primeiro homem na Lagoa que compõe a natureza.

No que tange ao *incentivo ao cooperativismo e associativismo* está voltado ainda somente para os referidos programas e só se viabiliza pelo Governo Federal sob esses temas. A tentativa de organização a partir de outras demandas, oriundas do próprio movimento de pescadores, não possui apoio do Governo Federal.

As hipóteses levantadas por Luis Flgueiras e Reinaldo Gonçalves, acerca de indicativos de uso de *transformismo, cooptação, o patrimonialismo e balcanização*, podem ser observadas por práticas de inclusão de propostas que interessem a grande indústria pesqueira na pauta de discussão dos trabalhadores artesanais, na inclusão dos quadros governamentais de lideranças locais que anteriormente defendiam os interesses sociais e agora defendem a pauta do Governo Federal. Cabe ressaltar que a amostra das pesquisas é pequena para realizar a referida afirmação, mas geram indícios para pesquisas futuras, com o número de entrevistados aumentado a ponto de servir de parâmetro mensurável para a afirmação.

Da análise das respostas às perguntas pode se retirar as seguintes informações, em sede de considerações gerais:

Existem sinais do dirigismo e ele está presente em quase todas as respostas, caracterizado pelos comentários de que se cessam os aportes financeiros ao Cooperativismo Popular e a Economia Solidária também os grupos deixam de existir, como se pode perceber nas respostas dos pescadores Sr. José Carlos, Sra. Roselen, Sr. Loredi e Sra. Cinelande.

Os problemas ambientais são variantes que afetam diretamente a atividade dos pescadores artesanais e a maioria dos entrevistados, conforme respostas dos Srs. Carlinhos e Loredi, e esses pescadores demonstram esclarecimento neste sentido e também preocupação com a gravidade do problema, ou seja, são urgentes práticas que busquem a sustentabilidade na região observada.

Nas respostas dos pescadores, técnicos e consultores é unânime a consideração que na falta da Universidade os grupos param suas atividades, o que demonstra a ausência de outras necessidades dos grupos, para além da questão econômica.

Entretanto, na resposta do representante do Poder Público local, do Vice-Prefeito de Santa Vitória do Palmar, fica nítida a consideração de que a Universidade não conhece a realidade da pesca artesanal e não realiza atividades de extensão nos períodos em que a organização dos pescadores é viável, qual seja, nos períodos de defeso, em que a pesca está proibida. As férias escolares coincidem com o período de defeso.

A resposta acerca da possibilidade de transformação do capitalismo é idealizada na maioria das respostas, especialmente dos pescadores artesanais, o que demonstra a proximidade da política social com subjetividade do pescador artesanal e distanciamento com as atividades práticas que de fato, contribuam na sua emancipação social ou transformação de sua condição de pobreza e miséria.

Da mesma forma, algumas considerações particulares, presentes e algumas falas, são indicativos para análise:

O pescador artesanal mais antigo, Sr. Elmo, já não acredita mais na transformação do Capitalismo, tampouco no Cooperativismo como Movimento Social alegando que para ele, Movimento é a Pastoral do Pescador, por ser movimento de base.

Nas falas das pescadoras Cinelande e Roselen aparecem temas como a falta de incentivo dos poderes públicos municipais, que acabam por inviabilizar os projetos, o que

demonstra necessidade de articulação dos poderes como uma das condições para viabilidade dos projetos.

O pescador Loredi denuncia elementos fundamentais para as conclusões da tese, que, em alguns casos, falta coragem (a expressão que utiliza) para o Governo Federal romper com as alianças que prejudicam, de fato, o verdadeiro cooperativismo (ideal de organização coletiva, baseada nos princípios elencados).

A representatividade do coletivo fica evidente na fala do pescador “Carlinhos”, Luis Carlos Soares Pereira, e a potencialidade do Cooperativismo no que tange a força política de um grupo.

As falas dos técnicos demonstram maior proximidade aos argumentos da tese e são mordazes em alguns momentos. Também aparecem denúncias graves quanto ao dirigismo e análises quanto aos limites do Cooperativismo Popular e até mesmo as potencialidades de trabalho nos movimentos populares e sociais.

Portanto, o Cooperativismo Popular e Economia Solidária do Brasil possuem limites decorrentes especialmente do modo de produção capitalista e dos mecanismos de conservação da propriedade privada que fazem com que os direitos sociais não se efetivem exceto por políticas planejadas.

Sem a referida medida, resta a utilização de *mecanismo de controle social ou de populações pobres* materializado em práticas de *dirigismo estatal* que não contribuem para a superação do modo de produção capitalista, transformação social ou emancipação do trabalhador, na referida sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Bointempo, 2003.

ALMEIDA, Fernando Lopes de e FERNANDES, Francisco Chaves. *A Economia Clássica: textos de Smith, Ricardo, Malthus*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. *Direito e Democracia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

ARRETCHE, Marta T. S. *Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas*. *Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: n. 39, 1.º semestre de 1995, p. 3-40.

BADUE, Ana Flavia Borges. *Manual pedagógico: entender para intervir. Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo*. São Paulo: Instituto Kairos. Paris: Artisans Du Monde, 2005.

BARCELLONA, Pietro. *El individuo propietario*. Madrid: Editorial Trotta, 1988.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2005.

CARBONIER, Jean. *Flessibile Diritto: per una sociologia Del diritto senza rigore*. Milano: Dott. A. Gioffré Editore, 1997.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota, CARRION, Rosinha, BAL, Maria Madalena e TOSIN, Marcilene. *Economia Solidária e Informalidade: pontos de aproximação, proposta conceitual e “novos” desafios para a política pública*. I Seminário Paranaense de Estudos do Trabalho. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Economia. Nov. 2003.

\_\_\_\_\_. *Lições de sala de aula*. Créditos da disciplina de Teorias Econômicas e Economia Solidária ministrada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, primeiro semestre de 2003.

\_\_\_\_\_, PAULISTA, Adriane. *Economia Solidária: utopia transformadora ou política de controle social?* In GEDIEL, José Antonio Peres (org.) Revista Estudos de Direito Cooperativo, 2008 – número 2. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito – UFPR, 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de, RIBEIRO, José Aparecido, CAMPOS, André Gambier, MATIJASCIC, Milko. *A Constituição Federal de 1988 e as políticas sociais brasileiras*. In CARDOSO JR., José Celso. *A constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social*. Brasília: IPEA, 2009.

CHUEIRI, Vera Karam de. *Agamben e o estado de exceção como zona de indeterminação entre o político o jurídico* in FONSECA, Ricardo Marcelo. *Crítica da Modernidade: diálogos com o Direito*.

COSTA, Eder Dion de Paula. *O trabalho portuário avulso na modernização dos portos*. Tese para obtenção do título de doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2.<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, José Henrique de e MENEGHETTI, Francis Kanashiro. A reificação dos homens do mar. V Encontro Organizacional da ANPAD. Belo Horizonte, Junho de 2008.

FEIJÓ, Ricardo. História do pensamento econômico. São Paulo: Atlas, 2001.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. A Economia Política no Governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRANTZ, W. . *Organizações Solidárias e cooperativas: espaços de educação e bases da economia solidária*. Ijuí: UNIJUI, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 31ª edição-São Paulo: paz e Terra. 2005.

\_\_\_\_\_. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'água. 2005.

GEDIEL, José Antonio (org.). *Os caminhos do cooperativismo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

\_\_\_\_\_(org.). *Revista de Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania do Núcleo de Direito Cooperativo do Programa de Pós-Graduação da UFPR*. Curitiba, Editora da UFPR, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.). *Revista de Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania do Núcleo de Direito Cooperativo do Programa de Pós-Graduação da UFPR*. Curitiba, Editora da UFPR, 2007.

\_\_\_\_\_. (org.). *Revista de Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania do Núcleo de Direito Cooperativo do Programa de Pós-Graduação da UFPR*. Curitiba, Editora da UFPR, 2008.

GENRO, Tarso Fernando. *Direito Individual do Trabalho*. São Paulo: Ltr, 1985.

GERMER, Claus M. *Economia Solidária: uma crítica marxista* in GEDIEL, José Antonio Peres (org.) *Revista de Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania do Núcleo de Direito Cooperativo do Programa de Pós-Graduação da UFPR*. Curitiba, Editora da UFPR, 2007.

GOMES, Orlando. *Direito Privado (novos aspectos)*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961.

\_\_\_\_\_. *Raízes históricas e sociológicas do Código Civil Brasileiro*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRESPLAN, Jorge. *A mercadoria*. São Paulo: Ática, 2006.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. *Cooperativismo Popular: reflexões e perspectivas*. Juiz de Fora: UFJF, 2003

HEGEL, Georg. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

IRTI, Natalino. *Codice Civile e Società Política*. Roma: Laderza, 1995.



KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura e metafísica dos costumes*. Coleção os pensadores. Valério Rhoden. Colaboração Maria Helena Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KERLINGER, Fred. N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Coleção os Economistas. 2 edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KRUPPA, Sonia M. Portella. *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP, 2005.

LOCKE, John. Dois tratados sobre governo. Coleção os pensadores. Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos de Direito Privado*. Tradução de Vera Maria Jacob de Fradera da obra do autor *Las normas fundamentales de derecho privado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MANCE, Euclides André (Org.). *Como Organizar Redes Solidárias*. 01 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

MARTINS, Cesar Augusto Ávila. *No trabalho dos pescadores artesanais a Lagoa dos Patos vive e dá a vida*. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. VI, num. 119, ago 2002.

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATSUDA, Patricia. Incubação de cooperativas populares e extensão universitária – estudo de caso na Intecoop/Ufscar Incubadora Regional de Cooperativas Populares

Universidade Federal de São Carlos. Trabalho apresentado no IV Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção. São Carlos, 2009.

NIEDERLE, Paulo André e GRISA, Catia. *Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos. Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental. V. 16, janeiro-julho de 2006.* Universidade Federal de Rio Grande-FURG, 2006.

NUDESE – FURG. *Relatório apresentado pelo fechamento do projeto “Rede de Comercialização de Pescados da região sul do Rio Grande do Sul”.* Rio Grande: Universidade Federal de Rio Grande, 2009.

NUNES, Antonio José Avelãs. *Os sistemas econômicos.* Cadernos da Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra: Faculdade de Direito, 1975.

---

\_\_\_\_\_. *A natureza do Estado Capitalista na ótica dos fundadores da ciência econômica in* Revista da Faculdade de Direito da UFPR. Curitiba: Editora da UFPR, Ano 2007, n. 46, p. 51-74.

OLIVEIRA, Francisco de. *O surgimento do anti-valor.* In *Os direitos do anti-valor.* Coleção Zero a esquerda. Petrópolis: Vozes, 1988.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. *Direito Coletivo do Trabalho e Cooperativismo Popular: a contribuição da autonomia coletiva do Direito Coletivo do Trabalho para organização dos trabalhadores em Cooperativas.* In MACHADO, Carlos Roberto Silva, GAUTÉRIO, Daiane Teixeira, COSTA, Eder Dion de Paula, DIAS, Eugenia Antunes, OPUSZKA, Paulo Ricardo. *A cidade sustentável e o desenvolvimento humano na América Latina: temas e pesquisas.* Rio Grande: FURG, 2009.

\_\_\_\_\_. *Agamben e o Estado de Exceção: uma mediação entre o Direito Constitucional e o vazio*. In STOLZ, Sheila e KYRILLOS, Gabriela (org.). Direitos Humanos e fundamentais: o necessário diálogo interdisciplinar. Pelotas: UFPEL, 2009.

\_\_\_\_\_ e CARBONERA, Silvana Maria (orgs.) *Direito Moderno e contemporâneo: perspectivas críticas*. Pelotas: Delfos, 2008.

\_\_\_\_\_. *Cooperativismo: uma leitura a partir das experiências utópicas e o atual modelo empresarial*. In Revista Trabalhista Direito e Processo, n. 30, maio / junho 2009. São Paulo: Anamatra / Ltr, 2009.

\_\_\_\_\_. *Elementos do Direito Moderno para uma compreensão da organização coletiva do trabalho em Cooperativas*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, 2006.

PRATA, Anna. *Constituição e Autonomia Privada*. Boletim da Revista da Faculdade de Direito. Coimbra: Separata da Universidade de Coimbra, 2003.

PROUDHON, Pierre Joseph. *A propriedade é um roubo*. In textos selecionados sobre política de Paulo Edgar A. Resende e Edson Passeti. São Paulo: Editora Ática, 1986.

QUESNAY, François. Coleção Economia organizada por Rolf Kuntz sob a coordenação de Florestan Fernandez. São Paulo: editora Ática, 1984.

RAMOS, Marília. *Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais*. In Revista de Planejamento e Políticas Públicas, 32 – jan/jun 2009. Brasília: IPEA, 2009, p.95-114.

RICHARDSON, Roberto J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUEZ, Américo Plá. *Los principios Del Derecho Del Trabajo*. Montevideo: Biblioteca Jurídica, 1975.

RUZIK, Carlos Eduardo Pianovski. *Locke e a formação da racionalidade do Estado Moderno: o individualismo proprietário entre o público* in FONSECA, Ricardo Marcelo (org.) *Repensando a Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

SANTOS, Fernanda de Oliveira e SILVA, Eloíza Mara da. *A legitimidade da economia solidária: os eixos principiológicos dos grupos populares para legalidade do Estado Democrático de Direito Brasileiro – princípios da economia solidária*. Artigo publicado na Revista “Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania” do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

\_\_\_\_\_. *Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Capitalismo - sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987.

SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das Nações*. Tradução do original *An Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations* de Teodora Cardoso e Luis Cristovão de Aguiar. 4ª. Edição, 1999.

SOUZA, Jessé. *A construção da sub-cidadania*. Brasília: Unb, 2002.

SOUZA, Jessé. *A Modernização Seletiva*. Brasília: Unb, 2001.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2002.

WARSCHAUER, Cecília. *A roda e o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Humanismo e Cultura Jurídica no Brasil*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.